

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

POBREZA E EXCLUSÃO FEMININA NOS TERRITÓRIOS DO
AGRONEGÓCIO – O CASO DE CRUZ ALTA/RS.

CHRISTIANE SENHORINHA SOARES CAMPOS

ORIENTADORA: PROF. DRA. ROSA MARIA VIEIRA DE MEDEIROS

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TESE DE DOUTORADO

**POBREZA E EXCLUSÃO FEMININA NOS TERRITÓRIOS DO
AGRONEGÓCIO – O CASO DE CRUZ ALTA/RS.**

CHRISTIANE SENHORINHA SOARES CAMPOS

Orientadora: Prof. Dra. Rosa Maria Vieira de Medeiros

Banca Examinadora:

**Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi (Departamento de
Ciências Econômicas/UFRGS),
Prof. Dr. Julio César Suzuki (Departamento de
Geografia/USP),
Profa. Dra. Martine Guibert (Département de
Géographie-Aménagement/Université de
Toulouse - França),
Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert
(POSGea/IG/UFRGS),
Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (POSGea/IG/UFRGS)**

**Tese apresentada ao
Programa de Pós-graduação
em Geografia como requisito
para a obtenção do título de
Doutora em Geografia.**

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2009.

Campos, Christiane Senhorinha Soares

Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS./ Christiane Senhorinha Soares Campos. – Porto Alegre : IGEO/UFRGS, 2009.

[233 f.]. il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2009.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Vieira de Medeiros

1. Agronegócio. 2. Pobreza feminina. 3. Território.
4. Desigualdade de gênero.

I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS
Miriam Alves CRB 10/1947

Dedicatória

À minha saudosa mãe, Rita Soares de Brito Campos, que tão intensamente influenciou meu modo de pensar e de agir, e cuja ausência deixou tão árido o meu caminho e tão desbotado meu horizonte.

Às minhas filhotas, Luiza e Júlia, que reterritorializam o encanto em meu cotidiano e me animam a “tocar a vida em frente”.

Às minhas irmãs Rosana, Rosângela e Luciana e ao meu companheiro Mauro por partilharem as dores e delícias de mais este parto, a tese.

A todas as mulheres, dos vários movimentos brasileiros que, com luta e ousadia, alimentam minha crença de que um mundo sem desigualdades é possível e necessário.

Agradecimentos,

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS pela possibilidade de desenvolver esta pesquisa. Foram muitas as colaborações de professores e colegas em aulas e nos debates em eventos organizados com a participação do programa. Agradeço à professora Rosa que me acolheu como orientanda a partir de 2005 e, desde então, se tornou uma amiga e parceira de pesquisas. Minha gratidão também a Zélia, secretária da Pós, que sempre atendeu aos estudantes com eficiência e boa vontade.

Esta pesquisa deve muito a dezenas de mulheres dos movimentos sociais, sindicais, feministas e estudantis, de várias partes do Brasil, com as quais convivi nos últimos anos. Foram muitas Ninas, Neivas, Veras, Lourdes, Itel, Anas, Isabeis, Marias, Nancys, Adis, Eldas, Soraias, Marinas, Irmãs, Loivas, Cris, Rosemaris, Betes, Vânicas, Ritas, Sônias, Martas, Judites, Irenes, Lúcias, Raimundas, Simones, Jesus, Fátimas, Gilbertas, Célias, Saletes, Rosanas, Dianas, Suelis, Miches, Lus, Joras, Sandras, Pats, Danis, Goretes, Andréias, Marilis, Katis, Saraís, Elianes, Raqueis, Janas, Lorenas, Roselitas, Jussaras, Nalus, Tataus, Mirians, Gemas, Clarisses, Marianas que ao partilharem suas percepções da realidade, inquietações, reflexões e sonhos me instigaram a visibilizar, ainda que parcialmente (como é próprio de toda pesquisa), a condição feminina em meio ao agronegócio.

Um agradecimento especial a Rosana Soares Campos, irmã de sangue e de paixão pela pesquisa, pelas valorosas contribuições na elaboração dos instrumentos de pesquisa empírica e do banco de dados, e pelas pertinentes observações teóricas, especialmente no que se refere ao tema da produção da pobreza.

Sou muito grata também às pessoas que, no trabalho de campo, forneceram informações ou indicaram fontes que foram decisivas para a pesquisa, são elas: Jurandir Zamberlan (ex-professor da Universidade de Cruz Alta – Unicruz), Claiton Costa da Silva (coordenador da agência do IBGE de Cruz Alta), Alceu Fronchetti (administrador da Cotribá), José Felisberto Correia (funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta), Lourdes Rosseto (agricultora assentada liderança do Movimento de Mulheres Camponesas no município) e Elizabeth Dorneles (que na época era pró-reitora de ensino da Unicruz).

Como todo processo de pesquisa este também envolveu muitas mentes e mãos. Por isso agradeço a todas as pessoas que de alguma forma colaboraram com esta pesquisa.

Sumário

Resumo	9
Resumen	10
Abstract	11
Índice de mapas e figuras	12
Índice de gráficos	12
Índice de tabelas e quadros	13
Introdução	15
Capítulo I	
Agronegócio sob uma perspectiva territorial	22
1.1. O que significa, como surge e como se difunde o termo agronegócio no Brasil	23
1.2. Agronegócio em uma perspectiva crítica e multidisciplinar	28
1.3. Território – uma categoria fundamental para compreender o agronegócio no Brasil	33
1.4. Características gerais da territorialização do agronegócio no Brasil	37
1.4.1. Estratégias políticas do agronegócio	43
1.5. A aliança com o latifúndio e o Estado como base para a expansão territorial do agronegócio no Brasil	47
1.6. A barbárie da moderna agricultura capitalista empreendida pelo agronegócio no Brasil	55
1.7. O (não)lugar da mulher no mundo do trabalho vinculado ao agronegócio brasileiro	59
Capítulo II	
Desigualdade de gênero – elementos históricos e impactos no mundo do trabalho	62
2.1. Bases históricas da desigualdade de gênero na divisão socioespacial do trabalho	65
2.2. O mundo do trabalho em uma perspectiva de gênero – o caso	

	brasileiro	69
2.3.	A condição feminina no mundo do trabalho rural	83

Capítulo III

	A pobreza como uma produção social	88
3.1.	O capitalismo é o remédio ou a causa da doença?	91
3.2..	O discurso do desenvolvimento humano e a retroalimentação da pobreza no contexto neoliberal	100
3.3.	Concentração de riqueza como alicerce da produção e reprodução da pobreza no Brasil	103
3.4.	Por que a pobreza no Brasil atinge tanta gente, há tanto tempo?	108

Capítulo IV

	Os mecanismos de produção e reprodução da pobreza em um contexto neoliberal	115
4.1.	Neoliberalismo e exclusão social no Brasil: o que já era ruim ficou ainda pior	120
4.2.	Os impactos do neoliberalismo no mundo do trabalho – o caso do Brasil	122
4.3.	O recorte de gênero na produção e reprodução da pobreza no Brasil, no contexto neoliberal	127
4.4.	Focalização das políticas sociais	133
4.5.	O Programa Bolsa Família – PBF	136

Capítulo V

	Cruz Alta/RS – um território do agronegócio	143
5.1.	Por que Cruz Alta é o espaço objeto de estudo?	143
5.2.	O estado do Rio Grande do Sul – elementos da realidade socioeconômica	146
5.3.	A questão fundiária no RS e em Cruz Alta	148
5.4.	O município de Cruz Alta – um pouco da história	151
5.5.	Dados atuais do município de Cruz Alta	154
5.6.	O agronegócio em Cruz Alta	159

5.7.	Pobreza e exclusão social em Cruz Alta	167
5.8.	Procedimentos metodológicos utilizados no estudo de caso	173
Capítulo VI		
Perfil do emprego gerado pelo agronegócio em Cruz Alta 176		
6.1.	A condição feminina no mundo do trabalho do agronegócio no município	180
6.2.	O lugar feminino no agronegócio em Cruz Alta	181
6.3.	O perfil socioeconômico da força de trabalho feminina empregada pelo agronegócio em Cruz Alta	185
6.4.	A condição feminina em um território do agronegócio – percepção de algumas mulheres de diferentes realidades socioeconômicas.	187
Conclusões		204
Bibliografia		212
Anexos		
I	Relação de filiados da Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG	222
II	Relação de pessoas que forneceram informações sobre Cruz Alta.	225
III	Instrumentos utilizados nas pesquisas quantitativa e qualitativa.	226

Resumo

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a relação entre dois processos que se espacializam, simultaneamente, em dezenas de pequenos e médios municípios brasileiros: o aumento da riqueza do agronegócio e da pobreza feminina. Ambos tem seu crescimento estimulado pelas políticas neoliberais, que são implementadas no Brasil a partir da década de 1990. Do ponto de vista geográfico o fundamento teórico desta pesquisa é o conceito de Território, em uma abordagem multidimensional. Outros conceitos relevantes são agronegócio, gênero, neoliberalismo, pobreza e exclusão social, sempre analisados em uma perspectiva crítica. Para atingir o objetivo de verificar a relação entre agronegócio e pobreza feminina, além do levantamento de dados secundários, realizamos um estudo de caso tendo como base a seguinte hipótese: o agronegócio não contribui para reduzir as desigualdades de gênero nos espaços urbanos e rurais em que se territorializa, por promover a exclusão ou a inclusão de forma precária das mulheres no mundo do trabalho. O estudo de caso foi realizado no município de Cruz Alta – RS, um dos grandes produtores de soja do estado, e utilizou como principal procedimento metodológico uma pesquisa quantitativa para identificar o perfil do emprego gerado pelos vários segmentos do agronegócio no município. Os resultados validaram a hipótese ao revelar que o perfil hegemônico do emprego gerado pelo agronegócio em Cruz Alta pode ser assim resumido: masculino, formal, temporário e precário. A partir deste estudo, e do levantamento de dados secundários, se pode concluir que o agronegócio é um dos grandes responsáveis pela produção da pobreza e da exclusão em seus territórios, e esses fenômenos não são apenas diferentes para homens e mulheres, são mais amplos, profundos e duradouros para o gênero feminino.

Palavras-chave:

Agronegócio, Pobreza Feminina, Território e Desigualdade de Gênero.

Resumen

El objeto de esta pesquisa, es el estudio de la relación entre dos procesos que se especializan simultáneamente en decenas de pequeños y medios municipios brasileiros: el aumento de la riqueza del agronegocio y de la pobreza femenina. Ambos tienen su crecimiento estimulado por las políticas neoliberales, que son implementadas en Brasil a partir de la década de 1990. Desde el punto de vista geográfico el fundamento teórico de este trabajo es el concepto de Territorio, abordado de forma multidimensional. Otros conceptos relevantes son agronegocio, género, neoliberalismo, pobreza y exclusión social, siempre analizados desde una perspectiva crítica. Para llegar al objetivo de verificar la relación entre agronegocio y pobreza femenina, más allá del levantamiento de datos secundarios, fue realizado un estudio de caso teniendo como base la siguiente hipótesis: el agronegocio no contribuye a reducir las desigualdades de género en los espacios urbanos y rurales en que se ubica, por promover la exclusión o la inclusión de forma precaria de las mujeres en el mundo del trabajo. El estudio de caso fue realizado en el municipio de Cruz Alta – Rio Grande do Sul, uno de los grandes productores de soja del estado, y utilizó como principal procedimiento metodológico una pesquisa cuantitativa para identificar el perfil del empleo generado por los diversos segmentos del agronegocio en el municipio. Los resultados validaron la hipótesis al revelar que el perfil hegemónico del empleo generado por el agronegocio en Cruz Alta puede ser resumido de la siguiente forma: masculino, formal, temporario y precario. A partir de este estudio, y del levantamiento de datos secundarios, se puede concluir que el agronegocio es uno de los grandes responsables por la producción da pobreza y de exclusión en sus territorios, y estos fenómenos no son apenas diferentes para hombres y mujeres, son más amplios, profundos y duraderos para el género femenino.

Palabras-llave:

Agronegocio, Pobreza Femenina, Territorio y Desigualdad de Gênero.

Abstract

The subject matter of this research is the relation between two processes that materialize themselves simultaneously in the space of small and medium Brazilian municipalities: the increase of wealth of agribusiness and female poverty. The increase of both is stimulated by the neoliberal policies implemented in Brazil since the 1990's. From the geographic point of view, the theoretical foundation of this research is the concept of Territory in a multidimensional approach. Other relevant concepts are agribusiness, gender, neoliberalism, poverty, and social exclusion, always analyzed through a critical perspective. In order to achieve the goal of verifying the relation between agribusiness and female poverty, in addition to gathering secondary data, we undertook a case study having as its basis the following hypothesis: agribusiness does not contribute to the reduction of gender inequalities in urban and rural spaces in which it territorializes itself because it promotes the exclusion, or the inclusion in precarious ways, of women in the labor market. The case study was undertaken in the municipality of Cruz Alta – RS, one of the major soy producers in the state, and employed as its principal methodological procedure a quantitative research in order to identify the profile of the employment generated by the various segments of agribusiness in the municipality. The results validated the hypothesis in revealing that the hegemonic profile of the employment generated by agribusiness in Cruz Alta can be summed up accordingly: male, formal, temporary, and precarious. Based on this case study and the secondary data gathered, we conclude that agribusiness is among the most responsible agents for the production of poverty and exclusion in its territories and these phenomena are not merely different for men and women, but broader, more profound and more lasting for the female gender.

Keywords:

Agribusiness, Female Poverty, Territory, Inequality of gender.

Índice de Mapas e figuras

Mapa I	Produção de soja, por estado e por quantidade média produzida – Brasil – 1998-2000	42
Mapa II	Produção de soja, por estado e por quantidade média produzida – Brasil – 2004-2006	42
Mapa III	Variação do Índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários por município – Brasil – censos agropecuários de 1995, 1996 e 2006.	49
Mapa IV	Estado do Rio Grande do Sul – Brasil – com destaque para o município de Cruz Alta	145
Mapa V	Estrutura Fundiária do Rio Grande do Sul	149
Mapa VI	Cruz Alta - Divisão espacial em urbana e rural e subdivisão da rural em agricultura familiar, patronal e reserva ambiental	150
Figura 1	Vias de escoamento da soja no Brasil	54
Figura 2	Taxa de desocupação por sexo e cor/raça – Brasil – 2007	130

Índice de Gráficos

Gráfico I	Distribuição da área total dos imóveis rurais por categoria – Brasil e grandes regiões – 1998 – em %	51
Gráfico II	Distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor – Brasil e grandes regiões – 1995-1996 (em %)	51
Gráfico III	Diferencial salarial entre homens e mulheres e entre trabalhadores/as brancos/as e negros/as – Brasil – 1995 a 2004	73
Gráfico IV	Famílias de casais com filhos chefiadas por mulheres	75
Gráfico V	Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos – Famílias formadas por casais com filhos – Brasil – 2007	78
Gráfico VI	Distribuição das pessoas economicamente ativas e dos inativos residentes na área rural, por sexo – Brasil – 2006 em %	84
Gráfico VII	Distribuição dos ocupados na atividade agrícola, por faixa de rendimento, segundo o sexo – Brasil, 2006 (em %)	86
Gráfico VIII	Distribuição da população por local de residência. - Brasil 1950 – 2006 (em %)	99
Gráfico IX	Proporção de renda apropriadas pelos 10% mais ricos, 50% seguintes e 40% mais pobres	105
Gráfico X	Desigualdade de renda familiar per capita medida pelo Coeficiente de Gini - Brasil – 1977 a 2007	107
Gráfico XI	Brasil - % de carga tributária, por décimos de renda – 2002-2003	109
Gráfico XII	Participação de despesas sociais e financeiras nas despesas efetivas total da União	134
Gráfico XIII	Classificação das famílias beneficiárias do Bolsa Família de acordo com a escala brasileira de insegurança alimentar	139

Índice de Tabelas e Quadros

Tabela 1	Evolução do Índice de Gini – propriedade da terra – Brasil e grandes regiões – 1967 – 2000	48
Tabela 2	Estrutura Fundiária – Brasil – 2003	50
Tabela 3	Variação do pessoal ocupado na agropecuária - Brasil 1993- 2004	59
Tabela 4	Número médio de horas trabalhadas na semana em afazeres domésticos, segundo sexo e decis de renda familiar per capita – Brasil – 2001/2004	76
Tabela 5	Famílias segundo sexo e posição ocupacional chefes – Brasil – 2007	80
Tabela 6	Média de renda da ocupação principal da população, por sexo, segundo posição na ocupação – Brasil – 2007	81
Tabela 7	Distribuição percentual da população feminina ocupada, segundo faixa etária e posição na ocupação – Brasil – 2007	82
Tabela 8	Rendimento médio mensal, segundo local de residência e sexo – Brasil e regiões – 2006 (em R\$ de setembro de 2006)	85
Tabela 9	Evolução Temporal dos Indicadores de Desigualdade de Renda - Brasil – 1977 -1999	104
Tabela 10	Índices de Gini relativos à distribuição de renda bruta das pessoas e das famílias – total e familiar per capita (Brasil, 1981 – 1999)	106
Tabela 11	Evolução da PEA*, da Ocupação e Desocupação 1981-1990-2003	124
Tabela 12	Participação % de mulheres entre ativos, ocupados e desocupados da População Economicamente Ativa - PEA - Brasil (1981- 2001 - 2004)	128
Tabela 13	Taxa de desemprego por sexo e decis de renda familiar per capita – Brasil – 2004	129
Tabela 14	Número médio de horas trabalhadas* na semana, segundo o sexo e decis de renda familiar per capita – Brasil – 2004	131
Tabela 15	Quantidade de famílias do tipo “mãe sem cônjuge” segundo o decil de renda familiar per capita – em % e número absoluto – Brasil 2004	132
Tabela 16	% de Pessoas com rendimento* de até 1 salário mínimo por condição de gênero no Rio Grande do Sul	147
Tabela 17	Evolução da renda per capita – 1991 – 2000, comparativo entre Cruz Alta, Rio Grande do Sul e Brasil	155
Tabela 18	Evolução demográfica de Cruz Alta – RS – 1970 a 2000	155
Tabela 19	Cruz Alta – Total de domicílios por gênero da pessoa de referência – em número absoluto e relativo – 1996 e 2007	156
Tabela 20	Cruz Alta – Domicílios urbanos segundo o gênero da pessoa de referência, em número absoluto e relativo – 1996 e 2007	157
Tabela 21	Cruz Alta – Domicílios rurais segundo o gênero da pessoa de referência – em número absoluto e relativo – 1996 e 2007	158
Tabela 22	Quantidade e Características das famílias vinculadas ao	169

	Programa Bolsa Família em Cruz Alta	
Tabela 23	Perfil do emprego quanto à situação trabalhista	176
Tabela 24	Perfil do emprego quanto à situação trabalhista por gênero	177
Tabela 25	Perfil do emprego quanto ao contrato de trabalho	178
Tabela 26	Perfil do emprego quanto ao contrato de trabalho por gênero	179
Tabela 27	Perfil e quantidade de emprego feminino por grupos de empregadores do agronegócio em Cruz Alta	183
Quadro I	Brasil – Proporção de homens e mulheres na população economicamente ativa – PEA (%)	70
Quadro II	População Economicamente Ativa – PEA, de 16 anos ou mais, por gênero e cor/raça – Brasil – 1996/2007	71
Quadro III	Taxa de atividade segundo gênero – Brasil (1981, 2001, 2004)	71

Introdução

Na mídia, nas justificativas dos incentivos governamentais, nos debates políticos e nos discursos de várias instituições públicas e privadas o agronegócio é apontado como o carro chefe do crescimento econômico do Brasil nos últimos anos. De fato, quando se observa a balança comercial brasileira, as exportações do agronegócio são as que mais contribuem para superávits comerciais e os seus produtos respondem por cerca de 30% do Produto Interno Bruto – PIB do país atualmente.

Entretanto, essa magnitude não justifica a generalização do termo agronegócio como sinônimo de quaisquer negócios agrícolas, como frequentemente aparece na imprensa e mesmo em publicações científicas. Essa simplificação conceitual desconsidera várias características do agronegócio, tais como seu viés elitista e a capacidade de expansão espacial por meio da construção de territórios. Por isso, propomos uma abordagem crítica e multidisciplinar do agronegócio.

Nessa perspectiva, compreendemos o agronegócio como uma complexa articulação de capitais, direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal, sob a hegemonia de grupos multinacionais, e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, intensificando múltiplas desigualdades socioespaciais.

No Brasil as modernas atividades do agronegócio se desenvolvem sobre uma arcaica estrutura fundiária, assentada no latifúndio. E o Estado é o grande viabilizador do processo de territorialização do agronegócio, na medida em que garante condições políticas, econômicas e de infra-estrutura e logística para que o agronegócio se aproprie de espaços cada vez mais amplos no território brasileiro.

Portanto, existe no Brasil, e muito provavelmente em outros países latino-americanos, uma tríplice aliança formada pelo agronegócio-latifúndio-Estado, que cria as condições favoráveis para territorialização do agronegócio no contexto de implantação das políticas neoliberais no país, a partir da década de 1990.

A despeito do viés ideológico das forças políticas, que assumem os governos nos âmbitos federal, estadual e municipal, a aliança latifúndio-agronegócio-Estado vem

produzindo, por um lado, a estabilidade e até o aumento da concentração das riquezas nas mãos de poucos e, por outro lado, o aumento da pobreza para muitos.

O contexto neoliberal, tão positivo para a expansão do agronegócio no Brasil, é extremamente nocivo ao país do ponto de vista social. Na década de 1990, o auge da implementação das reformas neoliberais no país, ocorreu um grande crescimento da pobreza e da desigualdade social, alimentado principalmente pelo desemprego e precarização do mundo do trabalho. E os impactos negativos desta herança dos anos 1990 não foram revertidos na primeira década do século XXI, até porque muitas das orientações do Consenso de Washington continuam sendo seguidas.

É neste contexto neoliberal que dois processos vêm se territorializando, simultaneamente, em um número significativo de municípios brasileiros: o aumento da riqueza do agronegócio e o crescimento da pobreza. A pujança do agronegócio se visibiliza tanto nos campos quanto nas zonas urbanas dos lugares em que o capital, direta ou indiretamente vinculado ao setor agropecuário, se territorializa. Já a pobreza tem como endereço principal a periferia dos núcleos urbanos desses lugares. Isso porque a maior parte dos processos produtivos do agronegócio no campo dependem pouco de trabalho vivo (força-de-trabalho) e muito de trabalho morto (materializado nas máquinas, equipamentos, estruturas, etc.), o que intensifica a redução da densidade demográfica rural.

Apesar de ser uma praga social, a pobreza não afeta igualmente homens e mulheres. Esse fenômeno é muito mais perverso para o gênero feminino, tanto que a pobreza no Brasil tem cada vez mais rosto de mulher. Uma das explicações para isso é o fato de que, historicamente, se construiu uma desigualdade de gênero, desfavorável às mulheres, que se materializa em múltiplas dimensões da vida social, particularmente na divisão do trabalho. Em função dessa realidade, elas ocupam menos espaços no mundo do trabalho e nas piores condições.

Assim, quando se implementam as políticas neoliberais, “a corda arrebenta do lado mais fraco”. Ou seja, a força-de-trabalho feminina é a mais afetada pelo desemprego e precarização. E a pobreza feminina tem um efeito multiplicador na sociedade, uma vez que em um número crescente de famílias o trabalho feminino constitui-se em uma importante, e muitas vezes na única, fonte de renda familiar.

No que tange à política social, nesse contexto neoliberal, tanto os discursos quanto as ações se voltam para a focalização. Sob o argumento de que os recursos públicos são escassos e as necessidades da população pobre são crescentes, o Estado

passou a implementar as políticas focalizadas, cujo objetivo não é combater as causas da pobreza, mas aliviar alguns impactos socioeconômicos, através da transferência de renda aos mais pobres entre os pobres. Atualmente, no Brasil o grande destaque desse tipo de política é o Programa Bolsa Família - PBF, que transfere renda para cerca de 12 milhões de famílias¹.

Além do foco nos pobres, este programa também tem um foco de gênero, uma vez que são as mulheres que recebem o dinheiro. E, na seleção das beneficiárias, as famílias chefiadas por mulheres têm prioridade. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS², responsável pelo PBF no âmbito do governo federal, indicam que em 2005 cerca de 90% das famílias beneficiadas com o programa eram chefiadas por mulheres. O índice mais elevado era no Rio Grande do Sul, onde 94% das famílias beneficiadas pelo programa tinham uma mulher como responsável, sendo que 55% delas não tinham emprego, apesar da maioria estar em idade economicamente ativa (57,4% tinham entre 19 e 40 anos).

Não nos parece mera coincidência que as mulheres, que são as mais atingidas pela exclusão social, pobreza e precarização das condições de trabalho no Brasil, no contexto neoliberal, sejam o principal alvo das políticas compensatórias no país. Nesta perspectiva, o Estado brasileiro retroalimenta a pobreza e a exclusão social no país. Ao invés de combater contribui para a ampliação da concentração de riquezas e, como forma de compensar a população mais afetada, intensifica as políticas assistenciais focalizadas.

Tanto o aumento da pobreza, principalmente das mulheres, quanto o enriquecimento do agronegócio podem ser lidos na paisagem dos pequenos e médios municípios brasileiros, em que a maior parte do capital tem vínculos diretos ou indiretos com o agronegócio. E os dois fenômenos tiveram seu crescimento fomentado pelas políticas neoliberais. Mas qual a relação entre esses processos? É essa relação que nos propomos a investigar.

Portanto, esta pesquisa tem como objeto de estudo a relação entre os dois processos que se espacializam, simultaneamente, em dezenas de pequenos e médios

¹ O número de famílias foi ampliado em setembro de 2009 para 12,3 milhões de famílias, conforme noticiado pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico e Social – MDS e no mesmo período o valor dos benefícios foi elevado, o valor repassado aos beneficiários, desde este mês, varia entre R\$ 22,00 e R\$ 200,00. Informação disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/noticias/populacao-atendida-pelo-bolsa-familia-recebeu-r-12-4-bilhoes-em-2009>.

² Perfil das famílias do Programa Bolsa Família no Cadastro Único: Brasil, Regiões e Unidades da Federação – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - Brasília 2005.

municípios brasileiros: o aumento da riqueza do agronegócio e da pobreza feminina, nos lugares que podem ser classificados como territórios do agronegócio.

No Brasil, o agronegócio se apropria cada vez mais de espaços, construindo territórios, nos quais tem o poder de, entre outras coisas, condicionar a divisão do trabalho em seus aspectos técnico (definir perfil de profissionais de maior demanda e respectivas remunerações), espacial (definindo os lugares com mais ou menos postos), e de gênero (estabelecendo os lugares masculinos e femininos nos processos de trabalho). Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é compreender se o agronegócio contribui para o processo de produção da pobreza e da exclusão social, especialmente feminina, nos seus territórios.

A hipótese que levantamos é que o agronegócio não contribui para reduzir as desigualdades de gênero nos espaços urbanos e rurais em que se territorializa, por promover a exclusão ou a inclusão de forma precária das mulheres no mundo do trabalho. Portanto, o agronegócio contribui para a produção da pobreza e da exclusão em seus territórios, e esses fenômenos não são apenas diferentes para homens e mulheres, são mais amplos, profundos e duradouros para o gênero feminino.

E, concordando com a tese de que não basta compreender teoricamente o que se passa no mundo, mas também prestar atenção às diferentes geografizações dos processos produtivos (Santos, 1997), para testar essa hipótese, além do levantamento de dados secundários, utilizamos como metodologia um estudo de caso em um território do agronegócio.

Realizamos o estudo de caso no município de Cruz Alta, localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, uma região com grande produção de grãos, especialmente soja, que é o principal produto agrícola brasileiro. Além da produção agrícola, neste município estão territorializados diversos segmentos do agronegócio incluindo indústrias, redes de armazenagem e comercialização de grão, fornecedores de insumos e máquinas agrícolas, entre outros. De modo que se pode ter uma ampla visão do agronegócio em um único lugar. Outro aspecto decisivo para a escolha de Cruz Alta é o fato de que neste município há muita pobreza e exclusão social, especialmente feminina, em meio à riqueza do agronegócio.

No estudo de caso o principal procedimento metodológico utilizado foi uma pesquisa quantitativa para traçar o perfil do emprego gerado pelo agronegócio. Aplicamos questionários aos empregadores dos distintos ramos do agronegócio territorializados no local incluindo empresas de vendas de insumos agropecuários; de

comercialização de máquinas e implementos agrícolas; de armazenamento e comercialização de grãos; agroindústria de esmagamento de soja; empresa de contratação de força de trabalho temporário para as lavouras; e de transporte ferroviário.

Também realizamos uma pesquisa qualitativa para compreender a percepção de mulheres, de diferentes condições socioeconômicas, sobre a condição feminina em um território do agronegócio. Esta parte da pesquisa consistiu em entrevistas com mulheres proprietárias rurais, com moradoras da periferia urbana beneficiárias do Programa Bolsa Família ou inscritas para receber o benefício e com agricultoras assentadas, algumas também beneficiárias do PBF. Importante ressaltar que como o objetivo principal do estudo de caso foi traçar o perfil do emprego gerado pelo agronegócio esta pesquisa qualitativa é apenas um instrumento complementar.

No que tange ao método, utilizamos como método de análise o materialismo histórico dialético, procurando estudar os processos em sua totalidade, entendendo sua origem, seu desenvolvimento, suas contradições e seus impactos. A apreensão dos aspectos gerais se baseou nas leituras e na coleta de dados secundários, e o estudo de caso possibilitou analisar como os processos, que são objeto de estudo nessa pesquisa, se materializam em um determinado espaço, neste caso o município de Cruz Alta-RS. O resultado desse método de pesquisa é o estreitamento da fronteira entre o teórico e o empírico, entre o que é materializado e o que é abstraído pelo pensamento. De modo que a teoria se sustenta em uma base material, histórica e espacialmente determinada, e o concreto torna-se mais inteligível, porque se evidenciam as múltiplas determinações dos processos que se materializam em um determinado contexto espaço-temporal.

No método de exposição partimos do geral para o particular. Mas, do particular retomamos a discussão da totalidade, de modo que os resultados da pesquisa empírica são analisados levando em conta os aspectos gerais. Além disso, o estudo dos aspectos gerais, que é um exercício teórico, é permeado por exemplos de acontecimentos reais. De modo que a reflexão teórica é historicizada e espacializada. E a pesquisa empírica, por sua vez, leva em conta os conceitos teóricos.

Do ponto de vista geográfico, o conceito de Território, na perspectiva da multidimensionalidade do poder, é o fundamento teórico da nossa análise do agronegócio, pois traz implícita a dimensão de apropriação espacial, tanto no sentido material quanto simbólico, que procuramos evidenciar. Outros conceitos relevantes são agronegócio, gênero, neoliberalismo, pobreza e exclusão social. No que tange ao referencial bibliográfico, são muitos autores/as, com diversas perspectivas de análise, que

subsidiar a abordagem dos conceitos, predominando aqueles/as que têm uma perspectiva crítica.

Quanto aos dados secundários sempre que possível utilizamos como fonte órgãos estatais de reconhecida confiabilidade estatística como IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mas também nos apoiamos em dados resultantes de pesquisas feitas por entidades não governamentais bastante respeitadas no contexto intelectual brasileiro como DIEESE – Departamento intersindical de estudos e estatísticas sócio-econômicas, e IBASE – Instituto brasileiro de análises sócio-econômicas. Além disso, citamos vários outros trabalhos de pesquisa desenvolvidos em geral por pesquisadores de universidades brasileiras, que se sustentam em fontes confiáveis e/ou pesquisas empíricas.

Este trabalho está dividido em seis capítulos. No primeiro, diferentemente de grande parte dos trabalhos sobre agronegócio, começamos problematizando este conceito. A tentativa é compreender como ele surge, onde e em que contexto histórico, também como e quando chega ao Brasil. A partir dessa discussão, realizamos uma análise do agronegócio em uma perspectiva geográfica, em que utilizamos como suporte teórico a categoria Território para demonstrar que a expansão do agronegócio no Brasil se dá por meio da construção de territórios, em que os grupos hegemônicos têm poder de condicionar os usos do e no espaço.

No segundo capítulo o alicerce teórico é o conceito de Gênero. Apesar desse tema não ser uma novidade na análise geográfica, ainda é bastante raro que as desigualdades de gênero sejam levadas em conta nos estudos sobre as espacializações dos fenômenos tanto no âmbito da geografia urbana quanto agrária. Nesse sentido, consideramos pertinente entender a construção histórica da invisibilidade feminina em nossa formação socioespacial, tendo como preocupação evidenciar a desigualdade de gênero no mundo do trabalho, tanto nos espaços urbanos quanto rurais do Brasil. Isso porque a inserção feminina no mercado de trabalho, sob domínio do agronegócio, é o foco de nossa pesquisa empírica.

No capítulo três abordamos a temática da Pobreza a partir da compreensão de que se trata de um fenômeno produzido e reproduzido socialmente e que, portanto, não resulta da escassez de recursos naturais e de técnicas que possibilitem satisfazer as necessidades humanas. Pelo contrário, em geral, a pobreza é resultado do acesso desigual aos meios de produção, ou seja, é engendrada pelas assimétricas condições econômicas, políticas e socioespaciais como a riqueza é produzida e distribuída. E esse

é o caso do Brasil, em que a homérica concentração de renda e de outras formas de riqueza coloca o país no topo do ranking mundial de desigualdade.

Ainda dentro da temática da pobreza, no capítulo quatro analisamos os mecanismos que intensificaram esse fenômeno no contexto neoliberal com ênfase para os impactos no mundo do trabalho. O capítulo cinco é dedicado ao município de Cruz Alta - RS, onde realizamos o estudo de caso. Resgatamos um pouco da história e caracterizamos a realidade atual para analisarmos o papel do agronegócio no âmbito local e os vários impactos que engendra. Também detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa de campo.

Já no capítulo seis enfocamos no perfil do emprego gerado pelos diversos segmentos do agronegócio territorializados em Cruz Alta. Os resultados validaram a hipótese ao revelar que o perfil hegemônico do emprego gerado pelo agronegócio em Cruz Alta pode ser assim resumido: masculino, formal, temporário e precário. Apesar de focalizada em um pequeno ponto no imenso território brasileiro, a pesquisa empírica, em nossa avaliação, cumpre um papel fundamental de visibilizar a exclusão e a pobreza das mulheres que cresce junto com as supersafras de grãos no interior do Brasil.

Por fim, a partir das análises teóricas e da pesquisa empírica, verificamos que há uma relação entre a riqueza do agronegócio e a pobreza, principalmente feminina. A partir deste estudo, e do levantamento de dados secundários, se pode constatar que nos territórios do agronegócio são poucos os espaços de trabalho para as mulheres, e destes a maioria em condições precárias. Como os rendimentos do trabalho constituem a principal fonte de renda da maioria absoluta das famílias brasileiras, a exclusão feminina do mundo do trabalho contribui decisivamente para retroalimentar o processo de produção da pobreza e aprofundar as desigualdades. Nesse sentido, o agronegócio é um dos grandes responsáveis pela produção da pobreza e da exclusão em seus territórios, e esses fenômenos não são apenas diferentes para homens e mulheres, são mais amplos, profundos e duradouros para o gênero feminino.

Capítulo I

Agronegócio sob uma perspectiva territorial

Este capítulo tem a pretensão de analisar o agronegócio em perspectiva geográfica, o que implica em visibilizar as formas de ocupação e uso do espaço que predominam no seu processo de expansão no Brasil. Para isso consideramos fundamental discutir dois conceitos, o próprio agronegócio e território.

Quanto ao agronegócio, um dos aspectos que mais chamam atenção quando se faz uma revisão de publicações científicas sobre esse tema é que em grande parte dos textos os/as autores/as não se preocupam em defini-lo (Elias et al, 2006; Bernardes e Freire Filho, 2005). Isso deixa implícita a concepção de que é algo dado, que todo mundo conhece ou pelo menos tem noção e que, portanto, não carece de definições.

À primeira vista, *agronegócio* é apenas a tradução do inglês *agribusiness*, que, por sua vez, em sentido literal, significa negócios envolvendo produtos agrícolas ou agropecuários. Entretanto, esta não é apenas mais uma das tantas expressões do vocabulário norte-americano que incorporamos em nossa linguagem de forma abasileirada ou mantendo a escrita original. Na realidade trata-se de um conceito, e, como destacou SAQUET (2007:13), “todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos (...)”. E se faz mister conhecer esse processo para utilizá-lo.

Já o conceito de território é essencial porque consideramos que no Brasil o agronegócio vem se apropriando cada vez mais de espaços, tanto do ponto de vista material quanto simbólico, construindo seus territórios, nos quais tem poder de condicionar a configuração espacial e a dinâmica social (Santos, 1996).

Com a preocupação de historicizar e espacializar os conceitos, consideramos pertinente começar estas discussões evidenciando onde, quando e como surge o termo “agronegócio”, e também quando, como, por que e por quem é importado para Brasil.

1.1. O que significa, como surge e como se difunde o termo agronegócio no Brasil

Conforme HESPANHOL (2007)³, a origem do conceito de agronegócio remonta à década de 1950, nos Estados Unidos. A crescente integração das atividades agropecuárias com a indústria e com setores de serviços tornaram obsoletas as análises baseadas na clássica divisão das atividades econômicas em setor primário, secundário e terciário. É nesse contexto que DAVID e GOLDBERG (1957) propõem a análise das atividades agropecuárias e agroindustriais em uma perspectiva sistêmica, utilizando a matriz insumo produto para avaliar as articulações externas da agricultura.

Na perspectiva sistêmica a agricultura é estudada como parte de um sistema complexo, do qual também participam indústrias fornecedoras de insumos, implementos, máquinas, transporte, armazenagem, beneficiamento, bem como uma gama de serviços de assistência técnica, contábil, de logística, de crédito, entre outros. Enfim, articulações à montante e à jusante do processo agrícola propriamente dito.

Vale lembrar que nesse período, pós-guerra mundial, se difundiu a chamada “Revolução Verde”, que consistiu em uma grande mudança na base técnica dos processos agropecuários, tornando-os menos dependentes das condições naturais e mais dependentes de insumos e equipamentos artificiais, ampliando muito o mercado de produção e venda desses produtos. Nesse contexto espaço-temporal *Agribusiness* é o conceito construído por esses pesquisadores norte-americanos que propõem que se veja o processo agropecuário como uma totalidade, “que se divide em antes da porteira (insumos), dentro da porteira (a produção rural), depois da porteira (transporte, armazenagem, industrialização e comércio)” (Rodrigues, 2002, apud Suzuki, 2007).

Na década de 1960 essa perspectiva também é adotada por economistas franceses que utilizam o conceito de *filière* (cadeia agroalimentar), para evidenciar o encadeamento das múltiplas atividades que compõem o sistema agroindustrial. Destacaram-se nessa abordagem os trabalhos de Louis MALASSIS (1968), que analisava a cadeia agroalimentar a partir da integração de quatro subsetores: a) empresas fornecedoras de serviços e meios de produção para a agricultura (crédito, assistência técnica, insumos agrícolas, etc); b) exploração agropecuária; c) agroindústrias de

³ Os textos de Nivaldo Hespanhol e Júlio Suzuki aqui utilizados fazem parte de um livro, que reúne textos apresentados no III Encontro dos Grupos de Pesquisa – Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Sócio-espaciais, realizado em Porto Alegre em 2007, que está no prelo e ainda não tem numeração de páginas.

transformação e alimentícias; e d) distribuição de alimentos e de produtos agrícolas (Michellon, 1999, apud Hespanhol, 2007:).

No Brasil, conforme HESPANHOL (2007), o pioneiro no uso dessa perspectiva sistêmica na análise da agricultura foi Alberto Passos Guimarães, com a obra “A crise agrária” (1978). Na década de 1980 essa vertente analítica passa a ser adotada por diversos autores de várias áreas de pesquisa, que baseavam suas análises no conceito de “Complexo Agroindustrial – CAI”.

Caracteristicamente o CAI é uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e de insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora de matérias primas de origem agrícola. A primeira pode ser designada de indústria para a agricultura e a segunda de agroindústria (Muller, 1987, apud Campos, 1999:68).

Além da integração da agricultura-indústria o complexo agroindustrial também engloba a articulação com o setor financeiro, com segmentos comerciais e o Estado. Para GRAZIANO (1998), o conceito de CAI não pode ser entendido como a tradução brasileira da abordagem sistêmica, uma vez que esta é estática e o complexo agroindustrial, da forma como é entendido no Brasil tem uma abordagem dinâmica tanto de fluxos intersetoriais quanto entre os vários ramos que o compõem. Em nossa concepção, mesmo considerando essas diferenças, há similaridades entre os conceitos de CAI – filière e agribusiness uma vez que todos evidenciam a interdependência da produção agrícola com outros segmentos econômicos, tanto no que se refere ao consumo de insumos e equipamentos quanto ao fornecimento de matérias-primas.

É importante destacar que no Brasil o conceito de CAI serviu de suporte teórico para densas críticas ao processo de modernização⁴ da agricultura. Esses estudos não se restringiram a compreender o funcionamento das cadeias produtivas, englobaram os

⁴ A modernização da agricultura brasileira consiste em um amplo processo de transformação na base técnica da produção agropecuária e na dinâmica das relações sociais no campo, bem como na maior integração entre agricultura e indústria. Esse processo se inicia no pós segunda guerra mundial e se intensifica na década de 1970, tendo grande apoio do Estado tanto em termos de créditos quanto de infraestruturas. Conforme Graziano (1998) a modernização resultou na própria industrialização da agricultura que passou a depender cada vez menos de condições naturais de solo, clima e relevo, e passou a ser cada vez mais dependente de insumos industriais, que criam de modo artificial as condições favoráveis para a expansão da produção e da produtividade. Mas as mudanças do avanço do capitalismo no campo não se restringiram aos aspectos técnicos, provocou impactos no meio ambiente, na distribuição demográfica, na divisão do trabalho, resultando no agravamento das desigualdades socioespaciais e econômicas, na permanência do latifúndio. Por isso esse processo é conhecido como modernização conservadora (Delgado, 2002)

impactos socioeconômicos das mudanças (como por exemplo, na divisão do trabalho) bem como das permanências (concentração fundiária, por exemplo). Bernardo Sorj, Geraldo Muller, Guilherme Delgado, Tamás Szmrecsányi, José de Souza Martins, Otávio Ianni, José Graziano da Silva, Wenceslau Gonçalves Neto são alguns dos autores que contribuíram nessa perspectiva crítica do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, que resultou em mais e maiores desigualdades socioespaciais.

No âmbito da geografia, o conceito de CAI, bem como a perspectiva crítica da modernização da agricultura, ganha destaque por meio da abordagem que FERREIRA (2002:63) designa como “Geografia Agrária Social”, que ganha adeptos a partir de meados da década de 1970 e tem como um dos pioneiros Manuel Correia de Andrade.

Nas décadas seguintes a temática da modernização, do papel dos conglomerados no condicionamento das dinâmicas socioespaciais ganha centralidade na obra de muitos geógrafos, entre os quais Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Rosa Ester Rossini, Júlia Adão Bernardes e Roberto Lobato Corrêa. Sem falar da enorme quantidade de dissertações e teses que são elaboradas a partir de análises das geografizações da industrialização da agricultura, dos CAI nas escalas local e regional.

Entretanto, seja no âmbito da Geografia, seja em outras áreas do conhecimento, não se usava o conceito de “agronegócio” para se referir a essa articulação de capitais propulsora de grandes transformações no processo produtivo agrícola e, por conseguinte, na organização socioespacial, tanto do campo quanto das cidades, das regiões modernizadas do Brasil.

Conforme HESPANHOL (2007), o emprego do termo *agronegócio* no Brasil ocorre a partir da última década do século XX, quando entidades patronais vinculadas ao setor agrário e agroindustrial, como CNA – Confederação Nacional da Agricultura, OCB – Organização das Cooperativas do Brasil e ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio, passam a difundir-lo entre os associados, no mercado financeiro, nos órgãos governamentais e na mídia. Assim, se populariza o uso da palavra agronegócio para designar “o conjunto dos segmentos produtivos que se articulam direta ou indiretamente com a agricultura moderna” (idem).

Uma das entidades que mais se empenham na difusão do termo agronegócio com esse significado é a Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG, fundada em 1993. Conforme ORTEGA (2005:86), desde o início da década de 1980 alguns líderes do movimento associativo do empresariado rural e agroindustrial já trabalhavam na perspectiva de constituir uma entidade que “representasse todas as cadeias do

agronegócio brasileiro, desde as indústrias de insumos agropecuários até as empresas de distribuição”. Entre essas lideranças o autor destaca Ney Bittencourt Araújo, empresário da área de grãos e sementes, e Roberto Rodriguez⁵, na época presidente da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB e empresário agroindustrial. E foi no contexto da disputa de interesses sobre a questão agrária, que marcou a elaboração da atual Constituição brasileira, que foi plantada a semente da ABAG.

Na época se formou uma “Frente Ampla da Agricultura”, que na prática era uma articulação de diversos segmentos econômicos e políticos contra a reforma agrária, defendida por movimentos sindicais e sociais. A Frente saiu vitoriosa da Constituinte na medida em que conseguiu limitar a possibilidade de expropriação às chamadas “terras improdutivas”, cuja definição se baseia em critérios imprecisos e indicadores desatualizados, tanto que teve pouca aplicação prática até os dias atuais.

Importante ressaltar que essa articulação, apesar de na época ser hegemônica pela UDR – União Democrática Ruralista, foi a expressão política da unificação de múltiplos interesses rurais e urbanos em torno da defesa da propriedade privada como princípio estruturador do Estado de Direito no país. Conforme MARTINE (1990) foi para defender essa bandeira que se constituiu uma aliança elitista entre o campo e a cidade.

A burguesia urbana cerrou fileiras com a burguesia agrária na Constituinte porque o direito à propriedade privada estava em jogo, mas não é por isso que se vai confundir UDR com a FIESP. A produção de alguns grandes conglomerados é significativa, mas muitos deles utilizam a terra somente para obter recursos subsidiados ou como reserva de valor (Martine, 1990, apud Ortega, 2005:77)

Passado o processo constitucional, a UDR fica enfraquecida tanto porque sua principal reivindicação já estava atendida – a garantia do direito de propriedade - quanto porque tinha sua imagem estigmatizada, associada à violência rural, o que dificultava o diálogo com setores mais modernos da agricultura, principalmente o setor agroindustrial. É nesse contexto que ganha força a proposta de uma entidade que reunisse todos os segmentos do “*agribusiness*”, como explica ORTEGA (2005:86).

⁵ Atual Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp, Professor do Departamento de Economia Rural da Unesp-Jaboticabal/SP. Ex-ministro da agricultura. Como empresário do agronegócio tem investimentos em várias áreas com destaque para produção de cana e álcool.

Diversas organizações por produto que haviam tomado parte do lobby agrário durante o período constituinte (1986-1988) formaram a chamada Frente Ampla da Agricultura. Mais tarde, esses grupos foram convocados para criar a ABAG, o que, em certo sentido, pode ser visto como tentativa de se institucionalizar a Frente Ampla e torna-la uma organização de caráter vertical, independente das organizações tradicionais de corte horizontal, unitarista, exclusivista, representante apenas do setor agropecuário, e não de toda a cadeia produtiva do agronegócio.

Assim, a ABAG, que tem sua origem vinculada a uma conservadora articulação política contra a reforma agrária na Constituinte, surge no cenário nacional como símbolo de um novo padrão de organização do empresariado rural e agroindustrial, que tem como prioridade pautas econômicas e “não ideológicas”, como mecanismo de atuação o diálogo com a sociedade civil e com governos e como “missão” “conscientizar os tomadores de decisão e os formadores de opinião para a importância e complexidade do agribusiness e a sua relevância no desenvolvimento sócio-econômico e a necessidade de trata-lo sistemicamente”(idem:88).

Na avaliação de ORTEGA (2005), a ABAG não consegue ser hegemônica na representação do interesse do patronato rural principalmente por privilegiar interesses agroindustriais e dar menor ênfase aos interesses agropecuários. Ainda assim, é uma importante articulação do agronegócio e deste com governos, tanto que seu ex-presidente Roberto Rodriguez foi ministro da agricultura no primeiro governo Lula. A entidade representa o agronegócio no CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) e o principal evento da ABAG, a feira internacional Agrishow, realizada em Ribeirão Preto – SP, é uma referência na difusão de novas técnicas e tecnologias para os diversos complexos agroindustriais.

A capacidade da ABAG de articular amplos setores na defesa do agronegócio pode ser medida pela diversidade do perfil de associados, que inclui bancos e empresas públicas, como Banco do Brasil, Petrobrás e Embrapa, grupos de comunicação como o Estado de São Paulo e a Rede Globo, a Pricewaterhouse uma consultoria muito influente no mercado econômico, a Bolsa de mercadorias e futuros - BMF e uma instituição de ensino de renome na formação de profissionais da área de agronomia, a FEALQ vinculada a Universidade de São Paulo - USP. Isso sem contar as grandes empresas nacionais e multinacionais da indústria para agricultura ou da agroindústria que atuam no Brasil. A relação completa dos 58 associados da entidade pode ser vista nos anexos desta pesquisa.

O resultado dessa articulação de capitais entre si e com o Estado é o aumento dos investimentos nos diversos complexos agroindustriais, o amplo apoio institucional que o agronegócio recebe das mais distintas esferas governamentais e a difusão no imaginário social da representação do agronegócio como corolário de desenvolvimento rural e de riqueza para o país.

Outro aspecto que precisa ser levado em conta nesse resgate da história da construção do conceito de agronegócio no Brasil é o contexto político e econômico da década de 1990, caracterizado pela implementação de um conjunto de reformas neoliberais, a reboque das determinações de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial.

Posteriormente analisaremos mais detidamente os fundamentos e os impactos do neoliberalismo no país. Por ora é importante registrar que nesse contexto o Estado reduz drasticamente seu papel social e econômico, no sentido de investidor direto, inclusive nas atividades agropecuárias, o que propicia o aumento da participação de conglomerados estrangeiros em vários setores do agronegócio, a concentração e centralização de capital nos complexos agroindustriais e uma grande expansão espacial das atividades vinculadas ao setor em vários estados do país, engendrando múltiplos impactos sócioespaciais.

1.2. Agronegócio em uma perspectiva crítica e multidisciplinar

A partir desse breve resgate do contexto sócio-econômico em que o uso do termo agronegócio se difunde no país, pode-se constatar que no Brasil seu significado extrapola a tradução literal de *agribusiness* e *filière*, na medida em que traz em seu cerne um evidente recorte de classe, um modelo de política-econômica para o país e uma estratégia de ocupar e condicionar os usos de espaços cada vez mais amplos em todas as regiões brasileiras.

Do ponto de vista da divisão de classes sociais, o agronegócio é atrelado às classes dominantes nas diferentes escalas. O caráter elitista do agronegócio brasileiro ganhou visibilidade no processo da Constituinte em que tanto grupos empresariais quanto latifundiários se uniram para inviabilizar a possibilidade de uma reforma agrária ampla e efetiva no país. Mas também se evidencia nos discursos de seus líderes de combate às lutas dos movimentos sociais; nos *lobbies* para impedir aprovação de leis favoráveis aos trabalhadores como a lei que prevê desapropriação de terras onde for

encontrado trabalho escravo; nos *lobbies* para garantir renegociações de dívidas favoráveis aos grandes proprietários rurais e extremamente prejudiciais aos cofres públicos; na defesa de projetos que beneficiam grandes grupos econômicos em detrimento de populações, como é o caso da transposição do São Francisco no nordeste do país, etc.

As empresas e pessoas físicas vinculadas ao agronegócio são, via de regra, detentoras de propriedades rurais e/ou urbanas, de indústrias, de ações e outras aplicações no mercado financeiro, de múltiplas formas de riqueza, de modo que há uma base material que justifica seu caráter elitista.

Evidentemente que como integrantes das forças políticas dominantes os grupos empresariais e empresários/as do agronegócio produzem discursos que escamoteiam esse caráter de classe, e se apresentam como agentes meramente econômicos, quando na verdade também atuam na esfera política, incidindo sobre as decisões governamentais desde a escala local até a nacional, e produzem ideologia. Na acepção marxista desse conceito, com a qual concordamos, a ideologia está sempre associada ao uso das idéias para dominar, para velar e/ou inverter a realidade.

O conceito de ideologia em Marx é inseparável dos seguintes elementos:

- ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa essa dominação em um conjunto de idéias;
- ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e, daí, sua justificação;
- ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de idéias e concepções de mundo particulares como sendo universais. (Iasi, 2007,81)

Nesse caso, se difunde a concepção de que o agronegócio é o grande motor da economia brasileira, quando, na verdade, responde por menos de 1/3 do PIB nacional⁶ ainda que em alguns estados e em muitos municípios de fato seja a principal força econômica. E se alardeia que o sucesso do agronegócio é bom para o país, de modo que os interesses dos capitais investidos nos seus diversos ramos de atividade aparecem como sendo interesse nacional. E os setores sociais que se contrapõem ao agronegócio

⁶ Conforme HESPANHOL (2007) A participação do agronegócio no PIB nacional varia de 27 a 35%, de acordo com os critérios que são empregados para o seu dimensionamento. GUILHOTO et al (2006), analisando a participação do agronegócio no Pib brasileiro entre 1995 e 2003, constata que no início da série temporal o Pib do Agronegócio correspondia a 30,1% e no final a 30,6%.

aparecem como sendo inimigos do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. Nesse sentido, a difusão do agronegócio como algo fundamental para o progresso do país tem evidentes interesses de tirar da agenda política e social do país outras concepções de agropecuária, como explica HESPANHOL (2007).

O termo “agronegócio” passou a ser utilizado de maneira cada vez mais ampla pela mídia e pelas organizações que representam os interesses dos agentes direta e indiretamente vinculados aos complexos agroindustriais do país a partir dos anos 1990, num esforço estratégico para demonstrar a competitividade e a importância do agronegócio, se contrapondo assim, aos interesses dos movimentos sociais que demandam a democratização do acesso a terra por intermédio da reforma agrária.

No que tange à política-econômica, o agronegócio defende as propostas neoliberais que resultam na abertura de novos *locus* de acumulação de capital, como as privatizações e as parcerias público-privadas, bem como a redução do papel do Estado na regulação do mercado de trabalho, no controle de recursos naturais e na garantia de direitos sociais universais, como saúde e previdência. Entretanto, reivindica políticas protecionistas, créditos subsidiados e investimentos estatais para viabilizar maior capacidade produtiva e rentabilidade aos setores do agronegócio. As forças hegemônicas do agronegócio no Brasil defendem que a base da economia do país devem ser a produção e a exportação de commodities. E é nessa perspectiva que intervém nas políticas agrária, agrícola, industrial, ambiental, cambial, tributária e trabalhista no país.

Quanto à dimensão espacial, o agronegócio busca continuamente ampliar seus territórios e, nos espaços apropriados, tem o poder de condicionar a produção e distribuição da maior parte da riqueza, contribuindo também para o seu reverso, a produção da pobreza.

Levando em conta todos esses elementos, é um equívoco considerar qualquer produção agropecuária ou agroindustrial como agronegócio, como tem sido feito aleatoriamente pelos meios de comunicação e por várias instituições públicas e privadas. Em nossa concepção faz parte da estratégia ideológica do capital ,empregado no agronegócio, o uso generalizado desse termo. Com isso, para o senso comum a produção de alimentos vai se tornando sinônimo de agronegócio.

A participação de representantes da agricultura familiar em eventos do agronegócio contribui para criar essa confusão no imaginário social, mesmo que esta

não seja a intenção dos governos que propõem e das organizações que aceitam,. Também contribuem para ampliar essa confusão estudos que - inclusive no intuito de mostrar a importância da pequena agricultura na geração de alimentos, emprego e renda - dividem o agronegócio em patronal e familiar (Guilhoto et al, 2006). Os agricultores que consomem insumos e máquinas modernos não podem ser confundidos com o agronegócio, caso contrário, todos nós consumidores de mercadorias, seríamos capitalistas.

Mesmo unidades agrícolas familiares integradas aos complexos agroindustriais como fornecedoras de matéria-prima não podem ser rotuladas genericamente como representantes do agronegócio. Via de regra, as famílias que trabalham nessas condições têm grande parte de sua renda apropriada pelos setores industriais devido à imposição de preços abaixo do valor e dos elevados custos de produção, como já demonstraram vários autores (Oliveira, 1986 e 2002; Amin e Vegopoulos, 1986).

Em nossa concepção, o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades sócioespaciais.

Entre os agentes que compõem essa engrenagem capitalista denominada agronegócio estão os agropecuaristas, que controlam processos produtivos em terras próprias e/ou arrendadas, que se dedicam a produzir alimentos-mercadoria, ou seja, produzem o que propicia maior lucro, não o que a população necessita ou o que é mais típico da cultura local. Esses “produtores/as rurais”, como gostam de ser chamados, ainda que na maioria dos casos não se envolvem nos processos de produção propriamente dito e sim na gestão dos negócios, apesar de terem poder econômico e político nas escalas local e regional, por concentrarem terras e outras formas de riqueza, não constituem os detentores dos capitais hegemônicos no agronegócio brasileiro. Isso fica evidente quando se analisa a composição do Produto Interno Bruto do agronegócio. Dados de 2003⁷ indicam que “os insumos representam 6,6%, a produção agropecuária

⁷ dados da CEPEA-USP, referentes ao ano de 2003 e apresentados por Silva e Nonnenberg, 2007, apud Hespanhol, 2007.

perfaz 31,1%, a indústria 30,3% e os serviços participam com 32,0% do total” do PIB do agronegócio no Brasil.

Além disso, o processo de valorização dos capitais investidos nos distintos ramos do agronegócio segue a mesma lógica de outros setores econômicos sob a égide do capital. Ou seja, se baseia na relação social típica do modo capitalista de produção: a exploração do trabalho pelo capital, a extração de mais-valia (Marx, 1985). Essa é a relação social hegemônica nos processos produtivos do agronegócio. Portanto, quando se considera a escala mundial e nacional, que são as escalas da maioria dos mercados do agronegócio, as atividades alicerçadas em relações de trabalho familiares, em que os produtores têm a propriedade dos meios de produção, não são centrais nos produtos do agronegócio, são periféricas. O que não impede que, em uma escala local, as atividades da agricultura familiar tenham relevância na produção de excedentes econômicos e movimente a economia.

Nesse sentido, simplificar o agronegócio como sinônimo de negócios com produtos agropecuários é desconsiderar seu viés elitista, sua dimensão político-ideológica, o modelo de política econômica em que se inser, sua complexa articulação interna e com outros setores da economia e sua capacidade de expansão espacial por meio da construção de territórios, nos quais tem o poder de, entre outras coisas, incluir ou inviabilizar a agropecuária e agroindústria alicerçada no uso da força de trabalho familiar.

Todavia, nos parece necessário entender que agronegócio não pode ser caracterizado apenas como “agricultura capitalista”. Trata-se, evidentemente, de uma forma capitalista de produção agrícola, mas que possui características bem demarcadas. Uma dessas características é o fato de que o agronegócio envolve uma ampla articulação de capitais, sob o controle de grupos econômicos multinacionais e cuja maximização de lucros é viabilizada de um lado, por um contexto de globalização neoliberal em que os capitais tem ampla liberdade de circulação, em que ocorre uma rápida difusão de informações, técnicas e tecnologias e, simultaneamente, uma intensa precarização do mundo do trabalho em todos os países capitalistas. Por outro lado, o agronegócio se viabiliza por meio da apropriação de espaços nos Estados para garantir recursos e condições políticas e jurídicas favoráveis às suas atividades.

Nesse sentido, propomos uma perspectiva de análise do agronegócio que tenha um caráter multidisciplinar, levando em conta aspectos político-ideológicos, socioeconômicos e espaciais. E uma abordagem crítica, preocupada em revelar os

interesses que estão por traz dos discursos e das ações, compreender as estratégias utilizadas para se consolidar e se expandir territorialmente, além de evidenciar a multidimensionalidade de seus impactos.

Feita essa tarefa de “limpar o terreno” do agronegócio, no campo conceitual, consideramos necessário uma breve discussão sobre outro conceito: Território. Nesse caso não se pretende “desconstruir” concepções, pelo contrário, trata-se apenas de evidenciar a concepção que adotamos. Do ponto de vista geográfico, a categoria Território é o fundamento teórico da nossa análise do agronegócio uma vez que traz implícita a dimensão de apropriação espacial, tanto no sentido material quanto simbólico.

1.3. Território – uma categoria fundamental para compreender o agronegócio

No contexto neoliberal, com a menor intervenção estatal, o que está longe de dizer sem a colaboração do Estado, cresce substancialmente a capacidade de agentes privados de ocupar e estabelecer prioridades de uso de vários espaços no Brasil, construindo e/ou ampliando territórios, em diferentes lugares do país.

Segundo CORRÊA (1994:251), “etimologicamente TERRITÓRIO deriva do latim Terra e Torium, significando terra pertencente a alguém”. Pertencer não necessariamente no sentido de propriedade, mas de apropriação.

Essa apropriação de um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Neste sentido, o conceito de território vincula-se a geopolítica. A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade. (...) Os dois significados podem, contudo, combinar-se definindo territórios plenamente apropriados, de direito, de fato e afetivamente.

Em um amplo resgate das concepções e conceitos de território, SAQUET (2007) constata que durante muito tempo o conceito de território ocupou espaço secundário nas abordagens geográficas, e quando utilizado era associado ao poder do Estado, conforme definiu Ratzel no século XIX. Este conceito ganha centralidade e é usado em novas perspectivas analíticas na segunda metade do século XX.

Uma das perspectivas que ganha destaque é a marxista. Influenciados por filósofos adeptos do materialismo-histórico, muitos geógrafos – como Dematteis, Harvey e Quaini – adotam a concepção de território “como espaço ocupado, apropriado, controlado, produto de relações sociais de produção que se reproduzem na formação do território” (Saquet, 2007:59). E procuram relacionar os processos espaciais com a teoria do valor.

Um dos filósofos mais influentes dessa nova abordagem espacial é Henry Lefebvre, a quem, segundo Harvey, “devemos a idéia de que o domínio do espaço é central na efetivação do poder social na vida cotidiana (...) como um mecanismo fundamental na busca do lucro e reprodução ampliada do capital” (Saquet, 2007:54).

Outros filósofos que são referência nesta perspectiva analítica são Gilles Deleuze e Felix Guattari para quem a relação do capital com o território pode ser sintetizada pelo seguinte esquema: T-D-R. Sendo T territorialização, D desterritorialização e R reterritorialização.

Esse esquema remete ao utilizado por Marx para descrever o movimento de reprodução do capital D-M-D', em que D é capital sob a forma dinheiro, M mercadorias (incluindo matérias-primas, meios de produção e força de trabalho) e D' é o capital valorizado pela extração da mais-valia, gerada na esfera da produção e realizada na esfera da circulação (Marx, 1985).

Nesse sentido, é nesse processo de D-M-D' que o capital produz os movimentos de T-D-R. “Há fluxo de propriedades que se vendem, fluxo de dinheiro que escorre, fluxo de produção e de meios de produção que se preparam na sombra, fluxo de trabalhadores que se desterritorializam(...)” (Deleuze e Guattari, 1976, apud Saquet, 2007:56). E uma grande parte desses fluxos foge ao controle do Estado.

Nessa perspectiva territorial são fundamentais as noções de “apropriação” e “uso”, e a dimensão econômica ganha centralidade. A influência dessa abordagem pode ser percebida no Brasil a partir da obra de Milton Santos, por exemplo. “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 1994:14).

Uma outra perspectiva analítica fora do campo de influência marxista é a que se baseia no conceito de “territorialidade” difundido pelo geógrafo inglês, Robert Sack, na década de 1980. Para ele, a territorialidade “supõe o controle sobre uma área ou espaço: é uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas” (Sack, 1986, apud Saquet, 2007:83).

Um aspecto importante nessas abordagens é que mesmo partindo de distintas concepções filosóficas, ambas negam a construção de territórios como prerrogativa do Estado, e enfatizam que outros atores sociais estabelecem relações de poder sobre um determinado espaço. Nesse sentido, “território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 1995:78). E a indagação que deve conduzir a análise territorial é “quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” (idem: 79)

Por serem espaços de poder os territórios não são permanentes. Isso porque “a idéia de poder tem intrinsecamente um componente de relação e de assimetria, ou seja, o poder se manifesta em situações relacionais de assimetria” (Castro, 2006:98). Isso exige de quem detém o poder a contínua a elaboração e implementação de estratégias para mantê-lo.

A temporalidade e a dinamicidade do território evidenciam que ele é contido por algo mais abrangente: o espaço. Conforme CORRÊA (1994:251), “o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”. Nessa mesma perspectiva analítica RAFFESTIN (1993:143) também faz uma interessante distinção entre espaço e território.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...), o ator “territorializa” o espaço.

Para este autor, o Estado é sem dúvida um ator sintagmático uma vez que “está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações” (idem:152). Mas enfatiza que há uma multidimensionalidade do poder, uma vez que outros atores, como as empresas e os indivíduos, também constroem território. Nessa mesma direção ANDRADE (1994:213) também se preocupa em diferenciar Território de outras categorias geográficas e afirma que

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os tentáculos por grandes áreas territoriais ignorando as fronteiras políticas.

Essa perspectiva que dá visibilidade a outros atores na análise territorial se fortalece no Brasil nas últimas décadas do século XX devido à crise do Estado-Nação que, por sua vez, resulta da intensificação do processo de globalização que, entre outras coisas, limita o poder dos estados nacionais na gestão territorial. Acompanhando essas mudanças na vida real, a análise geográfica passa a enfatizar a multidimensionalidade do poder. Segundo RUCKERT (2004:6-7)

A crise do Estado-nação de um modo geral, a crise do Estado Desenvolvimentista latino e, especialmente, sul americano em particular tem levado analistas a aproximarem-se de um objeto mais amplo e flexível em geografia política, qual seja o da multidimensionalidade do poder na gestão do território. A multidimensionalidade do poder (Becker, 1983, 1988; Raffestin, 1993) é conceituada no sentido de que diferentes atores produzem o espaço, (re)estruturam o território através da prática de poderes/políticas/programas estratégicos, gestão territorial, enfim.

Corroborando com essa tese de que a capacidade de ter e gerir território não é exclusiva do Estado, COSTA e GONÇALVES (2006) constataam que a construção de um território implica em um processo, ao mesmo tempo, de domínio (político-econômico) e de apropriação (simbólico) do espaço. Nesse sentido, “não há território que não seja instituído” (idem:14). Disso se deduz que não há território sem sujeito, ou sem um ator sintagmático, na expressão de Raffestin, que seja responsável pela sua instituição, portanto, pela sua apropriação e dominação. É a partir da análise territorial que se pode indentificar quem são esses atores e como atuam.

A perspectiva geográfica do poder, instrumentalizada pelo conceito de território nessa abordagem multidimensional, evidencia que a relação de poder sempre se materializa em um determinado espaço seja ele a casa, a empresa, a propriedade rural, o bairro, a cidade, o município, o estado, a região, o país, o continente, o mundo. Nesse sentido, a análise territorial possibilita visibilizar a dimensão espacial do poder e como esse poder sobre determinado espaço condiciona o conjunto das relações que, com e no espaço, se estabelecem. É nessa perspectiva que se pretende analisar a territorialização do agronegócio no Brasil.

1.4. Características gerais da territorialização do Agronegócio

Corroboramos com a tese de que são inerentes ao capitalismo seu caráter desterritorializador e globalizador (Costa e Gonçalves, 2006), uma vez que para o capital territorializar-se em geral promove desterritorializações: das formas não capitalistas de produção e circulação de produtos, entre os quais os alimentos; das pessoas, especialmente de trabalhadores e trabalhadoras, que se deslocam tanto porque são excluídos quanto porque são atraídos pela possibilidade de novas formas de inclusão; de técnicas e tecnologias que se dirigem para os lugares em que o processo de valorização do valor é mais amplo e/ou acelerado; de identidades socioculturais uma vez que estas são atreladas ao modo de vida que é transformado para se adequar às necessidades do capital que se territorializa; etc. Exatamente porque vem acompanhado de muitas desterritorializações esse processo implica sempre em muitos conflitos. Aliás, como observa HAESBAERT o processo de territorialização, à medida que se baseia em uma relação de poder, produz sempre um cenário conflituoso.

Se territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais, é evidente que, como toda relação de poder, a territorialização é desigualmente distribuída entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores (Haesbaert, 2004:259).

A territorialização do agronegócio, que também é marcada por muitos conflitos, ocorre à medida que segmentos da sua complexa articulação de capitais se apropriam dos espaços. Essa apropriação pode incluir ou não a propriedade de áreas. Como exemplos se pode citar a instalação de segmentos industriais (como agroindústrias, fábricas de fertilizantes e de máquinas agrícolas), de serviços (como empresas de comercialização e armazenamento, de assistência técnica, de transporte, revenda de insumos, crédito, etc), e o setor de produção agropecuária propriamente dita (que no caso brasileiro são basicamente commodities, especialmente a soja).

É necessário ressaltar que o agronegócio não é apenas uma articulação de capitais, mas também de técnicas, associadas aos processos de trabalho, dos distintos

segmentos capitalistas que o compõem. E, como constatou SANTOS (1997), “as técnicas são solidárias, quando se impõe uma técnica, cria-se a obrigação de trazer outras, sem as quais aquela não funciona bem”. Além dessa solidariedade técnica, há uma interdependência entre os capitais, uma articulação sistêmica (conforme se mostrou no item 1.1.), de modo que o processo de valorização de um está associado ao desempenho do outro. Esses fatores fazem com que a territorialização do agronegócio ocorra em bloco, um segmento nunca instala de forma isolada.

A moderna “agricultura científica” (Santos, 2003), baseada na ciência e na técnica, tem como pré-requisitos o fornecimento do segmento de insumos químicos, máquinas, equipamentos, projetos de irrigação ou drenagem, técnicas de correção de solo, crédito, assistência técnica, entre outros. E após a produção se impõe a necessidade de uma rede de transporte, armazenagem e comercialização, etc. Quanto mais complexo o bloco de capitais, maior a viabilidade econômica do processo de acumulação e maior o poder de apropriação material e simbólica do espaço, transformando-o em território do agronegócio.

Evidentemente que, como cada segmento do agronegócio é constituído por empresas que concorrem entre si, e entre os segmentos há disputas para abocanhar maior fatia do lucro total, a territorialização é marcada por muitos conflitos internos. Portanto, a solidariedade técnica e articulação sistêmica não eliminam a concorrência e a competitividade típicas do modo capitalista de produção e circulação de mercadorias, ainda que em boa parte dos segmentos atualmente predomine a oligopolização⁸ dos mercados.

Também é necessário entender que para um determinado espaço ser território do agronegócio não basta a presença física de empreendimentos como os que foram citados. Conforme se evidenciou anteriormente, a construção de território(s) implica, sobretudo, numa relação de poder. Portanto, um determinado espaço torna-se território do agronegócio quando nele os seus segmentos têm o domínio, ou seja, condicionam os usos do espaço; utilizam do poder econômico para adequar as decisões políticas a seus interesses; controlam o mercado de trabalho estabelecendo as condições e as remunerações, que servem de referência para outros setores da economia; atraem ou excluem investimentos de outros setores econômicos; enfim, condicionam o que

⁸ Situação em que poucas empresas dominam a maior parte do mercado.

SANTOS (1996) define como sendo os dois componentes do espaço, a configuração territorial e a dinâmica social.

A configuração territorial ou configuração espacial é dada pelo arranjo sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social: plantações, canais, caminhos, portos e aeroportos, redes de comunicação; prédios residenciais, comerciais e industriais, etc. A cada momento histórico, varia o arranjo desses objetos sobre o território.(...) A dinâmica social é dada pelo conjunto de variáveis econômicas, culturais, políticas, etc, que a cada momento histórico dão uma significação e um valor específicos ao meio técnico criado pelo ser humano, isto é, à configuração territorial (Santos, 1996:111/112).

No seu processo de territorialização o agronegócio se apropria dos espaços que já contam com uma densa configuração territorial, adequando o uso da mesma às suas demandas. Esse é o caso de lugares ou mesmo de regiões que já tem tradição de produção agrícola, mas que, à medida que foram apropriados pelo agronegócio, intensificaram e diversificaram o uso de técnicas, de informação e de métodos científicos nos processos produtivos, bem como ampliaram a integração com segmentos a montante e jusante da produção em escala mundial. No caso do Brasil, esse tipo de territorialização é mais comum nas regiões sul e sudeste e parte do centro-oeste que já haviam passado por um processo de modernização da agricultura.

Mas o processo de territorialização também inclui a apropriação de espaços com baixa densidade técnica e demográfica, que constituíam “lugares de reserva à produção e consumo agropecuários globalizados” (Elias; Pequeno, 2006:15). Segundo estes autores o sul dos estados do Maranhão e do Piauí e oeste da Bahia são exemplos de regiões em que a produção de soja tem promovido bruscas transformações no meio técnico e na dinâmica social. Em todos os casos, a territorialização do agronegócio provoca mudanças não só no campo, mas também nas áreas urbanas, como constata ELIAS (2006).

(...) As demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas tem o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais demandas, convertendo-as no seu laboratório, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão-de-obra e de todos os produtos e serviços necessários à sua realização. Quanto mais modernas se tornam essas atividades, mais urbana se torna sua regulação (Elias, 2006:60-61).

Assim, conforme essa autora, à medida que o agronegócio se espalha no território nacional vão se multiplicando as “cidades do agronegócio” (Elias, 2006). Estas podem ser cidades antigas, que são adaptadas para realizar as novas funções demandadas pelo agronegócio, ou cidades literalmente criadas pelo agronegócio, como é o caso de Luís Eduardo Magalhães⁹, no oeste da Bahia. O que caracteriza essas cidades - as antigas e as novas - é o fato de que “as funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções” (idem:63).

Desse modo, os territórios do agronegócio incluem espaços rurais e urbanos, que se conectam cada vez mais devido à acelerada difusão do meio técnico-científico-informacional¹⁰ que, por sua vez, produz o que SANTOS (1997b:51) denomina de “cientificização e a tecnicização da paisagem”, bem como a “informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço”. Conforme este autor, os espaços que apresentam essas características “atendem, sobretudo, a interesses de atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização”(idem).

Mas essa incorporação segue uma hierarquia funcional mundial, em que há as regiões que comandam e as que executam. Os territórios do agronegócio no Brasil, considerando-se uma escala mundial, constituem o que ELIAS (2006:73) denomina de “regiões do fazer, jamais regiões do reger”. Isso porque os processos do agronegócio no país seguem determinações e atendem interesses que são alheios aos lugares. De modo que não há ingerência das populações locais nem dos poderes públicos. Estes, aliás, em geral são obedientes às imposições das empresas ou são omissos aos ditames destas.

Assim, enquanto na escala nacional, e principalmente na escala local, os segmentos do agronegócio têm muito poder econômico, no contexto internacional o agronegócio brasileiro não é tão relevante, e isso pode ser confirmado pela reduzida participação país no comércio internacional, como demonstra OLIVEIRA (2003).

Os dados referentes a 1.980 e 1.985 indicavam respectivamente, que as exportações brasileiras (20,1 e 25,6 bilhões de dólares) representavam 1,21% e 1,37% das exportações mundiais (1.924,2 e 1.872,0 bilhões de dólares), e as exportações do agronegócio (9,4 e

⁹ Conforme ELIAS (2006:65-66) esse município foi criado em 2000, desmembrado de Barreiras, e na época contava com uma população de 10 mil habitantes. Em 2004 já possuía 40 mil habitantes, pessoas atraídas pelas possibilidades de emprego nas atividades agrícolas, basicamente soja, e nas agroindústrias instaladas nesse período.

¹⁰ O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação (Santos, 1997:44).

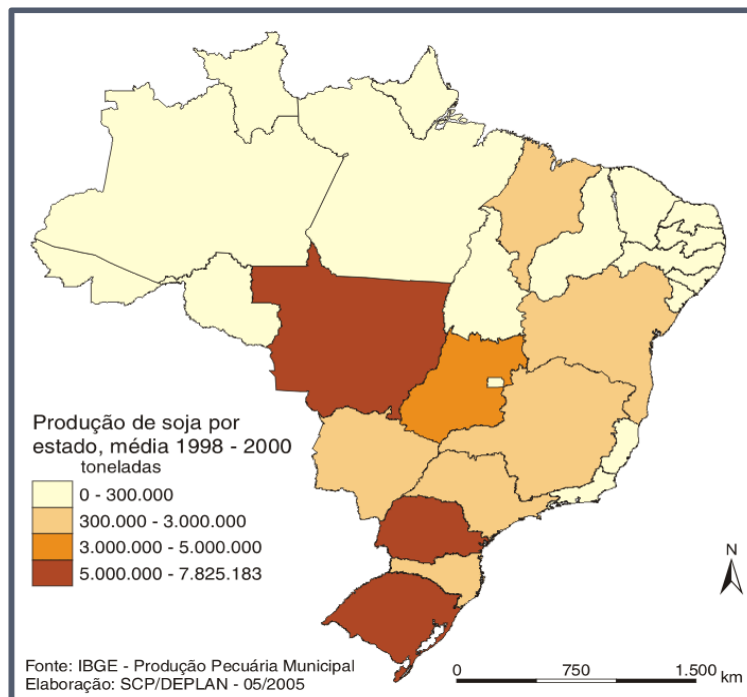
8,8 bilhões de dólares) representaram 0,48% e 0,47% das exportações mundiais. (...) Em 2.002 e 2.003, os indicadores apontavam respectivamente, que as exportações brasileiras (60,4 e 73,0 bilhões de dólares) representavam 0,96% e 1,02% das exportações mundiais (6.262,0 e 7.119,0 bilhões de dólares), e as exportações do agronegócio (24,8 e 30,7 bilhões de dólares) representaram 0,39% e 0,43% das exportações mundiais. (...) pode-se afirmar que mesmo em 2.003, as exportações do agronegócio não atingiram ainda o patamar de 1.980, nas exportações mundiais. O que isso quer dizer é que se amplia a produção para continuar com participação inferior em termos percentuais do que antes. O Brasil de 2.003, teve participação inferior nas exportações mundiais em termos percentuais em relação a 1.980: 1,2% contra 1,02% (Oliveira, 2003, 125-126).

Isso revela a importância da escala no processo de análise territorial. Pois se no âmbito internacional o agronegócio brasileiro tem pouco peso econômico, no âmbito nacional a realidade é diferente. Isso porque nos lugares que transforma em seus territórios, os segmentos do agronegócio constituem as atividades hegemônicas do circuito superior¹¹ da economia (Santos, 2004), controlando os principais fluxos (de mercadorias, incluindo mercadoria-dinheiro, de pessoas, de informação, etc.) e condicionando o uso dos fixos (vias de transporte, estruturas industriais e comerciais, redes de energia e comunicação, etc.). E um número significativo de lugares do interior do Brasil têm se transformado em territórios do agronegócio.

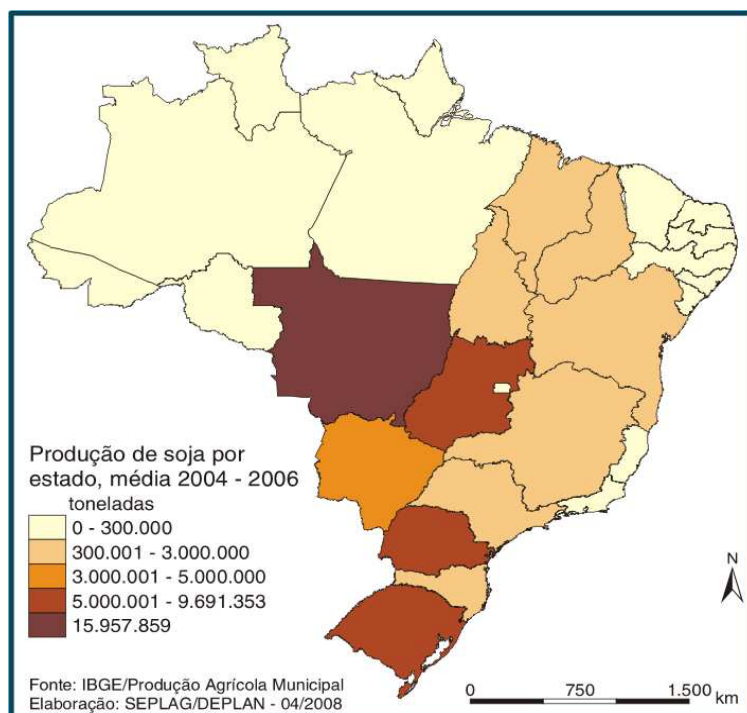
Para se ter uma dimensão da difusão do agronegócio no Brasil, tomemos o exemplo da expansão da produção de soja, uma vez que este é o principal produto agrícola brasileiro, tanto em termos de área plantada quanto de quantidade exportada. A comparação entre os mapas I e II evidencia o recente e acelerado aumento, tanto de área ocupada quanto de produtividade soja no país. Em termos geográficos essa expansão ocorre no sentido Sul-Norte e Sul-Nordeste, passando pelo Centro-Oeste, a região que nesse período se consolida como o celeiro de produção de soja do país.

¹¹ Conforme SANTOS (2004:40) o circuito superior é “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas, transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não capital-intensivo, pelos serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão”. Os dois circuitos são fruto da modernização tecnológica, mas o superior “consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles”. O inferior “se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas” (idem:38).

**Mapa I – Produção de soja, por estado e por quantidade média produzida –
Brasil – 1998-2000.**



**Mapa II – Produção de Soja, por estado e por quantidade média produzida –
Brasil – 2004-2006**



Como se pode observar nos mapas, nesse curto espaço de tempo, há uma acentuada expansão territorial da soja, principalmente nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. E, maior ainda é o crescimento da média de produção, em que a região Centro-Oeste, particularmente o estado do Mato Grosso, é o grande destaque. Entre 2004 e 2006 a produção média de soja no MT foi de 15.957.859 toneladas, o dobro da que obteve entre 1998 e 2000. Como analisamos anteriormente, a difusão dessas lavouras é acompanhada por um conjunto de outros segmentos do *mix* de capitais que compõem o agronegócio, produzindo múltiplos impactos e, por conseguinte, muitos conflitos.

Aliás, a territorialização do agronegócio, independente do segmento que serve como carro-chefe do processo, é sempre acompanhada de muitos conflitos uma vez que produz impactos no meio ambiente, na economia, na distribuição demográfica, na divisão do trabalho, no jogo de interesses políticos, enfim nas relações sociais com e no espaço. Para avançar no seu processo de territorialização, nesse cenário conflituoso, um dos principais mecanismos utilizados pelo agronegócio são as estratégias políticas que, na prática, criam as condições para que os diversos segmentos do agronegócio implementem suas políticas territoriais.

1.4.1. Estratégias Políticas do Agronegócio

No âmbito da política o agronegócio promove várias ações para obter apoios e criar um ambiente institucional favorável à sua territorialização. Entre os mecanismos mais utilizados está a eleição de pessoas diretamente vinculadas aos segmentos do agronegócio (empresários agropecuaristas e/ou agroindustriais) para cargos públicos, bem como o financiamento de campanhas eleitorais de políticos de distintos partidos, tanto na esfera do poder executivo quanto do legislativo.

A adoção dessa estratégia resulta na formação de uma base de apoio multiescalar – desde a escala local, o município, até a nacional – e suprapartidária. Assim, em nome dos interesses do agronegócio - que são defendidos pelos políticos beneficiados como sendo interesses do município, do estado e do país – se cria uma grande unidade política em que os antagonismos de classe, e suas respectivas representações político-partidárias, ficam em segundo plano.

Esse tipo de estratégia não é novidade na política brasileira. Mas, diferentemente de antigas articulações agrárias, que só agrupavam representantes dos chamados

partidos de direita, e tinham sua imagem associada ao latifúndio e à violência no campo, a representação política do agronegócio envolve políticos de múltiplos partidos, inclusive dos que têm uma história associada às lutas pelos direitos da classe trabalhadora e em defesa da reforma agrária. Em consonância com a flexibilização econômica e produtiva, característica da globalização neoliberal, a partir da década de 1990 há uma flexibilização de princípios éticos e de programas políticos-partidários que é muito bem aproveitada pelo agronegócio ao utilizar essa estratégia.

Uma das mais importantes “conquistas” do agronegócio, garantida por esse mecanismo de representação política institucional, foi a aprovação da Lei Complementar 87/96, que isenta do pagamento de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias) os produtos primários e semi-elaborados voltados para exportação. Essa lei, conhecida como lei Kandir, numa referência ao economista Antônio Kandir que a propôs quando era deputado federal por São Paulo, foi aprovada em 1996 e é um dos fatores que contribui para o aumento surpreendente das exportações de *commodities*.

Por outro lado, essa lei vem provocando grande redução da receita tributária de estados em que as atividades agropecuárias e agroindustriais para exportação tem elevada participação econômica, pois o ICMS é uma das principais fontes da arrecadação. O governo federal deve repassar aos estados o valor do imposto que deixam de arrecadar com a aplicação da lei Kandir, mas como os pagamentos atrasam ou são repassados em volume muito menor do que o valor isentado, os estados que exportam *commodities* ficam bem prejudicados. Esse é o caso do Mato Grosso - principal produtor de soja do Brasil atualmente, como explica BRANDÃO (2005).

O valor atual da arrecadação é semelhante ao de 1996, quando Mato Grosso tinha uma participação de 1,94% nas exportações, enquanto hoje se situa entre 8 e 10%. Cabe lembrar que em 2004, 75% das exportações de Mato Grosso faziam parte do complexo sojífero, correspondendo 44% ao grão in natura, 22% ao farelo e 8,98% ao óleo degomado e refinado, significando escassos benefícios diretos ao estado (Galesso, 2005), resultando em perdas que atingiram 621 milhões de reais em 2003. (Brandão, 2005:147)

A diminuição da receita dos estados implica em menos recursos para investimentos sociais, como saúde e educação. Ainda assim, nos debates sobre endividamento dos estados, que estão constantemente na agenda dos parlamentos e da mídia, a revogação da lei Kandir não entra na pauta. Fala-se muito sobre a lei de responsabilidade fiscal e a necessidade dos governantes em promoverem “choque de

gestão” para melhorar a aplicação dos recursos cada vez mais escassos, mas nada ou muito pouco se fala sobre quem se beneficia com a redução de impostos.

Além de utilizada pelo agronegócio de forma geral, essa estratégia política eleitoral também é frequentemente usada setorialmente por complexos agroindustriais, como é o caso da área de celulose no Rio Grande do Sul. Nos últimos anos o crescimento das monoculturas de árvores para celulose no estado enfrentou muita resistência de movimentos sociais e ambientais. Para garantir as condições favoráveis à expansão do plantio e das fábricas de celulose, as empresas do setor deram generosas contribuições a dezenas de candidatos de distintos partidos nas eleições de 2006. O resultado foi a eleição de um governo e de muitos parlamentares apoiadores destas empresas, como mostram os dados do Tribunal Eleitoral sobre os financiamentos de campanhas dos políticos eleitos nesse pleito no RS.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revelam que pelo menos 21 deputados estaduais e 14 deputados federais do Rio Grande do Sul receberam dinheiro da Aracruz Celulose para o financiamento das campanhas eleitorais de 2006. As informações são prestadas pelos próprios candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE. As três maiores empresas de celulose que estão em fase de expansão no Rio Grande do Sul doaram cerca de R\$ 1,360 milhão para 75 candidatos a deputado e governador na última eleição. A empresa finlandesa Stora Enso doou R\$ 103 mil para candidatos a deputado estadual e federal. Já a Votorantim Celulose e Papel, outra grande empresa em fase de expansão na Zona Sul do Estado, destinou R\$ 348 mil às campanhas eleitorais no RS. A Aracruz é a campeã de doação. A empresa, que teve sua imagem prejudicada com a invasão da Via Campesina no dia 8 de março, em Barra do Ribeiro, e com os conflitos com populações indígenas no Espírito Santo, desembolsou mais de R\$ 900 mil nas campanhas dos candidatos gaúchos. (Fonte: Agência de notícias Chasque, 23/11/2006, www.agenciachasque.com.br)

Essa base de apoio político estadual, bem como de prefeitos e vereadores dos municípios afetados pelos plantios e atividades industriais, que também receberam doações dessas empresas em suas campanhas eleitorais, garantiu, por exemplo, a elaboração de uma nova legislação ambiental no estado extremamente permissiva aos investimentos das empresas, aprovada em abril de 2008, em substituição ao zoneamento ambiental relativamente restritivo que havia sido concluído em 2007.

Portanto, as estratégias políticas eleitorais do agronegócio, tanto de forma unitária quanto setorial, são fundamentais para garantir aprovação de legislações favoráveis, a realização de investimentos estatais que beneficiem direta ou indiretamente o setor, e também para impedir a aprovação de medidas que possam

contrariar seus interesses. E, apesar das ações de âmbito nacional terem mais visibilidade, a utilização desse tipo de estratégia nas escalas local e regional tem sido determinante para a territorialização do agronegócio, uma vez que é no âmbito do município e do estado que efetivamente se materializam por exemplo as concessões de terrenos e o não cumprimento das legislações ambientais que poderiam inviabilizar os investimentos.

Outra estratégia política institucional do agronegócio, mas não de caráter eleitoral, é a apropriação de uma multiplicidade de espaços entre os quais se destacam as universidades e outros centros de pesquisa. Tanto nas instituições públicas quanto privadas se criaram muitos programas de pós-graduação sobre agronegócio, a maioria numa perspectiva pouco crítica.

Além disso, em um número significativo de instituições se constituíram grupos de estudo e laboratórios voltados não apenas para estudar o tema, mas para desenvolver pesquisas que resultem em produtos e serviços que efetivamente são utilizados pelo agronegócio nas mais diversas áreas do conhecimento. Sendo que, muitas dessas pesquisas são diretamente encomendadas por grupos do agronegócio, especialmente multinacionais¹², que exigem a garantia de “segredo de resultados”, mesmo quando são desenvolvidas em instituições públicas.

Uma importante estratégia política do agronegócio está relacionada também a ocupação de espaços nos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, revistas, internet). Com esses veículos o agronegócio desenvolve uma estratégia comercial, voltada para incentivar vendas de seus produtos, feita pelas empresas individualmente, e também uma estratégia política-ideológica que envolve o conjunto do agronegócio. Nesse caso, a meta principal é criar no imaginário social uma representação que associe agronegócio não apenas à geração de produtos agrícolas para exportação, mas também de emprego, renda e alimentos para o país. Recentemente, inclusive o agronegócio vem adotando o discurso da responsabilidade social e ambiental.

Mesmo quando não há como negar os impactos do agronegócio, por exemplo em relação ao meio ambiente, a ofensiva política-ideológica atua no sentido de criar o consenso de que as vantagens do agronegócio superam as desvantagens, numa análise simplista de custo-benefício que supervaloriza o retorno financeiro dos investimentos e desconsidera os custos sócio-econômicos e ambientais. A operacionalização dessa

¹² Um exemplo é a parceria da Monsanto com a Embrapa para o desenvolvimento de variedades de sementes transgênicas mais adequadas à realidade brasileira.

estratégia na mídia ocorre tanto por meio de propagandas quanto da participação freqüente, em alguns veículos cotidianos, de defensores do agronegócio, que de forma explícita ou velada, transmitem mensagens que atendem aos interesses do agronegócio. Um aspecto que contribui muito para essa estratégia é o fato de que muitos veículos de comunicação são de propriedade de empresários que também investem no agronegócio.

A partir desses exemplos pode-se constatar que as estratégias políticas constituem um mecanismo fundamental para viabilizar a apropriação simbólica e material de uma multiplicidade de espaços, sendo, portanto, um dos fundamentos do processo de territorialização do agronegócio no Brasil. No que tange à estratégia territorial, ou seja, de ampliar a apropriação de espaços, o agronegócio tem dois fortes aliados: o latifúndio e o Estado. O papel dessa tríplice aliança é o objeto de nossa análise na seqüência.

1.5. A tríplice aliança agronegócio-latifúndio-Estado como base para a expansão territorial do agronegócio

Conforme afirmamos na introdução as modernas produções do agronegócio no Brasil se desenvolvem sob uma arcaica estrutura fundiária e com o apoio de uma “mão bem visível” do Estado. Portanto, existe no Brasil, e muito provavelmente em outros países latino-americanos, uma tríplice aliança formada pelo agronegócio-latifúndio-Estado, que cria as condições favoráveis para territorialização do agronegócio no contexto de implantação das políticas neoliberais no país, a partir da década de 1990.

A aliança com o latifúndio revela que, no seu processo de territorialização, o agronegócio traz elementos novos – nos aspectos técnicos, nas articulações políticas, na articulação de capitais investidos nos negócios de base agropecuária, entre outros – mas, também carrega as heranças da história e da espacialidade do modo capitalista de produção no território brasileiro. Entre essas heranças está o latifúndio¹³.

A evolução do Índice de Gini de concentração da terra no Brasil é um importante indicador de que o desenvolvimento da moderna agricultura capitalista não promove desconcentração fundiária, pelo contrário, em muitas regiões até intensifica a concentração da terra, como mostra a tabela 1.

¹³ Latifúndio é usado nesta tese como sinônimo de grande propriedade fundiária, independente de ser produtivo ou não. Essa ressalva é importante porque alguns autores denominam latifúndio apenas as grandes propriedades improdutivas.

**Tabela 1: Evolução do Índice de Gini – propriedade da terra –
Brasil e grandes regiões – 1967 – 2000.**

Grandes Regiões	1967	1972	1978	1992	1998	2000
Norte	0,882	0,889	0,898	0,878	0,871	0,714
Nordeste	0,809	0,799	0,819	0,792	0,811	0,780
Sudeste	0,763	0,754	0,765	0,749	0,757	0,750
Sul	0,722	0,706	0,701	0,705	0,712	0,707
Centro-Oeste	0,833	0,842	0,831	0,797	0,798	0,802
BRASIL	0,836	0,837	0,854	0,831	0,843	0,802

Fonte: Estatísticas rurais 2008 (Dieese/Nead -2008:34).

Como se observa na tabela 1 em toda a série temporal o índice de Gini para o conjunto do Brasil ficou em torno de 0,8, o que revela a perpetuação de uma acentuada concentração fundiária, independente das mudanças políticas, econômicas e territoriais ocorridas no país nesse intervalo de tempo. Analisando os dados dos três levantamentos mais recentes (1992,1998 e 2000) observa-se que a maior concentração ocorreu na região Centro-Oeste, que é onde mais cresceu o agronegócio no país na década de 1990. Aliás, nessa década as grandes propriedades concentraram muita terra, como verificou CARVALHO (2004:51), a partir de informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

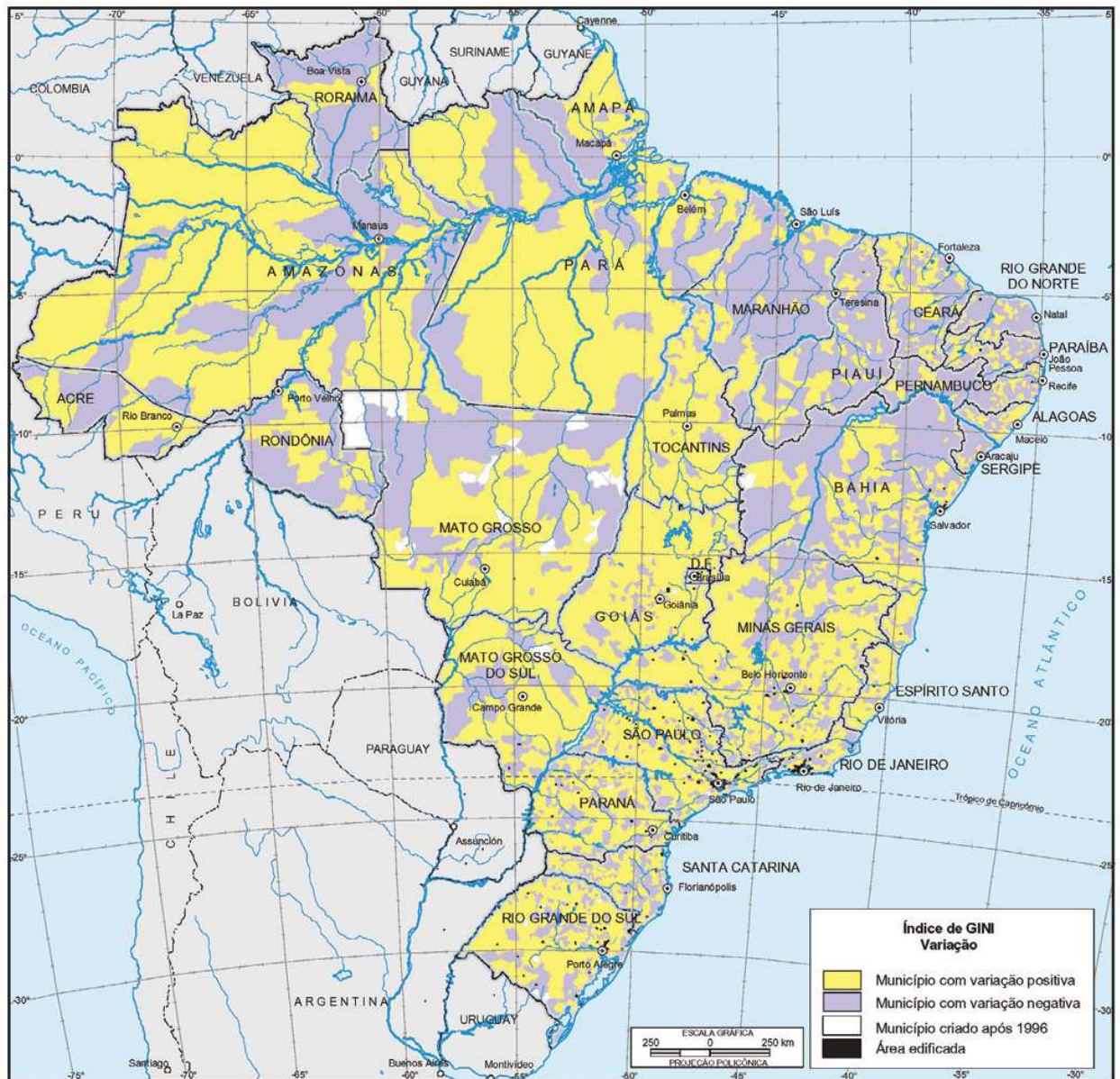
Entre 1992 e 1998 a área ocupada por imóveis maiores de 2.000 hectares foi ampliada em 56 milhões de hectares, o que representa três vezes mais que os 18 milhões de hectares que o governo Fernando Henrique Cardoso afirma ter desapropriado durante os seis anos do período considerado.

Na região sul, por exemplo, onde se fez o estudo de caso desta pesquisa, os dados da tabela 1 mostram que o índice de Gini para propriedade da terra no ano de 2000 era maior do que em 1972, o que revela que a modernização da agricultura, que ocorreu nas três últimas décadas do século XX, de fato pode ser denominada de modernização conservadora, na medida em que o pacote tecnológico foi implantado sobre uma arcaica estrutura fundiária.

Comparando-se dados do último censo agropecuário (o censo 2006), divulgado pelo IBGE em 2009, com os que foram realizados nas décadas de 1990 e 1980 constata-se que nas décadas anteriores o índice de Gini manteve-se praticamente inalterado, e no período mais recente, que coincide com grande expansão do agronegócio, houve aumento deste indicador. Em 1985 o índice de Gini da área total dos estabelecimentos

agropecuários no Brasil era de 0,857; em 1995 o indicador sofre uma pequena redução para 0,856 e em 2006 passou para 0,872, o que indica uma elevação da concentração fundiária (IBGE, 2009). O Mapa III possibilita visualizar essa evolução do índice de Gini no período destes três censos.

Mapa III - Variação do Índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários por município – Brasil – censos agropecuários de 1995, 1996 e 2006



Fonte: Censo Agropecuário 2006 - IBGE (2009).

Como se pode visualizar no Mapa III a cor predominante na maior parte do território brasileiro é o amarelo, que indica uma variação positiva do Índice de Gini no período dos censos. As manchas rochas, que indicam uma variação negativa do

indicador, tem uma contigüidade maior nas regiões Norte e Nordeste, as mais pobres do país. Quando se observa as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em que o agronegócio domina parte significativa dos estabelecimentos rurais, o que “salta aos olhos” é a elevação do índice de Gini.

A maioria dos imóveis rurais no Brasil é pequena, entretanto os milhares de pequenos estabelecimentos ocupam pouca terra. Enquanto as grandes propriedades correspondem a poucos imóveis, mas ocupam amplos espaços, como se pode constatar na tabela 2.

Tabela 2: Estrutura Fundiária – Brasil – 2003

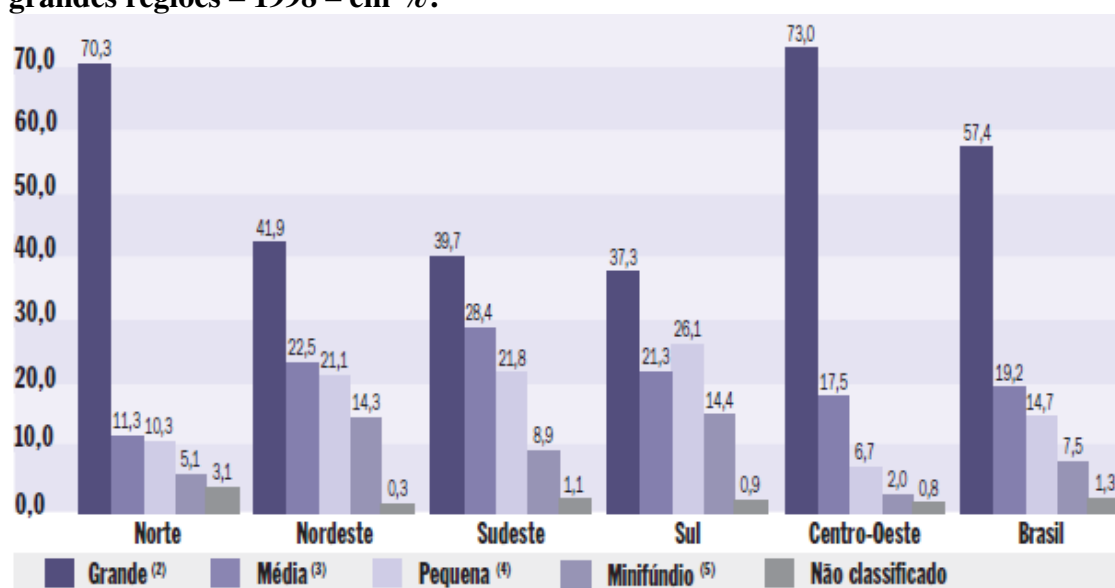
Estratos área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média (em ha)
	Nº de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1.338.771	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
TOTAL	4.238.447	100,0	420.345.362	100,0	99,2

Fonte: Estatísticas rurais 2008, com base em dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Dieese/Nead -2008:30).

Na tabela 2 se pode observar que, por um lado, mais de 50% dos imóveis do país tem até 25 hectares, podendo ser considerados minifúndios, e juntos ocupam apenas cerca de 6% da área total - aproximadamente 27 milhões de hectares. Por outro lado, as propriedades com mais de mil hectares somam apenas 1,7% dos imóveis, mas ocupam 43,7% da área total – cerca de 183,6 milhões de hectares.

O gráfico I possibilita uma melhor visualização da desigual distribuição da terra no país, ao mostrar que 60% das terras do Brasil estão em poucas mãos, ou seja, são latifúndios, que na classificação do IBGE formam o grupo “grandes propriedades rurais”.

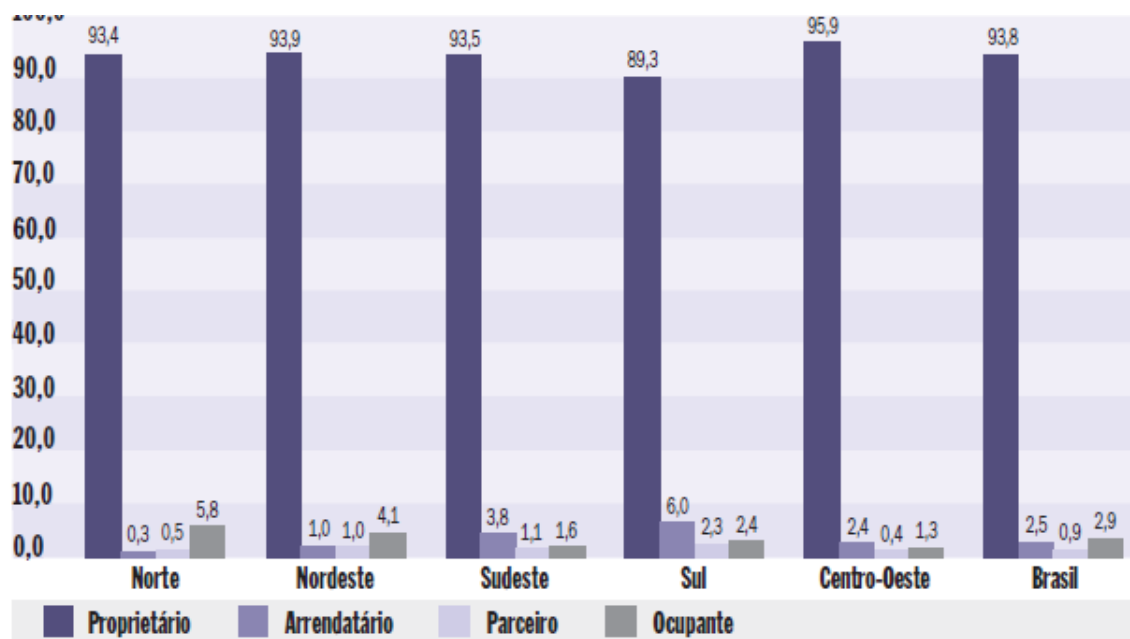
Gráfico I: Distribuição da área total dos imóveis rurais por categoria – Brasil e grandes regiões – 1998 – em %.



Fonte: Estatísticas rurais 2008, com base em dados do INCRA (Dieese/Nead -2008:31).

Ao se observar no gráfico I a distribuição da terra nas regiões verifica-se que no Norte e Centro-Oeste do país estão os maiores percentuais de latifúndios (mais de 70% da terra está no grupo “grande” propriedade), e na região Sul há o menor percentual, mas são muitos latifúndios (37,3% da área é classificada como “grande”). Aliás, em todas as regiões as grandes e médias propriedades reúnem mais de 60% das áreas rurais. E, como mostra o gráfico II, o uso da terra no Brasil é condicionado pela propriedade .

Gráfico II: Distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor – Brasil e grandes regiões – 1995-1996 (em %).



Fonte: Estatísticas rurais, com base em dados do IBGE – censo agropecuário (Dieese/Nead -2008:43).

Observa-se no gráfico II que, quando se considera todo o país, 93% das áreas são usadas pelos proprietários. A região Centro-Oeste é a que apresenta o percentual mais elevado de áreas sendo usadas pelos proprietários, aproximadamente 96%, mas, em todas as regiões esse percentual fica em torno dos 90%. A categoria ocupante atinge o maior percentual na região norte (5,8%), as de arrendatário e parceiro na região sul, com 6% e 2,3%, respectivamente. Estes dados revelam que a propriedade da terra condiciona o acesso das pessoas à produção agropecuária no país, de modo que a reforma agrária segue sendo fundamental para possibilitar o acesso das pessoas pobres à terra, por conseguinte à agropecuária no Brasil.

Na Constituição de 1988, uma das grandes conquistas dos movimentos sociais foi a inclusão do conceito de “função social da terra” na legislação brasileira. Isso implicava que deveriam ser desapropriadas para efeito de reforma agrária áreas que não cumprissem uma série de exigências sócio-econômicas entre as quais, um índice mínimo de produtividade agropecuária e o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental. Entretanto, a aliança agronegócio-latifúndio está transformando em “produtiva”, no sentido capitalista de ser produtora de mercadorias, uma grande quantidade de terras que antes eram classificadas como “latifúndios improdutivos”, por conseguinte promovendo uma elevação do preço da terra. Isso se verifica principalmente nos chamados novos fronts de produção de grãos para exportação, como é o caso da região dos cerrados piauienses. Segundo ALVES (2006:240)

O acompanhamento do preço do hectare de terra nos últimos anos nos principais municípios de produção de grãos, como Uruçuí e Bom Jesus, permite constatar a valorização dessas áreas, particularmente as dos platôs, mais procuradas para a agricultura moderna. Atualmente um hectare de terra bruta nos platôs é vendido pelo preço médio de trinta sacas de soja. Em meados de 1990, entretanto, este hectare custava dez sacas de soja. No final dos anos 1980, pagava-se pelo hectare apenas uma saca de soja. Antes disso, porém, em meados daquela década, as terras planas dos platôs valiam bem menos, costumava-se dizer, na região, que o hectare poderia ser adquirido pelo “preço de uma cerveja”. Mas, apesar da sua recente valorização, o preço da terra ainda é o principal atrativo da população que chega aos cerrados piauienses.

Um dos fatores que contribui para elevar o grau de utilização e, por conseguinte, o preço das terras é a instalação de grandes empresas de segmentos do agronegócio. No caso dessa região do Piauí a instalação de uma fábrica de esmagamento de soja da

empresa transnacional Bunge, entre 2002 e 2003, intensificou esses processos (idem).

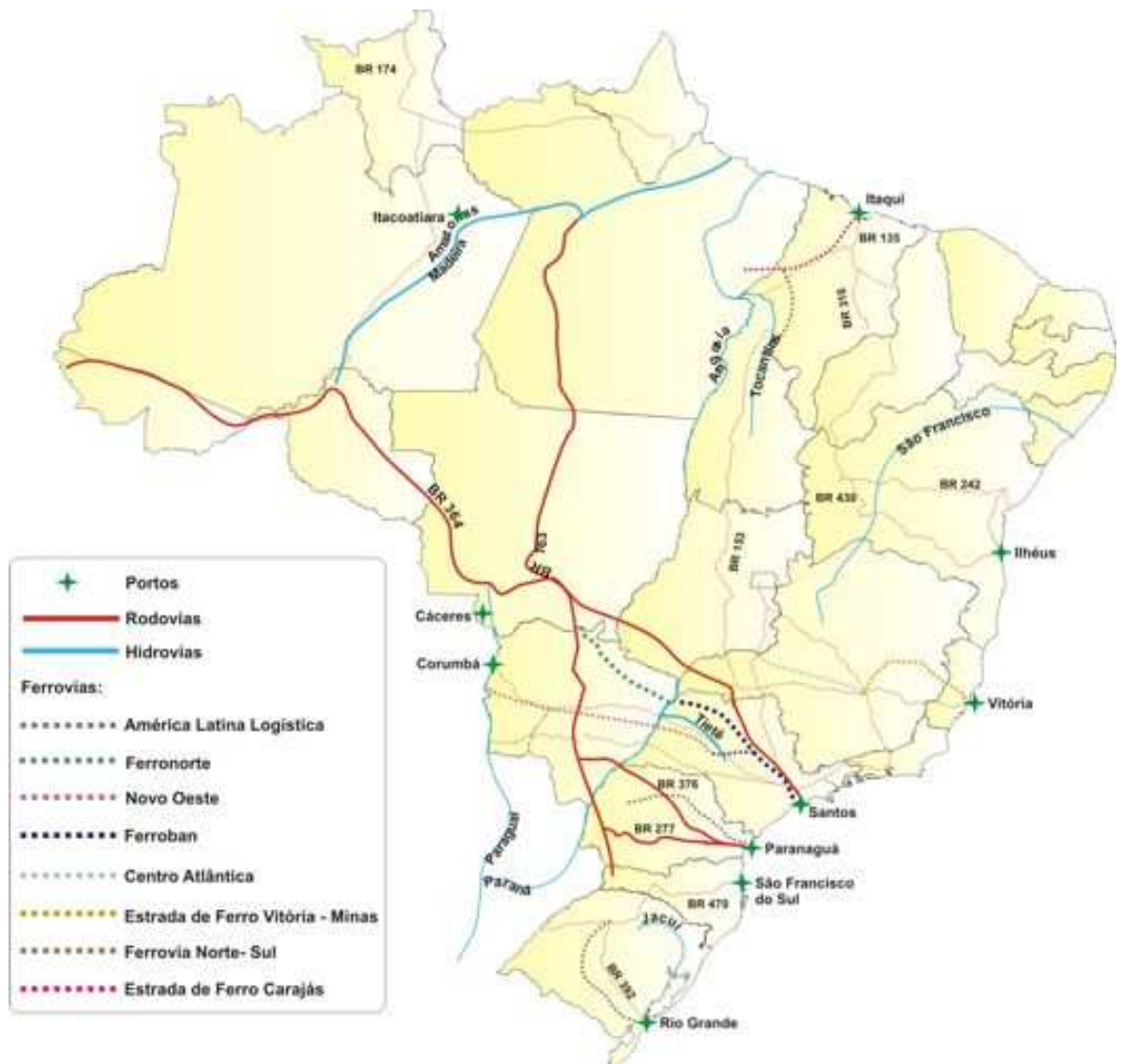
Situação semelhante ocorreu na metade sul do Rio Grande do Sul, uma região em que predominam latifúndios e pecuária extensiva. Mas na última década a região se tornou alvo de investimentos de empresas da área de celulose, o que provocou mudanças na paisagem e elevação nos preços das terras. Empresas como Aracruz, Votorantim e Stora Enzo adquiriram muitas áreas para plantio de eucaliptos, provocando especulação no mercado de terras. Exemplos como estes podem ser encontrados em muitos outros lugares, comprovando que à medida que o agronegócio se expande territorialmente há uma tendência de aumento da concentração fundiária. E, em muitos casos esse processo é patrocinado por recursos públicos. No caso das empresas de celulose, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, do governo federal, é um dos grandes financiadores e em alguns casos é sócio dos investimentos de expansão, que resultam em aumento da concentração de terras.

Além do financiamento de grandes projetos, através dos bancos de desenvolvimento nacional e/ou regional, o Banco do Brasil também é uma importante fonte de capitalização de grandes empresas do agronegócio por meio do crédito rural, como demonstram os seguintes dados, referentes ao ano de 2003.

Valores repassados pelo Banco do Brasil: Aracruz celulose – R\$ 1.167 bilhão, Cargil R\$ 921 milhões, Bunge R\$ 607 milhões, ADM R\$ 585 milhões, Nestlé R\$ 330 milhões, Rhodia R\$ 304 milhões, Souza Cruz R\$ 189 milhões, Basf R\$ 120 milhões, Monsanto R\$ 68 milhões, Bayer R\$ 58 milhões. Total financiado R\$ 4.349 bilhões. (Jornal Sem Terra, maio/2004, p.15. Citando como fonte: Banco do Brasil e Banco Central).

Mas a principal contribuição do Estado para a territorialização do agronegócio é por meio de investimentos para equipar o território facilitando os processos de produção e circulação de commodities. Em todas as regiões do país são os investimentos públicos, especialmente do governo federal, que dão suporte à expansão territorial do agronegócio. Nesse caso a palavra suporte tem sentido lato uma vez que é o Estado que realiza as principais obras na infraestrutura de transportes (rodoviário, aeroportuário, ferroviário e portuário), de energia, entre outras que vão moldando os espaços conforme as demandas do capital. Ou seja, o Estado instrumentaliza o território para o consumo do capital. Isso pode ser constatado quando se observa, por exemplo, as vias de escoamento da soja no país, ilustradas na figura 1.

Figura 1: Vias de escoamento da soja no Brasil



Fonte: HESPANHOL (2007)¹⁴

Um aspecto comum a todas essas vias é o fato de terem sido fruto do investimento direto ou indireto do Estado, ainda que algumas delas estejam hoje privatizadas. Esse é o caso da ferrovia utilizada para transportar a soja no Rio Grande do Sul, que liga a região noroeste do estado, partindo de Cruz Alta, até o porto de Rio Grande. Ela foi inteiramente construída com recursos públicos e no final da década de

¹⁴ Figura utilizada pelo professor Nivaldo Hespagnol em conferência durante o III Encontro de Grupos de Pesquisa, realizado em Porto Alegre, julho/agosto, 2007.

1990 foi adquirida pela empresa América Latina Logística – ALL, que inclusive é uma das empresas pesquisadas no estudo de caso.

Assim, seja através de investimento direto, seja através do financiamento de grandes obras, o Estado vai instrumentalizando o espaço, garantindo as condições favoráveis para a acumulação de capital, enfim, viabilizando a territorialização das empresas, entre as quais as do agronegócio, em múltiplos pontos do território nacional e uma maior fluidez das mercadorias e do próprio território, pelo encurtamento das distâncias e aceleração do processo de valorização do valor.

Além disso, conforme já se comentou anteriormente, o Estado, em todas as esferas governamentais, cria uma série de facilidades para a expansão do agronegócio entre as quais as isenções de impostos, a concessão de áreas para implantação de indústrias ou de experimentos agropecuários. Sem contar a aprovação de leis como a liberação dos transgênicos e mais flexibilidade nas regras ambientais. São ações como estas que levam SANTOS (1997) a questionar o discurso do enfraquecimento do Estado frente ao processo de Globalização. “O Estado atual, o Estado da globalização, caracteriza-se não por uma fragilidade, mas, ao contrário, pela fortaleza no que toca ao serviço de uma economia não humana, enquanto se esquece do social”.

Por isso, diante da retórica neoliberal de redução do papel do Estado, convém sempre questionar: Estado mínimo para quê e para quem? No próximo item se discutirá a face bárbara do agronegócio, cuja expansão territorial, como se viu, é viabilizada pelo Estado. Isso revela como a redução do papel do estado é altamente seletiva.

1.6. A barbárie da moderna agricultura capitalista

A aliança do agronegócio com o latifúndio faz com que a expansão territorial da moderna produção agropecuária perpetue não apenas a arcaica estrutura fundiária, mas também os métodos truculentos de garantir a apropriação da terra, como diz DELGADO (2004)

O tripé que marcou a modernização conservadora da agricultura brasileira – pata de boi, esteira de trator e rifle de jagunço – continua dando o tom da expansão do agronegócio no século XXI, sendo a Amazônia a região em que mais se mata e desmata no Brasil. (Delgado, 2004, apud Alentejano, 2008:249)

Isso significa que a modernidade das técnicas, não implica em uma nova ética. Pelo contrário, tanto que a expansão do agronegócio é acompanhada pelo acirramento dos conflitos agrários no Brasil. A partir de dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT OLIVEIRA (2003:4) verificou que

Em 2.000, aconteceram 660 conflitos; em 2.001, foram 880; em 2.002, registrou-se 925; e em 2.003 até o mês de agosto já são 536 os conflitos. Entre os conflitos trabalhistas destacam-se aqueles relativos à superexploração e ao respeito aos direitos e particularmente, a presença do registro de 45 casos relativos ao trabalho escravo em 2.001 e 147 em 2.002. Aliás, estes que vinham caindo de 1993 até 1998 quando foram registrados 14 casos, voltaram a crescer e atingiram o maior número de casos desde 1990.

E, ainda que a Amazônia seja a região onde ocorre a maior parte dos homicídios, quando se considera a totalidade dos conflitos a maioria ocorrem no Centro-Sul do país, onde se intensificou a territorialização do agronegócio, e a aliança do agronegócio com o Estado. De modo que a mediação dos conflitos pelo Estado tem resultado em mais violência, como destaca ALENTEJANO (2008)

Observa-se uma nítida mudança no padrão da violência no campo brasileiro, com o predomínio da violência privada na década de 1980 e da forte repressão estatal nos anos de 1990-2000, no rastro do crescimento da mobilização dos trabalhadores rurais, especialmente a multiplicação das ocupações de terra, ao que o Estado brasileiro responde com o incremento do número de despejos judiciais. O que poderia ser evocado por alguns como avanço democrático, uma vez que a resolução dos conflitos passaria a se dar na esfera pública, mediada pelos poderes Judiciário e Executivo, parece-nos, ao contrário, a evidência da persistência do caráter patrimonialista do Estado brasileiro, onde os interesses da propriedade privada permanecem intocados, ao arripio da própria ordem constitucional que prevê a função social da propriedade. Assim, ao contrário de uma democratização da sociedade brasileira, em que as reivindicações populares passam a ser crescentemente incorporadas pelo Estado sob a forma da ampliação dos direitos sociais, o que constatamos é o reforço do papel repressivo do Estado diante das manifestações populares. Evidências desse processo são a medida provisória 2.318/2001, que criminaliza ocupações de terra, e a aprovação pela CPMI da Terra no Congresso Nacional de um relatório final que classifica as ocupações como crime hediondo. (Alentejano, 2008:249-250).

E mesmo com a eleição do governo Lula, cujas lideranças tem uma história atrelada à defesa da reforma agrária, essa situação se manteve, uma vez que a referida

medida provisória e tantas outras legislações que favorecem os proprietários rurais continuam em vigor. E nos estados também é prática comum as tropas policiais serem usadas para garantir o direito de propriedade, mesmo que sob o derramamento de sangue de sem terras¹⁵.

Outro aspecto que revela a face bárbara do agronegócio é o aumento da insegurança alimentar no Brasil. Os constantes aumentos de produção e produtividade agrícola não implicam em maior e melhor situação alimentar e nutricional da população, isso porque a prioridade do agronegócio é produzir commodities, não alimentos. Assim, vive-se no Brasil, bem como em outras partes da América Latina, uma situação surreal em que se produz e exporta tantos alimentos, entretanto grande parte da população tem dificuldade de se alimentar, conforme revelam a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e outros estudos.

Na última pesquisa divulgada, com dados de 2002-2003, 46,6% das famílias brasileiras afirmaram ter dificuldade em obter alimentos suficientes, sendo que para 13,8% delas, a dificuldade era freqüente. Na região Norte, as proporções eram, respectivamente, de 63,9% e 17,2%, e, na Região Sudeste, de 60,8% e 19,3%, números extremamente elevados, que mostram a gravidade do problema no país. Aplicando-se a escala de segurança alimentar desenvolvida pela Universidade de Warwick, adaptada para o caso brasileiro, a situação é mais crítica. Os dados levantados pela PNAD 2004 demonstram que 39,9 milhões de brasileiros (21,7% do total), distribuídos em 9,7 milhões de domicílios estão sujeitos à condição de insegurança alimentar grave ou moderada. Tomando-se as pessoas com rendimento mensal domiciliar inferior a 1 Salário Mínimo o contingente observado na pesquisa é de 34,8 milhões o que representa 78,7% da população cuja renda per capita mensal é inferior a 1 Salário mínimo e 88,1% de toda população identificada com o nível de insegurança alimentar moderada ou grave. (Silva et al, 2006:15)

Conforme relembra GONÇALVES (2004:245), em meados do século XX, Josué de Castro já dizia que “a vergonha não é que hoje exista a fome e, sim, que hoje a fome conviva com as condições materiais para resolvê-la”.

¹⁵ Exemplo recente dessa prática foi o assassinato do trabalhador rural sem terra Elton Brum da Silva, morto pela polícia durante um despejo no município de São Gabriel – RS. O trabalhador foi assassinado pelas costas. Parte da fazenda Southal, onde este trabalhador foi assassinado, já foi transformada em assentamento. O total da área ultrapassa 12 mil hectares.

No entanto, quanto mais se produz *commodities* menos se produz alimentos, porque apesar de ambos serem obtidos a partir do uso humano das riquezas naturais, os alimentos são produzidos conforme a lógica que Marx denominou de valor de uso, enquanto as mercadorias agroalimentares são produzidas conforme a lógica do valor, ou seja são produzidas para possibilitar aos capitalistas maior acumulação de capital, não para atender às necessidades das pessoas.

Um último aspecto que revela a capacidade do agronegócio de unificar barbárie e modernidade (Oliveira, 2003), é o uso de tecnologia de ponta aliado com condições subumanas de trabalho. Um exemplo dessa dualidade é o setor da cana de açúcar em São Paulo, que utiliza colheitadeiras informatizadas e ao mesmo tempo explora até a exaustão a força de trabalho humana, como ocorria nos tempos da escravidão no país.

Nos anos 80, o lavrador fazia cinco toneladas de cana por dia. A mecanização da colheita o obrigou a ser mais produtivo. O corta-cana derruba agora oito toneladas por dia. Para abater toda essa cana, precisa dar 8.000 golpes com seu facão. (...) O trabalhador deve cortar a cana rente ao chão, encurvado. Usa roupas mal-ajambradas, quentes, que cobrem o corpo, para que não seja lanhado pelas folhas da planta. Mas se acidenta mesmo assim. Se corta com o facão, tem lesões por esforço repetitivo. O excesso de trabalho causa a "birola": tontura, desmaio, cãibra, convulsão. A fim de agüentar dores e cansaço, toma drogas e soluções de glicose, quando não farinha mesmo. Têm havido mais mortes por exaustão nos canaviais. (Jornal Folha de São Paulo, 11/03/2007)

E além da intensificação da exploração da força de trabalho, o agronegócio – em consonância com o receituário neoliberal do contexto político-econômico em que se expande no Brasil – promove uma reestruturação no mercado de trabalho dos setores que engloba. Essa reestruturação - ainda que tenha gerado alguns poucos empregos com altos salários para quem detém os conhecimentos técnicos exigidos - para a maioria dos trabalhadores dos territórios do agronegócio ampliou o desemprego e a precarização das condições de trabalho. O resultado foi o aumento da produção da pobreza e da exclusão social nestes territórios. E esses processos afetam de forma ainda mais severa as mulheres. Vamos examinar essa temática mais de perto no próximo item.

1.7. O (não) lugar da mulher no mundo do trabalho vinculado ao agronegócio

O enxugamento do mercado de trabalho é um eficiente mecanismo de produção e reprodução da pobreza social. E nos municípios em que o agronegócio é a base da economia as mulheres são as maiores vítimas desse processo que se intensificou na década de 1990. Estatísticas do Dieese/Neade (2006:102), revelam que em todo o Brasil as mulheres são as maiores excluídas do mundo do trabalho rural no período de implantação das políticas neoliberais no país, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Variação do pessoal ocupado na agropecuária - Brasil 1993-2004
(em 1.000 pessoas)

<i>Pessoal ocupado na agropecuária</i>	<i>1993</i>	<i>2004</i>	<i>Variação em %</i>
Homem	11.930,0	12.063,0	1,1
Mulher	6.213,2	5.670,9	- 8,7
Total	18.143,2	17.733,8	- 2,3

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2006)

Isso significa que há um recorte de gênero no processo de “enxugamento” do mundo do trabalho rural. Vários estudos, realizados em diferentes regiões do Brasil, analisando distintas produções vinculadas ao agronegócio, evidenciam que a força de trabalho feminina é excluída e/ou incluída de forma precária no mundo do agronegócio.

ROSSINI (2002:12), ao analisar a condição da força de trabalho feminina empregada no corte da cana de açúcar no estado de São Paulo, constatou uma série de transformações na vida dessas trabalhadoras nas últimas décadas entre as quais: diminuição relativa da mulher na força de trabalho, aumento da participação da mulher na chefia da família e aumento da migração tanto feminina quanto masculina. Verificou também que está havendo um maior controle sobre o corpo feminino, na medida em que os empregadores fazem pressão para que as mulheres realizem laqueaduras (operação que esteriliza as mulheres) ou exigem atestado médico comprovando a não gravidez.

Em estudos sobre os impactos da expansão da fruticultura em municípios do nordeste brasileiro, CAVALCANTI et al (2006) constatam a precarização do mercado de trabalho por meio da redução do nível de emprego e da flexibilização das relações trabalhistas com a expansão do trabalho terceirizado, de modo que muitos empregos são oferecidos por empresas especializadas e não pelos produtores.

Segundo os autores também é evidente o predomínio de relações trabalhistas informais e temporárias. No Vale do São Francisco, por exemplo, o Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Petrolina (PE) estimava que no início da década de 2000 cerca de 60 mil pessoas trabalhavam em atividades vinculadas a fruticultura na região, mas somente metade tinha carteira assinada, os outros 50% era informais, não tinham direitos trabalhistas. E do total de trabalhadores apenas 25 mil teriam empregos fixos e 35 mil temporários. (Silva, 2001, apud Cavalcanti et al, 2006:130).

No que se refere à questão de gênero os autores constatam que na maior parte das áreas ocupadas pela fruticultura a força de trabalho feminina é excluída. No Platô de Neópolis, estado de Sergipe, por exemplo, era visível a desigualdade de gênero tanto nos empregos permanentes quanto nos temporários. Levantamento feito em junho de 2004 verificou que 811 pessoas trabalhavam nesse segmento do agronegócio no Platô, dessas 651 eram empregadas permanentes – sendo 620 homens e somente 31 mulheres – e 160 eram temporárias – 147 homens e apenas 13 mulheres (Cavalcanti et al, 2006:130). A partir desses dados os autores concluem que

Enquanto os homens ocupam a quase totalidade dos postos de trabalho, as mulheres se inserem apenas de forma precária e pontual, embora no discurso dos técnicos e gerentes haja o reconhecimento do trabalho feminino como o mais adequado para as tarefas mais leves como adubação e cata às baratas do coqueiro, ambas atividades temporárias. As mulheres são consideradas também mais atenciosas, detalhistas, obdientes e limpas, apesar destas características serem fundamentais para poucas atividades na agricultura do platô.(idem, ibidem)

A exclusão feminina do mundo do trabalho rural também foi constatada na região sul do Brasil. SCHENEIDER e RADOMSKY (2001:4), a partir da análise de dados do IBGE/PNAD¹⁶, verificam que em números absolutos a redução da população rural não-metropolitana no Rio Grande do Sul, entre 1992 e 1999, foi de aproximadamente 120 mil pessoas. E a principal causa disso foi “desempenho ocupacional declinante” de três setores da agricultura que absorviam força de trabalho familiar: soja, fumo e milho. Sendo a soja a maior responsável pela redução da PEA rural com a expulsão de 127 mil pessoas no período por eles analisado. Conforme os autores, o maior contingente expulso das atividades agrícolas no Rio Grande do Sul nesse período fazia parte da categoria “trabalhadores rurais”. Na classificação do IBGE esta categoria é formada pelos membros não remunerados da família, e é aí que se

¹⁶ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, que é realizada anualmente pelo IBGE em áreas urbanas e rurais.

concentra a maior parcela da população rural feminina. Portanto, as mulheres estão entre as mais excluídas das atividades agrícolas no Rio Grande do Sul na década de 1990.

Estas informações da condição feminina nas áreas de cultivo destes três segmentos do agronegócio: cana, frutas e soja, evidencia que independente do tipo de produto a força de trabalho feminina é excluída ou incluída de forma precária nos processos produtivos. Também demonstra que isso não ocorre de forma localizada, uma vez que os estudos abrangem distintas regiões (sudeste, nordeste e sul) e diferentes estados (São Paulo, Sergipe e Rio Grande do Sul) do país. Evidentemente, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho não é uma criação do agronegócio, nem do neoliberalismo, mas é intensificada com esses fenômenos. Para entender como e porque isso acontece, consideramos pertinente fazer um resgate da condição feminina no mundo do trabalho, em nossa formação socioespacial, à luz do conceito de gênero. E esse é o tema do nosso próximo capítulo.

Capítulo II

Desigualdade de Gênero – elementos históricos e impactos no mundo do trabalho

Nos últimos anos o conceito de gênero tem se consolidado como um importante instrumento analítico para dar visibilidade ao caráter histórico e sócio-cultural dos papéis e dos espaços masculinos e femininos, portanto para “desnaturalizar” a opressão feminina ao revelar as bases materiais e simbólicas das desigualdades entre homens e mulheres.

Apesar das transformações ocorridas no mundo no século XX, que alteraram completamente a economia, a distribuição demográfica, os hábitos e costumes da população, produzindo muitos impactos na vida das famílias e particularmente na das mulheres, a condição feminina na sociedade ainda é marcada pela discriminação tanto na esfera privada quanto na pública. Ou seja, a mulher segue sendo uma cidadã de segunda categoria.

Longe de ser apenas um sentimento, a desigualdade nas relações de gênero é uma realidade que se materializa na vida das mulheres, dentre outras formas, através da reduzida participação política, do menor controle sobre bens materiais, na menor remuneração do seu trabalho em todas as partes do mundo, nas diversas formas de violência que marcam o cotidiano de milhares de mulheres em todos os países.

É um dos grandes obstáculos para romper essa situação é o fato de que ao longo da história a desigualdade de gênero adquiriu status de “natural”, por isso se manteve mesmo com o desenvolvimento do capitalismo que revolucionou tão profundamente a estrutura e a superestrutura das formações sociais anteriores.

O conceito de gênero surge exatamente para romper esse determinismo biológico como suporte da opressão feminina, que está presente tanto no senso comum quanto nas argumentações “científicas”. Por meio de análises sócio-históricas os estudos baseados no conceito de gênero têm contribuído para evidenciar que a desigualdade entre homens e mulheres é socialmente construída através da atribuição a estes de papéis diferenciados e hierarquizados.

Los atributos sexuales son una realidad biológica, pero género es un producto del proceso histórico. El hecho de que las mujeres tengan

hijos responde al sexo; que las mujeres los críen se debe al género, una construcción cultural. El género es el principal responsable de que se asignara un lugar determinado a las mujeres en la sociedad. (Lerner, 1990, apud Petersen, 1999:16)

Desse modo, o conceito de gênero permite abrir a “caixa de Pandora¹⁷”, revelando o segredo guardado, a sete chaves, há vários séculos: as mulheres estão condenadas a serem cidadãs de segunda categoria não por forças naturais, biológicas, e sim por forças sociais que se manifestam em múltiplas dimensões e espaços.

Ao dirigir o foco para o caráter “fundamentalmente social”, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. (...) Pretende-se, desta forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (Louro, 1997:20/21)

Enfim, como constata MELLO (2005:5), “o uso do conceito de gênero trata, assim, de dar conta dessa vivência diferenciada das mulheres e homens na vida econômica e social”. Nesse sentido, a questão de gênero é, por essência, multidimensional.

O Gênero se constrói e se expressa em muitas áreas da vida social. Inclui a cultura, a ideologia e as práticas discursivas, mas não se restringe a elas. A divisão do trabalho por gênero, no lar e no trabalho assalariado, a organização do estado, a sexualidade, a estruturação da violência e muitos outros aspectos contribuem para a construção das relações de gênero (...) a diferença de gênero se associa à desigualdade de gênero, com os homens exercendo poder sobre as mulheres. (Dicionário do Pensamento Social do século XX -1996, apud Petersen, 1999, p.15:16).

¹⁷ Na mitologia grega Pandora é a primeira mulher criada pelo deus Zeus e enviada aos homens. Por curiosidade ela abre uma caixa que pertencia ao marido Epitemeu. Nessa caixa estavam guardados todos os males. Ela tenta fechar novamente a caixa, mas só consegue reter um dos males, o temor por antecipação, que algumas vezes é traduzido do idioma grego também como esperança (informação obtida em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pandora>). É comum se utilizar a expressão “caixa de Pandora” como sinônimo de algo que intencionalmente se que seja pouco conhecido.

O conceito de gênero é utilizado no universo acadêmico desde a década de 1970 (Bock, 1991, apud Petersen, 1999), mas ganha destaque em vários países da Europa e nos Estados Unidos nos anos de 1980 e 1990 à medida que é apropriado também pelo movimento feminista. No Brasil esse conceito passou a ser usado pelas diferentes correntes do movimento feminista no final do século XX e na avaliação de feministas permitiu avançar tanto no debate teórico quanto nas estratégias de luta das mulheres.

Entretanto, muitas feministas chamam atenção para a necessidade de articular o conceito de gênero com outras categorias analíticas como classe e etnia, uma vez que a forma e o conteúdo da desigualdade de gênero não são iguais para todas as mulheres (Nobre e Faria, 1997; Araújo, 2000). No que tange ao mundo do trabalho, por exemplo, vários estudos confirmam que as mulheres trabalhadoras pobres são mais excluídas que as ricas, e que as negras são muito mais discriminadas do que as brancas¹⁸.

Uma contribuição importante do conceito de gênero para os movimentos feministas vinculados às organizações de trabalhadores é revelar a fragilidade do argumento, que durante muito tempo foi usado pelas entidades e partidos de esquerda, de que a luta pela transformação social, entendida como geral, deve ter prioridade sobre as lutas específicas, como as das mulheres.

As relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais e, portanto, não existe uma oposição entre questão das mulheres (que seria específica) e questão da sociedade (que seria geral). Os mundos do trabalho, da política e da cultura também se organizam conforme a inserção de mulheres e homens, a partir de seus papéis masculinos e femininos. Portanto, não existe uma luta geral e depois uma específica, mas em todas as situações que queremos modificar, temos que considerar a superação das desigualdades entre homens e mulheres. (Nobre e Faria, 1997, apud Campos, 2005:17)

Nesta perspectiva de análise, a dominação de classe é considerada fundamental, mas não suficiente para explicar a totalidade das desigualdades reais entre os sujeitos sociais, bem como as respectivas representações sociais deles. Pois mesmo dentro das classes oprimidas há desigualdades de condições de vida e assimetria de poder alicerçadas em outras formas de dominação como a de gênero, por exemplo.

O uso do conceito de gênero acelerou mudanças importantes nas abordagens teóricas das desigualdades entre homens e mulheres em vários campos de produção intelectual e vem motivando muitas propostas de políticas públicas de promoção do

¹⁸ O item 4.3. traz alguns dados que confirmam essa realidade.

chamado *empoderamento* feminino. Entretanto, na vida real as transformações seguem um ritmo bem mais lento, de tal modo que o cotidiano das mulheres ainda é marcado por muitas discriminações. E o mundo do trabalho é um *locus* privilegiado de observação da produção e reprodução das assimetrias de poder, de oportunidades e de rendimentos, entre outras.

2.1. Bases históricas da desigualdade de gênero na divisão socioespacial do trabalho

Para compreender essa problemática das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho é fundamental o aporte teórico de gênero, que permite, como sugere BOCK (1991), apud PETERSEN (1999:18) “rastrear a las mujeres en la história”. Ou seja, só é possível compreender a condição feminina como trabalhadora atualmente quando se analisa os papéis que historicamente foram atribuídos ao gênero masculino e feminino, em nossa formação socioespacial.

ALMEIDA (2003:60), analisando a situação das mulheres brasileiras no século XIX, constata que a sociedade burguesa promove uma grande transformação no papel social da mulher, mas reforça a subordinação feminina e encontra na natureza a justificava “racional” para isso. No campo da representação se constrói uma espécie de “tipo ideal”¹⁹ burguês em que a figura feminina adulta passa a ter como corolário o casamento e a maternidade.

Com a ascensão social da burguesia na Europa surge uma nova mentalidade ligada à família, agora uma entidade intimista e sentimental, (...). Diante da bandeira democrática da igualdade entre todos os homens, definir a subalternidade da mulher pela obediência ao marido seria um contra-senso ideológico. A subalternidade foi então atribuída à natureza: todos os homens nasciam livres e iguais; quis, no entanto, a natureza que as mulheres, pelas suas qualidades (maior sensibilidade), e deficiências (menor capacidade de raciocínio e menor força física), fossem destinadas à maternidade. E para melhor se dedicarem a essa sublime função elas deviam abdicar de participar do espaço público, fazendo do espaço privado, o lar, o seu mundo.

¹⁹ Utilizamos a terminologia “tipo ideal” numa referência ao conceito weberiano de tipos ideais de dominação. Ver Cohn, Gabriel, “Weber – Coleção Grandes Cientistas Sociais”, n. 13, São Paulo, Ática, 1979.

Nesta mesma perspectiva de análise, REIS, apud CAMPOS (2005:20), ao fazer uma retrospectiva histórica dos tipos de famílias, demarca o século XVIII e a Europa como o tempo e o espaço de construção da família burguesa, na qual a maternidade é estabelecida como a principal função social feminina.

A família burguesa estabelece uma rigorosa divisão dos papéis sexuais: o marido passa a ser o provedor material da casa e a autoridade dominante, considerado racional e capaz de resolver quaisquer dificuldades. À mulher coube a tarefa de cuidar da casa e dos filhos. Considerada mais emotiva e menos racional, a mulher passou a ser economicamente dependente do marido e submissa a ele em todos os aspectos. (...) Ter e educar filhos se constitui no principal objetivo do casamento burguês. E essa tarefa absorve todo o tempo da mãe. (...) ²⁰.

Muitas teorias, em várias áreas do conhecimento, foram produzidas para dar caráter científico a esta concepção que atribui à inferioridade feminina à natureza. Para ALMEIDA (2003:60) Rousseau foi o principal teórico dessa construção.

Ninguém contribuiu mais amplamente para forjar essa mentalidade do que Jean Jacques Rousseau. Suas idéias sobre a mulher e sua função natural de mãe, expostas em Emílio e em La Nouvelle Héloïse, passaram a ser a bíblia da nova mentalidade burguesa. A noção de igualdade ficava mantida, já que não eram os homens que queriam dominar as mulheres; elas se queixavam sem razão, pois “essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão: cabe a quem a natureza encarregou do cuidado dos filhos” (Rousseau, 1979:419, 415).

Importante notar que esse “tipo ideal” forjado em consonância com o estilo de vida da burguesia, foi sendo paulatinamente adotado pelo conjunto da sociedade, de tal modo que a família monogâmica patriarcal, centrado na tríade pai-mãe-filhos, em que o homem adulto é o “chefe” da família se tornou o modelo de família hegemônico à medida que o modo de produção capitalista foi se consolidando nos diferentes lugares.

Isso reforça a tese marxista de que em uma sociedade dividida em classes, a classe dominante, na medida em que controla a estrutura econômica e condiciona a

²⁰ Reis, apud Campos (2003) esclarece que em outros tipos de família que existiram na Europa, como a Aristocrática e a Camponesa, não havia uma valorização tão grande do espaço privado e o cuidado das crianças pequenas não era responsabilidade principal das mães. Na aristocracia os servos assumiam esta função, inclusive a amamentação em geral era realizada pelas amas de leite, e para o campesinato a família era toda a aldeia, neste contexto o cuidado das crianças era socializado sendo feito especialmente pelas moças e mulheres idosas.

superestrutura político-jurídica à manutenção/proteção das relações sociais que lhes são favoráveis, também tem grande poder no processo de formação da consciência social e grande influência nos estilos de vida.

As idéias da classe dominante são em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (Marx e Engels, 1991:72)

Ao forjar esse “tipo ideal” feminino que estabelece uma relação umbilical entre mulher e maternidade, a burguesia definiu a reprodução (física e social) como a função social prioritária das mulheres. Nesse sentido, quaisquer outras tarefas só poderiam ser cumpridas se não atrapalhassem a maternidade. Entre outras coisas isso limitou a participação feminina no mercado de trabalho. Um exemplo disso é um anúncio de uma fábrica de papel em 1865, justificando a decisão de não contratar mulheres.

A fim de evitar que as crianças sejam negligenciadas nas suas casas, não empregamos mães com filhos pequenos na nossa fábrica, exceto se forem viúvas, mulheres abandonadas pelos seus maridos ou cujos maridos sejam incapazes de ganhar a vida (Scott, 1994, apud Nogueira, 2004:18).

Mas, se por um lado a moral burguesa estava preocupada em preservar a família, por outro a racionalidade burguesa sempre voltada para a maximização dos lucros nunca prescindiu do trabalho feminino, muito pelo contrário afirma SAFFIOTI (1976) apud NOGUEIRA, (2004:17). “A inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial”. Segundo a autora, o capitalismo nascente usufruiu bastante do trabalho das mulheres das “camadas inferiores” da sociedade por meio da intensificação do trabalho, da extensão da jornada e de salários menores que os masculinos.

Uma das justificativas para a super-exploração era o fato de que as mulheres só poderiam se dedicar ao trabalho industrial por curtos períodos de suas vidas, “pois depois de se casarem ou de terem filhos deveriam abandonar os seus empregos, e somente voltariam a ele caso seus maridos não tivessem a capacidade de sustentar a família” (Scott, 1994, apud Nogueira, 2004:15).

Infelizmente essa concepção não é coisa do passado. Ainda hoje, em muitas sociedades, incluindo a brasileira, predomina o pensamento e a prática social de atribuir ao homem o papel de provedor da família. Isso, além de contribuir para a manutenção do machismo, possibilita aumento de lucros para o capital, pois na medida em que o trabalho feminino remunerado é visto como complementar se justifica que o salário das mulheres seja menor. O resultado é um rebaixamento geral dos salários à medida que a força de trabalho feminina vai se tornando massiva em uma determinada atividade econômica.

Apesar desses efeitos negativos o combate à desigualdade de remuneração não é prioridade dentro das próprias organizações sindicais, conduzidas em geral por lideranças masculinas. E não é difícil percebermos que ainda é presente no senso comum, tanto masculino quanto feminino, a idéia de que os homens devem ficar orgulhosos quando conseguem ter uma renda suficiente para que sua esposa “não precise trabalhar fora de casa”.

De acordo com GODINHO (2005:49-50), a desigualdade de gênero, que se materializa na opressão e na exploração feminina tem contribuído, sob múltiplos aspectos, para o processo de acumulação de capital.

A opressão das mulheres, embora não tenha surgido com o capitalismo, foi assimilada por ele como um dos pilares de sua dominação. Manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho; aumentar exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um todo; manter uma divisão e competição de interesses e privilégios dentro do proletariado; assegurar um mecanismo essencial de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos e aumentar a situação de desumanização e alienação do proletariado, dificultando, assim, o desenvolvimento de sua consciência como classe dominada e, portanto, da sua capacidade de revolta.

Nesta mesma direção NOGUEIRA (2006) constata que a condição feminina no mundo do trabalho, marcada por enormes desvantagens comparativas em relação aos homens, é funcional para o processo de reprodução do capital.

Ao constatarmos que a tendência do trabalho em tempo parcial está reservada mais para a mulher trabalhadora, podemos afirmar que essa situação se dá porque o capital necessita também do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, já que isso lhe é imprescindível para o processo de valorização, uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera doméstica (Antunes, 1999, citado por Nogueira, 2006:76).

Importante registrar que a “naturalização” da desigualdade de gênero é retroalimentada tanto por homens quanto pelas mulheres, de diferentes classes sociais. E, além dos aspectos ideológicos que já foram pontuados, uma das bases materiais desse processo de retroalimentação é a divisão sexual do trabalho em que o homem tem como espaço prioritário de trabalho o mundo da produção e a mulher o da reprodução. Romper essa dicotomia é desconfortável para as próprias mulheres educadas dentro desse padrão de organização social, como constata NOGUEIRA (2006:27)

Os papéis hierárquicos ainda se encontram mantidos na maioria das casas. Não são poucas as vezes que presenciamos na fala das mulheres, que se encontram nessa nova função, o sentimento de que exercem simultaneamente os papéis de pai e mãe em suas famílias, legitimando, em grande medida, o fato de serem responsáveis pelas tarefas femininas, específicas da mulher e mãe, como também responsáveis pelas tarefas masculinas, como pai e provedor do lar.

A partir desse resgate das bases históricas da desigualdade de gênero não é difícil entendermos o ciclo vicioso dentro do qual até hoje se insere a maior parte da força de trabalho feminina brasileira: a mulher não tem um bom emprego porque tem que conciliar com as responsabilidades de mãe e esposa, e milhares de mulheres não podem deixar de trabalhar devido à condição de pobreza, então têm que se sujeitar aos trabalhos com jornadas parciais, que em geral estão associados a condições precárias, sem direitos e com baixa remuneração. No próximo item vamos analisar de modo mais detalhado como a inserção das mulheres no mundo do trabalho tem contribuído para retroalimentar esse ciclo de pobreza e exclusão feminina

2.2. O mundo do trabalho em uma perspectiva de gênero – o caso brasileiro.

No Brasil um dos terrenos mais férteis para o desenvolvimento de pesquisas baseadas no conceito de gênero tem sido o mundo do trabalho (Strey 1999; Prehn, 1999;

Hirata, 2002; Lavinias, 2002; Nogueira, 2004 e 2006; Soares e Oliveira, 2004). Um ponto em comum das pesquisas sobre esse tema é o fato de demonstrarem que vem se ampliando continuamente a participação feminina na População Economicamente Ativa – PEA. Ou seja, há um número cada vez maior de mulheres trabalhando ou em busca de emprego fora de casa. O que indica uma tendência de feminização do trabalho fora do âmbito doméstico.

De acordo com MITCHELL (1977), apud NOGUEIRA (2006:31), a condição feminina no mundo do trabalho se alterou profundamente a partir da década de 1970, “com a vigência de um novo e expansivo padrão de acumulação flexível na era da mundialização do capital”, que desencadeou um processo de feminização do trabalho.

No Brasil esse fenômeno pode ser facilmente comprovado através do aumento da proporção de mulheres na população economicamente ativa – PEA, que é constituída pelo total de pessoas empregadas ou em busca de trabalho. No Quadro I se observa que o percentual de mulheres na PEA cresce paulatinamente desde a década de 1980.

Quadro I – Brasil – Proporção de homens e mulheres na população economicamente ativa – PEA (%).

Anos	1981	1985	1990	1993	1995	1998
Homens	68,7	66,5	64,5	60,4	59,6	59,3
Mulheres	31,3	33,5	35,5	39,6	40,4	40,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apud NOGUEIRA (2004:69)

Os dados do quadro I revelam que apesar da desigualdade de gênero ainda ser evidente, com os homens representando quase 60% da população economicamente ativa no país, a participação das mulheres cresceu quase dez pontos percentuais no período considerado, passando de 31,3%, em 1981, para mais de 40% em 1998.

O quadro II permite a visualização do crescimento da PEA feminina e masculina em números absolutos em um período mais recente, e comprova que o número de mulheres ocupadas ou em busca de emprego teve uma variação maior do que o de homens também entre 1996 e 2007.

Quadro II – População Economicamente Ativa – PEA, de 16 anos ou mais, por gênero e cor/raça – Brasil – 1996/2007.

Gênero e cor/raça	1996 – PEA (em número absoluto)	2007 (em número absoluto)	Variação em %
Mulher	27.847.794	41.747.239	49,9
Mulher Branca	15.976.677	21.917.773	37,2
Mulher Negra	11.686.671	19.829.466	69,7
Homem	41.039.486	53.483.600	30,3
Homem Branco	22.819.910	26.389.214	15,6
Homem Negro	17.963.419	27.094.386	50,8

Fonte: IBGE/Pnad – elaboração própria a partir de dados tabulados por IPEA, Unifem,SPM - publicação “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” (2008) – Anexos - disponível em www.ipea.gov.br.
OBS: Na categoria Negro/a estão incluídas as pessoas que se declaram pretos/as e pardos/as.

Fazendo um recorte étnico se observa que a população negra, tanto masculina quanto feminina, foi a que teve maior crescimento no período considerado. Em número absoluto, os homens negros já superam os brancos. Entre a PEA feminina as mulheres brancas ainda são maioria. Mas, em termos percentuais as mulheres negras obtiveram a maior variação entre 1996 e 2007, com um crescimento de quase 70%.

Retomando o enfoque de gênero, outro indicador que comprova que as mulheres são cada vez mais visíveis no mundo do trabalho é o aumento da taxa de atividade feminina, como mostra o Quadro III. Para calcular a taxa de atividade se considera as pessoas com idades entre 16 e 65 anos ocupadas ou em busca de uma ocupação.

Quadro III – Taxa de atividade segundo gênero – Brasil (1981, 2001, 2004).

Taxa de Atividade	1981		2001		2004	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
	90%	40%	89%	66%	90%	68%

Fonte: Lavinás e Nicoll (2006:51). Elaboração a partir de dados da Pnad/IBGE.

Como se pode observar a taxa masculina se mantém elevada, em torno de 90%, em todo o período considerado. Mas o que chama atenção é a variação da taxa de

atividade feminina que teve um crescimento bastante expressivo de 28 pontos percentuais entre o início e o final da série temporal do quadro.

Contudo, a maior participação feminina na população economicamente ativa não se traduziu em igualdade de gênero no mundo do trabalho uma vez que junto com a feminização cresce a precarização e informalidade dos empregos.

“Mulheres e homens não têm a mesma inserção no mercado de trabalho. As mulheres estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais -, 40% da ocupação feminina encontram-se nesse segmento do mercado de trabalho. As diferenças continuam: as mulheres têm menor presença sindical e estão mais expostas ao desemprego. (...) A inserção feminina nos anos 1990 no mundo do trabalho foi favorecida pelo intenso crescimento do setor terciário na economia brasileira. Por que é na prestação de serviços que há um claro predomínio das mulheres, quase 80% das que trabalham fora de casa estão nestas atividades. E foram estas as que mais cresceram no Brasil na última década, como resposta à reestruturação da indústria e da agropecuária. A heterogeneidade que caracteriza os serviços explica esta absorção. São tarefas que permitem arranjos diferenciados nas relações de trabalho compatíveis com a dupla jornada feminina. Os serviços englobam desde comerciárias e ambulantes, as tradicionais trabalhadoras domésticas, as professoras, as profissionais da saúde e da beleza”.(Mello, 2004a:5)

Conforme dados da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal (anuário estatístico) no Brasil, em 2005, o setor industrial empregava 27% da população economicamente ativa masculina, enquanto esta porcentagem para as mulheres não chega a 13%. Em contrapartida, 71% das mulheres estão concentradas no setor de serviços e esta porcentagem é de 50% para os homens. Portanto, o setor de serviços é o *locus* feminino no mundo do trabalho. E é exatamente neste tipo de atividade econômica que predominam a informalidade, o trabalho temporário, jornadas mais curtas, menores remunerações, piores condições de trabalho, resumindo em uma palavra, a precarização.

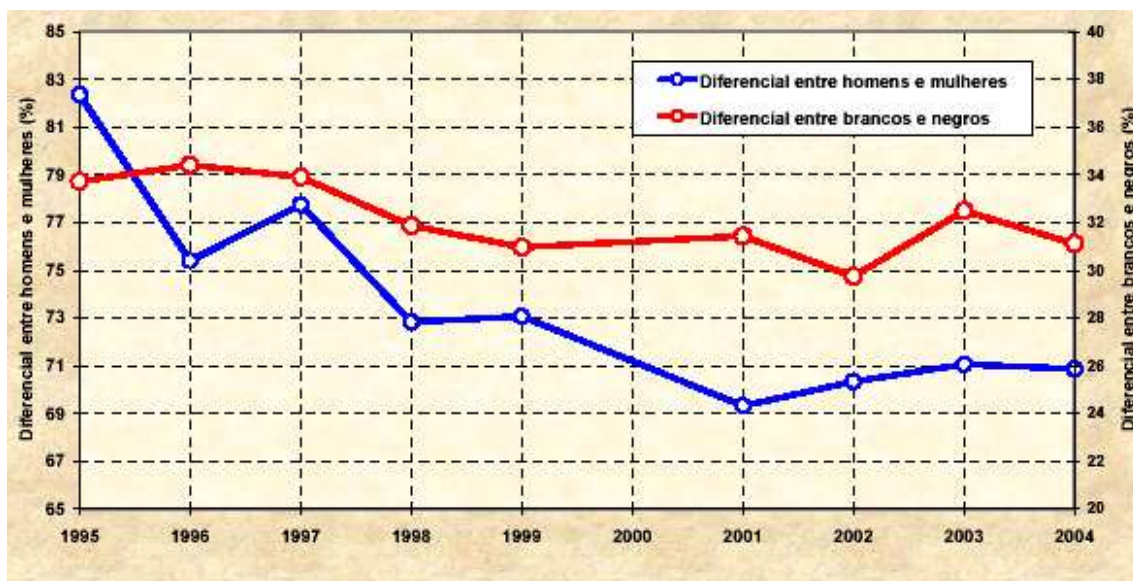
No que tange à remuneração, dados divulgados pelo governo brasileiro revelam que a desigualdade salarial entre os gêneros masculino e feminino é muito elevada no país, inclusive bem acima da desigualdade por raça, e não há indicativo de superação desse problema nesse início de século XXI, como mostra a nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA²¹.

²¹ O IPEA é um instituto de pesquisas vinculado ao Ministério do Planejamento, do Governo Federal brasileiro.

No Brasil, como em praticamente todos os países, a remuneração das mulheres é muito inferior à dos homens; em 2004 homens com as mesmas características observáveis que as mulheres recebiam remuneração 70% maior. Embora esses diferenciais tenham declinado entre 1993 e 2001, desde então eles têm se mantido relativamente estáveis e com uma leve tendência de alta no período 2001-2004. (IPEA, 2006:45:46)

O gráfico III permite a visualização do comportamento da desigualdade salarial por gênero e etnia no Brasil no final do século passado e início do atual. Como se pode constatar, os brancos com características observáveis idênticas as dos negros, em 2004, tinham uma remuneração em média 30% maior. No entanto a discriminação feminina supera em muito a discriminação racial, na medida em que as trabalhadoras recebem salários que na média são 70% menores que os dos trabalhadores.

Gráfico III – Diferencial salarial entre homens e mulheres e entre trabalhadores/as brancos/as e negros/as – Brasil – 1995 a 2004.



Fonte: Barros et al (2006), apud IPEA (2006:46).

Um impacto perverso dessa desigualdade de gênero é o empobrecimento de muitas famílias, uma vez que em um número crescente de domicílios o trabalho feminino não é apenas um complemento do trabalho masculino, e sim a principal e muitas vezes a única fonte de renda.

Entretanto, como bem destaca CASTRO (1999) não se pode estabelecer uma relação direta entre chefia feminina e pobreza, uma vez que também é grande o

percentual de famílias chefiadas por homens nessa mesma condição social. Para ela as mulheres chefes em famílias monoparentais, que anteriormente tinham cônjuge,

Empobrecem não porque se tornam chefe de família, porque deixaram de ter um provedor, mas, com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado. Por outro lado, os diferenciais de rendimentos entre mulheres e homens chefes de família de igual escolaridade e idade, comumente tanto no Brasil quanto em outros países, são negativos para as mulheres, indicando que independente do estado conjugal e da situação quanto à maternidade, as mulheres seriam vistas como esposa e mãe no mercado. Portanto, mesmo quando únicas provedoras do núcleo familiar, teriam seu rendimento considerado como complementar (Castro, 1999:92).

De fato, vários estudos de gênero já demonstraram que na maioria dos arranjos familiares é grande a vulnerabilidade feminina frente à pobreza devido ao fato delas terem posse de poucos ativos e de muitas não terem rendimentos próprios. Conforme SOARES (2004:179) os dados da realidade brasileira no início da atual década revelavam que “66% das mulheres casadas, nos domicílios pobres, e 43% nos domicílios não pobres, não tinham renda”. E essa falta de autonomia de renda feminina sem dúvida aumenta a probabilidade das mulheres serem pobres quando ocorrem mudanças na vida familiar.

Contudo, a causa da pobreza das famílias monoparentais sob chefia feminina não decorre do simples fato de terem uma mulher como única provedora. O maior risco de pobreza nesses domicílios se deve à dificuldade feminina de obter trabalho com boa remuneração. Um indicador de que a chefia feminina, por si só, não é sinônimo de pobreza é a existência desse tipo de arranjo familiar nas diferentes faixas de renda no Brasil, assim como em muitos outros países.

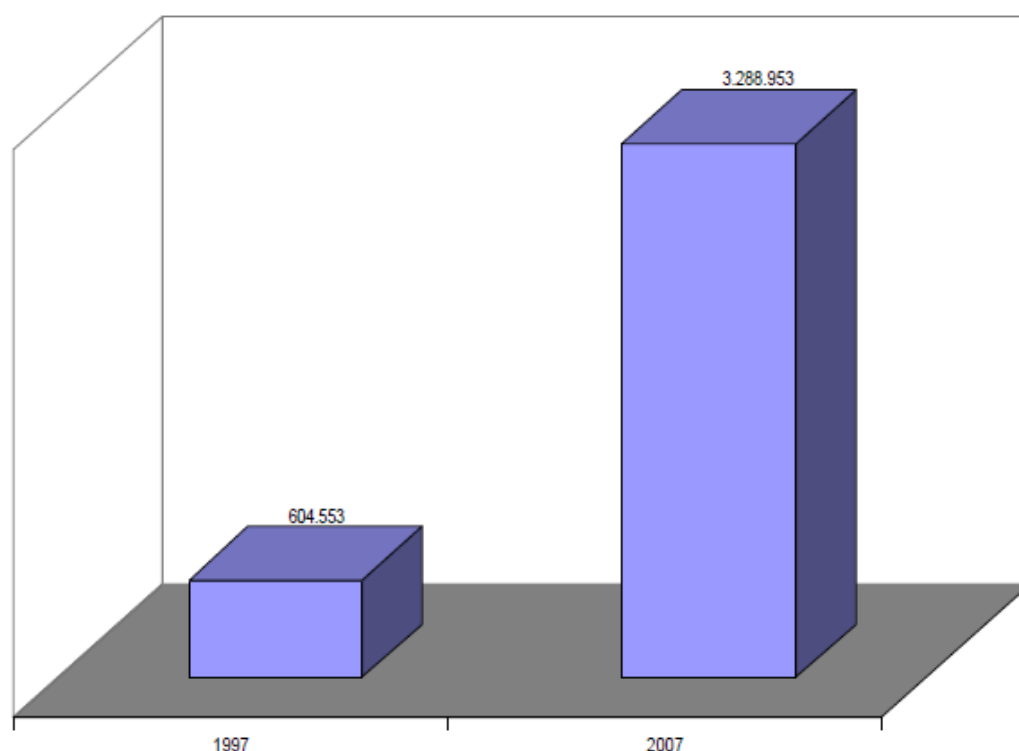
Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apontam o crescimento do número de domicílios em que as mulheres são referência²² no país. Em 1993 a proporção de famílias brasileiras que tinham a mulher como maior responsável pelo sustento econômico era de 22% e em 2007 esse percentual já era de 33%. Esse fenômeno é mais intenso nas áreas urbanas em que as mulheres eram responsáveis

²² Algumas autoras que adotam o referencial teórico de gênero tem questionado o uso do termo “chefe de família” uma vez que é associado com a família patriarcal e a chefia masculina, e propõem romper esse paradigma também na linguagem. Por isso utilizam a expressão “pessoa de referência” para indicar quem é o/a responsável pelo sustento familiar (Mello, 2005).

principais em 35,4% das famílias em 2007, e nas áreas rurais o percentual ficava em 19,3% (Pinheiro et al, 2008:17).

No Brasil era predominante entre as famílias que tinham uma mulher como responsável o tipo de arranjo familiar denominado monoparental feminino, em que não há o cônjuge masculino e a mulher é a única provedora. Mas, os dados recentes do IBGE apontam uma mudança relevante no perfil das famílias brasileiras. A proporção de monoparentais femininas entre as famílias que tem uma mulher como responsável caiu de 63,9% em 1993 para 49,2% em 2006. Por conseguinte houve um crescimento do número de arranjos familiares formados por casais com filhos chefiados por mulheres. O gráfico IV mostra o aumento em número absoluto desse tipo de arranjo familiar entre 1997 e 2007.

Gráfico IV – Famílias de casais com filhos chefiadas por mulheres
– Brasil – 1997-2007



Fonte: IPEA (2008:22), a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

Em números relativos, os dados do IBGE indicam que em 1993 esse tipo de arranjo correspondia a 3,4% das famílias com chefia feminina em 2007 o percentual já havia saltado para 18%. O que indica que paulatinamente vem se desconstruindo o

padrão familiar alicerçado no homem como principal ou único provedor (Pinheiro et al, 2008:17).

Mas, antes de se comemorar acreditando que isso implica em uma maior igualdade de gênero dentro das casas, os dados estatísticos sobre o uso do tempo demonstram que o trabalho doméstico segue sendo “coisa de mulher” especialmente das mais pobres. Os dados da tabela 4 evidenciam que as mulheres, de todas as faixas de renda familiar, trabalham em casa muito mais que os homens. E nas famílias pobres (primeiro decil da distribuição de renda) elas gastam 12 horas a mais que as ricas (décimo decil) nos afazeres domésticos.

Tabela 4 - Número médio de horas trabalhadas na semana em afazeres domésticos, segundo sexo e decis de renda familiar per capita – Brasil – 2001/2004.

Decis de renda	2001	2001	2004	2004
	Trab. domést. Homem (horas)	Trab. domést. Mulher (horas)	Trab. domést. Homem (horas)	Trab. domést. Mulher (horas)
1	12	32	11	29
2	10	31	10	28
3	11	29	10	27
4	10	28	11	25
5	10	27	10	24
6	11	26	10	23
7	11	25	10	23
8	10	24	10	22
9	10	23	10	20
10	9	19	9	17

Fonte: Lavinias e Nicoll (2006:56)

Como se pode observar na tabela 4 a quantidade de horas que os homens dedicam ao trabalho doméstico é praticamente invariável entre as faixas de renda, nos dois anos analisados. O que revela que a divisão sexual do trabalho dentro das residências pouco se altera em função da condição financeira. Já entre as mulheres decresce a quantidade de horas dedicadas ao serviço doméstico à medida que aumenta a renda familiar. Isso porque as mais ricas tendem a ter maior acesso a eletrodomésticos

que reduzem o tempo das tarefas, como máquina de lavar, e também a possibilidade de transferir as tarefas para outra mulher – a empregada doméstica.

Dados recentes do IBGE confirmam que se mantém a desigualdade de gênero no que se refere ao trabalho doméstico. Em 2007 em média as mulheres dedicaram 27,2 horas semanais a esses afazeres, enquanto os homens dedicaram um tempo quase três vezes menor, em média 10,6 horas semanais (Pinheiro et al, 2008:35). E, de acordo com a análise destes autores, essa desigualdade está presente tanto nas áreas urbanas quanto rurais, e entre brancos e negros.

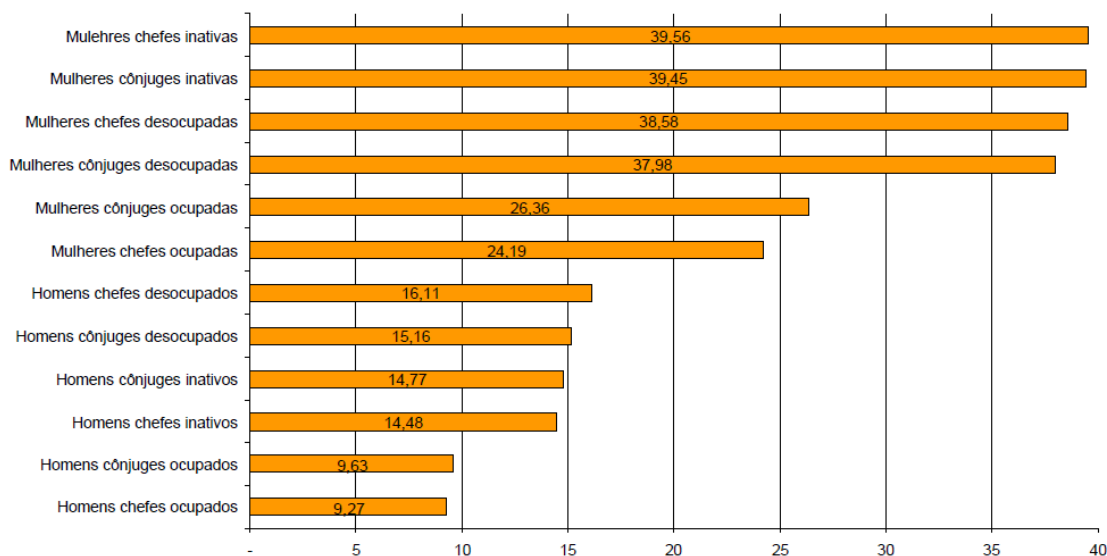
À primeira vista poderia se pensar que os homens dedicam menos tempo ao trabalho doméstico porque trabalham mais fora de casa. Entretanto, as pesquisas nos domicílios brasileiros jogam por terra esse argumento. Dados do IBGE mostram que, em 2007, em média as mulheres ocupadas no mercado de trabalho gastaram 22,3 horas semanais com trabalho doméstico, enquanto os homens inativos, portanto que não trabalham fora de casa, gastaram somente 13,7 horas semanais com as tarefas domésticas, ou seja, 8 horas e 36 minutos a menos que elas. Analisando estes dados PINHEIRO et al (2008:35) constata que

De fato a sobrecarga de trabalho das mulheres, que, mesmo ocupando postos no mercado de trabalho, continuam respondendo pelas árduas atividades domésticas, encontra raízes na divisão sexual do trabalho e na naturalização da responsabilidade feminina pelas tarefas executadas no âmbito doméstico (...). Esta é uma questão que diz respeito à qualidade de vida, pois a soma dos tempos dedicados pelas mulheres ao trabalho remunerado e ao trabalho não remunerado implica em precarização da vida, diminuição das oportunidades de interação social e de fruição de bens de educação e de cultura, e falta de descanso e de lazer.

O gráfico V revela que no arranjo familiar predominante no Brasil – casal com filhos²³ – as mulheres, independente da condição ocupacional, seguem sendo as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico. Assim, em que pese todas as mudanças que ocorreram nas famílias brasileiras, a divisão de tarefas domésticas ainda é bastante assimétrica, sobrecarregando as mulheres.

²³ De acordo com dados da Pnad – IBGE no ano de 2007 os arranjos familiares no Brasil eram: 51,6% do tipo casal com filhos, 15,5% mãe com filhos, 14,8% casal sem filhos, 8,5% mulher sozinha, 7,6% homem sozinho e 2% homem com filhos. (Ipea, 2008:11)

Gráfico V – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos – Famílias formadas por casais com filhos – Brasil - 2007



Fonte: IPEA (2008:26) a partir de microdados da PNAD 2007 do IBGE.

No Brasil há um dito popular que diz “o que se faz em casa se leva pra praça”, indicando que as pessoas costumam agir no espaço público de forma semelhante ao modo como atuam no espaço doméstico. E no caso das mulheres esse ditado se confirma, uma vez que no mercado laboral a maioria da força de trabalho feminina se concentra nas atividades que no imaginário social são consideradas femininas²⁴, entre as quais se destaca o serviço doméstico.

Conforme PINHEIRO et al (2008:27) no ano de 2007 somente 0,8% dos homens, entre o total de ocupados no Brasil, se dedicavam ao trabalho doméstico remunerado. Já entre as mulheres ocupadas 16,4% atuavam como empregadas domésticas (em números absolutos eram aproximadamente seis milhões de trabalhadoras). Esse é um forte indicador da precarização que caracteriza a inserção feminina no mundo do trabalho, uma vez que esse tipo de emprego em geral é informal (sem direitos trabalhistas), sem controle de jornada de trabalho e com baixos salários. Tanto que, segundo os autores, em 2007 apenas 30% das mulheres brancas que exerciam trabalho doméstico remunerado tinham carteira assinada e entre as negras o percentual das que contava com proteção legal era ainda menor, 25,2%.

²⁴ Profissionalmente as mulheres se concentram em atividades como educação, saúde, assistência social, vestuário, serviços de beleza e serviços domésticos que envolvem o cuidado com pessoas ou com o espaço onde trabalham, de modo que o trabalho profissional feminino em geral é uma extensão do que a maioria das mulheres faz em casa (cuida das crianças, dos mais velhos, organiza o espaço, etc.).

O *apartheid* de gênero no mercado de trabalho foi evidenciado por um estudo sobre a distribuição ocupacional no mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo, realizado na segunda metade da década de 1990. Pesquisando 19 grupos ocupacionais de trabalhadores com pouca escolaridade, BARROS et al (1997:26) constataram que 52% do emprego feminino se concentravam nos grupos de: serviços domésticos, vestuário e serviços de beleza. E para os homens com as mesmas características educacionais essas ocupações representavam somente 2% dos empregos. Em contrapartida, 54% do emprego masculino estavam nos grupos ocupacionais: construção civil, serviços de transporte, serviços braçais, serviços de reparação e indústria metalúrgica. E essas ocupações representavam apenas 2% do emprego feminino.

Analisando a inserção dos trabalhadores com as mesmas características educacionais, os autores verificaram que “as ocupações femininas não são apenas diferentes, mas também piores”, confirmando a existência de uma estratificação ocupacional por gênero bastante considerável.

A proporção de mulheres em grupos ocupacionais de baixa renda é sistematicamente superior(...). Por exemplo, enquanto 80% das mulheres encontram-se em ocupações com salários abaixo da média, a correspondente proporção de homens é de apenas 40% (Barros et al, 1997:27)

Nesse sentido, observaram que “o salário médio nas ocupações da indústria metalúrgica e ocupações genéricas de produção são mais que o dobro daqueles pagos nos serviços domésticos” (Barros et al, 1997:20). E a partir de simulações estatísticas os autores concluem que

Ao menos parte das diferenças salariais interocupacionais deve-se não às diferenças intrínsecas às ocupações, mas sim às diferenças nas características dos trabalhadores que ocupam estas posições. Assim, o mais baixo salário pago aos trabalhadores em serviços domésticos deve-se, em parte ao elevado grau de feminização desta ocupação (idem, ibidem).

E infelizmente a estratificação ocupacional por gênero não é coisa do século passado. Conforme se pode ver na tabela 5, que traz dados de 2007 sobre as ocupações das pessoas que são referência de família no Brasil, o trabalho doméstico ainda é um reduto quase exclusivo da força de trabalho feminina.

Tabela 5 - Famílias segundo sexo e posição ocupacional dos chefes – Brasil – 2007.

Ocupações Do/a chefe da família	Famílias com chefe Homem (número absoluto)	% entre as famílias com chefe Homem	Famílias com chefe Mulher (número absoluto)	% entre as famílias com chefe Mulher
Empregado com carteira	11.801.488	37,13%	2.418.590	25,89%
Empregado sem carteira	4.973.247	15,65%	1.059.697	11,34%
Trabalhador/a conta própria	9.637.638	30,33%	2.031.116	21,74%
Empregador/a	2.098.544	6,6%	270.564	2,89%
Empregado/a Doméstico/a	288.324	0,90%	1.848.442	19,79%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados tabulados por IPEA, Unifem,SPM, divulgados em anexo à publicação “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” (Pinheiro et al, 2008).

Como se pode observar na última linha da tabela menos de 1% das famílias com um homem como pessoa de referência tem o emprego doméstico como ocupação do chefe. No entanto, em quase 20% das famílias em que a mulher é a pessoa de referência o empregado doméstico é a ocupação da chefe da família.

Situação contrária se observa na primeira linha da tabela, em que a ocupação “empregado com carteira” corresponde a quase 40% dos empregos dos chefes nas famílias em que o homem é referência e no caso das famílias em que a mulher é referência essa é a ocupação da chefe em menos de 26% das famílias.

Vale ressaltar que a estratificação ocupacional é acompanhada de uma estratificação salarial, pois a média de renda nas ocupações em que os homens se concentram é maior do que naquelas em que há um maior grau de feminização. O que confirma que as ocupações femininas não são apenas distintas das masculinas, elas são as de pior remuneração. Além disso, há uma evidente discriminação devido à condição de gênero, uma vez que dentro de um mesmo grupo ocupacional as mulheres auferem uma renda média sempre menor que a masculina como mostram os dados da tabela 6.

Tabela 6 – Média de renda da ocupação principal da população, por sexo, segundo posição na ocupação – Brasil – 2007.

Ocupações	Média de renda masculina (em reais)	Média de renda feminina (em reais)	Média geral de renda da ocupação (em reais)
Empregado/a com carteira	1.030,80	832,20	956,60
Empregado/a sem carteira	565,00	525,00	551,80
Trabalhador/a por conta própria	886,00	584,70	787,80
Empregador/a	3.038,20	2.355,60	2.856,90
Funcionário/a público estatutário/a	2.026,60	1.376,10	1.640,80
Empregado/a doméstico/a	442,40	322,50	329,90

Fonte: Elaboração própria a partir de dados tabulados por IPEA, Unifem, SPM, divulgados em anexo à publicação “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” (Pinheiro et al, 2008).
OBS: A renda é em reais a preços de setembro de 2007.

Como se pode observar na tabela 6 em todos os grupos ocupacionais analisados a renda média feminina é menor, o que acaba por provocar o rebaixamento da média geral de renda das ocupações. Ou seja, numa perspectiva da luta de classe, o aumento da participação feminina em uma ocupação promove um aumento da exploração da força de trabalho ao promover a redução salarial. E o trabalho doméstico, que é a principal ocupação de um grande número de mulheres, inclusive de quase 20% das responsáveis pela família (como se viu na tabela 5), tem a pior renda entre as ocupações pesquisadas. E mesmo nessa “ocupação feminina” os homens têm uma renda média 37,27% maior que as mulheres no ano considerado.

Somente no mercado informal (na tabela aparece como empregado/a sem carteira assinada) a remuneração média feminina se aproxima da masculina, na medida em que ocorre um nivelamento por baixo, ou seja, a maioria das pessoas empregadas nesse tipo de ocupação são mal remuneradas e trabalham em condições precárias.

E essa condição feminina no mundo do trabalho, marcada pela precarização, vai sendo retroalimentada na medida em que o emprego informal em diversos ramos de

atividade e o trabalho doméstico (que em geral também é sem carteira assinada) são as principais portas de entrada de mulheres jovens no mundo do trabalho. E em todas as faixas etárias um percentual elevado de mulheres trabalha nessas ocupações como mostram os dados da tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição percentual da população feminina ocupada, segundo faixa etária e posição na ocupação – Brasil – 2007²⁵.

Ocupações	16 a 17 Anos (%)	18 a 24 anos (%)	25 a 29 anos (%)	30 a 44 anos (%)	45 a 59 anos (%)	Mais de 60 anos (%)
Trabalhadora com carteira	7,1	41,8	41,7	29,7	18,3	5,4
Trabalhadora sem carteira	40,5	23,5	15,3	11,3	8,1	5,1
Empregada doméstica	23,0	13,7	14,3	18,2	17,0	10,6
Trabalha por conta própria	8,1	8,3	12,0	16,5	22,2	29,8
Funcionária pública e militar	-----	2,2	6,4	11,1	14,9	6,4
Empregadora	0,2	0,6	1,8	2,8	3,5	2,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados tabulados por IPEA, Unifem, SPM, divulgados em anexo à publicação “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” (Pinheiro et al, 2008).

Quando se faz o cruzamento dos dados das tabelas 5 e 6 se observa que as melhores remunerações femininas são nos seguintes grupos ocupacionais: empregadora, funcionária pública estatutária e empregada com carteira assinada. No entanto, essas ocupações representam um percentual limitado do trabalho das mulheres. Dentre esses três grupos o que tem maior representação feminina é o trabalho com carteira assinada que é a ocupação de aproximadamente 42% das mulheres de duas faixas etárias entre 18 a 24 e 25 a 29 anos. O serviço público representa entre 11 e 15% do emprego das

²⁵ A soma dos percentuais não totaliza 100% porque na tabela se considerou apenas as principais ocupações declaradas. O IBGE classifica todas as demais ocupações no item “outras”, que tem um percentual significativo nos dois extremos da tabela, as mais jovens e as mais idosas. Entre 16 e 17 anos, o percentual de “outras” fica em torno de 20%, provavelmente devido ao elevado número de estudantes. E acima dos 60 anos o percentual de “outras” é de cerca de 40%, possivelmente por incluir as aposentadas.

mulheres com idades entre 30 e 59 anos. Já na categoria “empregadora” os percentuais são sistematicamente baixos em todas as faixas etárias, o percentual mais elevado ocorre entre as mulheres de 45 a 59 anos, que atinge 3,5%. Portanto, corroborando com o que foi constatado por BARROS et al (1997), se verifica que as mulheres se concentram nas ocupações com as remunerações mais baixas.

E se a precarização é uma característica da inserção feminina no mundo do trabalho no Brasil, no espaço rural essa realidade é ainda pior. No próximo item, fazemos um recorte espacial, para analisar especificamente a condição das mulheres no mundo do trabalho rural.

2.3. A condição feminina no mundo do trabalho rural

Analisando a distribuição ocupacional da população brasileira em 2001, MELLO (2005:21/22) confirmou que o setor de serviços, que inclui o emprego doméstico remunerado, é o que mais absorve a força de trabalho feminina, tanto nas famílias pobres (36% das mulheres trabalham nesse setor) quanto nas não pobres (23% das mulheres trabalham no setor de serviços). Já entre as famílias indigentes, 27% das mulheres atuam na prestação de serviços, no entanto, é na agricultura que trabalham a maior parte das pessoas de ambos os sexos que estão nessa condição social. 53% das mulheres e 65% dos homens das famílias indigentes são ocupados em atividades agrícolas. Isso leva a pesquisadora a concluir que “os indigentes brasileiros (mulheres e homens) concentram-se na zona rural” (idem: 22).

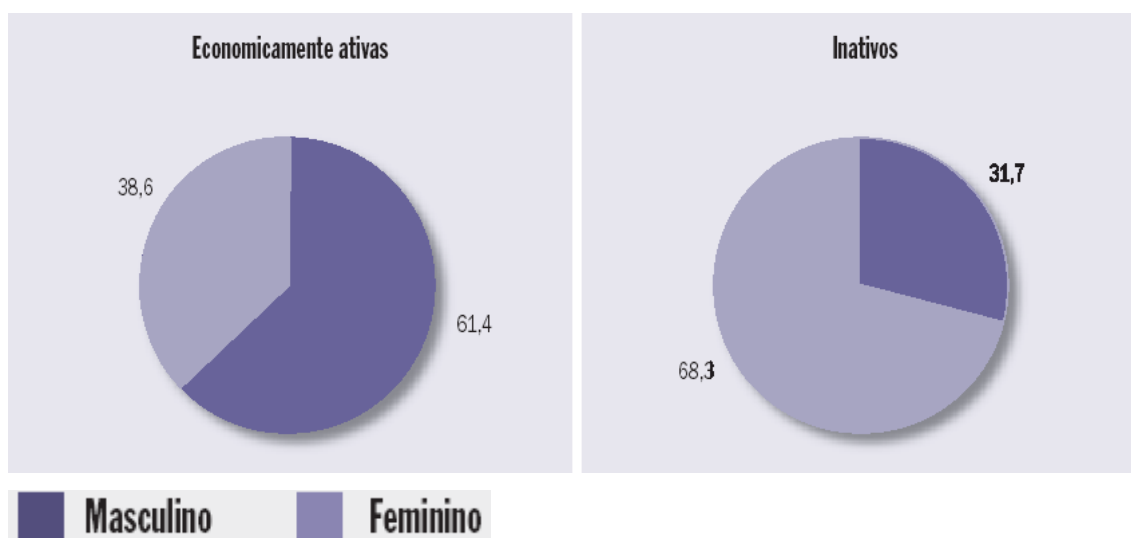
MELLO (idem) constatou ainda que o trabalho em atividades agropecuárias também tem um peso significativo entre as famílias pobres (30% para mulheres e 40% para os homens). Já entre as famílias não pobres apenas 10% das mulheres e 14% dos homens se dedicam ao setor agropecuário.

De fato, o recorte geográfico entre o rural e o urbano não pode ser ignorado em uma análise do mundo trabalho, especialmente quando se pretende enfatizar a questão de gênero. Pois se numa perspectiva geral há grandes desvantagens comparativas das mulheres em relação aos homens, a situação é ainda pior quando se analisa especificamente a realidade rural.

Um dos indicadores da maior desigualdade de gênero na área rural é a maior dificuldade da mulher residente na área rural em se tornar economicamente ativa. Dados do IBGE/Pnad, analisados por LAVINAS e NICOOLL (2006:52) indicam que a

proporção de mulheres na População Economicamente Ativa - PEA nacional, em 2004, era de 45%, isso se considerando tanto as residentes em áreas urbanas quanto rurais. Entretanto, quando se considera somente a proporção de mulheres entre os economicamente ativos residente na área rural o percentual é menor. Em 2006 ficava em torno de 39% como mostra o gráfico VI.

Gráfico VI - Distribuição das pessoas economicamente ativas e dos inativos residentes na área rural, por sexo – Brasil – 2006 em %.



OBS: exclui as pessoas sem declaração.

Fonte: Dieese/Nead (2008:100), a partir de dados da PNAD/IBGE.

E quando as mulheres residentes em áreas rurais conseguem se tornar economicamente ativas são vítimas de uma desigualdade salarial ainda maior do que as trabalhadoras urbanas. Como se pode ver na tabela 8, no Brasil, em 2006, o rendimento médio feminino nas áreas urbanas era equivalente a 55% do rendimento médio masculino. Mas no meio rural, a média de rendimento feminino ficava abaixo da metade do valor recebido pelos homens, mais exatamente 46,3%.

Tabela 8 – Rendimento médio mensal, segundo local de residência e sexo – Brasil e regiões – 2006 (em R\$ de setembro de 2006).

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Masculino	Feminino	Proporção do rendimento feminino em relação ao masculino (%)	Masculino	Feminino	Proporção do rendimento feminino em relação ao masculino (%)
Norte	595	332	55,8	364	147	40,4
Nordeste	530	330	62,3	219	135	61,6
Sudeste	989	524	53,0	479	207	43,2
Sul	977	536	54,9	623	246	39,5
Centro-Oeste	916	513	56,0	566	193	34,1
BRASIL	847	467	55,1	374	173	46,3

Fonte: Dieese/Nead (2008:137).

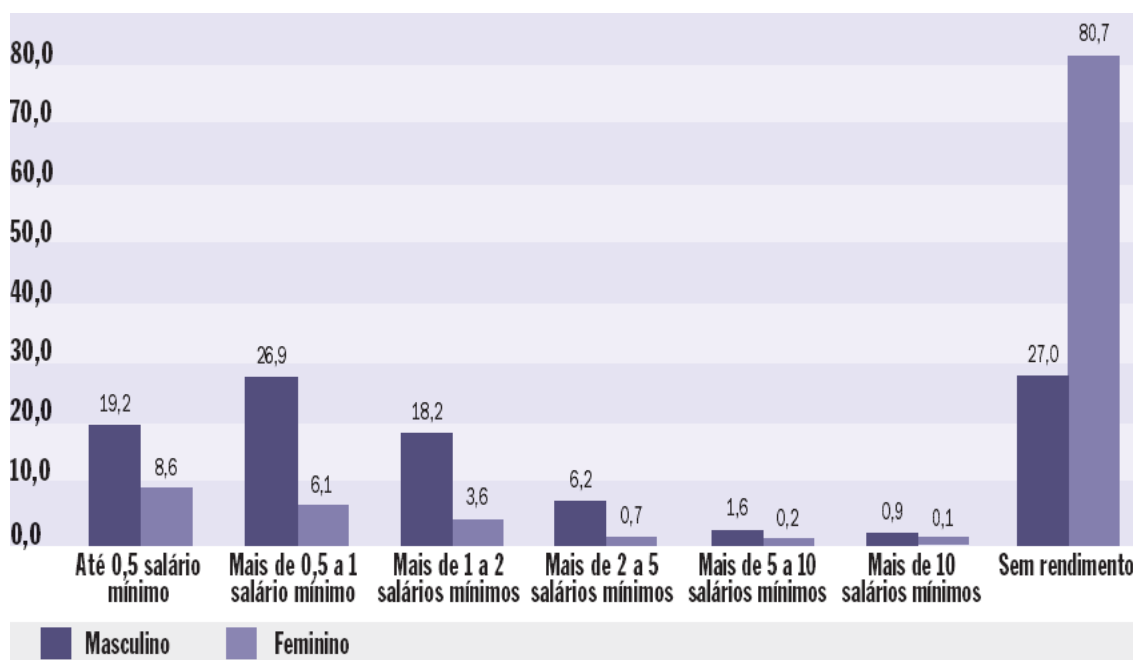
Chama atenção o fato de que nas regiões sul e sudeste do Brasil a desigualdade salarial entre homens e mulheres supera a média nacional. Essas são as regiões mais ricas, do ponto de vista do PIB *per capita* e do IDH dos municípios, tanto que as duas têm os maiores rendimentos médios tanto no meio urbano quanto rural.

Na região sul, onde se realizou a pesquisa empírica deste estudo, as mulheres urbanas recebem quase o equivalente a média nacional (54,9% do valor recebido pelos homens), mas nas áreas rurais a assimetria salarial é muito grande, o rendimento médio feminino corresponde a apenas 39,5% do valor médio recebido pelos homens.

A maior igualdade salarial ocorre na região nordeste, a mais pobre do país, em que tanto no meio urbano quanto no rural as mulheres recebem, em média, pouco mais de 60% do valor médio recebido pelos homens. Parece-nos que neste caso, assim como se havia constatado na análise da estratificação ocupacional, há um nivelamento por baixo. De modo que a igualdade de gênero na remuneração não se deve à elevação do rendimento médio feminino e sim ao rebaixamento da renda média masculina.

Um outro aspecto muito relevante na análise do mundo do trabalho rural, na perspectiva de gênero, é que a maioria das mulheres ocupadas não obtém remuneração como evidencia o gráfico VII.

Gráfico VII – Distribuição dos ocupados na atividade agrícola, por faixa de rendimento, segundo o sexo – Brasil, 2006 (em %).



Fonte: Dieese/Nead (2008:130).

OBS: Exclui as pessoas ocupadas sem declaração. A categoria sem rendimentos inclui as pessoas que receberam somente benefícios.

Como se pode observar no gráfico, 80,7% das mulheres ocupadas em atividades agrícolas não têm nenhum rendimento do trabalho. O percentual de homens nessa situação é significativamente menor, 27%. É verdade que, como mostra o gráfico, a maioria das pessoas ocupadas em atividades agrícolas tem baixo rendimento. Mas para a população feminina a situação é ainda mais adversa. Entre os homens, 46,1% dos ocupados recebe até um salário mínimo. Entre as mulheres somente 19,3% auferem renda do trabalho e a maior parte das que são remuneradas recebe até meio salário mínimo.

O principal motivo para que a maioria das pessoas, principalmente as mulheres, não tenha rendimentos ou receba remunerações pequenas nesse setor produtivo é o fato de que no Brasil a posição na ocupação em atividades agrícolas é condicionada pela posse da terra (Ney e Hoffman, 2003). E a propriedade da terra no país, como se verá mais adiante, está concentrada em pouquíssimas mãos e entre estas é mínima a quantidade de mãos femininas. Isso comprova o que muitas pesquisadoras têm denunciado que, por sua condição de gênero e não apenas de classe, as mulheres têm acesso muito mais restrito a recursos materiais e sociais.

La división del trabajo por sexo, al asignar a las mujeres el espacio doméstico, determina la “desigualdad en las oportunidades que ellas tienen como género para acceder a los recursos materiales y sociales (propiedad de capital productivo, trabajo remunerado, educación y capacitación), así como a participar en la toma de las principales decisiones políticas, económicas y sociales” (Bravo, 1998, apud Godoy, 2004:13).

Uma das conseqüências da vulnerabilidade e da precariedade da inserção feminina no mundo do trabalho, bem como do limitado acesso aos recursos materiais, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, é a intensificação do fenômeno da feminização da pobreza. De acordo com organismos internacionais como a Unifem e movimentos feministas como a Marcha Mundial de Mulheres, a pobreza no mundo tem, cada vez mais, o rosto feminino. E no Brasil a situação não é diferente. Como constatou MELLO (2005:27) “a desigualdade é uma realidade para todas as mulheres, e pode-se afirmar que ser mulher é quase sinônimo de ser pobre, sobretudo se for preta ou parda”.

No próximo capítulo vamos examinar de forma mais detalhada os processos de produção e reprodução da pobreza no Brasil, com ênfase para os mecanismos utilizados no contexto neoliberal a partir da década de 1990. E, mesmo considerando que esses processos afetam negativamente a vida da maioria da população, realizamos um recorte de gênero na análise, uma vez que os impactos são ainda mais perversos para as mulheres, particularmente para as pobres.

Capítulo III

A pobreza como uma produção social

La población más primitiva del mundo tenía escasas posesiones, pero no era pobre. La pobreza no es una determinada y pequeña cantidad de cosas, ni es sólo una relación entre medios y fines; es sobre todo una relación entre personas. La pobreza es un estado social. Y como tal es un invento de la civilización (Sahlins, 1977, apud Gutiérrez, 2007:23)

Deste ponto de vista, com o qual concordamos, a pobreza não é um fenômeno natural inerente à existência da totalidade ou de uma parcela da humanidade em um determinado tempo e lugar, pelo contrário, a pobreza é produzida e reproduzida socialmente.

Quando se diz que algo é produzido socialmente significa que não surge aleatoriamente, mas que é fruto de um processo produtivo, em que determinados meios são utilizados para atingir determinados fins, que envolve pessoas e instituições que se relacionam umas com as outras e entre si.

Assim, são as relações que os seres humanos estabelecem, no processo que MARX (1982:25) denomina de “produção social da vida”, que condicionam a produção e a reprodução da riqueza, por conseguinte da pobreza em uma determinada sociedade. Nesse sentido, a produção e reprodução da pobreza envolvem tanto a “infraestrutura” quanto a “superestrutura” social, na acepção marxista destes termos²⁶.

Nesta perspectiva analítica a condição de pobreza vai muito além da escassez de renda monetária que é mensurada nas estatísticas de linhas de pobreza e indigência, ela abrange múltiplas dimensões, uma vez que *“o modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, político e espiritual”* (Marx, idem, ibidem). E os mecanismos utilizados no processo de produção e reprodução da pobreza não se

²⁶ Na acepção marxista a infraestrutura corresponde à estrutura econômica da sociedade que é constituída pela “totalidade das relações de produção”. É “a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (Marx, 1982:25). Em uma metáfora simplista se se considera a sociedade como uma casa, a infraestrutura corresponde ao alicerce da casa (que condiciona sua forma, tamanho, resistência) apesar de ficar pouco visível. E a superestrutura seria a casa (as paredes, portas, janelas, telhado,...) que podem ser reformados sem que se precise alterar a estrutura. Entretanto, não se pode transformar a infraestrutura sem transformar a casa. Por isso quando em uma sociedade ocorrem mudanças nas dimensões políticas, jurídicas, culturais, se diz que se realizaram reformas. Quando se altera o modo de produção, o que implica em profundas mudanças na infra e na superestrutura, se diz que ocorreu uma revolução.

restringem ao campo da economia, também são muito diversificados, incluindo instrumentos jurídicos, culturais, políticos, espaciais, entre outros.

Conforme COSTA et al (2005:19), “a pobreza é resultado do nível e da distribuição de recursos na sociedade”. Portanto, pode ser fruto da escassez de recursos e/ou da desigualdade na distribuição. Em tese, quanto melhor for o aproveitamento dos recursos produtivos - que nos manuais de economia são divididos em recursos naturais, trabalho e capital – tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, em uma determinada formação social, menor tende a ser o nível de pobreza.

Entretanto, a história do capitalismo está aí para mostrar que o avanço das forças produtivas que possibilita a geração de maior excedente econômico e, por conseguinte, a redução da escassez, não se traduz em bem-estar para o conjunto da população. Tanto que na América Latina, a exemplo do que ocorre em outras partes do mundo, a urbanização e a industrialização promoveram elevação da capacidade produtiva, resultando em aumentos do Produto Interno Bruto – PIB e da renda *per capita*, mas isso não promoveu a eliminação da pobreza, pelo contrário intensificou-a e engendrou novas formas.

Assim, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, analisar a pobreza se torna uma tarefa cada vez mais complexa. De um lado porque se amplia a complexidade de sua matriz comum, que em nosso ponto de vista é a mundialização da forma capitalista de produção e circulação. E de outro lado porque se multiplicam as formas e conteúdos da pobreza, uma vez que em cada sociedade o fenômeno resulta em diferentes geografizações, na medida em que é condicionado pela história, pela cultura, pela espacialidade das populações, dentre outros aspectos.

Em cada sociedad se marcan pautas mínimas de calidad de vida para sus miembros, y aquellos que no las pueden obtener o disfrutar son los considerados “pobres”. Por ello, nos es posible establecer en abstracto, es decir, fuera de determinadas condiciones espacio-temporales, indicadores por debajo de los cuales situar a los pobres, sino que éstos se establecen históricamente (Gutiérrez, 2007:23).

Então como definir esse fenômeno, que se materializa de forma tão distinta no tempo e no espaço? Conforme ARRIAGADA (2005), apesar das diferentes abordagens sobre a temática, se chegou a um certo consenso sobre a compreensão de pobreza como sendo

la privación de activos y oportunidades esenciales a los que tienen derecho todos los seres humanos. La pobreza está relacionada con el acceso desigual y limitado a los recursos productivos y con la escasa participación en las instituciones sociales y políticas. Deriva de un acceso restrictivo a la propiedad, de bajos ingresos y consumo, de limitadas oportunidades sociales, políticas y laborales, de insuficientes logros educativos, en salud, en nutrición, en acceso, uso y control en materia de recursos naturales y otras áreas del desarrollo.(Arriagada, 2005:102)

Em função dessa amplitude de aspectos que precisam ser analisados é que as linhas de pobreza, apesar de serem instrumentos úteis para se quantificar as pessoas que vivem sem ou com pouca renda, são insuficientes para elucidarem as múltiplas determinações da pobreza em cada lugar e em cada contexto histórico. RAHNEMA (2005) classifica a pobreza em três categorias:

- *pobreza convivial*, que seria própria das sociedades antigas em que se desenvolvia a capacidade de viver em comunidade para sua própria subsistência;
- *pobreza voluntária*, situação de pessoas que escolheram a pobreza como forma de liberação de dependência e;
- *pobreza modernizada*, que o autor define como uma forma corrupta de pobreza, gerada depois da Revolução Industrial, rompendo com as formas prévias do fenômeno. Esta última forma de pobreza é que tem se expandido e se intensificado no mundo.

Para OYEN (2002) a grande dificuldade para a superação da pobreza no período atual é porque há um conjunto de “perpetuadores” dessa condição sócio-econômica. Ou seja, a pobreza, nessa perspectiva analítica, da qual partilhamos, é perpetuada por pessoas, instituições, grupos, fenômenos ambientais.... Nesse sentido, identificar os agentes perpetuadores ganha importância nos estudos sobre a produção da pobreza na medida em que se observa que ela é resultante da ação de alguém, de algum grupo ou instituição, ou mesmo desastre natural, possibilitando, caso haja interesse, o controle dessa ação. Conforme OYEN (2002) há três tipos de perpetuadores da pobreza:

- a) *indireto* - aquele que não contribui diretamente com ações, mas está inserido no sistema que produz ;
- b) *direto* - aquele que pratica diretamente a ação que perpetua a pobreza;
- c) *direto/indireto* - aquele que participa das duas primeiras formas de perpetuação da pobreza.

A pobreza é um fenômeno que está intrinsecamente relacionado ao processo de exclusão social. Atkinson e Hillo, apud, NARAYAN (2000) constatam que o fenômeno da exclusão se caracteriza pelos seguintes aspectos:

- 1) a exclusão é um processo relativo, pois sempre se é excluído de uma determinada sociedade em um particular e tempo. A exclusão assume formas variadas de acordo com o patamar de desenvolvimento econômico, social, cultural e político das sociedades contemporâneas;
- 2) um processo de exclusão implica em um ato de exclusão e um agente;
- 3) a exclusão é um processo dinâmico, visto que os indivíduos são excluídos não apenas pela privação de trabalho ou renda, mas também devido à falta de perspectivas de futuro e a preconceitos de cor, etnia, gênero, etc.

Ainda no campo da análise conceitual NARAYAN (2000) considera que há dois tipos de exclusão; um tipo que ele denomina de “exclusão voluntária”, em que o indivíduo ou grupo se isola; e outro é a “exclusão involuntária ou coercitiva”, fundada em critérios como educação, idade, raça/etnia, gênero, localização, classe ou renda. Este segundo tipo de exclusão é o que predomina nas sociedades atuais.

A partir da contribuição desses autores se constata que, além de sabermos quantos, quem são e onde vivem as pessoas pobres, é fundamental investigar como e por que as pessoas empobrecem. Ou seja, pesquisar como a pobreza é produzida e reproduzida socialmente, e também como este fenômeno é apreendido pelo pensamento social. Nesse sentido é que começamos nossa breve análise sobre a pobreza no Brasil procurando compreender o fenômeno na perspectiva de algumas correntes de pensamento que influenciaram o debate intelectual e as práticas políticas e sociais no país no século XX.

3.1. O capitalismo é o remédio ou a causa da doença?

Na perspectiva marxista a pobreza “es el producto directo del modo de producción capitalista y condición necesaria – em cuanto resultante del proceso de acumulación del capital” (Herrán, 1972, apud Gutiérrez, 2007:23).

Isto porque as relações capitalistas de produção são alicerçadas na propriedade privada dos meios de produção (que inclui as riquezas naturais, como a terra, os equipamentos, as instalações produtivas, entre outros), que por sua vez viabiliza a

exploração e até a super-exploração da força-de-trabalho das pessoas que não têm propriedade de meios de produção.

Assim, nas sociedades em que predominam as relações capitalistas a geração das riquezas tem um caráter social, na medida em que envolve o conjunto da população, no entanto, a apropriação da riqueza é privada, concentra-se nas mãos de quem controla os meios de produção e/ou circulação das mercadorias produzidas. Isso significa que a divisão da sociedade em classes condiciona a apropriação dos recursos e, por conseguinte, a dimensão da remuneração dos vários agentes²⁷ sociais envolvidos.

Nessa perspectiva, o processo de acumulação capitalista se realiza por meio da desumanização de grande parte da humanidade, que é condenada a viver, ou melhor, a sobreviver em condições de pobreza. Isso é funcional para o sistema do ponto de vista econômico, pois há muita gente disposta a trabalhar muito recebendo salários insuficientes para atender suas necessidades. E também é funcional nos aspectos político e ideológico, porque na medida em que a luta pelas condições básicas de existência consome a totalidade ou a maior parte do tempo e das capacidades físicas e intelectuais de milhares de pessoas, a possibilidade de transformação social é limitada pois há poucas pessoas com condições de se dedicarem a esse tipo de luta.

Na América Latina, em que pese a existência de importantes intelectuais marxistas, entre os quais merece destaque o brasileiro Caio Prado Jr., essa tese não obteve hegemonia nem do ponto de vista teórico nem da luta social. A tese hegemônica na região, durante grande parte do século XX, foi a desenvolvimentista.

Formulada e implementada sob orientação da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, que teve entre seus principais intelectuais o brasileiro Celso Furtado, a teoria desenvolvimentista ganhou corações e mentes de várias gerações, tanto do meio acadêmico quanto de governos e organizações populares, e ainda hoje se percebe sua influência nos projetos governamentais, em textos de intelectuais, nos discursos de políticos de vários partidos e na pauta de reivindicações de organizações de trabalhadores urbanos e rurais.

Na década de 1950 a leitura cepalina foi de que a pobreza na América Latina resultava do baixo nível de desenvolvimento industrial do capitalismo que aqui havia se constituído, em que os países eram especializados em exportar produtos primários e

²⁷ Na perspectiva marxista a remuneração de trabalhadores/as são os salários, dos agentes financeiros os juros, dos proprietários de imóveis rurais ou urbanos é a renda ou aluguel, dos capitalistas é o lucro e do Estado os impostos. E todas essas remunerações se originam da exploração da força de trabalho.

importar produtos industrializados, o que gerava um fluxo contínuo de envio do excedente aqui produzido para os países centrais. Isso somado a problemas estruturais como a falta de reforma agrária, impedia a formação de um mercado interno forte em que toda a população tivesse renda e poder de consumo, como havia nos países europeus em que vigorava a social democracia. Em outros termos, a pobreza era decorrente do subdesenvolvimento.

Portanto, a partir desse raciocínio, a pobreza não decorre do “*modus operandi*” do capital, como sustenta o marxismo. Pelo contrário, o desenvolvimento de um capitalismo moderno, com elevada produtividade dos fatores de produção, em particular o trabalho e tecnologia, geraria constantes aumentos da capacidade produtiva do sistema econômico e isso beneficiaria a todos.

Nesse contexto estava em voga a tese do desenvolvimento em etapas preconizada pelo economista norte-americano Walt Whitman Rostow. Segundo ele, o desenvolvimento deve ser obtido dentro do capitalismo, não com sua ruptura como prega o marxismo. Por isso o famoso livro “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, lançado no início da década de 1960, tem como subtítulo a expressão “um manifesto anticomunista”. Conforme Rostow, o desenvolvimento é um processo composto por cinco estágios:

1) sociedade tradicional na qual a estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas havendo necessidade de dedicar proporções elevadas de recursos à agricultura. O poder político se concentrava com os que detinham o controle da terra. 2) pré-condições para o arranco: surge no momento em que a ciência moderna passa a se converter em novas funções de produção na agricultura e na indústria. Difunde-se a idéia de progresso econômico como indispensável e benéfico. A formação de estados nacionais centralizados em oposição ao tradicional poder agrário seria outro fator mobilizador de recursos para o arranco. 3) arranco (desenvolvimento auto-sustentado) : nesta fase são superadas as resistências ao progresso econômico expandido-se a tecnologia. Difundem-se novas técnicas agrícolas e industriais. O aumento na produtividade agrícola é fundamental para o êxito do arranco. Este gera investimentos na indústria, o que se reverte na expansão das áreas urbanas. 4) Marcha para a maturidade: a produção ultrapassa o crescimento demográfico. Há um progresso econômico contínuo cujas novas tecnologias permitem à sociedade não produzir tudo mas qualquer coisa que se pretenda produzir. 5) a era do consumo em massa: auge do desenvolvimento, que se caracteriza pela elevação geral dos níveis de renda, ampliação da capacidade de consumo de bens duráveis e de serviços. O automóvel é o símbolo desta fase. Há ainda uma disseminação das políticas sociais através do Estado do Bem-estar (Rostow, 1978, apud Rambo e Filippi, 2009:125-126).

Na perspectiva rostowniana os países subdesenvolvidos deveriam alcançar e superar esses estágios como teriam feito os países capitalistas já desenvolvidos. E além de exercer forte influência no pensamento sócio-econômico em meados do século XX, Rostow foi assessor de dois presidentes norte-americanos (Kennedy e Johnson) influenciando a política internacional dos EUA durante a guerra-fria.

Mas, apesar de não aceitar os referenciais marxistas, Furtado também criticava o etapismo da teoria rostowniana. Na perspectiva teórica furtadiana o subdesenvolvimento não era etapa de uma escala evolutiva do capitalismo, uma vez que as economias subdesenvolvidas não tinham apenas diferenças quantitativas em relação aos países desenvolvidos, no que tange ao uso dos recursos produtivos e ao montante do excedente econômico que acumulavam. Eram, sobretudo, formações sociais qualitativamente distintas, e na avaliação de Furtado isso era resultado da forma desigual como se propagou o progresso técnico no plano internacional.

A teoria do subdesenvolvimento traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial. (...) O avanço na acumulação nem sempre produziu transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição da renda e a destinação do novo excedente. A acumulação, que nas economias cêntricas havia levado à escassez de mão-de-obra, criando as condições para que emergissem pressões sociais que conduziram à elevação dos salários reais e à homogeneização social, produziu nas regiões periféricas efeitos totalmente diversos: engendrou a marginalização social e reforçou as estruturas tradicionais de dominação ou as substituiu por similares. Em verdade, acumulação periférica esteve de preferência a serviço da internacionalização dos mercados que acompanhou a difusão da civilização industrial. (Furtado, 1998: 48)

Segundo o modelo Furtadiano/Cepalino, a saída para superar o subdesenvolvimento, e o círculo vicioso de pobreza que alimentava, era a industrialização, mas isso não poderia ser conduzido somente pelas forças do mercado, como pressupunha o pensamento liberal, uma vez que uma industrialização voltada para as necessidades do mercado interno significaria remar contra a maré da divisão internacional do trabalho e da lei das vantagens comparativas, que impunha ao Brasil, e aos demais países latino-americanos, a função de exportador de produtos primários.

Em outros termos, a saída para a pobreza seria o desenvolvimento econômico, que na perspectiva de Furtado, vai muito além de um simples crescimento econômico

ou acumulação de capital “porque, além de representar o incremento da capacidade produtiva, implica também a irradiação do progresso econômico para o grosso da sociedade” (Mantega, 1985:87). E para garantir que esse processo beneficiasse o conjunto da população era fundamental a ação do Estado, com capacidade de planejamento, e um projeto capaz de mobilizar um amplo leque de forças sociais em torno do desenvolvimento. Nesse sentido, para Furtado, a superação do subdesenvolvimento exigia

um projeto político voltado para a mobilização de recursos sociais, que permitisse empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas sociais. (...) O objetivo estratégico seria remover os entraves à ação criativa do homem, a qual, nas condições do subdesenvolvimento, está coarctada por anacronismos institucionais e por amarras de dependência externa. (Furtado, 1998:63).

Entretanto, como um grande observador da realidade social o próprio autor constatou que os benefícios da industrialização estavam ficando restritos a um pequeno grupo social privilegiado dentro dos países periféricos. Ele acredita que a manutenção da concentração de riquezas resulta de uma opção política que priorizou o crescimento e não o desenvolvimento, e isso seria fruto da incapacidade das elites industrializantes em perceber a gravidade dos problemas sociais que afetam a maioria da população.

Naquela época, dávamos por certo que o desenvolvimento econômico e sua mola principal, a industrialização, eram condições necessárias para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira: a pobreza, a concentração de renda, as desigualdades regionais. Mas demoramos a perceber que estavam longe de ser condição suficiente. Daí que a consciência de êxito que tive na fase inicial de avanço da industrialização haja substituída por sentimento de frustração. Seria simplificar o problema atribuir ao golpe militar de 1964 a causa principal da mudança de sentido em nossa história, que levaria a substituir a meta do desenvolvimento (prioritariamente social) pela do crescimento econômico, que é inerentemente criador de desigualdades e privilégios. Quando, já em começos dos anos 60, tomei consciência de que as forças sociais que lutavam pela industrialização não tinham suficiente percepção da gravidade do quadro social do país, e tendiam a aliar-se ao latifundismo e à direita ideológica contra o fantasma das organizações sindicais nascentes, compreendi que muitas águas teriam de correr para que emergisse uma sociedade moderna no Brasil. (Furtado, 1998:20)

Fiel a sua tradição anti-marxista, Furtado não considera que aliança entre as elites industrial e agrária era fruto do antagonismo de classe entre burguesia e

proletariado. Tanto que atribui a fatores culturais a manutenção da desigualdade social no Brasil e no conjunto da América Latina mesmo com o avanço da industrialização.

A permanência do subdesenvolvimento se deve à ação de fatores de natureza cultural. A adoção pelas classes dominantes dos padrões de consumo dos países de níveis de acumulação muito superiores aos nossos implica a elevada concentração de renda, a persistência da heterogeneidade social e a forma de inserção no comércio internacional. A variável independente é, em última instância, o fluxo de inovações nos padrões de consumo que irradia dos países de alto nível de renda. Ora, esse mimetismo cultural tem como contrapartida o padrão de concentração de renda que conhecemos. Para liberar-se dos efeitos desse imperativo cultural perverso, faz-se necessário modificar os padrões de consumo no quadro de uma ampla política social, e ao mesmo tempo elevar substancialmente a poupança, comprimindo o consumo dos grupos de elevadas rendas. Essas duas linhas de ação só têm eficácia se perseguidas conjuntamente, e requerem um planejamento que, por seu lado, deve apoiar-se em amplo consenso social. (idem:60)

Enfim, mesmo tendo percebido várias contradições do processo de avanço capitalista na América Latina, e particularmente no Brasil, Furtado, e toda a geração de desenvolvimentistas que influencia, não vê o próprio modo de produção capitalista como um obstáculo ao desenvolvimento econômico com prioridade para o bem-estar social do conjunto da população. Como sintetizou MANTEGA (1985:93), na perspectiva furtadiana/cepalina “não é por causa do capitalismo que padecem os países subdesenvolvidos, mas sim por falta dele, por falta dos mecanismos que se verificariam nos estágios mais desenvolvidos do capitalismo”.

Destoando desse paradigma, intelectuais de vertente marxista argumentavam que era um mito essa crença de que o desenvolvimento industrial traria bem-estar para todos, uma vez que este processo estava ocorrendo na América Latina na fase monopolística do capitalismo em que

(...) la alta tecnología y el aumento de la composición orgánica del capital requieren una menor cantidad de mano de obra, quedaba una gran parte de la población excedente sin posibilidades de ser incorporada al sector capitalista hegemónico, inclusive en los ciclos de expansión. La masa marginal sería la parte de la población obrera sobrante que no se relaciona de manera inmediatamente funcional con el núcleo productivo del sistema (Nun, 1972 apud Leguizamón, 2005:26).

Nessa perspectiva de análise, o avanço do capitalismo, ainda que provoque melhorias nas condições de vida de uma parte dos trabalhadores, vai produzindo uma “massa marginal” que é excluída dos processos de produção e consumo estando condenada à pobreza. Isso porque a “pobreza no era un estado sino producto de la lógica de acumulación capitalista” (idem, ibidem).

É a partir dessa perspectiva teórica que ganha destaque o conceito de massa marginal. NUN (2001), trabalhando esta categoria a partir das formulações marxistas, observa que um século depois das análises de Marx uma grande parte de trabalhadores/as que não estão inseridos nos processos capitalistas não podem ser chamados de exército de reserva porque eles nunca foram nem serão absorvidos pelo mercado. Portanto, não é uma exclusão temporária. Para este autor uma parte cada vez maior da superpopulação relativa se transforma em uma massa marginal, cuja funcionalidade não é uma consequência do comportamento dos agentes econômicos e sim do efeito da contradição fundamental entre as relações de produção imperantes e o nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. Nesse sentido, a massa marginal só deixa de existir quando for resolvida essa contradição, ou seja, quando o capitalismo for substituído por outro modo de produção.

NUN (2001) observa que no capitalismo o trabalhador somente pode ascender aos meios de produção para efetuar o trabalho necessário à reprodução de sua existência se seu trabalho excedente tem valor para o capital; quando este trabalho excedente deixa de ser necessário para o capital, é o trabalho necessário para o trabalhador o que se torna excedente e, portanto, o trabalhador passa a ser supérfluo. Assim, o que é funcional num primeiro momento depois se torna disfuncional. Essa disfuncionalidade não seria apenas material ou econômica, mas também no âmbito social. Segundo o autor, inicialmente a marginalidade foi vista como produto de um desajuste circunstancial das cidades, como um problema técnico de urbanização, e só depois foi se tornando uma questão social.

Um outro autor que contribui para a análise da pobreza a partir da conceituação de massa marginal é QUIJANO (1973). A tese dele é que há um pólo central e um marginal nas economias latinas. Esse pólo central era formado por setores de produção de bens de consumo duráveis e de alta tecnologia, ligado ao capital estrangeiro. Já o pólo marginal seria constituído por setores ligados à produção de bens de consumo de massa, com menor produtividade e menor capacidade financeira e tecnológica.

O pólo marginal, dessa forma, geraria uma população que se caracterizaria por sua fragmentação, instabilidade de inserção no sistema, ocupação nos setores da

economia cuja significação para a produtividade do sistema era praticamente nula. Para este autor, a mão-de-obra marginalizada se devia a uma variável externa – a dependência econômica. Ou seja, a massa marginal seria o produto da natureza dependente da industrialização latina, na fase monopolista do capital em nível mundial. Por isso, a industrialização da América Latina teria sido frustrada acarretando essa mão-de-obra marginalizada.

Mas essa tese de que o desenvolvimento do capitalismo produziu uma massa marginal de população sem função no sistema, defendida por autores como Nun e Quijano, está longe de ser aceita mesmo dentro da corrente de pensamento marxista. Um dos que discordam desta perspectiva é Rui Mauro Marini. Partindo do pressuposto de Marx de que a pauperização das massas trabalhadores decorre da exploração da força de trabalho, MARINI (1977) levanta a tese de que a causa do empobrecimento da população latino americana é gerada pela superexploração da força de trabalho no continente, portanto, a pobreza seria consequência da acumulação capitalista. Entretanto, ao contrário de Nun, ele argumenta que os marginais e pobres não estão excluídos passivamente, mas estão envolvidos numa gama de atividades, que são funcionais para o sistema.

Seguindo essa mesma perspectiva de crítica, Francisco de Oliveira argumenta que a produção de serviços pelas economias de pequena escala, realizada pela chamada massa marginal, servem de subsídios ao setor capitalista dinâmico. Um exemplo de que essa massa cumpre função no sistema seriam as construções de casas feitas pelos próprios moradores nas periferias urbanas das metrópoles brasileiras, que promove a redução do custo de reprodução da força de trabalho, beneficiando o capital (Oliveira, 2003a).

No Brasil, apesar de muitos pensadores brasileiros terem contribuído tanto do ponto de vista da análise quanto de propostas políticas para a temática do desenvolvimento, o que se verificou a partir de meados da década de 1960 foi a predominância do pensamento rostowiano, que orientou tanto os discursos quanto as ações dos governos militares. Com um forte viés anti-comunista e sem nenhuma preocupação de “irradiar” os frutos do crescimento econômico como preconizava a tese furtadiana/cepalina, se implementou no país um grande projeto de transformação sócio-espacial que teve como vetores a urbanização, a industrialização e uma forte inserção do Estado na economia tanto com investimentos diretos quanto com incentivos e subsídios a investidores privados. Um dos resultados mais visíveis desse processo foi a inversão

demográfica que ocorreu no Brasil em um período curto de tempo como mostra o gráfico VIII.

Gráfico VIII: Distribuição da população por local de residência.

- Brasil 1950 – 2006 (em %) –



Fonte: Dieese-Nead (2008:63).

Conforme se pode ver no gráfico VIII na década de 1950 aproximadamente 64% da população vivia em áreas rurais, e trinta anos depois, na década de 1980 a situação já tinha se invertido com mais de 67% da população sendo urbana. E esse processo de urbanização da população segue em curso no novo milênio.

Vale registrar que há muita controvérsia sobre o critério de classificação da população como rural ou urbana utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, órgão do Estado responsável pela realização de censos demográficos no país.

A definição oficial brasileira de rural e urbano é baseada na lei e desconsidera a mensuração de características como o tamanho populacional, ocupação, renda ou pressão antrópica. A classificação baseia-se nas áreas, sendo a população classificada como rural ou urbana de acordo com a localização de seu domicílio. Para o IBGE são urbanas as sedes municipais (cidades) e as sedes distritais (vilas), cujos perímetros são definidos por lei municipal. Também são consideradas urbanas as áreas urbanas isoladas, igualmente definidas por lei municipal, porém separadas das cidades ou das vilas por área rural ou outro limite legal (IBGE, 2000,v.7). As áreas rurais são

aquelas fora dos perímetros definidos como urbanos. (Girardi, 2008:7)

Por isso, para muitos autores a população rural do Brasil é maior do que a que aparece nas estatísticas oficiais. Apesar das controvérsias sobre os critérios de classificação, por conseguinte sobre os resultados das contagens populacionais, é consenso entre os estudiosos das transformações demográficas que o país sofreu um intenso processo de urbanização na segunda metade do século XX, que por sua vez teve como vetores o desenvolvimento industrial – que atraiu populações para as áreas urbanas, especialmente nas regiões sudeste e sul - e a modernização da agricultura – que expulsou populações das áreas rurais.

Mas essas transformações não fizeram diminuir a pobreza no Brasil, pelo contrário. À velha pobreza alicerçada na concentração fundiária e no pequeno aproveitamento dos recursos produtivos, se somam pobreza modernas, resultantes do binômio industrialização-urbanização, das novas técnicas de produção e das configurações espaciais que engendraram, bem como das distintas estratégias de concentração de riquezas que foram se desenvolvendo, que incluem mecanismos tributários, financeiros, entre outros, muitos dos quais operados direta ou indiretamente pelo Estado. É neste contexto, sob a hegemonia econômica e ideológica do neoliberalismo, que as políticas de combate a pobreza adquirem uma nova roupagem discursiva: a do desenvolvimento humano.

3.2. O discurso do desenvolvimento humano e a retroalimentação da pobreza no contexto neoliberal.

Nessa perspectiva discursiva o debate do desenvolvimento é permeado pelos interesses do mercado e o ataque à pobreza é minimizado a políticas focais, ou o que LEGUIZAMÓN (2005) chama de focopolítica - uma arte de governar preocupada com a provisão dos mínimos. Essa focopolítica se traduz em benefícios aos pobres, no mesmo momento em que se reduzem os direitos sociais.

No Brasil as focopolíticas são mais conhecidas como políticas compensatórias. Essas políticas se disseminaram na América Latina no contexto neoliberal revestidas pelo discurso do desenvolvimento humano tendo como meta reduzir a pobreza como se esse fenômeno não tivesse nenhuma relação com o modo capitalista de produção,

particularmente nessa fase neoliberal. Para LEGUIZAMÓN (2001) este é um discurso dual e esquizofrênico, pois com uma mão se promovem as políticas macroeconômicas que aprofundam a desigualdade, a concentração da riqueza e a pobreza e com a outra se propõe a equidade social do desenvolvimento humano.

Esse ‘novo humanitarismo’ que se materializa no discurso do desenvolvimento, conforme a autora, lamenta a pobreza e até procura aliviá-la, mas sem questionar o sistema de desigualdade e seus mecanismos, porque nesse discurso a desigualdade é naturalizada, assim como a dominação de uma população sobre as outras, através dos mecanismos de inferiorização, de desvalorização de uma cultura e negação de uma “arte de vida”, além de uma polarização entre o desenvolvido e o subdesenvolvido, o superior e o inferior, o norte e o sul.

Segundo LEGUIZAMÓN (2005) o “desenvolvimento humano”, enquanto discurso que se fortaleceu em fins de 1990 debaixo das premissas neoliberais, constrói teorias e categorias que produzem e sustentam a pobreza. Nesta perspectiva, conforme a autora, a teoria das necessidades básicas faz parte desse sistema discursivo minimalista, em que aos pobres é permitido apenas ter o que se convencionou chamar de ‘necessidades’, determinadas por instituições de países ricos, como o Banco Mundial. Dessa forma, se biologiza a pobreza, no sentido de que é necessário pensar no pobre apenas enquanto o indivíduo que não tem recurso suficiente para ingerir as calorias diárias necessárias, para a sobrevivência física.

A partir da análise do sistema discursivo de desenvolvimento humano, LEGUIZAMÓN (2005) concluiu que este sistema promove:

- 1) uma sociedade com valores polarizados;
- 2) minimiza as expectativas de vida de um grupo cada vez mais amplo de excluídos;
- 3) regula o aumento dos direitos sociais;
- 4) a proteção social se desvincula da condição de cidadania e se territorializa, no sentido de ser vinculada a um local e não garantida universalmente;
- 5) não questiona e nem propõe modificar as causas que produzem a desigualdade e a pobreza;
- 6) omite a importância das lutas sociais como fator fundamental para modificar a correlação de forças entre os interesses do capital e o bem-estar;
- 7) a pobreza é reduzida a níveis mínimos biológicos;
- 8) subsume-se o social no econômico;

9) não está preocupado em aumentar o bem-estar dos cidadãos e sim em manter as pessoas em seu lugar;

10) essa nova arte de governar promove a vida em termos mínimos básicos.

Essas conclusões vão ao encontro da interpretação de ESCOBAR (1998) sobre desenvolvimento. Este autor observa que o discurso e as estratégias do desenvolvimento ao invés de produzir prosperidade, produziram miséria e subdesenvolvimento, além de sua máxima criação: a invenção do terceiro mundo.

Conforme esta perspectiva de análise, com a qual concordamos, em nome do desenvolvimento foram destruídas ou negadas práticas culturais, criou-se um contingente de desempregados rurais e urbanos, ignorou-se enfoques participativos e descentralizados, privilegiou-se a produção para o mercado externo enquanto os famigerados eram controlados através das políticas focalizadas que lhes ofereciam os mínimos necessários básicos (Escobar, 1988; Leguizamón, 2005).

É nesse sentido que nos parece pertinente a pergunta de RAHNEMA (2005) se este tipo de desenvolvimento almeja a erradicação da pobreza ou dos pobres. Para este autor o discurso do desenvolvimento tem sido usado para justificar a eliminação das pessoas e não o fenômeno da pobreza.

A análise desses autores converge para um ponto: a força do discurso do desenvolvimento enquanto mecanismo de dominação e transformação de várias sociedades em prol de interesses do capital. E sua contraface: a falácia do bem-estar no momento em que produz e reproduz a pobreza. Alguns desses autores vêem nos movimentos sociais uma alternativa.

O grande problema é que esse mesmo discurso do desenvolvimento tem cooptado grandes e pequenos movimentos, na medida em que lhes oferece vantagens no sistema de poder, incorporando-os às suas instâncias. Muitos sindicatos hoje reproduzem esse discurso em suas pautas específicas, como, por exemplo, concordando com negociações que retiram dos trabalhadores direitos sociais e lhes oferecem benefícios temporários. E muitos movimentos reduzem a radicalidade de suas ações em função da participação em programas focalizados, que até aliviam a pobreza melhorando as condições de vida de muitas famílias, às vezes de milhares de pessoas, mas estão longe de serem instrumentos de promoção da justiça social, na medida em que não se baseiam no combate à desigualdade na distribuição da riqueza.

Aliás, este é um aspecto que o debate da pobreza, na ótica do desenvolvimento humano, tenta ofuscar: que a relação entre pobreza e riqueza é mediada pela

desigualdade. Exatamente por não questionar o modo de produção e reprodução da riqueza essa perspectiva discursiva desconsidera que em sociedades como a brasileira há uma relação umbilical entre pobreza e desigualdade. E essa desigualdade não se restringe à distribuição de renda, que pode ocorrer circunstancialmente em função de um determinado contexto econômico, como, por exemplo, de alta inflação. No Brasil a desigualdade é estrutural e estável ao longo do tempo, uma vez que se sustenta, sobretudo, na concentração dos meios que geram a riqueza.

3.3. Concentração de riqueza como alicerce da produção e reprodução da pobreza no Brasil.

No caso do Brasil analisar a pobreza implica em se debruçar sobre a desigualdade social, uma vez que o país é destaque internacional em termos de desigualdade na distribuição de renda, e isso é apontado por vários pesquisadores (Medeiros, 2005; Barros et al, 2001 e 2007) como a raiz da pobreza que assola as condições de vida de milhares de pessoas.

ROCHA (2005:31) afirma que o Brasil se situa no grupo de países em que “o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de modo que a persistência de pobreza absoluta se deve à má distribuição de renda”. Corroborando com esta tese BARROS et al (2001:01) constata que a pobreza brasileira não decorre da escassez absoluta ou relativa dos recursos uma vez que

em primeiro lugar o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Em segundo lugar, os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.

Conforme estes autores na classificação internacional pelo critério da renda per capita o Brasil está entre o 1/3 mais rico do mundo, por isso não pode ser classificado como um país pobre. Entretanto, cerca de 30% da população total do Brasil é pobre enquanto nos países com renda *per capita* semelhante esse percentual gira em torno de 8%. Isso faz da sociedade brasileira uma campeã mundial em desigualdade (idem:5).

E o mais grave é que a desigualdade não é um fato recente, nem mesmo cíclico que se acentue nos momentos de crise e se reduza nos períodos de crescimento. Como

constatam BARROS et al (2001:01) há décadas persiste no Brasil uma “inaceitável estabilidade” na desigual distribuição de renda. E isso é comprovado pela análise de vários indicadores conforme se verifica na tabela 9.

**Tabela 9: Evolução Temporal dos Indicadores de Desigualdade de Renda
Brasil – 1977 -1999.**

Ano	Coefficiente de Gini *	Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres.	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres.
1977	0,62	27,5	26,8
1978	0,60	31,3	25,0
1979	0,60	32,9	25,2
1981	0,59	24,0	21,8
1982	0,59	25,6	23,0
1983	0,60	25,7	23,5
1984	0,59	23,6	22,4
1985	0,60	25,5	23,6
1986	0,59	24,0	22,1
1987	0,60	27,6	24,4
1988	0,62	30,9	27,2
1989	0,64	34,3	30,4
1990	0,62	31,2	26,9
1992	0,58	26,7	21,8
1993	0,60	28,8	24,5
1995	0,60	28,0	24,1
1996	0,60	29,8	24,6
1997	0,60	29,2	24,5
1998	0,60	28,6	24,2
1999	0,60	27,2	23,3

Fonte: BARROS et al (2001:16).

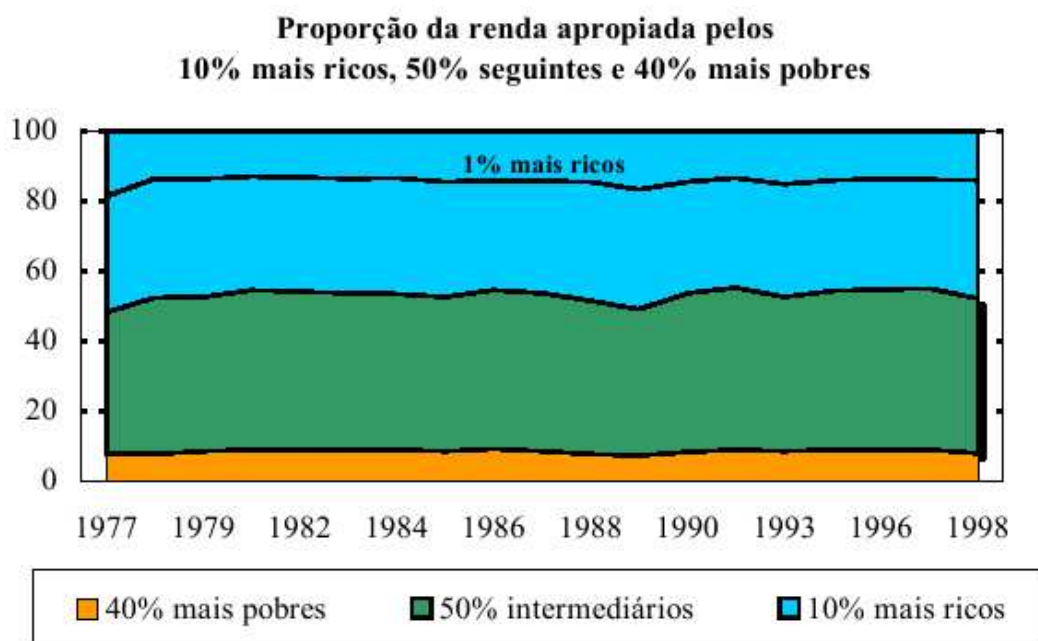
* O Coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda. A distribuição utilizada pelos autores foi a de domicílios segundo a renda familiar per capita.

Como mostra a tabela 9, durante as décadas de 1980 e 1990 o coeficiente de Gini se manteve em torno de 0,60 apesar das importantes mudanças políticas, jurídicas e econômicas que ocorreram no país nesse período, entre as quais o fim da ditadura militar e início da construção da democracia (1984), a promulgação de uma nova e

progressista Constituição (1988), a implantação de vários planos de estabilização econômica com destaque para o Cruzado (1986) e o Real (1994).

A enorme concentração de renda que caracteriza a sociedade brasileira também pode ser constatada pela diferença de rendimento dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres. Tanto no início quanto no final da série temporal analisada os 20% mais ricos recebiam 27 vezes mais renda que os 20% mais pobres. Na última coluna da tabela 9 se observa a diferença de rendimentos entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, que no período analisado tem uma pequena redução. Em 1977 os 10% mais ricos recebiam 27,6 vezes mais que os 40% mais pobres e em 1999 tinham uma renda 23,3 vezes maior. O Gráfico IX permite uma visualização da grandeza e da incrível estabilidade da concentração de renda que caracteriza o país há muito tempo.

Gráfico IX



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), in: Barros, Henriques e Mendonça (2000), Op Cit.

Como se pode observar no gráfico IX os 10% mais ricos detém cerca de 50% da renda do país durante toda essa série temporal, enquanto os 40% mais pobres não chegam a se apropriar de 10%. E somente o 1% mais rico da população se apropria de uma fatia de renda maior que os 40% mais pobres.

ROCHA (2005) verificou que logo após a implantação do Plano Real (1994) ocorreu uma redução da pobreza absoluta no Brasil. “A proporção de pobres passou de 44% (62,6 milhões de pessoas), 1993, para 33,3% (49 milhões de pessoas), em 1995”. No entanto, esse efeito positivo do plano se esgotou dois anos depois. A partir de 1996 a proporção de pobres encontrou um “novo patamar de resistência em torno de 34%”.

Conforme se verifica na tabela 10, o Coeficiente de Gini de distribuição de renda tanto das pessoas quanto das famílias se mantém em patamares extremamente elevados, mesmo com a redução da pobreza absoluta que ocorreu logo após o plano real.

Tabela 10: Índices de Gini relativos à distribuição de renda bruta das pessoas e das famílias – total e familiar per capita (Brasil, 1981 – 1999).

Renda*	1981	1983	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Pessoas	0,583	0,599	0,609	0,601	0,611	0,629	0,647	0,620	0,574	0,603	0,592	0,590	0,588	0,583	0,576
Famílias	0,563	0,573	0,578	0,577	0,586	0,602	0,623	0,601	0,573	0,595	0,591	0,593	0,594	0,591	0,585
Familiar Per capita	0,599	0,607	0,609	0,607	0,620	0,631	0,654	0,631	0,598	0,621	0,618	0,618	0,618	0,617	0,612

Fonte: Pnad/IBGE, tabulações de ROCHA (2005:38).

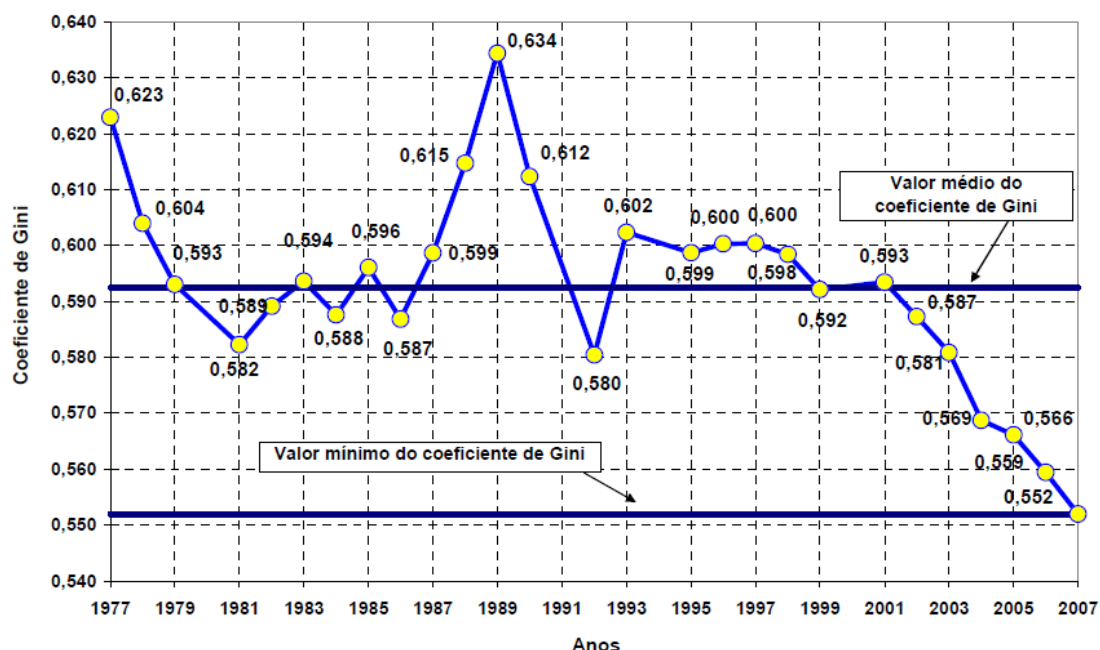
* A Renda aqui considerada é das pessoas acima de 10 anos com rendimentos positivos.

O coeficiente de Gini da renda das famílias e da renda familiar *per capita* no final da década de 1990 alcançou um patamar maior do que no início da década de 1980 e no caso da renda das pessoas o coeficiente de Gini teve uma pequena redução. A análise desses indicadores de distribuição de renda nessa série temporal evidencia que o alívio da pobreza não teve como corolário a desconcentração de renda.

A partir da observação desses indicadores sociais é que concordamos com MEDEIROS (2005:47) quando afirma que, “a desigualdade no Brasil não é só alta como extremamente estável uma indicação clara de que o problema não é circunstancial, mas uma característica da estrutura da sociedade brasileira”.

Dados mais recentes apontam uma tendência de queda da desigualdade a partir de 2001. O coeficiente de Gini, por exemplo, caiu significativamente passando de 0,593 em 2001 para 0,552 em 2007, como demonstra o Gráfico X.

Gráfico X – Coeficiente de Gini da desigualdade de renda familiar per capita - Brasil – 1977 a 2007



Fonte: IPEA, 2008a

Um dos fatores que estariam contribuindo para a queda da desigualdade é o fato de que a renda dos pobres estaria crescendo em um patamar bem mais elevado que a renda dos ricos. Entretanto, como a herança histórica da desigualdade é muito acentuada, mesmo que se mantenha esse ritmo de redução, que é considerado bastante acelerado, o país levaria “18 anos para que sua posição internacional em relação à renda média dos 20% mais pobres se alinhasse com sua posição pertinente à renda *per capita*” (Ipea, 2008a:9). Isso porque conforme se comentou anteriormente, em países com renda *per capita* semelhante à brasileira a fatia da renda apropriada pelos 20% mais pobres é muito maior do que no Brasil.

Apesar da queda na desigualdade os dados apontam que a concentração de renda segue sendo extremamente elevada no país, tanto que em 2007 a parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres correspondia a 15% da renda do país, uma parcela pouco maior do que a fatia apropriada pelo 1% mais rico da população, que correspondia a 12%. O que demonstra que a pobreza no país está intrinsecamente relacionada com a desigualdade social.

Entretanto, em nossa avaliação, a desigualdade na distribuição de renda é apenas a “*ponta do iceberg*”, é o que é mais visível uma vez que nas sociedades capitalistas as relações de consumo são mediadas pela mercadoria dinheiro. Todavia, uma análise mais

aprofundada das causas da desigualdade revela que ela é uma consequência da concentração das riquezas (das terras, fábricas, bancos, imóveis urbanos e rurais, títulos públicos e assim por diante) nas mãos de uma parcela muito pequena da população. Os que se apropriam das diversas formas de riqueza material concentram a maior parte dos rendimentos resultantes das atividades produtivas dos diferentes setores da economia.

A concentração é tão absurda que, segundo POCHMANN (2004a:239), “do ponto de vista do estoque de riqueza percebemos que no Brasil *somente cinco mil famílias, de um universo de 51 milhões, respondem por 45% de toda a riqueza nacional*”. Isso significa que *quase metade da riqueza do país está nas mãos de 0,01% das famílias*. (grifo nosso).

Esses dados demonstram que a análise da pobreza não pode ser descolada de seu reverso, a riqueza. Afinal, como ressalta MELLO (2004b:229), “quando pensamos em pobre, temos que pensar em rico. Pobreza é o contrário de riqueza. Só existe pobre porque existe rico.(...) Rico e pobre, então, são dois lados da mesma moeda”.

E a enorme assimetria sócio-econômica, que do ponto de vista populacional resulta em uma pequena parcela muito rica e uma enorme massa pobre, tem se mantido incrivelmente estável desde a época que o Brasil era uma colônia portuguesa. Tanto que, segundo POCHMANN (2004a:238), “quanto à concentração de renda, nos últimos três séculos praticamente não houve alteração entre as famílias que absorvem em torno de 75% da riqueza nacional”. De fato, os dados divulgados por POCHMANN (2008) confirmam que essa situação não sofreu mudanças, pois os 10% mais ricos concentram 75,4% da riqueza nacional²⁸.

3.4. Por que a pobreza no Brasil atinge tanta gente, há tanto tempo?

Na avaliação de POCHMANN (2004a:238) a manutenção dessa situação se deve em primeiro lugar ao fato de que o Brasil não tem tradição democrática, uma vez que somente após 1930 houve a universalização do direito ao voto e o início da democracia, mas esse processo foi interrompido duas vezes por regimes ditatoriais (O Estado Novo e a Ditadura Militar). A ausência dessa cultura democrática, entre outras coisas, dificulta

²⁸ Informação divulgada por Márcio Pochmann, presidente do IPEA, no seminário Reforma Tributária, organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES. Reportagens sobre o assunto foram publicadas em jornais de todo o país no dia 15-05-08. Algumas dessas reportagens estão disponíveis em http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=4571

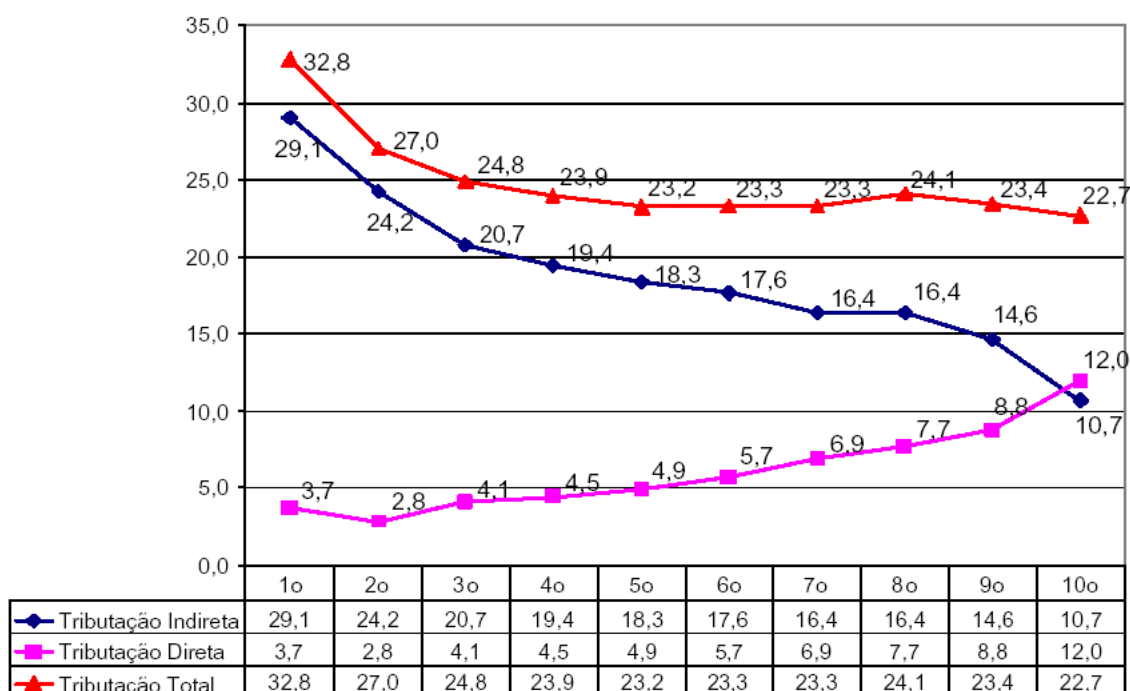
a elaboração de políticas públicas eficientes articuladas entre municípios, estados e governo federal, bem como articuladas entre as diferentes áreas como saúde e educação, em cada uma dessas esferas governamentais. E essa desarticulação impede que o conjunto da população tenha acesso às políticas sociais e melhore a qualidade de vida.

Em segundo lugar o pesquisador aponta a ausência na história brasileira de processos revolucionários ou reformistas, que em outros países permitiram reduzir o grau de desigualdade na sociedade.

O Brasil não teve nenhuma experiência concreta de revolução, seja do ponto de vista burguês, como a revolução inglesa, a norte-americana e a francesa, seja do ponto de vista social, como as revoluções socialistas: a revolução russa, a chinesa e a cubana, que são, na verdade, processos importantes de alteração da posse de ativos, de patrimônio, de propriedade. Também não tivemos experiências reformistas, basicamente aquelas, ao longo do século XX, de caráter social-democrata, reformas civilizatórias do capitalismo, fundamentais para gerar uma economia desenvolvida com baixa desigualdade (Pochmann, 2004a:239-240).

Entre as reformas clássicas do capitalismo contemporâneo que o Brasil não fez o autor destaca a reforma agrária e a reforma tributária. No que tange à questão dos tributos existe no país uma enorme injustiça, como mostra o gráfico XI.

Gráfico XI – Brasil -% de carga tributária, segundo décimos de renda – 2002-2003.



Fonte: IBGE/POF (Pesquisa de orçamentos familiares), elaboração IPEA, apud Pochmann (2008).

Como se pode observar no gráfico, a tributação indireta, formada pelos impostos que incidem sobre o consumo e, portanto são pagos por toda a população, tem uma carga muito mais elevada que a tributação direta, formada pelos impostos que incidem sobre os rendimentos e o patrimônio. O resultado é que a tributação total (soma de impostos diretos + indiretos) dos 10% mais pobres corresponde em média a 32,8% da renda, enquanto para os 10% mais ricos a carga tributária equivale, em média, a 22,7% da renda. Ou seja, o peso dos impostos é maior para quem tem menores rendimentos na medida em que os 10% mais pobres pagam 44,5% mais do que os 10% mais ricos.

A injustiça tributária fica evidente no Gráfico XI quando se considera somente a tributação indireta. Neste item a carga dos mais pobres é de 29,1%, contra 10,7% dos mais ricos, isso ocorre porque a população mais pobre destina a totalidade ou grande parte de sua renda comprando os produtos básicos como alimentos sobre os quais incidem esses tributos. Conforme destaca POCHMANN (2004b:112)

Para continuar a satisfazer os interesses da camada privilegiada, à qual se vincula parte da elite bem pensante, os pobres e as classes médias dependem uma parcela cada vez maior de sua renda bruta no pagamento de impostos e juros. Esta é a verdadeira herança maldita dos anos noventa.

Parte significativa da renda dos ricos é reinvestida nos processos produtivos e/ou em aplicações financeiras ou mesmo para aumentar patrimônio familiar, mas isso é pouco tributado no país. Essa situação reforça a tese de POCHMANN e AMORIM (2003:21) de que “as lacunas deixadas pela falta de reformas agrária, tributária e sociais tornaram o capitalismo brasileiro uma máquina de produção e reprodução de desigualdades”.

E mudar essa realidade através de uma reforma tributária que desonere os pobres e penalize os mais ricos é extremamente difícil, assim como tem sido muito limitado o alcance dos planos de reforma agrária. A explicação para tamanha resistência às mudanças estruturais que favoreçam a população pobre está no fato de que “no Brasil há uma interseção entre as elites econômicas e as elites de poder” (Medeiros, 2005:35).

Em um estudo intitulado “o que faz os ricos ricos” no Brasil, MEDEIROS (2005) verifica, que a elite econômica e a elite política são “coincidentes” no país. No Congresso Nacional, por exemplo, a maioria dos deputados federais, responsáveis pela elaboração/alteração da legislação do país (entre as quais as leis tributárias e agrárias) pertence às elites econômicas e são resistentes a reformas que reduzam injustiças

sociais. O resultado desta “coincidência” entre elite econômica e política é a perpetuação da enorme desigualdade social.

A sociedade brasileira é segmentada em uma grande massa homogênea de população de baixa renda e uma pequena elite rica. Este grupo, que detém a maior parte da riqueza do país e orienta os destinos da economia, é também uma elite política e social que se encontra em posições privilegiadas para influenciar as decisões de Estado e a formação da opinião pública. Em poucas palavras, o estrato mais rico da população detém o poder de determinar os rumos do desenvolvimento brasileiro.(Medeiros, 2005:51)

A manutenção dessa reduzida elite político-econômica no país mesmo com as mudanças no regime político, na economia, na demografia entre outras, se deve ao que OLIVEIRA (2003a:65) denomina de “pacto estrutural” costurado na década de 1930, que tem no populismo sua forma política. Esse pacto possibilita às classes burguesas empresário-industriais chegar ao poder no Brasil sem “uma ruptura total do sistema”, ou seja, sem liquidar política e economicamente as classes proprietárias rurais como ocorreu em revoluções burguesas clássicas da Europa, onde a destruição do poder feudal foi uma condição *sine qua non* para a consolidação e expansão do capitalismo, enquanto sistema produtor de mercadorias.

No Brasil, segundo o autor, as classes proprietárias rurais não tinham hegemonia total como ocorria no sistema feudal. Aqui o poder delas era “no sentido de manter o controle das relações externas da economia, que lhes propiciava a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado para o tipo de economia primário-exportadora” (Oliveira, 2003a: 64).

Com a depressão mundial no final da década de 1920, esse padrão de acumulação completamente dependente de demanda externa entra em crise o que também se reflete no campo político com a perda da hegemonia das elites agrárias. Mas isso, por si só, não viabiliza a industrialização por substituição de importações, uma vez que esse processo exigia um conjunto de reformas na estrutura e superestrutura da sociedade no sentido de criar as condições de produção, o que incluía “novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação” (idem, ibidem).

Na avaliação de OLIVEIRA (2003a), um dos principais instrumentos para forjar essas novas relações entre capital e trabalho foi a legislação trabalhista, que permite à burguesia industrial ganhar apoio das classes trabalhadoras urbanas enfraquecendo

politicamente as classes proprietárias, por temer que estas pudessem retomar a hegemonia quando a crise internacional fosse superada. Entretanto, ao mesmo tempo em que precisava enfraquecer as elites agrárias a burguesia necessitava de seu apoio econômico, o que resultou na formação de uma “*unidade de contrários*” politicamente costurada pelo populismo.

Assim, inaugura-se um longo período de convivência entre políticas aparentemente contraditórias, que, de um lado, penalizam a produção para exportação mas procuram manter a capacidade de importação do sistema – dado que são as produções agropecuárias as únicas que geram divisas – e, de outro lado, dirigem-se inquestionavelmente no sentido de beneficiar a empresa industrial motora da nova expansão. Seu sentido político mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresário-industriais à posição de hegemonia. No entanto, o processo se dá sob condições externas geralmente adversas – mesmo quando os preços de exportação estão em alta – e, portanto, um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema. Como contrapartida, a legislação trabalhista não afetará as relações de produção agrária, preservando um modo de “acumulação primitiva” extremamente adequado para a expansão global. Esse “pacto estrutural” preservará modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de nenhum modo antagônicos, como pensa o modelo cepalino. (Oliveira, 2003a:64-65).

Nesse sentido, é que OLIVEIRA (2003a) critica duramente a “razão dualista” do modelo da Cepal, principalmente da teorização de Celso Furtado, que interpreta o novo (representado pela industrialização) como total oposição ao velho (representado pelo modelo primário-exportador), sem perceber a especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro que ocorre por meio de uma simbiose entre o arcaico e o moderno, alicerçada nas vantagens comparativas – o que não quer dizer iguais - para ambos. Isso, obviamente, não resultou em benefícios para o conjunto da população como ingenuamente previa, o que depois o próprio FURTADO (1996) denominou de “o mito do desenvolvimento econômico”.

A crítica nos parece pertinente porque esse modelo dual-estruturalista, cepalino-furtadiano, não ficou restrito ao campo da produção intelectual. Suas proposições se

converteram em plano de ação de vários governos da América Latina, e do Brasil em particular. E o que é mais grave se tornou uma ideologia²⁹ e

(...) é evidente que essa ideologia recobria também, como é próprio de toda ideologia, antagonismos de classe e de interesses que, ou não interessava explicitar, ou ficavam submergidos no interesse maior, mais global, que era o do desenvolvimento econômico. E outras palavras, interesses de camponeses, de trabalhadores e de operários, dentro da construção ideológica, da construção teórica cepalina e de Furtado, não encontram lugar. Ela não está feita para sustentar esse tipo de proposição, nem seus pressupostos teóricos acolhem os conflitos sociais; e, sendo uma teorização para a ação, ela opera a submissão dos interesses de outras classes sociais aos interesses maiores das classes sociais predominantes. Não aparece na produção teórica de Furtado, nem da Cepal; como problemas do crescimento econômico, nenhum dos antagonismos sociais de que qualquer formação social, não escapam disto as da América Latina, é constituída. E é assim que ela se faz forte e se faz fraca, exatamente porque uma teoria desse porte, realmente original, uma contribuição inovadora do pensamento latino-americano, tem entretanto fragilidades teóricas do tipo assinalado.(Oliveira, 2003b:47).

A existência da articulação entre “o moderno” e “o atrasado” foi fundamental para a chegada da burguesia ao poder econômico e político no Brasil, mas mantendo o quinhão das classes proprietárias. De modo que, redefinindo o conceito de subdesenvolvimento, OLIVEIRA (2003b:113), afirma que este “é a forma de modernização econômica sem revolução burguesa”.

Na operacionalidade dessa modernização conservadora, conforme a definição de Florestan Fernandes³⁰, o Estado tem papel fundamental, porque é no âmbito estatal que se criam as condições políticas, legais, técnicas e ideológicas para que se perpetue a

²⁹ Importante registrar que Francisco de Oliveira deixa muito evidente que do ponto de vista pessoal tanto Celso Furtado quanto Raúl Prebisch, os principais expoentes da Cepal, eram homens muito íntegros, tanto que se recusaram trabalhar para empresas privadas ganhando altos salários quando deixaram as funções públicas. Sobre Furtado ele diz “é um dos homens públicos mais independentes dos poderes econômicos” e sobre as proposições de Prebisch classifica como “altamente éticas e igualmente ingênuas” (Oliveira, 2003a:31). Ao que tudo indica, de fato acreditaram no que depois o próprio Furtado define como “o mito do desenvolvimento econômico” que superaria o subdesenvolvimento através da industrialização e isso traria benefícios a toda a população. Mas, ainda que sem intenção, a teoria da Cepal e de Furtado “converteram-se em uma arma ideológica a serviço da nova burguesia industrial emergente no Brasil e em outros países da América Latina” (Oliveira, 2003b:47).

³⁰ Segundo Oliveira é Florestan Fernandes quem redefine o conceito de subdesenvolvimento ao considera-lo como uma “forma do desenvolvimento desigual do capitalismo presente na periferia que se produz, sobretudo por uma modernização conservadora cujo processo é caracteristicamente o da “revolução passiva” gramsciana, ou uma modalidade da “via prussiana”na interpretação clássica marxista”(Oliveira, 2003b:112). Sobre a crítica que alguns autores de que a via prussiana inclui a reforma agrária, Oliveira argumenta que estes tomam “o tipo ideal weberiano como historicamente real e não como aproximações sucessivas, e se esquece de que no caso italiano não houve reforma agrária”(idem:113). Na Itália o problema agrário só foi resolvido pelo Programa do Partido Comunista. E no caso japonês a reforma agrária só ocorreu na reconstrução do país, pós segunda guerra.

concentração das riquezas enquanto a maioria da população, que tem como principal fonte de renda o próprio trabalho, vive na pobreza ou sob a ameaça de cair nesta condição. Essa leitura de Florestan Fernandes nos parece uma chave importante para interpretar o papel do Estado brasileiro na aliança com o latifúndio e o agronegócio que analisamos no capítulo I.

Do ponto de vista do mundo do trabalho o pacto das elites implicou na tutela das organizações sindicais urbanas pelo Estado, que impôs limites extremamente estreitos para a ação das mesmas. Nas áreas rurais a não aplicação da legislação trabalhista garantia a livre exploração da força de trabalho em condições subumanas. E as lutas para mudar essa realidade foram duramente combatidas, especialmente na ditadura do Estado Novo (1937-45) e na ditadura militar (1964-84).

Somente no final da década de 1970 é que um amplo movimento da classe trabalhadora começa a romper o controle estatal, é a chamada oposição sindical, que no meio urbano pauta a luta por emprego e salário digno e livre organização da classe trabalhadora. E no campo ressurgem com força a luta por reforma agrária. Mas todas essas mobilizações ocorrem em um contexto bastante adverso do ponto de vista macroeconômico, caracterizado pela estagnação econômica, elevada inflação e grande endividamento externo. Por isso, em nome de “um interesse maior” da nação, a estabilidade econômica, é remendado o velho pacto entre as elites e as transformações exigidas pelas classes populares mais uma vez são proteladas.

É neste cenário, já bastante desfavorável à maioria da população, uma vez que o desenvolvimento capitalista brasileiro não necessitou do estado do bem-estar social, como ocorrera em algumas regiões da Europa, que o Brasil vai adotar o receituário neoliberal, que resultou no aumento do desemprego, da precarização do mundo do trabalho, enfim na intensificação da produção da pobreza e da exclusão. Entretanto, esses processos não afetaram a sociedade brasileira de forma homogênea, o gênero feminino foi o mais prejudicado.

Por isso, no próximo item, além de descrever brevemente alguns impactos do neoliberalismo na América Latina, e particularmente no Brasil, vamos fazer um recorte de gênero para visibilizar que as mulheres trabalhadoras, particularmente as de famílias pobres, foram as mais penalizadas pelas políticas “sugeridas” pelo Consenso de Washington.

Capítulo IV

Os mecanismos de produção e reprodução da pobreza em um contexto neoliberal

“Estabilidade e liberalização econômica”. Este foi o mantra proferido pela maioria dos governos da América Latina e Caribe a partir da década de 1990. E, para atingir o “nirvana” de ter uma economia estável e sem barreiras para o capital o caminho era um só: implementar o receituário neoliberal, sintetizado no Consenso de Washington.

Em linhas gerais o Consenso de Washington está fundamentado em quatro proposições básicas: políticas macroeconômicas conservadoras; liberalização do comércio e investimento internacional; privatização de empresas estatais; e, por fim, desregulação de preços e outras regras que definem limites para a ação dos agentes econômicos. Todas as proposições convergem no sentido da ampliação do espaço econômico para decisões alocativas de agentes privados. (Ferraz et al, 2003:14)

No âmbito do pensamento econômico a hegemonia neoliberal implicou em uma mudança de paradigma. Saiu da agenda de debates o desenvolvimento e o pleno emprego, motivados pelo modelo keynesiano, e a centralidade da política econômica passou a ser a estabilidade, entendida como controle de inflação e de déficit público, mesmo que isso ocorresse, como de fato ocorreu, com elevados custos sociais.

Outra importante mudança foi em relação ao papel do Estado. A defesa do dirigismo estatal para ampliar a capacidade produtiva e a geração de emprego e renda foi substituída pela defesa do livre mercado, apontado como “único” caminho para atrair capital, especialmente do mercado externo, e promover crescimento econômico. Do ponto de vista internacional, é importante considerar que

“o paradigma da liberalização surge e se consolida em simultâneo a mudanças na conduta de empresas líderes mundiais e nos processos de concorrência, na direção da concentração e centralização do capital” (Tavares e Belluzzo, 2002, apud Ferraz et al, 2003:15).

Entretanto, ao contrário do que a retórica neoliberal prometia, a adoção das políticas definidas no Consenso de Washington, tarefa que a América Latina cumpriu com afinco, não teve como corolário o aumento da capacidade produtiva e do emprego

e nem a melhoria das condições de vida da população. Muito pelo contrário. Como destaca SALAMA (2000:208) “a rápida abertura das fronteiras levou a uma destruição-reestruturação do sistema de produção, prevalecendo a destruição sobre a reestruturação”. O resultado disso ficou bastante evidente nas medíocres taxas de crescimento do PIB.

ESTAY (2007:208), analisando dados do PNUD 2005, constata que dos 33 países da América Latina e Caribe somente 12 tiveram crescimento do produto por habitante superior a 2% ao ano entre 1990 e 2003. E nos países que cresceram menos que este percentual vive 85% da população da região. E, mesmo se considerando que no mundo inteiro o período foi marcado por crescimentos medíocres, os dados indicam que o baixo desempenho das economias da América Latina e Caribe só foi superado pela África Subsaariana e parte dos países do ex-bloco socialista europeu, regiões que passaram por situações sócio-econômicas extremamente difíceis no final do século XX.

Conforme SALAMA (2000), a liberalização trouxe para as economias latino-americanas a necessidade de atrair cada vez mais capital, para cobrir déficits comerciais, pagamento de patentes, entre outras despesas. De modo que a saída adotada por muitos países foi transformar a economia em “economia cassino”, onde o principal atrativo são as elevadas taxas de juros.

O Brasil é um caso exemplar desse modelo de “economia cassino”, pois tem a maior taxa de juros do mundo. E isso contribuiu para atrair capital, verdade que bem menos do que os países asiáticos, mas na economia real significou uma forma de acumulação com elevadíssimos custos sociais - ainda que a nosso ver não há forma de acumulação de capital que não imponha altos custos sociais - na medida em gerou poucos empregos, muito endividamento interno, reduzindo a capacidade de investimento do Estado, além de uma enorme vulnerabilidade às crises financeiras internacionais.

No que se refere à geração de emprego, os dados da Cepal revelam que no período de implantação das políticas neoliberais ocorreu na América Latina e Caribe

Un notable aumento del desempleo: del 6,9% a comienzos de los años noventa al 10,0% en el 2004. Este aumento del desempleo estuvo acompañado por un ascenso de la informalidad, que implicó que, durante la última década, el 70% del aumento del empleo haya estado concentrado en los sectores informales, a la vez que más de 63% de los miembros activos del 40% de las familias más pobres de la región trabajan actualmente em el sector informal, y dedican la

totalidad de sus ingresos laborales a subsistir. (Cepal, 2005, apud, Estay, 2007:208)

Portanto, com as políticas neoliberais “a natureza dos empregos muda: a precariedade e simultaneamente a intensidade do trabalho aumentam” (Salama, 2000:218). E diante da ameaça do desemprego, a maioria dos/as trabalhadores/as tem que se submeter a trabalhar mais e em piores condições (o inclui menor salário, maior jornada, relações de trabalho informais, entre outras coisas). Assim, seja pelo desemprego seja pelo emprego precário, após uma década de neoliberalismo maior parte da população latino-americana passa a viver abaixo da linha de pobreza ou gravitando em torno dela, na medida em que o trabalho é a principal fonte de renda tanto pessoal quanto familiar na região.

A combinação de um crescimento baixo, e em muitos casos negativo, com um modelo de acumulação regido pelas regras neoliberais comprovou ser uma eficiente fórmula de aumentar a pobreza na América Latina, tanto na sua amplitude quanto na sua profundidade. Como constatou SALAMA (2000:207), “pobreza pelo emprego e pobreza pela recessão são os dois aspectos que dominam nos anos noventa”.

E no que tange à distribuição da riqueza a aplicação do Consenso de Washington na América Latina não provocou a redução da desigualdade social. Tanto que segundo a Cepal no início do atual milênio a maioria dos países em desenvolvimento convive com elevados indicadores de desigualdade: “América Latina y El Caribe ostentan la lamentable singularidad de ser la región más inequitativa del mundo” (Cepal 2005, apud, Estay, 2007:210).

A adoção das políticas neoliberais, além de não reverter o histórico quadro de desigualdade social que vigora na América Latina, piorou as condições de vida de milhares de pessoas, na medida em que engendrou novas formas da produção e reprodução da pobreza na região, conforme analisa LEGUIZAMÓN (2005:27).

Como consecuencia de la reestructuración neoliberal de la sociedad en los noventa, se llevaron adelante procesos de privatización, ajuste fiscal, flexibilización de las relaciones entre capital y trabajo, apertura de los mercados, y enajenación de los servicios públicos y de los recursos naturales y energéticos. Esto ha producido una alteración profunda en la reproducción social de las personas, producto de nuevas formas de explotación y exacción del trabajo y de las reformas del estado, generando una creciente exclusión social – aumento de la pobreza, empobrecimiento de los sectores médios, precarización del trabajo – y pérdida de derechos por el

debilitamiento de la relación entre derechos sociales y ciudadanía política. Se puede decir que la transformación neoliberal implicó, entre otros procesos, desindustrialización, desalarización, desobrerización, desciudadanización, descampesinización y/o recampenización y enajenación de los recursos energéticos y servicios públicos básicos. La desobrerización y precarización del trabajo fueron producto tanto de la reestructuración del propio capitalismo a nivel global y local como de las políticas privatizadoras y desregulatorias, incluidas en las “reformas del estado”, propiciadas por el FMI y el Banco Mundial en los noventa.

Mas não se pode concluir que as políticas neoliberais produziram efeitos nefastos para todos. Os grandes grupos econômicos, especialmente os multinacionais, ampliaram seus lucros e uma parcela dos ricos dos países latino-americanos se tornou mais rica. Isso significa que o capital conseguiu, através dos mecanismos neoliberais, recompor forças para retroalimentar seu insaciável processo de acumulação, evidentemente que para isso alguns capitalistas, particularmente os menores, ou mesmo alguns representantes do grande capital foram prejudicados e até eliminados do mercado.

E nos parece fundamental constatar que o neoliberalismo alterou não somente a economia dos países uma vez que engendrou reformas também no âmbito da política, das leis, bem como do pensamento e da prática social da classe trabalhadora. Com isso, a maioria das organizações de trabalhadores/as tanto no campo quanto nas cidades abandonou a perspectiva da luta pela ampliação dos direitos e da transformação social, substituindo-a pela perspectiva da manutenção dos direitos já conquistados e “amenização” dos impactos perversos do livre mercado, tendo como tática principal a negociação ao invés das mobilizações e greves utilizadas nas décadas de 1970 e 1980.

Esse conjunto de mudanças, objetivas e subjetivas, garantiu a estabilidade política e a liberdade econômica do capital, mesmo em países em que chegaram ao poder representantes de forças sociais que combatiam o neoliberalismo e que se elegeram exatamente porque mobilizaram as massas populares em torno do discurso da mudança, como é o caso do Partido dos Trabalhadores – PT, no Brasil. Nesse sentido, concordamos com GAMBINA (2007:230) quando afirma que

El nuevo discurso oficial por los cambios aún no se materializa en modificaciones de las relaciones sociales de explotación. Más aún: en algunas ocasiones, privilegiando la legitimación del nuevo gobierno, se profundizan las políticas que antes, en carácter de oposición de

izquierda, se rechazaban. Construir políticas de gobierno alternativo sigue siendo una asignatura pendiente en la mayoría de los países.

O economista Delfim Neto, que foi responsável pelo Ministério da Fazenda em três governos da ditadura militar no Brasil, justificava a persistência da má distribuição de renda no país mesmo em um contexto de grande crescimento econômico (o chamado “milagre econômico brasileiro” na década de 1970) com a famosa “teoria do bolo”. Através da metáfora de que a riqueza nacional é como um bolo, afirmava que primeiro era necessário esperar o “bolo crescer para depois dividir”. Portanto, os mais pobres que tivessem paciência porque a hora da partilha um dia iria chegar.

Contrapondo à política econômica recessiva, lastreada nessa construção ideológica, no final da década de 1970 e início dos anos 1980 explodiram grandes lutas de massa no Brasil. Os trabalhadores denunciavam que desigualdade social no país não era consequência de um “bolo” de riqueza pequeno. O problema é que os ricos se apropriavam de quase todo o bolo sobrando apenas migalhas para os pobres dividirem. Entre os críticos do Ministro Delfim estava o intelectual Fernando Henrique Cardoso, também chamado de FHC, e o líder sindical Luís Inácio da Silva, conhecido como Lula.

E, confirmando a lei da dialética de que “uma coisa pode se transformar no seu contrário”, esses dois personagens (FHC e Lula) ao assumirem o governo do Brasil implantaram políticas econômicas que produziram um resultado muito semelhante ao do ex-ministro: aumento do “bolo” sem alteração substancial na sua distribuição.

O presidente Fernando Henrique foi o responsável por implementar de forma eficiente, no julgamento dos analistas neoliberais, um amplo programa de privatização e uma política macroeconômica preocupada em combater a inflação, gerar superávit e atrair capital com elevadas taxas de juros. Nesse contexto também promoveu a reforma do Estado, enxugando seu papel social e ampliando sua atuação como responsável por garantir condições para maior rentabilidade e segurança do capital no país. Com esse mesmo objetivo foram iniciadas um conjunto de reformas (fiscal, trabalhista, previdenciária, entre outras) que ficaram inconclusas, devido tanto à mobilização social quanto ao jogo de interesses no Congresso. Um dos grandes opositores dos governos FHC era o Partido dos Trabalhadores, em que uma das figuras de maior destaque era Lula, vencedor das eleições presidenciais de 2002.

Entretanto, Lula, ao governo assumir o governo mantém os pressupostos neoliberais na política macroeconômica e segue ampliando reformas que garantem

excelentes taxas de lucro aos capitalistas, tanto do setor financeiro quanto de grandes grupos econômicos do setor produtivo. E do ponto de vista sócio-político o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores tem a vantagem de ter reduzido a instabilidade social, que caracterizou os governos FHC em que houve várias lutas sociais lideradas tanto por organizações urbanas quanto rurais.

A redução da “pressão popular” nos governos Lula, a nosso ver, é fruto da combinação de três processos fundamentais. Um deles é o estreitamento das fronteiras entre governo e entidades de luta popular obtido com a nomeação de lideranças dos movimentos sindicais e sociais para uma série de funções governamentais em diferentes esferas da hierarquia governamental. O outro é a ampliação de recursos repassados para Organizações Não Governamentais, Associações e Cooperativas, vinculadas às entidades de trabalhadores urbanos e rurais, para que executem funções que anteriormente eram realizadas pelo Estado, isso inclui projetos nas áreas de educação, saúde, assistência técnica, crédito, entre outras. Assim, consciente ou inconscientemente, as organizações populares vão aderindo ao processo de privatização de serviços públicos e o Estado vai deixando de ter a responsabilidade de garantir, tanto do ponto de vista da qualidade quanto da quantidade, vários serviços essenciais para a população. O terceiro processo é a ampliação dos programas de alívio à pobreza, especialmente a pobreza extrema, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Estes programas não são executados no âmbito de uma política social ampla, preocupada em reduzir desigualdades, são focalizados, visando atingir os mais pobres entre os pobres, sem alterar a histórica assimetria na distribuição das riquezas e são legitimados pelo discurso do desenvolvimento humano, como se viu no capítulo III. Por isso, não há paradoxo entre “combater a pobreza”, através desses programas, e manter as políticas neoliberais, que engendram a ampliação e intensificação da pobreza e da exclusão social.

4.1. Neoliberalismo e exclusão social no Brasil: o que já era ruim ficou ainda pior.

Conforme POCHMANN e AMORIM (2003), atualmente a cartografia da exclusão social no Brasil se caracteriza pela presença do que chamam de “velha exclusão”, que existe em todas as regiões do país, mas com uma densidade significativamente maior nas regiões acima do Trópico de Capricórnio, o Norte e o

Nordeste. E há as “formas mais sofisticadas de exclusão social”, produzidas em períodos mais recentes, que são mais evidentes no Centro-Sul brasileiro.

Conforme os autores, nas regiões Norte e Nordeste são mais evidentes as formas da velha exclusão. E nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul vêm crescendo a chamada nova exclusão, ainda que a herança do passado colonial e escravista também condicione a estrutura econômica e a realidade sócio-espacial dessas regiões.

A velha exclusão se materializa pelas formas mais perversas de desumanização socialmente produzidas e reproduzidas: a fome, o analfabetismo, a extrema pobreza. E, do ponto de vista geográfico, esses problemas estão mais concentrados no Norte e Nordeste do Brasil. Mas, segundo os autores, nas regiões do país

em torno e abaixo do Trópico de Capricórnio destaca-se a intensidade de uma “nova” exclusão, herdada do modelo econômico de corte neoliberal que gerou, a partir de 1990, milhões de desempregados escolarizados e famílias monoparentais que vivem na pobreza por ausência de renda. (Pochmann e Amorim, 2003:22).

Nessa mesma direção REIS PRÁ (2004) utiliza as denominações “tradicional” e “nova pobreza” para diferenciar os fenômenos de pobreza e exclusão que se observa na sociedade brasileira atualmente. Segundo a autora, a pobreza tradicional é mais característica de zonas rurais, ainda que também exista em comunidades urbanas, e “embora persistente tende a ser compensada por redes de apoio (familiares e de vizinhança), por sociabilidades”, entre outros mecanismos, de modo que, “por se expressar em contextos mais cooperativos, assume a feição de pobreza mais integrada, quer dizer, de pessoas semi-excluídas” (Almeida, 1992; Martins, 2000; apud Reis Prá, 2004:279). Já a “nova pobreza” envolve pessoas em uma condição de maior vulnerabilidade, tais como

Desempregados/as de longa duração e de idades mais elevadas, pessoas com doenças crônicas ou necessidades especiais, dependentes químicos, ex-detentos, crianças e adolescentes em situação de risco, jovens em busca do primeiro emprego, minorias étnicas e famílias monoparentais (essencialmente femininas). Na nova pobreza a exclusão social é mais intolerável (multidimensional), com poucas perspectivas de projetos de vida em sociedade, incapaz de mobilizar recursos materiais, institucionais e cognitivos. Em decorrência disso, indivíduos e grupos estariam impedidos do usufruto de direitos sociais de integração e identidade. (Reis Prá, 2004:280)

E descolados dessa “selva” de exclusão, seja da “velha” ou “nova” forma, POCHMANN e AMORIM (2003:22) afirmam que é possível enxergar no mapa brasileiro alguns “acampamentos de inclusão”, em que se “reproduzem padrões de vida somente comparáveis aos dos países mais ricos”.

Essa nova exclusão, que se espalha e se aprofunda no Brasil no contexto neoliberal, é do tipo que RAHNEMA (2005) classifica como involuntária ou coercitiva, uma vez que as pessoas são literalmente empurradas para essa condição em função de decisões políticas e econômicas sobre as quais elas não têm ingerência.

Resgatando-se a caracterização de exclusão, proposta por Atkinson e Hillo, apud, NARAYAN (2000) – particularmente no que tange à dinamicidade do processo de exclusão - verifica-se que ser excluído significa estar à margem das formas econômica, política e cultural de inserção na sociedade, ou estar inserido marginalmente. Nesse sentido, se considera que a exclusão econômica implica na não inserção no mercado de trabalho ou uma inserção precária, dificultando o acesso à propriedade, capital, educação, capacitação profissional. A exclusão política funda-se na dificuldade encontrada pelos segmentos pobres da população em manter uma organização mínima que lhes permita participar da tomada de decisões que afetam as suas condições de vida. E a exclusão cultural é a inexistência, precariedade ou ruptura das relações sociais primárias impedindo a geração ou preservação desses laços (OIT/PNUD / IIEL apud Arriagada, 2000).

No próximo item vamos mirar mais de perto a exclusão econômica, o que implica em analisar os impactos das políticas neoliberais sobre o mundo do trabalho. Isso porque a remuneração obtida com o trabalho é a principal fonte de renda da maioria das famílias brasileiras. Portanto, a forma como os/as trabalhadores/as – especialmente os/as responsáveis pela família - se inserem no mundo do trabalho é um dos aspectos determinantes da pobreza no país.

4.2. Os impactos do neoliberalismo no mundo do trabalho – o caso do Brasil

POCHMANN (2001: 7-9) define os anos 1990 do século XX como “a década dos mitos”. Segundo este autor, a retórica neoliberal produziu oito mitos que ao longo da década os indicadores sócio-econômicos foram desmistificando:

1. O esvaziamento do papel do Estado levaria o país ao crescimento econômico sustentado, com elevação do nível de ocupação. O caminho para encolher o tamanho do Estado na economia era a privatização;

2. A abertura comercial e a internacionalização da economia permitiriam a modernização do parque produtivo, reduzindo assim o desemprego;

3. Com o tecnoglobalismo o Brasil podia reduzir as políticas nacionais de ciência e tecnologia. A compra de tecnologia no mercado internacional é que levaria o país a reduzir o atraso técnico e ampliar a sua capacidade para receber novos investimentos, gerando mais ocupações qualificadas;

4. O país deveria romper com as políticas de desenvolvimento regional, porque o livre mercado possibilitaria o desenvolvimento do conjunto das regiões, inclusive das mais atrasadas, ampliando o nível de empregos;

5. A concentração de renda era causada pelas altas taxas inflacionárias, portanto, a redução da desigualdade de renda seria resultante da estabilização monetária, uma vez que a carestia do custo de vida era o “principal imposto pago pelos pobres”;

6. O custo do trabalho no Brasil é muito elevado gerando perda de competitividade e dificuldade de ampliação do emprego formal, por isso é fundamental a flexibilização das legislações e a desregulamentação do mercado de trabalho;

7. O salário mínimo definido pelo Estado não deve ter como principal preocupação reduzir a desigualdade de rendimentos, a elevação dos rendimentos deve ser provocada pelos ganhos de produtividade;

8. O país precisa se modernizar através de reformas que pudessem garantir as condições políticas, tributárias e trabalhistas para a superação do “capitalismo tupiniquim”.

No início do século XXI já era possível constatar que as políticas neoliberais de fato reduziram o papel do Estado no que tange à prestação de serviços públicos e à garantia de direitos aos trabalhadores, mas ao invés disso significar mais emprego melhores rendimentos produziram elevação do desemprego, da desigualdade e a exclusão social, além do agravamento das assimetrias regionais da dependência econômica do país.

O mundo do trabalho foi o *locus* mais afetado pelas políticas neoliberais no país. POCHMANN (2001:29) verificou que as privatizações resultaram no fechamento de 546 mil postos de trabalho no Brasil (246 mil no setor produtivo, especialmente indústria de transformação, e 300 mil na área de serviços que incluiu transporte,

telecomunicações, energia, entre outros). Conforme este autor, ao longo da década de 1990 as políticas neoliberais resultaram na destruição de 3,2 milhões de empregos assalariados formais. Sendo que de cada cinco empregos perdidos no período um pertencia ao setor estatal.

Os dados da tabela 11 mostram que em termos de taxa de desemprego, após uma década de neoliberalismo a situação do país era pior do que no início dos anos 80, que foi considerada pelos economistas uma “década perdida” devido ao baixo crescimento econômico e ao elevado nível de desemprego.

Tabela 11 - Evolução da População Economicamente Ativa – PEA - Ocupação e Desocupação de trabalhadores(as) – Brasil - 1981- 1990-2003

Anos	PEA	Ocupados	Desocupados	Taxa de desocupação
1981	47.488.526	45.465.410	2.023.116	4,3%
1990	64.457.981	62.100.499	2.357.482	3,7%
2003	87.787.660	79.250.627	8.537.033	9,7%

Fonte: CAMPOS (2007:21), a partir de dados da PNAD/IBGE.

Um aspecto importante a ser considerado é que um número significativo das ocupações que se ampliaram nessa década ocorreu no mercado de trabalho informal, especialmente no setor de serviços, em trabalhos precários e mal remunerados.

Entre 1940 e 1980, por exemplo, a cada 10 postos de trabalho abertos no país, 8 eram assalariados, sendo 7 com carteira assinada. Já na década de 1990, a cada 10 vagas abertas, 8 são não assalariadas (ocupação sem remuneração, autônomo, ambulante, conta-própria, trabalho independente, empresário, cooperativado), sendo somente 2 assalariados, uma apenas com carteira assinada. Ainda para os anos 90, os postos de trabalho em alta foram emprego doméstico, vendedor ambulante, limpeza e conservação e segurança pública ou privada, que responderam por 7 a cada 10 vagas geradas no país. (Pochmann, 2003:78).

E apesar da informalidade ter crescido no conjunto da sociedade brasileira ela afeta principalmente as pessoas pobres. Segundo ROCHA (2005:148), 41% dos não pobres tinham emprego com relações de trabalho formal no ano de 1999. Enquanto entre os pobres somente 21% tinham emprego formal.

Na medida em que ampliaram o desemprego e a precarização do trabalho as políticas neoliberais foram importantes instrumentos de produção e reprodução da

pobreza no país, tanto que durante toda a década de 1990 e início do século XXI o número de pobres no Brasil não desceu do patamar dos 30% da população.

Para a socióloga Miriam Cardoso, uma característica da forma de acumulação capitalista no final do século XX é a geração de exclusão, o que, segundo ela, é bastante diferente da marginalização de parte da força de trabalho que constitui o que Marx denominou de “exército de reserva”, que é típico do capitalismo.

Há muito se sabe que é próprio do capitalismo dividir, marginalizar e excluir. A formação e o desenvolvimento capitalista sempre se fizeram por meio da divisão social, mantendo permanentemente uma parte – variável na sua dimensão e na sua composição – da força de trabalho como potencial, colocada, portanto, à margem do sistema produtivo. Essa, porém, era em geral uma marginalização temporária e com funções definidas no desenvolvimento da própria produção sob forma capitalista. A disponibilidade de determinado “excesso” de mão-de-obra como “reserva” faz parte da integração mesma do sistema produtivo em moldes capitalista. Rigorosamente falando, aí existem diferenciação e desigualdade, que podem ser elevadíssimas, e marginalização, ambas estruturais. No entanto, apesar de que se possa encontrar na história do capitalismo momentos em que a desigualdade se agudiza ou se polariza, não costuma tratar-se de exclusão na concepção estrita do termo. (Cardoso, 2000:110)

As pessoas que são excluídas não são incluídas no processo produtivo nem mesmo nos períodos de crescimento econômico, portanto, a exclusão não tem tendência cíclica como a marginalização. Entre os fatores que produzem a exclusão, a socióloga destaca as novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho que possibilitam aumento substancial da produtividade com redução do número de empregados/as.

O aumento de produtividade não tem levado a uma expansão da produção que crie também uma expansão do emprego capaz de absorver pelo menos boa parte da mão-de-obra expulsa do sistema produtivo. Operando dessa maneira, o sistema cria não somente marginalização, mas propriamente exclusão social – e exclusão que é estrutural. Neste caso, a redução do trabalho necessário não libera tempo para a vida. Libera para a exclusão e a miséria um contingente enorme e cada vez maior de trabalhadores. Ou seja, sob o domínio do capital, o aumento de produtividade não reverte para “a sociedade”, reverte exclusivamente para o capital. À massa de excluídos pelo “progresso” e pela “racionalização” da produção resta travar dia a dia a mais árdua luta para garantir minimamente a própria sobrevivência. As designações formais criadas para reconhecer as atividades “marginais” ou “subterrâneas” a que esses trabalhadores excluídos passam a se dedicar constituem em geral um meio de – no campo das idéias, das representações e das ideologias – trata-las sob algum vínculo no qual eles apareçam integrados à sociedade. De fato,

porém, são atividades de excluídos sociais para, enquanto excluídos, conseguirem se manter vivos. (idem:114-15)

Evidentemente que é questionável essa formulação de que atualmente o sistema exclui de forma irreversível e em outros contextos históricos promovia uma marginalização que diminuía ou aumentava conforme as necessidades do processo de acumulação. Há muitos registros de situações que podem ser classificadas como de “exclusão social” de trabalhadores/as em várias partes do mundo decorrentes do uso de equipamentos e técnicas desenvolvidos visando a ampliação da acumulação capitalista, inclusive alguns relatos bem antigos como é o caso do clássico livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” de F. Engels, de 1845. Neste mesmo país, no início do século XIX, ocorreu o movimento de trabalhadores “luditas” que destruíam máquinas por acreditar que elas eram as responsáveis pelo desemprego em massa.

Contudo, nos parece pertinente considerar que, de fato, com as políticas neoliberais, o tempo que as pessoas ficam desempregadas procurando trabalho tem crescido cada vez mais. E como constata CARDOSO (2000) os que permanecem empregados também ficam em uma situação complicada, na medida em que a massa de trabalhadores desocupados contribui para que o capital intensifique a exploração da força de trabalho. Assim, “o mercado” exige trabalhadores/as cada vez mais qualificados/as para trabalhar de forma cada vez mais intensa, mas os salários seguem uma tendência oposta, a da redução.

Importante registrar que ao constatar o processo de exclusão, a autora não endossa a tese de que o desenvolvimento capitalista atual tende a prescindir do trabalho. No entanto, acredita que um número pequeno de trabalhadores tende a permanecer incluído no mundo do trabalho de maneira fixa. Nesse sentido, fazer parte do grupo que é explorado/a de forma mais contínua passa a ser um “privilégio”.

Os empregadores desejam conservar nas empresas apenas um núcleo reduzido de assalariados permanentes e, para o resto, poder contratar e dispensar à vontade, em função das necessidades do momento, “assalariados temporários ou provisórios” que não terão direito nem a férias, nem às mesmas garantias sociais, nem à proteção sindical. Essa maior “liberdade” patronal na utilização da mão-de-obra supõe evidentemente o afrouxamento das legislações trabalhistas e das leis sociais. Ela supõe também que, como para os diaristas ingleses dos primórdios do capitalismo industrial, um mínimo de subsistência seja garantido à população marginalizada dos desempregados e semi-desempregados que, com os progressos da informatização e da

robotização, só poderão encontrar trabalhos ocasionais irregulares, ingratos, mal pagos, sem futuro (Gorz, 1990, apud Cardoso, 2000:116).

Assim, a maior liberdade, obviamente que para o capital e não para os/as trabalhadores/as, possibilita aos capitalistas criar novas e/ou retomar antigas formas de exploração da força-de-trabalho para intensificar a maximização dos lucros. Do ponto de vista material, o processo de exclusão promove a precarização das condições de vida, com isso, tanto nos países subdesenvolvidos quanto nos países ricos, se amplia e aprofunda a pobreza. E uma das grandes vítimas deste processo de exclusão, até por conta de sua condição historicamente desfavorável no mundo do trabalho e na distribuição da riqueza, são as mulheres.

Nesse sentido, é que consideramos relevante enfatizar que no contexto neoliberal em que as condições de vida da maioria da população piorou, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade do atendimento das necessidades, os impactos para as mulheres têm amplitude e profundidade bem maiores.

4.3. O recorte de gênero na produção e reprodução da pobreza no Brasil no contexto neoliberal.

“A corda sempre arrebenta do lado mais fraco”. Essa é uma expressão popular no Brasil para mostrar que diante de grandes problemas que atingem uma determinada coletividade os que mais sofrem são os indivíduos que se encontravam em uma situação mais desfavorável.

Consideramos esse ditado popular bastante pertinente para ilustrar o impacto das políticas neoliberais para as mulheres, uma vez que elas historicamente são as mais excluídas devido à desigualdade de gênero vigente no país, que se traduz na enorme assimetria entre homens e mulheres tanto no acesso aos bens quanto nos rendimentos, sem contar na participação política e no acesso ao poder.

Mas, na medida em que as mulheres vêm aumentando sua participação no mundo do trabalho remunerado exatamente no contexto de ampliação das políticas neoliberais, que como se verificou anteriormente vem produzindo efeitos nefastos para a maior parte da população, a feminização do trabalho cresce junto com a chamada feminização da pobreza. Segundo Mészáros, citado por NOGUEIRA (2006:227), as mulheres estão na “péssima situação de representar 70% dos pobres do mundo”.

Contudo, apesar da pobreza ter cada vez mais rosto feminino, as mulheres seguiam invisíveis nas pesquisas sobre o tema. Como diz MELLO (2005:5), a maioria se refere à pobreza de forma assexuada, como se o fenômeno afetasse de forma igualitária seres masculinos e femininos. Nesse sentido, o uso da perspectiva de gênero nos estudos sobre pobreza tem contribuído para visibilizar que esse fenômeno não afeta igualmente os sujeitos sociais.

De acordo com SOARES (2004:179), dados estatísticos apontam que no Brasil metade das mulheres com 15 anos ou mais não tem renda própria, enquanto o percentual de homens nesta situação é de 20%. A maioria das que não tem rendimento próprio são mulheres casadas que vivem em domicílios pobres. E essa falta de autonomia econômica é apenas um dos indicadores da vulnerabilidade social feminina, que tem uma probabilidade muito maior que os homens de cair na pobreza diante das mudanças tanto no âmbito familiar – fim do casamento por exemplo – quanto no cenário sócio-econômico do país. Entretanto, mesmo as mulheres que conseguiram se inserir no mundo do trabalho não escapam dessa situação de maior vulnerabilidade porque estão mais sujeitas aos impactos das políticas macroeconômicas. Conforme se pode visualizar na Tabela 12.

Tabela 12: Participação % de mulheres entre ativos, ocupados e desocupados da População Economicamente Ativa – PEA* - Brasil (1981- 2001 - 2004).

	1981	2001	2004
	% de Mulheres	% de Mulheres	% de Mulheres
Ativos	31	44	45
Ocupados	31	43	43
Desocupados	34	64	64

Fonte: Elaborada a partir de Lavinias e Nicoll (2006:52).

*Na PEA são consideradas pessoas maiores de 15 e menores de 65 anos.

Como se pode observar na Tabela 12 no início da década de 1980 a participação das mulheres entre os ocupados da PEA era de 31% e entre os desocupados de 34%. Passados pouco mais de 20 anos a participação feminina entre os ocupados passou para 43%, um crescimento de aproximadamente 40% no período. Em contrapartida, a participação das trabalhadoras entre os desocupados do país, em 2004, superava os 60%, o que representa um aumento de quase 90% em comparação com o ano de 1981.

Essa elevada taxa de desemprego feminino é um dos indicadores de que os impactos do neoliberalismo no mundo do trabalho foram mais perversos para as mulheres, uma vez que oferta de emprego para mulheres tem sido muito menor que a demanda.

Essa diferença entre oferta e procura do emprego feminino aumentou substancialmente com as políticas neoliberais e não há sinais de que a situação se reverta, tanto que o percentual de mulheres entre desocupados em 2001 é o mesmo de 2004. Esses indicadores contrariam um pressuposto fundamental da teoria do livre mercado de que a oferta cria sua própria procura – a chamada lei de Say – uma vez que a oferta de força de trabalho feminina tem se mantido muito superior à demanda.

E a desvantagem feminina no acesso ao emprego é ainda maior para as mulheres pobres. Os dados da tabela 13 revelam que no primeiro decil (10% mais pobres) a taxa de desemprego tanto masculino quanto feminino é mais elevada. Entretanto para os homens a taxa de desemprego dos mais pobres fica em 5 pontos percentuais acima dos mais ricos (décimo decil). Já entre as mulheres a diferença é de 11 pontos percentuais quando se comparam as taxas do primeiro e do décimo decil.

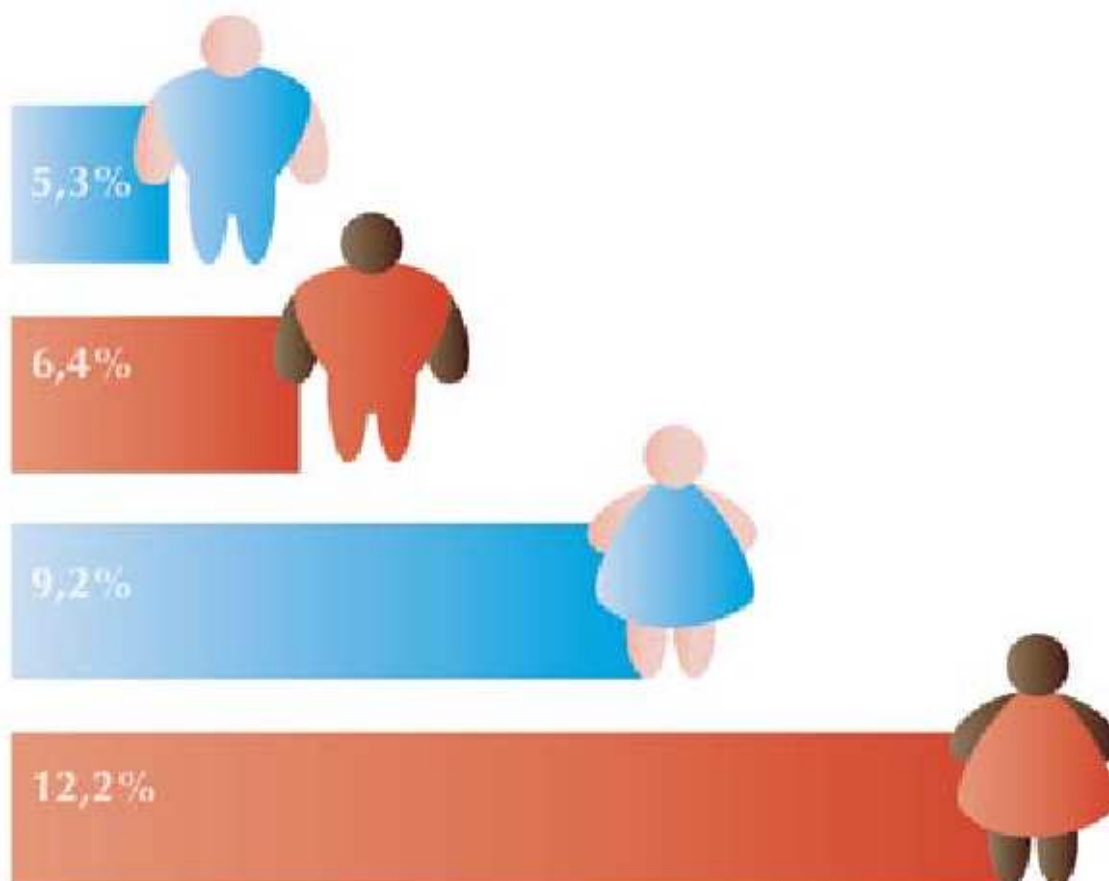
Tabela 13: Taxa de desemprego por sexo e decis de renda familiar per capita – Brasil – 2004.

Decis de Renda	Taxa de desemprego Masculino (%)	Taxa de desemprego feminino (%)	Taxa de desemprego total (%)
1	9	21	15
2	6	15	10
3	5	15	9
4	6	12	8
5	5	11	7
6	4	9	6
7	3	8	5
8	3	6	4
9	3	5	4
10	2	4	3
Total	4	10	7

Fonte: Lavinás e Nicoll (2006:52). Elaboração a partir de dados da Pnad/IBGE.

Dados mais recentes sobre taxas de desocupação, que podem ser visualizados na Figura 2, revelam a permanência de uma intensa desigualdade de gênero no mundo do trabalho, uma vez que as mulheres seguem sendo as mais afetadas pelo desemprego, particularmente as negras.

Figura 2: Taxa de desocupação* por sexo e por cor/raça – Brasil – 2007.



Fonte: Pinheiro et al (org), Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – publicação do IPEA/SPM/UNIFEM, Brasília, (2008:25).

* A taxa de desocupação mensura a proporção de pessoas desempregadas ou à procura efetiva de emprego.

E como destaca PINHEIRO et al (2008:26), “a dificuldade de ter acesso ao mercado de trabalho começa cedo para a população feminina”. Tanto que, segundo os autores, em 2007 a taxa de ocupação para as mulheres jovens de 16 e 17 anos era de 69,4%. Entre os homens da mesma faixa etária a taxa de ocupação era de 81,1%.

Um indicador importante para se analisar a inserção no mundo do trabalho é a quantidade de horas trabalhadas. E como constata LAVINAS e NICOLL (2006:48) “jornadas semanais de trabalho mais curtas são características de uma inserção

precarizada e do acesso instável e irregular ao mercado de trabalho, e têm como corolário a reprodução da pobreza”. De fato, como mostram os dados da Tabela 14 quanto mais pobres as mulheres, menor a jornada de trabalho que possuem. Importante notar que nessa jornada não se está considerando o trabalho doméstico na própria casa.

Tabela 14: Número médio de horas trabalhadas* na semana, segundo o sexo e decis de renda familiar per capita – Brasil – 2004.

Decis de Renda	Média de horas de trabalho Masculino	Média de horas de trabalho Feminino	Média total de horas trabalhadas por ambos os sexos.
1	40	26	34
2	44	30	39
3	45	32	40
4	45	35	41
5	46	36	42
6	46	38	43
7	46	38	43
8	46	38	43
9	46	39	43
10	46	39	43
Total	45	37	42

Fonte: Lavinás e Nicoll (2006:48) a partir de dados da Pnad/IBGE 2004.

* Para o cálculo dessa média de horas trabalhadas não é somado o tempo gasto com o trabalho doméstico no próprio domicílio.

Como se pode observar na tabela 14 a variação de horas trabalhadas entre os homens e bem menor que a variação que ocorre entre as mulheres. Os homens no decil de renda *per capita* familiar mais baixa trabalham apenas seis horas a menos que os do decil de renda mais elevado. Já as mulheres mais pobres, em média, trabalham 13 horas a menos que as mais ricas. Assim, quanto menor a renda familiar maior tende a ser a precarização da inserção feminina no mercado de trabalho. Isso porque os trabalhos com jornadas reduzidas são em geral informais (sem direitos), temporários e com baixa remuneração, o que contribui decisivamente para a retroalimentação da pobreza.

Nesta mesma direção, NOGUEIRA (2006) constata que as mulheres são maioria nos trabalhos com menores jornadas (entre 15 e 39 horas semanais) e nos trabalhos temporários, se concentram nas atividades com menor remuneração e são as mais atingidas pelo desemprego e pela informalidade. E avalia que essas jornadas parciais de trabalho feminino são funcionais para o processo de reprodução do capital, que “necessita também do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva”, pois “seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera doméstica” (Antunes, 1999, apud Nogueira, 2006:76).

O resultado dessa condição feminina no mundo do trabalho é a feminização da pobreza, que por sua vez tem um impacto multiplicador na sociedade, na medida em que vem crescendo entre a população pobre o número de famílias uniparentais, com a mulher como responsável pelo sustento. ROCHA (2005:159) constata que em 1992 em torno de 24% das famílias pobres no Brasil eram chefiadas por mulheres e em 1999 esse percentual tinha aumentado para 31%. A tabela 15 evidencia que o número de famílias uniparentais em que somente a mulher tem a responsabilidade de sustentar, educar e cuidar dos filhos é muito maior nos primeiros decis de renda familiar per capita, ou seja, entre as famílias mais pobres.

Tabela 15: Quantidade de famílias do tipo “mãe sem cônjuge” segundo o decil de renda familiar per capita – em % e número absoluto – Brasil 2004.

Decis de renda	Número de famílias no decil de renda (número absoluto)	Famílias do tipo “mãe sem cônjuge” (em %)	Famílias do tipo “mãe sem cônjuge” (número absoluto)
1	4.608.514	37	1.705.150,18
2	4.070.291	20	814.058,2
3	4.430.610	19	841.815,9
4	5.170.932	24	1.241.023,68
5	5.110.012	20	1.022.002,40
6	6.236.657	16	997.865,12
7	5.797.243	16	927.558,88
8	6.054.092	15	908.113,8
9	6.479.951	13	842.393,63
10	6.880.604	11	756.866,44
Total	54.838.906	18	9.871.003,08

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Pnad/IBGE 2004 tabulados por Lavinias e Nicoll (2006:72).

Como se pode observar na tabela 15, em 2004 quase 40% das famílias com renda mais baixa eram do tipo monoparentais com chefia feminina. Em números absolutos isso significava 1.705.150 famílias. Já no decil de renda mais elevada o percentual deste tipo de família era de apenas 11%, totalizando 756.866 famílias. E essas famílias pobres com esse perfil são um dos grandes focos das políticas compensatórias no país, como é o caso do Programa Bolsa Família.

No próximo item se pretende analisar a focalização das políticas sociais do Estado, uma vez que esse fenômeno faz parte do receituário neoliberal e, em nossa avaliação, contribui para desconstruir a compreensão da pobreza como decorrente do próprio processo de acumulação capitalista, que alicerçou as lutas sociais e mesmo processos revolucionários na América Latina no século XX. Desse modo as análises e as iniciativas estatais se concentram nos efeitos e não nas causas do empobrecimento, o que resulta em ações, na melhor das hipóteses, paliativas e/ou restritas a uma pequena parcela da população. No Brasil, as mulheres, na medida em que estão sobre representadas entre os 10% mais pobres, entre os desocupados da PEA e entre os que têm piores rendimentos ou mesmo rendimento negativo, são um alvo privilegiado das políticas focalizadas.

4.4. Focalização das políticas sociais no Brasil

Segundo IVO (2006), a temática da Pobreza ganha destaque na história do Brasil em três momentos históricos consecutivos: o primeiro entre os anos de 1970 e 1980, marcado pela luta democrática da abertura política e de explosão dos movimentos sociais reivindicatórios dos direitos cidadãos. O segundo foi o período de ajustes institucionais da década de 1990, que gerou na prática mais exclusão, fomentando a perda de sentido de organização da vida e menor credibilidade política, e de desordem social. O terceiro momento, de acordo com a autora, seria em fins da década de 1990, onde se tem uma estabilidade econômica importante, mas não suficiente para combater os efeitos perversos da ação de desregulação, surgindo a necessidade de ações que contemplem novas formas de integração e coesão social.

O segundo momento de emergência da questão da pobreza dá-se num contexto de políticas neoliberais e ruptura do modelo que caracterizou a construção parcial do Estado social, no Brasil, instituído no pós-guerra, segundo Ivo (2006).

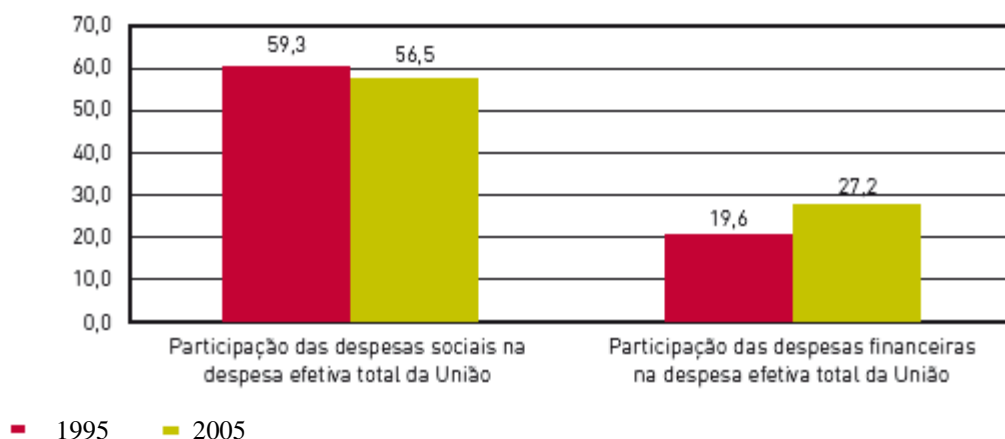
“O centro dessa mudança situa-se na ruptura da proteção através das reformas da Previdência, afetando fundamentalmente os direitos dos trabalhadores protegidos e na reorientação da concepção de universalidade da políticas sociais para a implementação de diferentes programas estratégicos e compensatórios de assistência focalizada na linha da pobreza segundo diferentes públicos” (Ivo, 2006: 65)

Para a autora, este período representou uma vivência controvertida entre democracia reafirmando-se enquanto valor moral e práticas política e econômica de “negação” dos direitos sociais, afetando a participação da comunidade nacional pela via do trabalho. Dessa forma, no contexto neoliberal as ações políticas contra a pobreza sofreram uma reconversão ganhando um caráter compensatório e focalizador.

A contradição também se instala entre os direitos sociais conquistados na Constituição Federal, promulgada em 1988, e a orientação neoliberal da política macroeconômica. No final da década de 1980 pela primeira vez na história do país a legislação garantiu a universalização de direitos básicos como saúde, educação e previdência social.

Entretanto, ao prever a universalização das políticas sociais a Constituição brasileira vai na contramão do neoliberalismo, que prescreve a focalização. Assim, se instala no país um conflito entre a política social e a política econômica, com evidentes prejuízos para a primeira. “Ao provocar um maior crescimento do gasto financeiro tal política reduziu as chances de ampliação substancial do gasto social ” (Campos et al, 2008:156). Essa realidade pode ser melhor visualizada no Gráfico XII.

Gráfico XII – Participação de despesas sociais e financeiras nas despesas efetivas total da União.



Fonte: Campos et al, 2008:159

A política macroeconômica tinha como objetivos reduzir os gastos do Estado, particularmente sociais, para garantir os superávits que por sua vez eram transferidos ao setor financeiro principalmente sob a forma de pagamentos de juros. Com isso, a incorporação de novos grupos da população nas políticas de proteção social foi acompanhada pela degradação da qualidade dos serviços, um processo que alguns analistas denominam de privatização “a frio”, ou dissimulada.

Essa degradação esteve na raiz de uma privatização “a frio” dessas áreas da política social, focando a educação básica, saúde e previdência nos grupos populacionais caracterizados pela indigência ou pobreza – os demais grupos passaram a acessar cada vez mais, bens e serviços privados, em busca de parâmetros minimamente adequados de qualidade. Pode-se dizer que a focalização da política social andou de braços dados com a sua privatização no período. (Campos et al, 2008:154)

O argumento utilizado para justificar a focalização da política social é de que havia muita demanda para poucos recursos, uma vez que na década de 1990 o PIB brasileiro teve um crescimento medíocre, uma média de 1,6% a.a. Nesse contexto a “escassez” de recursos para os investimentos sociais era apresentada como uma “realidade inquestionável” e não como uma opção de política macroeconômica. Por isso, em nome da “racionalidade, da eficácia e da efetividade” dos gastos públicos deveria se priorizar o atendimento dos mais pobres entre os pobres, evidenciando uma concepção minimalista da proteção social em consonância com a concepção de Estado mínimo.

Com isso, na década de 1990, ao mesmo tempo em que a política macroeconômica agravava as condições de vida sociais, pelo desemprego e precarização do trabalho, a pobreza e a indigência ganharam “uma centralidade ímpar nas discussões sobre proteção social” (Campos et al, 2008).

Além de focalizada a política social passa a ser composta por vários mecanismos de transferência de renda, evidenciando uma concepção monetarista, que entende pobreza, sobretudo, como escassez de renda. A saída da pobreza e a conquista da cidadania, nessa perspectiva, implicam principalmente em obter renda para ser consumidor ou consumidora, portanto na inserção da população pobre no mercado de consumo. Desse modo o combate à pobreza passa a ser feito não por meio de uma

política social ampla e universal, como está previsto na Constituição, mas através de programas focalizados.

LEGUIZAMÓN (2005) denomina como “focopolítica” estes programas que visam a provisão dos mínimos básicos. Isso porque eles não têm a pretensão de combater as causas do processo de empobrecimento, mas apenas aliviar a pobreza extrema de determinados grupos, identificados como prioritários.

Ao longo da década de 1990 as focopolíticas foram se multiplicando no Brasil, de modo que em 2001, só de programas de transferência de renda o país contava com cinco: Benefícios assistenciais (para idosos e portadores de deficiência), Programa de erradicação do trabalho infantil – PETI, Bolsa alimentação, Bolsa Escola e Auxílio Gás, que juntos transferiram a populações pobres 7,3 bilhões de reais no ano de 2001 (Rocha, 2003).

O governo Lula se elegeu em 2002 com o discurso centrado nas políticas sociais, particularmente no combate à fome. De fato se ampliou tanto a quantidade de pessoas atendidas quanto de recursos repassados e os vários programas de transferência de renda foram integrados em um programa: o Bolsa Família. Mas na prática não há uma mudança na concepção norteadora da política social, uma vez que ela segue focalizada em atender os mais pobres entre os pobres.

4.5. O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família do governo brasileiro, que foi implementado em 2003 no primeiro mandato do presidente Lula, surgiu a partir da unificação de outras iniciativas de transferência direta de renda. O programa consiste em distribuir mensalmente às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza um benefício monetário. Podem ser beneficiárias do programa as famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 137,00 (cento e trinta e sete reais)³¹.

Para receberem o benefício as famílias se cadastram no chamado Cadastro Único para Programas Sociais. Podem fazer parte deste cadastro as famílias com renda *per capita* mensal de até ½ salário mínimo brasileiro³². Em 31/01/09 havia cerca de 17,7 milhões de famílias cadastradas com o perfil de cadastro único, sendo que dessas 16,3

³¹ Valor válido em maio/2009. O valor máximo da renda per capita exigido das famílias beneficiárias, bem como o valor dos benefícios pagos pelo programa são reajustados a cada ano tendo como base as elevações do salário mínimo brasileiro.

³² O salário mínimo em maio de 2009 era de R\$ 465,00.

milhões de famílias se encaixavam no perfil do Bolsa Família (renda *per capita* mensal de até R\$ 137,00). Contudo, apenas 11 milhões de famílias recebem o benefício.

Os defensores do programa Bolsa Família argumentam que ele não é uma política focalizada porque atende milhares de famílias, beneficiando aproximadamente 54 milhões de pessoas, o que significa que 1 em 4 brasileiros/as recebe o benefício. Entretanto, a diferença entre o número de famílias cadastradas e as efetivamente beneficiadas demonstra que há uma seleção dos mais pobres entre os pobres.

A escolha das famílias beneficiárias é feita pelas prefeituras dos municípios. A cota de benefícios que cabe a cada município é feita com base na disponibilidade de recursos do programa e na estimativa do número de pobres de cada local. Essa estimativa, por sua vez, se baseia nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O último levantamento feito por este instituto a respeito da condição de pobreza no país é de 2004, nesse ano havia cerca de 22 milhões de famílias pobres com perfil de renda do cadastro único (renda *per capita* mensal de até ½ salário mínimo).

Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de **R\$20,00** (vinte reais) a **R\$182,00**³³ (cento e oitenta e dois reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos. O Programa Bolsa Família tem três tipos de benefícios: o Básico, o Variável e o Variável Vinculado ao Adolescente.

O Benefício Básico, de R\$ 62,00 (sessenta e dois reais), é pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 69,00 (sessenta e nove reais) por pessoa (pago às famílias mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens).

O Benefício Variável, de R\$ 20,00 (vinte reais), é pago às famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 137,00 (cento e trinta e sete reais) por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 60,00 (sessenta reais).

O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 30,00 (trinta reais), é pago a todas as famílias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 60,00 (sessenta reais).

³³ Valores válidos em junho 2009, conforme divulgados pelo Ministério Desenvolvimento Social (www.mds.gov.br).

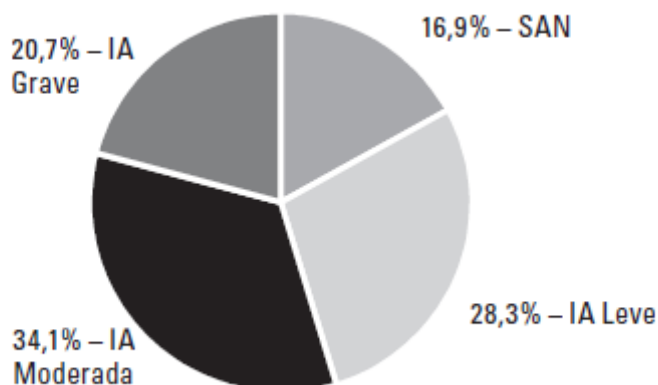
Além de se adequarem ao perfil de renda estabelecido pelo programa, as famílias beneficiárias também se comprometem a cumprir algumas condicionalidades, que são: manter as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola e seguir os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

Pesquisas feitas pelo governo brasileiro e por pesquisadores de organizações da sociedade civil constataam que, em que pese o fato de haver denúncias de corrupção, o programa é bem focalizado, porque a maioria das famílias beneficiárias realmente atende aos critérios estabelecidos.

A pesquisa “Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiárias”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE traz uma espécie de radiografia da população atendida. O levantamento dos dados foi realizado em 2007 e a publicação dos resultados ocorreu em 2008. Conforme o documento síntese da pesquisa:

- 94% das pessoas titulares do cartão do PBF são mulheres. Titular do cartão é a pessoa responsável por receber o dinheiro do benefício e garantir o cumprimento das condicionalidades;
- 27% das titulares são mães solteiras;
- 85% das mulheres titulares estão em idade economicamente ativa – tem entre 15 e 49 anos;
- 64% das pessoas titulares são negras ou pardas;
- 78% das famílias beneficiárias residem em áreas urbanas e 22% nas rurais. A maior concentração das que residem em áreas rurais (50%) estão na região nordeste;
- 81% das pessoas titulares sabem ler e escrever, sendo que 56% estudaram até o ensino fundamental;
- A maioria das famílias beneficiárias gasta o dinheiro do benefício nos seguintes itens: alimentação, material escolar e remédios;
- 74% da população beneficiada afirma ter ampliado o consumo de alimentos com o programa, ainda assim muitas famílias se encontram em situação de insegurança alimentar, como mostra o gráfico XIII.

Gráfico XIII – Classificação das famílias beneficiárias do Bolsa Família de acordo com a escala brasileira de insegurança alimentar.



Fonte: Ibase (2008:8)

Segundo a escala brasileira, a insegurança alimentar grave existe quando há fome entre adultos e/ou crianças nas famílias. Como se pode ver no gráfico XIII cerca de 20% das famílias beneficiárias do PBF (2,3 milhões de famílias em número absoluto) estão nesse estágio de insegurança alimentar. A insegurança alimentar moderada é quando há restrição na quantidade de alimentos na família. Nesse estágio se encontravam 34% das famílias do PBF (3,8 milhões de famílias) na época da coleta dos dados da pesquisa. A insegurança alimentar leve é quando não há falta de alimentos, mas existe a preocupação em relação ao futuro (não há garantia de que o padrão alimentar se mantenha). 28% das famílias do PBF (3,1 milhões de famílias) estavam nessa situação. E somente 17% das famílias beneficiárias (1,9 milhão) estavam em situação de segurança alimentar e nutricional segundo essa escala brasileira.

No que tange à condição ocupacional da pessoa titular do benefício a pesquisa constatou que 44% delas exerceram atividade remunerada no mês anterior ao da coleta de dados, mas somente 16% destas com carteira assinada. Entre as pessoas que não trabalharam de forma remunerada no mês anterior, 68% estavam desempregadas há mais de um ano.

Em síntese, a pesquisa constata que o PBF melhora a condição de vida das famílias beneficiárias, principalmente no que tange ao consumo de alimentos. Entretanto, pela análise do perfil das famílias se confirma que ele “só tem porta de entrada e não de saída”. Ou seja, o Bolsa Família é um típico programa de assistência que visa atender necessidades básicas, mas é insuficiente para retirar as pessoas da

condição de pobreza. Nesse sentido, o programa condiz com as orientações de organizações internacionais de erradicação de extrema pobreza, mas não oferece garantias de uma real mobilidade social.

E, na medida em que é um programa em que muitos querem, mas nem todos recebem, estar incluída(o) é um privilégio, não um direito, por isso a pessoa beneficiada desenvolve não a consciência da cidadania, mas um sentimento de gratidão pelo governo em geral, e pelo presidente Lula em particular, mas não se reflete em ampliação da consciência política e nem na redução do machismo. Isso ficou muito evidente no relato de uma beneficiária que declarou “o Lula agora é meu marido porque ele é que bota dinheiro dentro de casa”³⁴.

O objetivo do programa Bolsa Família é colocar as pessoas acima da linha da pobreza, mensurar de forma a garantir ao indivíduo apenas as necessidades energéticas básicas, a partir da transferência de renda. Mas estar acima dessa linha de pobreza não dá garantias à população de melhoria de vida. Milhões de brasileiros estão vivendo no limite dessa mensuração de pobreza. O que se pretende com o programa é apenas aliviar a pobreza dessas famílias beneficiárias, mantendo-as sob controle social, porque o desemprego em massa, o subemprego, a instabilidade no emprego, não ter renda para viver ou a possibilidade de perdê-la expande a zona de vulnerabilidade da sociedade alimentando turbulências (Castel, 1998).

Neste sentido, é que, para CASTEL (1998), a assistência social sistematiza-se e cresce quando a grande questão social – a coesão – está fragilizada. A fragmentação da sociedade na atualidade pode ser sintetizada, conforme este autor, em três importantes e inquietantes questões sociais:

- 1) a desestabilização dos estáveis;
- 2) a instalação da precarização, como uma das respostas sociais à exigência de flexibilidade, alternando períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário, inatividade e ajuda social;
- 3) e a existência de pessoas que poderiam ser chamadas de sobrantes, que não são integradas na sociedade e talvez também não sejam porque foram invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos.

Pelas características do perfil ocupacional a maior parte das pessoas titulares do Bolsa Família estão na condição de precarização ou de sobrantes, uma vez que entre os

³⁴ Relato feito pela coordenação de pesquisa do MDS no Congresso de Sociologia em 2007 no Recife – Mesa Redonda sobre pobreza.

que trabalham predomina o emprego informal, temporário e mal remunerado. Mas a maioria - cerca de 60% - está desempregada há muito tempo ou nunca trabalhou.

Como se mostrou anteriormente, mais de 90% das pessoas titulares do PBF são mulheres. O programa prioriza a entrega dos recursos para as mulheres, partindo do pressuposto que elas vão garantir melhor o cumprimento das condicionalidades, uma vez que são basicamente o cuidado com a saúde e a educação dos filhos, atribuições que já são socialmente entendidas como das mães. Assim, ainda que haja o discurso do empoderamento feminino, porque elas é que controlam o gasto do dinheiro, o programa reforça a maternidade como a principal função social feminina, na medida em que a continuidade do recebimento do benefício não está condicionada à necessidade da mulher adquirir uma habilidade profissional, estudar ou desenvolver atividades que gerem renda. Continua recebendo o benefício quem mantém os filhos na escola, leva-os para vacinar, enfim, a mulher que é pobre, mas é uma boa mãe.

Um aspecto que merece ser destacado é o fato de que, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2005), cerca de 90% das famílias beneficiadas pelo PBF no país tem uma mulher como responsável. No Rio Grande do Sul este percentual chega a 94%. Portanto, as mulheres são titulares do benefício não apenas porque o programa é direcionado para isso, mas principalmente porque elas são responsáveis pelo sustento familiar em milhares de domicílios pobres.

Esse dado é preocupante porque na sociedade brasileira o aumento da chefia feminina de domicílios em geral não está associado a uma melhoria na condição de rendimentos das mulheres – pode ser decorrente da maior longevidade feminina, do desemprego masculino, do aumento do número de separações entre outros fatores - nem implica em menor desigualdade de gênero, seja no âmbito público ou privado.

Como constatou a pesquisa do IBASE mais de 60% das pessoas titulares do Programa Bolsa Família se encaixam no perfil definido por Castel como “sobrantes”, uma vez que não estão excluídas do mundo do trabalho remunerado temporariamente. O que predomina é a situação inversa, elas se incluem no mundo do trabalho temporariamente. E se a quase totalidade dessas pessoas “sobrantes” são mulheres, principalmente chefes de famílias, então nos parece bem pertinente classificar o programa como um instrumento de retroalimentação da pobreza, particularmente da pobreza feminina, operado pelo governo brasileiro. Isso porque o Bolsa Família não oferece mecanismos para a superação da condição de pobreza, que como ressalta

Guacira Oliveira não se resume à escassez de alimentos uma vez que a fome vem sempre acompanhada de muitos outros problemas.

Para um efetivo combate à pobreza e, em especial, à tendência ainda mais aguda de empobrecimento entre as mulheres é preciso compreender que o problema não se limita ao insuficiente atendimento às necessidades básicas de consumo. A pobreza não é um estado de carência individual ou familiar que impede as pessoas de um acesso adequado aos bens imprescindíveis à satisfação de suas necessidades. Para deixar de ser pobre não basta um programa de bolsas que transfira um pouco de renda para as mãos das mulheres, porque se mantém a exclusão completa da maioria dos bens que a sociedade atual produz, além da violação dos seus direitos humanos, econômicos, sociais e culturais. Em uma situação de pobreza, a fome – que as estas de alimentos e as bolsas famílias podem resolver – nunca está sozinha. (...) A fome, via de regra, vem acompanhada de humilhação, de desemprego, de super-exploração, de violência doméstica, de discriminações sexistas e racistas, de cerceamento dos direitos sexuais, de violação dos direitos reprodutivos, da violência estrutural, entre várias outras privações” (Oliveira, 2004:295).

E o fato de ter tantas mulheres responsáveis por famílias nessa condição de sobrantes é um importante indicativo de que a população feminina foi a mais afetada pelas políticas neoliberais, cujas bases macroeconômicas seguem sendo preservadas pelo mesmo governo que criou e vem continuamente ampliando o Bolsa Família.

Nesse sentido é que nos parece extremamente pertinente a crítica de LEGUIZAMÓN (2005) ao discurso do desenvolvimento humano utilizado para justificar as focopolíticas, uma vez que os governos que as mantêm são os mesmos que implementam as políticas neoliberais que, entre outras coisas, engendram a intensificação da feminização da pobreza e da exclusão social. O mesmo Banco Mundial que fomenta esses programas de combate a pobreza estabelece as metas de controle orçamentário que só são atingidas com os cortes de investimentos sociais.

Nos próximos capítulos procuramos visibilizar como se materializaram a riqueza do agronegócio e a pobreza feminina - que até aqui foram analisados por meio do levantamento de dados secundários. Ou seja, vamos nos dedicar a análise dos dados da pesquisa empírica desta tese, que consistiu em um estudo de caso no município de Cruz Alta/RS, que caracterizamos como território do agronegócio.

Capítulo V

Cruz Alta – um território do agronegócio

Conforme afirmamos na introdução o objetivo desta pesquisa é mostrar que há uma relação entre a pobreza feminina e a riqueza do agronegócio nos municípios do interior brasileiro. Como no Brasil a pobreza decorre em grande parte do desemprego e dos subempregos, que por sua vez resultam da precarização do mundo do trabalho, parte-se da hipótese que as mulheres são excluídas ou incluídas de forma precária nos processos produtivos vinculados ao agronegócio. Nesse sentido o agronegócio contribui para a produção da pobreza e exclusão feminina nos seus territórios.

Devido à amplitude e complexidade do agronegócio brasileiro, consideramos essencial fazer um recorte espacial, definindo um território do agronegócio. Por isso optamos por um estudo de caso, em um município que pudesse ser caracterizado como “território do agronegócio” e onde houvesse predomínio da produção de soja, porque este é o principal produto do agronegócio brasileiro, em termos de área cultivada e de divisas geradas com exportações, e está presente em todas as regiões do país. Levando em conta esses critérios e os aspectos que em seguida serão discutidos sobre Cruz Alta - RS selecionamos este município para o estudo de caso.

5.1. Espaço - objeto de estudo

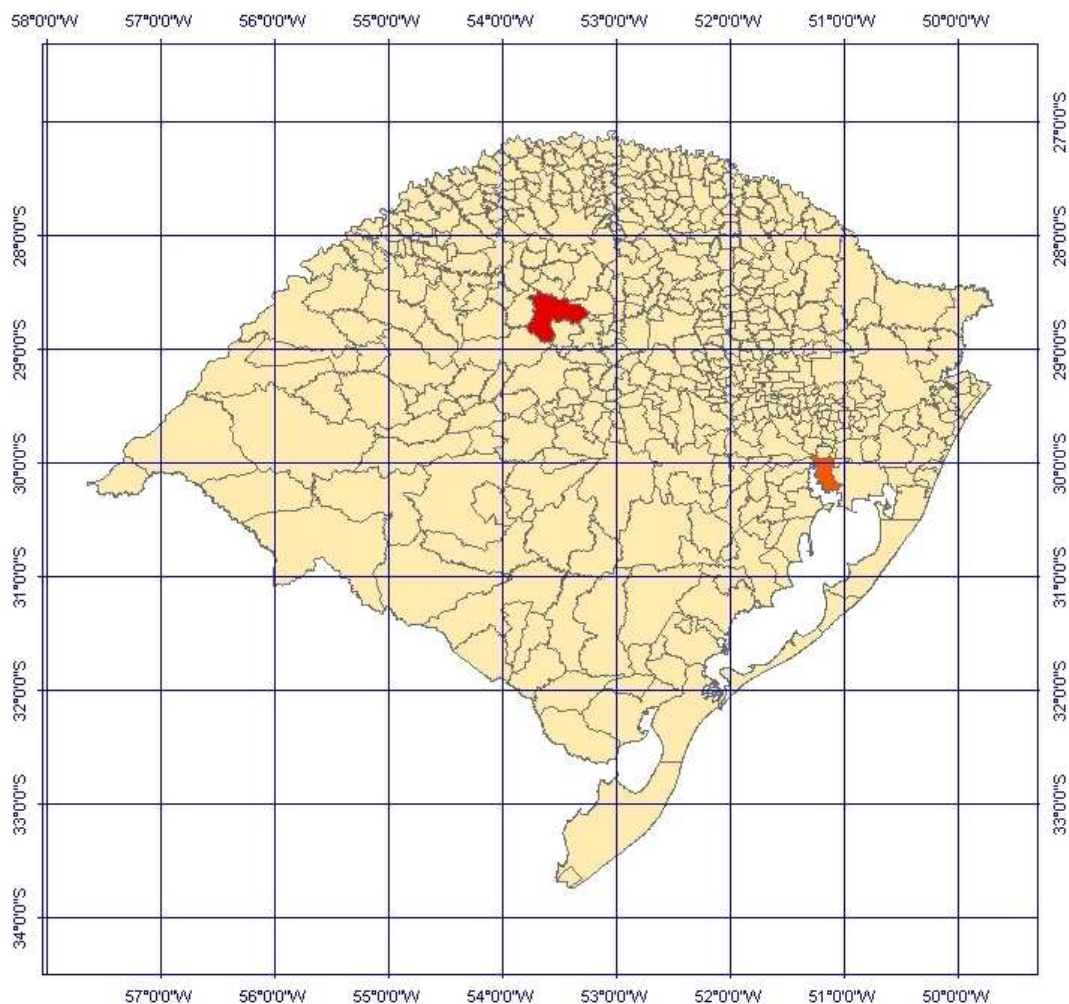
O município de Cruz Alta foi escolhido para ser o “território” desta pesquisa pelos seguintes fatores:

- É um dos maiores produtores de grãos do estado, especialmente soja, que é o principal produto do agronegócio no Rio Grande do Sul e no conjunto do Brasil;
- O município, apesar de ter menos de 70 mil habitantes, conta com uma universidade, sindicatos e movimentos sociais organizados, instituições públicas consolidadas, o que possibilita a obtenção de informações relevantes para a pesquisa;




- Em Cruz Alta estão territorializados múltiplos segmentos do setor do agronegócio possibilitando traçar o perfil dos empregos nos vários segmentos da cadeia produtiva da soja em um único município;
- No município o agronegócio se desenvolve sobre uma estrutura fundiária baseada no latifúndio e com forte apoio governamental tanto em termos de créditos quanto de infraestrutura, entre outros benefícios. Se materializando, portanto, a atuação da tríplice aliança, Agronegócio-latifúndio-Estado, que em nossa avaliação é o principal mecanismo de produção e reprodução da pobreza nos municípios do interior do Brasil;
- Em Cruz Alta se intensificou a exclusão social e pobreza nas últimas décadas, em um contexto de crescimento da riqueza do agronegócio. E um dos indicadores de que a riqueza do agronegócio fica concentrada nas mãos de pouca gente é o fato de que o número de pessoas beneficiadas com o Programa Bolsa Família no município é quase seis vezes maior que o de pessoas que vivem na área rural. Uma situação no mínimo contraditória para um município que tem como base da economia as atividades agropecuárias.

De modo que se configura no município a situação que é o objeto de estudo desta pesquisa: intensificação da pobreza e da exclusão social, particularmente de mulheres, em um contexto de crescimento do agronegócio. Ou seja, se pode visibilizar em Cruz Alta a face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio. Este município fica a cerca de 370 km da capital gaúcha, Porto Alegre, e como se pode visualizar no mapa IV, localiza-se na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Mapa IV - Estado do Rio Grande do Sul com destaque para o município de Cruz Alta



Legenda

-  Cruz Alta
-  Porto Alegre
-  Limites Municipais

Fonte IBGE

0 35 70 140 210 280
Kilometers



O estudo de caso foi desenvolvido em duas etapas. A primeira consistiu em entrevistas com representantes de diferentes segmentos sócio-econômicos e políticos do município tais como: órgãos do governo municipal e estadual, universidade, cooperativa, sindicato de trabalhadores rurais e sindicato patronal rural. O objetivo das entrevistas nesta fase foi conhecer mais detalhes da realidade local e compreender a percepção de representantes destes diferentes segmentos sociais sobre o agronegócio e os impactos que engendra no município. Nessa fase foram realizadas 12 entrevistas³⁵ que, juntamente com observações da realidade e coleta de dados secundários, serviram de subsídio para este capítulo. A segunda etapa do estudo de caso foi propriamente a realização das pesquisas quantitativa e qualitativa, que são analisadas no próximo capítulo.

5.2. O Estado do Rio Grande do Sul – alguns elementos da realidade sócio-econômica

Conforme dados do IBGE, em 2007, o estado do Rio Grande do Sul tinha uma população total de 10.582.840 habitantes, distribuídos em 496 municípios. Este levantamento populacional constatou a existência de pouco mais de 2 milhões de domicílios no estado, sendo 31% destes chefiados por mulheres.

O censo do IBGE de 2000 apontou que 49% da população gaúcha é masculina e 51% feminina. A maioria, 81,7% vivia em área urbana, e somente 18,3% tinha domicílio rural. No que se refere à etnia, 86,6% da população se declarou branca, neste censo. Essa predominância de brancos tem origem na forte presença de imigrantes europeus na colonização do estado no final do século XIX e início do século XX.

Apesar de ser considerado um dos estados brasileiros com elevado nível educacional, segundo o censo de 2000, a população gaúcha com 10 anos ou mais de idade tem, em média, apenas 6,5 anos de estudo. Com relação à situação de pobreza, dados estatísticos confirmam que a partir de meados da década de 1990 se ampliou o número de pessoas pobres, como se observa na tabela 16.

³⁵ A relação das pessoas entrevistadas nessa etapa da pesquisa segue em anexo II.

Tabela 16- % de Pessoas com rendimento* de até 1 salário mínimo por condição de gênero no Rio Grande do Sul

Anos	% de homens com renda até 1 SM**	% de mulheres com renda até 1 SM**	% da população com renda de até 1 SM**
1995	10,86	17,44	14,28
1996	10,46	15,74	13,19
1997	11,30	15,63	13,55
1998	11,34	16,23	13,86
1999	11,37	16,57	14,06
2000	13,74	18,01	15,93
2001	13,11	18,50	15,91
2002	13,92	20,36	17,24
2003	14,18	20,94	17,66
2004	12,99	21,92	17,62
2005	15,21	23,94	19,73
2006	15,76	23,60	19,83
2007	13,94	22,81	18,53

Fonte: IBGE – censo 2000 / amostras PNAD 2007

* Considera-se pessoas com 10 anos ou mais de idade

** Como medida de aferição de pobreza foi considerado 1 SM, o que foge do padrão brasileiro; que considera pobre pessoas com rendimento de até meio salário mínimo.

Os dados da tabela 16 demonstram que o estado foi bastante afetado pelas políticas neoliberais, o que se refletiu no crescimento do percentual de pessoas vivendo na pobreza. Em 1995 cerca de 14% da população do estado, com dez anos ou mais de idade, vivia com rendimento de até um salário mínimo. Em 2007 esse percentual elevou-se para 18,53%. Entretanto, o aumento do número de pobres não foi homogêneo do ponto de vista de gênero. Foi mais intenso para as mulheres. Em 1995 havia 10,86% de homens, nessa faixa etária, vivendo com até um salário mínimo. Doze anos depois, este percentual pulou para 13,94%. No início desta série temporal, o percentual de

mulheres pobres já era mais elevado, sendo equivalente a 17,44%. E em 2007 tinha crescido quase 5 pontos percentuais, totalizando 22,81% de mulheres, com dez anos ou mais de idade, nesta condição de pobreza.

Esses dados corroboram com a tese de POCHMANN e AMORIM (2003) de que na cartografia da exclusão brasileira a região sul, na qual está o Estado do Rio Grande do Sul, é uma das regiões em que tem crescido a chamada “nova exclusão”, caracterizada principalmente pelo aumento da precarização do mundo do trabalho, que na prática implica em maior desemprego e/ou subemprego.

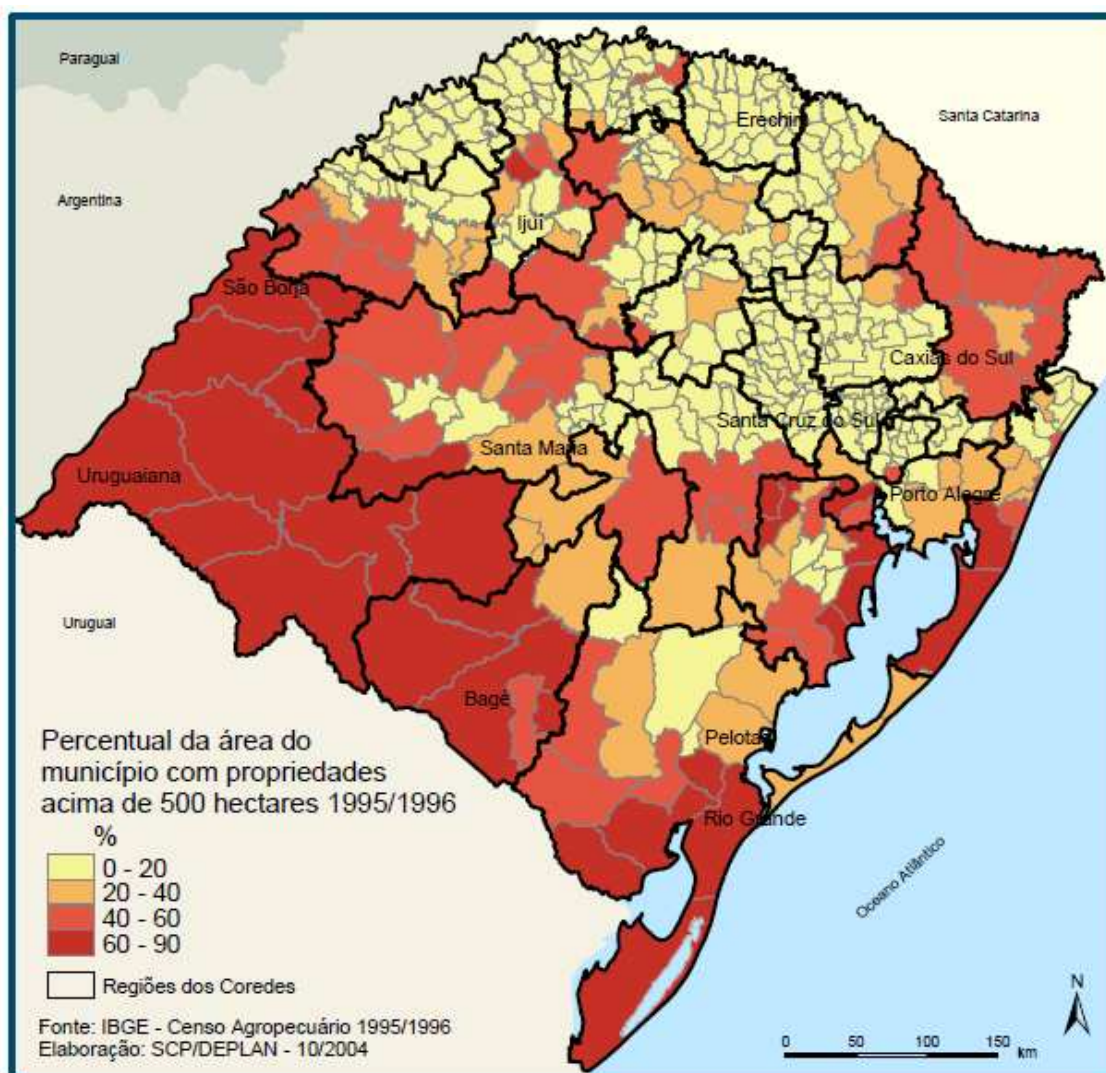
Em termos econômicos, o estado é bastante diversificado possuindo importantes pólos industriais nas áreas petroquímica, metal-mecânica e naval. Mas, o Estado também é destaque na economia nacional por sua grande produção agropecuária. E a agropecuária gaúcha tem tradição de ser forte tanto na produção agrícola de base familiar - desenvolvida em pequenas propriedades, com predomínio de policultura e produção voltada para o abastecimento dos mercados local, regional e nacional – quanto na agricultura patronal - desenvolvida em médias e grandes propriedades, com predomínio de força de trabalho assalariada, sob a forma de monocultura, em geral destinada à exportação, produzida com uso intenso de tecnologia e insumos químicos.

Na agricultura familiar em geral os proprietários residem na propriedade e participam diretamente do trabalho produtivo. Na agricultura patronal há muito arrendamento das terras, os proprietários e/ou arrendatários em geral não residem nas propriedades e se dedicam principalmente à gestão dos negócios e contratam força de trabalho assalariada para exercer as atividades produtivas.

5.3. A questão fundiária no Rio Grande do Sul e em Cruz Alta

Apesar da forte presença da agricultura familiar, quando comparado com outros estados especialmente das regiões Norte e Nordeste do país, o latifúndio também está territorializado no Rio Grande do Sul como se pode visualizar no mapa V.

Mapa V: Estrutura Fundiária do Rio Grande do Sul

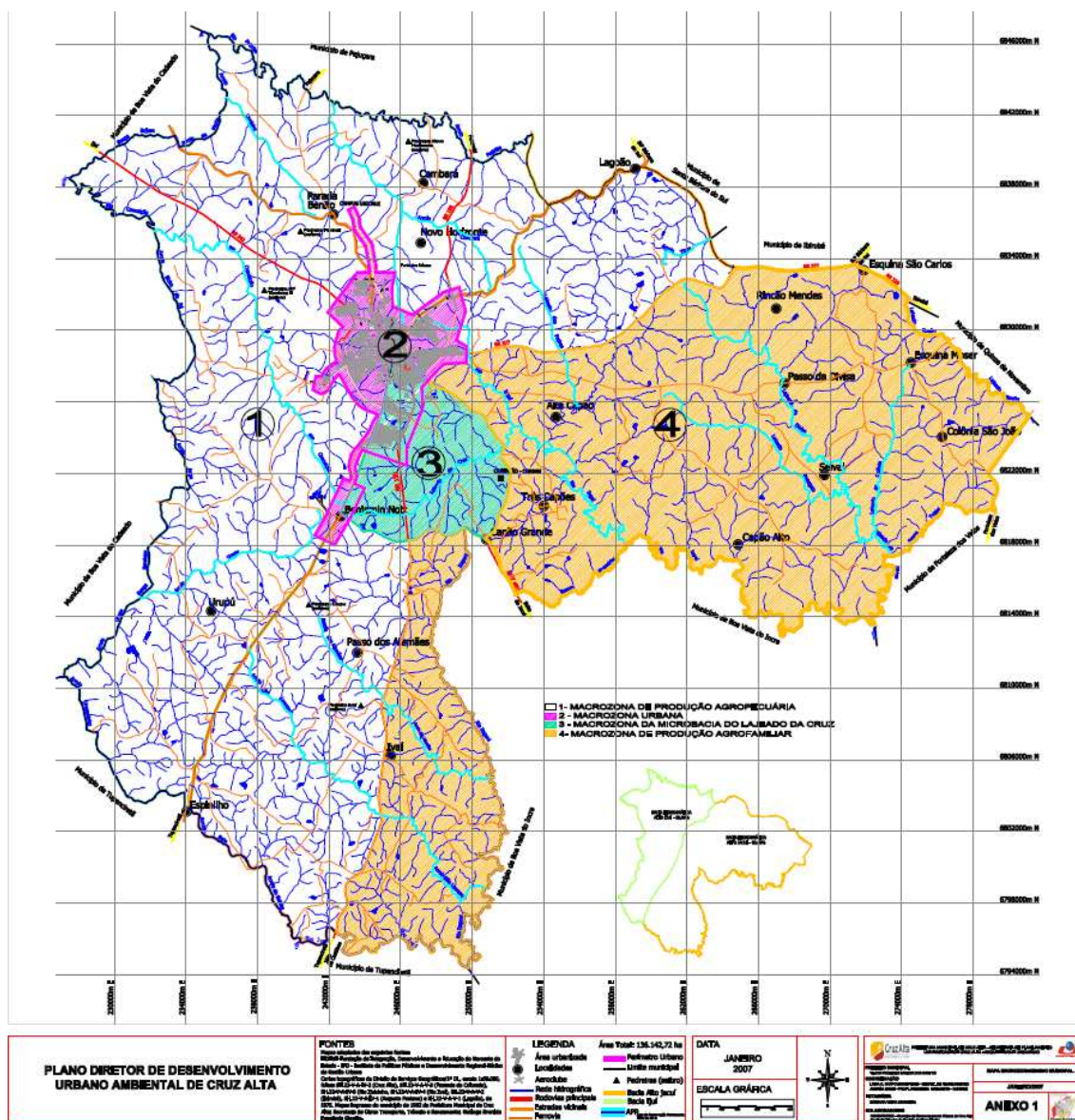


Como se observa no mapa V, à primeira vista, Rio Grande do Sul pode ser dividido em metade norte - onde predominam municípios com reduzida extensão territorial e a agricultura é desenvolvida principalmente em pequenas e médias propriedades rurais - e metade sul, que é constituída por grandes municípios com uma estrutura fundiária extremamente concentrada, pois entre 60 e 90% das propriedades são latifúndios com mais de 500 hectares.

Todavia, a observação mais atenta do mapa revela que mesmo na metade norte há enclaves de latifúndios, um deles na região noroeste do estado, onde predomina a produção de soja. Nessa região entre 40 e 60% das propriedades têm mais de 500 hectares. É nesta região norte, mais exatamente no noroeste do estado que se localiza Cruz Alta, o espaço-objeto do estudo de caso desta pesquisa. O município é um dos enclaves do latifúndio na metade norte do Rio Grande do Sul. O mapa VI mostra que a

agricultura patronal, desenvolvida em médias e grandes propriedades, ocupa a maior parte da extensão territorial de Cruz Alta.

Mapa VI: Cruz Alta – Macrozoneamento municipal.



Fonte: Plano diretor de Cruz Alta/RS, 2007.

Como se pode ver no mapa, a área 2, que corresponde ao núcleo urbano, ocupa uma pequena extensão territorial, mas concentra mais de 90% da população do município. Na área 3 se localizam espaços de reserva ambiental e, oficialmente, não pode haver exploração econômica das terras e recursos hídricos. A área 4, em tese, é ocupada pela agricultura familiar, inclusive conta com um assentamento de reforma

agrária. A área 1, que ocupa a maior parte do território municipal, é onde se concentram as médias e grandes propriedades, quase que exclusivamente destinadas à produção de trigo, milho e, principalmente, soja.

Pelo que se pode visualizar no mapa VI a extensão territorial da área 1 da agricultura empresarial é maior do que a área 4 destinada à agricultura familiar. E mesmo na área da agricultura familiar o poder do agronegócio é percebido pelo cultivo dos mesmos tipos de produtos, pelo uso intenso de máquinas e insumos industriais, e pelo arrendamento de parte das terras das pequenas propriedades, inclusive lotes de terra do assentamento, pelos capitalistas da soja. No próximo item, apresentamos alguns elementos da história de Cruz Alta que ajudam a explicar as características econômicas e socioespaciais do município atualmente.

5.4. O município de Cruz Alta – um pouco da história

O município de Cruz Alta foi criado oficialmente em 1833, mas seu surgimento como povoado remonta ao início da colonização no sul do Brasil, depois que os portugueses derrotam os espanhóis na disputa pela dominação deste território no século XVII. Naquele contexto, “os locais que possuíam bom pasto, boas águas e de regime perene, vegetação rasteira com campos de matos e rios que facilitassem a passagem de homens e animais tornavam-se pontos pivôs no traçado de um novo caminho” (Zambelam et al, 1989:51). Desse modo o Rio Grande do Sul foi se integrando à atividade econômica do centro do país, através da pecuária, graças às suas condições naturais e localização. A região, onde atualmente fica o município de Cruz Alta, era um ponto de intersecção dos principais caminhos do gado na província gaúcha.

Para ocupar o território gaúcho o reino de Portugal trouxe imigrantes açorianos em meados do século XVIII. Historiadores estimam que muitos dos primeiros moradores de Cruz Alta fazem parte deste grupo de imigrantes, que receberam terras para cultivar na região. As famílias de açorianas recebiam 900 hectares de terras como colônia agrícola.

O desenvolvimento do município ocorre a partir de 1894 quando Cruz Alta passa a fazer parte do maior entroncamento ferroviário do sul do país. Desse modo, torna-se uma espécie de satélite regional por onde circulavam mercadorias e pessoas através dos trens.

Na primeira metade do século XX a agropecuária era o setor econômico mais importante de Cruz Alta, entretanto, com exceção da pecuária bovina, a produção agrícola era basicamente de subsistência, utilizando técnicas tradicionais, com baixos níveis de produtividade e rendimento econômico mínimo. Em 1950 a pecuária ocupava em torno de 87% do espaço agrário produtivo e as lavouras, 11%. Mais de 60% da população vivia na área rural (Zamberlam et al, 1989:65).

Apesar do predomínio da agropecuária, a economia de Cruz Alta era bastante diversificada e tinha uma composição setorial bastante semelhante à do estado do Rio Grande do Sul. Tanto no município quanto no estado a participação da indústria na composição da renda era de 16,7% em 1949 (idem:66). Entretanto, paulatinamente, a indústria local vai entrando em decadência. De modo que em 1980 representava apenas 3,5% da renda municipal, enquanto na economia estadual, o setor industrial segue tendo grande peso econômico. Com o crescimento do transporte rodoviário e o pouco investimento no transporte ferroviário na segunda metade do século XX o município foi deixando de ser uma rota tão importante para a circulação de mercadorias e pessoas, perdendo o dinamismo econômico local.

Paralelamente ao declínio industrial vai ocorrendo a modernização da agricultura em Cruz Alta, alavancada, principalmente, pela introdução da cultura de trigo, na década de 1950 e, posteriormente, da soja nas décadas de 1960 e 1970. Esse processo de modernização ocorre no contexto da chamada “Revolução Verde”, que consistia em profundas alterações nas técnicas produtivas, nos instrumentos e insumos utilizados, nos produtos a serem cultivados, e, sobretudo, nas relações sociais de produção – o trabalho familiar vai sendo substituído pelo uso de força de trabalho assalariada – e na relação ser humano-natureza, resultando em uma grande artificialização do espaço agrário. Em síntese, a “Revolução Verde” visava o desenvolvimento de uma agricultura capitalista em que o objetivo era obter lucros crescentes e não a produção de alimentos para o auto-consumo ou mercado local, como ocorria com a agricultura colonial.

ZAMBERLAM et all (1989) dividem o processo de modernização na região³⁶ em dois momentos. O primeiro vai de 1950 a 1965, quando ocorre a exclusão dos chamados “colonos” por não se adaptarem ao processo produtivo moderno, que

³⁶ Uma análise aprofundada da modernização da agricultura no RS, incluindo esta região do estado, pode ser encontrada em RUCKERT, Aldomar, “Metamorfoses do Território – a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990” – editora UFRGS, Porto Alegre, 2003.

envolvia bancos, máquinas e insumos de avançada tecnologia. Nesse cenário surge a figura do “granjeiro”, que, na prática, é o capitalista que vai cultivar a terra adotando esse pacote tecnológico.

“O ‘granjeiro’ não é proveniente dos tradicionais colonos – agricultores que usam basicamente mão-de-obra familiar, com relações de produção pré-capitalistas – mas industriais, comerciantes, profissionais liberais (médicos, advogados, juízes, engenheiros, etc) representando a classe mais esclarecida. (...) O governo oferece incentivos governamentais. Os ‘granjeiros’ arrendam terras de pecuaristas, adquirem propriedades de colonos. É o período em que ocorre uma concentração da terra, fator que gerou expulsão pelo capital de colonos que vão para a periferia das cidades, como é o caso de Cruz Alta” (Zamberlam et al, 1989:76)

O segundo momento inicia em meados da década de 1960 e se aprofunda na década seguinte. Ele é marcado pela inclusão de alguns “colonos” no processo de modernização, na medida em que adotam o pacote tecnológico da “Revolução Verde”. Mas esse processo de inclusão é seletivo, pois muitos ainda foram expulsos do campo. Os impactos sócio-econômicos e ambientais se agravaram consideravelmente.

“A concentração das melhores áreas de terra vão passando para as mãos de uma nova classe de médios e grandes produtores ou empresários agrícolas. Tal processo acentuou o êxodo rural. A policultura tradicional é praticamente substituída pela monocultura – trigo e soja, esta consorciada com o milho – produtos de exportação do município. A modernização modificou paisagens, o boi foi substituído pelo trator. O machado pela moto-serra. Matas são derrubadas e terras destocadas. O aumento da fertilidade é obtido pelo calcário e adubação química. Os inseticidas envenenam as plantas que, após cada chuva, vai acabar poluindo os rios e acabando com a fauna e flora. Anualmente, grande quantidade de áreas férteis vai se acumulando no fundo dos rios. A intoxicação de animais, de alimentos e de pessoas aumenta consideravelmente.”(Zamberlam et al, 1989:77)

No Rio Grande do Sul, particularmente na região norte e noroeste do estado, o sistema cooperativista, apoiado pelas instituições do Estado como o Banco do Brasil, teve um papel fundamental no processo de modernização da agricultura, assegurando a organização da produção nos moldes empresariais. As cooperativas contribuíram garantindo assistência técnica, implantação de infra-estrutura de armazenagem e comercialização, agroindústrias e a prestação de vários serviços aos associados. Mas

com a redução do apoio estatal e o acirramento da competição no setor agroalimentar com a abertura econômica do país nos anos 90, as cooperativas vão perdendo espaço para empresas privadas regionais, nacionais e multinacionais. Em Cruz Alta, um dos impactos desse processo foi a falência da Cootricruz, cuja estrutura foi absorvida por cooperativas de outras regiões e pela transnacional Bunge.

Do ponto de vista demográfico, o processo de modernização gerou uma acelerada urbanização em Cruz Alta, que no final da década de 1980 tinha quase 90% da sua população vivendo na área urbana. ZAMBERLAM et al (1989) atribuem esse fenômeno aos seguintes fatores: a migração dos filhos de camponeses para a cidade seja porque perderam as terras ou porque as famílias cresciam tendo cada vez menos terras para partilhar, o que inviabilizava o sustento de todo o grupo familiar. O segundo fator é que na região Cruz Alta era o município com economia urbana mais desenvolvida e melhores serviços públicos, o que atraía população dos municípios vizinhos em busca dos serviços e de empregos.

A partir da década de 1980, Cruz Alta foi perdendo território com a emancipação de vários distritos que se tornaram municípios. Com esse “encolhimento” territorial, o município diminuiu a receita, entretanto, continuou com uma grande população, especialmente nas periferias, acentuando a miséria e vários outros problemas sociais. Nas últimas décadas o crescimento populacional de Cruz Alta foi tendo um ritmo mais lento, até que no final da década de 1990 começa a perder população devido, principalmente, à incapacidade do município de gerar empregos.

Essa, aliás, é uma característica de toda a região noroeste do Rio Grande do Sul, onde a agricultura familiar foi sendo substituída nos últimos 60 anos pela agricultura empresarial, que utiliza pouca força de trabalho, por ser altamente mecanizada, e os outros setores econômicos não foram capazes de absorver a população que migrou do campo para as cidades. De modo que a chamada metade norte gaúcha concentra mais da metade do PIB agropecuário estado, no entanto é a que mais expulsa pessoas do campo desde a década de 1970.

5.5. Dados atuais do município de Cruz Alta

Apesar de ter perdido bastante território o município ainda tem uma grande extensão, sua área territorial é de 1.360,4 quilômetros quadrados, e a densidade populacional é de 46,6 habitantes por quilômetro quadrado (bem acima da densidade do

estado que é de 38,5). Os indicadores sócio-econômicos do município são bastante positivos quando se considera a realidade brasileira. Segundo dados do ano 2000, Cruz Alta tem o IDH 0,82, a taxa de analfabetismo 6,47%, a expectativa de vida ao nascer de 73 anos e a renda per *capita* R\$ 344,38. Aliás, a renda per *capita* do município teve um grande crescimento na década de 1990 como mostra a tabela 17.

Tabela 17: Evolução da renda per capita – 1991 – 2000, comparativo entre Cruz Alta, Rio Grande do Sul e Brasil.

	Renda per capita 1991	Renda per capita 2000	Crescimento bruto da renda per capita - 1991 a 2000 em (%)
Cruz Alta	233,20	344,38	47,68%
Rio Grande do Sul	261,30	357,74	36,9%
Brasil	230,30	297,23	29,06%

Fonte: Prefeitura de Cruz Alta, disponível em www.cruzalta.rs.gov.br

Mas, como se sabe, o crescimento da renda per *capita* não reflete melhoria da qualidade de vida do conjunto da população uma vez que este indicador é uma média. Assim, quando se soma a renda dos ricos e dos pobres a média é boa, mas não revela a desigualdade de rendimentos e de condições sociais que existe na realidade. Ademais o crescimento da renda per *capita* pode estar associado à redução do ritmo de crescimento populacional e manutenção ou crescimento dos rendimentos. De modo que, utilizando a metáfora da renda como um bolo, tem-se o crescimento ou manutenção do bolo, mas menos gente para dividir, com isso a renda per *capita* se eleva. A tabela 18 mostra o desempenho demográfico municipal.

Tabela 18 : Evolução demográfica de Cruz Alta – RS – 1970 a 2000.

Anos	População total	População urbana	População rural
1970	57.930	44.430	13.500
1980	66.170	54.933	11.237
1991	68.793	62.490	6.303
2000	71.254	65.367	5.887

Fonte: IBGE, disponível em www.cruzalta.rs.gov.br

Chama atenção na tabela 18 a queda da população rural do município. Entretanto, isso não pode ser atribuído somente ao êxodo rural, mas também às emancipações de pequenos distritos em que predominava população rural. Mas, essas emancipações cessaram em 2001 quando a população total de Cruz Alta ficou em torno de 66 mil habitantes. E, ainda assim o município perdeu um significativo contingente populacional. Tanto que na contagem de 2007, a população total de Cruz Alta era de apenas 63.450 habitantes.

Segundo os pesquisadores do IBGE e da Universidade local, a principal motivação para as pessoas migrarem para outras localidades na região ou para outras partes do estado é a busca do emprego. O que indica que as atividades econômicas vinculadas ao agronegócio, que direta ou indiretamente, são as maiores responsáveis pela geração de emprego e renda no município tem gerado um processo de desenvolvimento extremamente excludente tanto do ponto de vista sócio-econômico quanto espacial, na medida em que concentra em poucas mãos a riqueza; o que inclui a propriedade da terra e outros meios de produção.

Um outro aspecto geográfico que chama atenção em Cruz Alta é a elevação do número de domicílios chefiados por mulheres na última década, como demonstram os dados da tabela 19.

Tabela 19: Cruz Alta – Total de domicílios por gênero da pessoa de referência – em número absoluto e relativo – 1996 e 2007.

Domicílios	1996		2007	
	Número Absoluto	%	Número Absoluto	%
Total	20.538	100	20.576	100
Domicílios chefiados por homens	15.477	75	11.862	58
Domicílios chefiados por mulheres	5.061	25	8.705	42

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – agência. Cruz Alta

Conforme se observa na tabela 19 em 1996 do total de domicílios de Cruz Alta 25% tinham uma mulher como pessoa de referência e em 2007 esse percentual saltou para 42%. Esse é um percentual bem elevado quando comparado ao conjunto do estado

do Rio Grande do Sul em que as mulheres são responsáveis por 31% dos domicílios, e mesmo na região metropolitana da capital gaúcha o percentual de domicílios chefiados por mulheres fica abaixo de 40%.

Um dos fatores que contribuem para explicar essa elevada participação feminina na chefia de domicílios no município é o fato de que as mulheres têm maior longevidade que os homens, de modo que em muitas unidades domiciliares a chefe é viúva. Um dos indicadores desse fenômeno é que há em Cruz Alta um grande percentual de mulheres pensionistas, quando comparado com a média estadual. Segundo o censo de 2000, cerca de 21% das mulheres de 60 anos ou mais são pensionistas. Enquanto no estado do Rio Grande do Sul somente 13,4 % de mulheres nessa faixa etária recebem este benefício previdenciário.

Por outro lado, enquanto no estado aproximadamente 70% das mulheres com 60 anos ou mais são aposentadas – o que indica que exerciam atividade profissional anteriormente – em Cruz Alta o percentual de mulheres aposentadas é de apenas 56%, indicando uma menor taxa de atividade profissional feminina.

Assim como ocorre em outras partes do estado e do país, o maior percentual de domicílios sob chefia feminina é na área urbana. Em Cruz Alta as mulheres são responsáveis por 43% dos domicílios urbanos como mostra a tabela 20.

Tabela 20: Cruz Alta – Domicílios urbanos segundo o gênero da pessoa de referência, em número absoluto e relativo – 1996 e 2007.

Domicílios	1996		2007	
	Número Absoluto	%	Número Absoluto	%
Total	18.790	100	19.930	100
Domicílios chefiados por homens	13.857	74	11.385	57
Domicílios chefiados por mulheres	4.933	26	8.536	43

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – ag. Cruz Alta

Na sociedade brasileira o aumento da chefia feminina de domicílios em geral não está associado a uma melhoria na condição de rendimentos das mulheres, nem implica em menor desigualdade de gênero. Tanto que esse fenômeno predomina nos

domicílios pobres. E essa realidade não parece ser diferente em Cruz Alta. Segundo informação do coordenador da agência do IBGE em Cruz Alta, Clayton Costa da Silva³⁷, a maior parte dos domicílios chefiados por mulheres está nas periferias da cidade e tem renda familiar baixa.

Chama atenção o fato de que em Cruz Alta o crescimento percentual da chefia feminina de domicílios foi mais acentuado na área rural do que na urbana, conforme se pode observar pelos dados da tabela 21.

Tabela 21: Cruz Alta – Domicílios rurais segundo o gênero da pessoa de referência – em número absoluto e relativo – 1996 e 2007

Domicílios	1996		2007	
	Número Absoluto	%	Número Absoluto	%
Total	1.748	100	646	100
Domicílios chefiados por homens	1.620	93	477	74
Domicílios chefiados por mulheres	128	7	169	26

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – ag. Cruz Alta

Pelos dados da tabela 21 se pode constatar um crescimento de quase 20 pontos percentuais no número de domicílios da área rural sob chefia feminina. Em 1996 somente 7% dos domicílios rurais tinham uma mulher como responsável, onze anos depois 26% dos domicílios rurais eram chefiados por mulher.

Além do aumento da chefia feminina, também chama atenção na tabela a enorme redução do número total de domicílios rurais no período considerado na tabela. Em 1996 havia 1.748 e em 2007 apenas 646. Essa queda brusca do número de domicílios rurais decorre principalmente de dois fatores: o primeiro é que as localidades que se emanciparam politicamente de Cruz Alta tinham um número expressivo de domicílios rurais. O segundo é o esvaziamento do campo, com a continuidade do fluxo migratório campo-cidade, devido ao modelo de produção agrícola hegemônico, que usa

³⁷ O coordenador da agência do IBGE de Cruz Alta concedeu entrevista para esta pesquisa em junho de 2008.

cada vez mais “trabalho morto” (incorporado nas máquinas, insumos, infra-estruturas, etc) do que “trabalho vivo” (força de trabalho humana) nos processos produtivos.

5.6. O agronegócio em Cruz Alta

Conforme se observou no breve relato histórico de Cruz Alta, até a década de 1960 a economia municipal era diversificada setorialmente, ainda que a atividade agrícola tivesse grande peso na composição do PIB. Entretanto, com a decadência da atividade industrial e a intensificação da modernização da agricultura o setor agropecuário passou a ser efetivamente o motor da economia municipal, tendo como base a produção de trigo, milho e particularmente de soja.

Paradoxalmente, nesse contexto em que as atividades agropecuárias são o centro dinâmico da economia local, se intensifica a urbanização do município, uma vez que o processo de modernização é altamente seletivo, beneficiando um número limitado de proprietários rurais, particularmente os médios e grandes, e absorvendo um contingente de trabalhadores cada vez menor. O resultado é um contínuo esvaziamento demográfico do campo. Tanto que na contagem populacional de 2007 a população rural de Cruz alta correspondia a menos de 4% da população total - em número absoluto 2.308 pessoas. De modo que se configura em Cruz Alta um processo que OLIVEIRA (2004:42) define como territorialização do capital no campo, que

Varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. (...) A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem, etc.

No caso de Cruz Alta o “mar” que predomina no campo é o da soja, produzida com uso intenso de insumos industrializados, elevada mecanização desde o plantio até na colheita. O resultado é a geração de poucos empregos diretos na atividade agrícola. E como a maior parte da produção do município e da região é escoada para a exportação na forma de grãos (in natura), principalmente via transporte ferroviário, o conjunto da cadeia produtiva do agronegócio também gera poucos empregos.

Segundo o censo agropecuário (IBGE/2006), Cruz Alta tem uma área agrícola de aproximadamente 102 mil hectares, dos quais 79 mil são ocupados com lavouras.

Esse levantamento também apontou que o município tem 618 propriedades rurais, nas quais estavam ocupadas 2.083 pessoas, sendo que somente 30% destas (602 pessoas) não tinham laços de parentesco com os proprietários, tendo com os mesmos apenas uma relação trabalhista.

A agropecuária municipal foi bastante afetada pela estagnação econômica do país, na década de 1980, e pela abertura econômica promovida pelas políticas neoliberais na década seguinte. Com isso, perdeu espaço no cenário econômico local, principalmente para o setor de serviços uma vez que a atividade industrial também enfrentou retração. Contudo, dados da Fundação de Economia e Estatística – FEE/RS, indicam que a partir do ano 2000 a agricultura vem ampliando sua participação na economia de Cruz Alta. Considerando-se o Valor Adicionado Bruto - VAB por setor no município, a agropecuária respondia por 19,45% em 2000 e em 2003 tinha ampliado sua participação no VAB para 25,67%, sendo a soja o carro-chefe desse crescimento. No entanto, a retomada do crescimento da atividade agrícola não se traduz em mais empregos porque vem acompanhada de um uso mais intenso de tecnologia.

Entre os fatores que limitam a necessidade de trabalho humano nas produções agrícolas do município está o uso do plantio direto. Segundo informações dos serviços de assistência técnica, públicos e privados, esse processo de produção, que consiste em não preparar a terra a cada ciclo produtivo, provoca a diminuição da contratação de pessoal no período de plantio. Do ponto de vista ambiental essa técnica contribui para que reduza o risco de erosão e lixiviamento dos solos que deixam de ser revolvidos como ocorria quando se arava a terra, entretanto há uma maior contaminação tanto da terra quanto dos lençóis freáticos, uma vez que se utilizam cada vez mais agrotóxicos que vão se acumulando a cada ciclo produtivo.

Outro fator que contribui para a redução do número de empregos na atividade agrícola é a utilização das sementes geneticamente modificadas, as chamadas sementes transgênicas, que são plantadas junto com um pacote de insumos químicos. Segundo os profissionais que prestam assistência técnica, essas sementes são utilizadas em praticamente todas as lavouras, tanto em grandes quanto em pequenas propriedades, o que inclui os lotes do assentamento de reforma agrária do município. E em muitas propriedades também a cultura de milho já começou a ser feita com sementes transgênicas.

Cruz Alta, aliás, é um pólo de difusão tecnológica, tanto no que se refere à transgenia, quanto à experimentação de insumos químicos e ao desenvolvimento de

novas variedades produtivas. Uma fundação de pesquisa, mantida pelo setor cooperativista, se dedica a essas atividades no município e as comercializa na região e no estado.

Todos os locais pesquisados no estudo de caso, vinculados à produção, comercialização e armazenamento de sementes e grãos só trabalhavam com soja transgênica e informaram que em todo o município é esse cultivo que prevalece. De modo que produtores que queiram produzir outras variedades deste produto têm que ter a própria estrutura de armazenagem e logística de comercialização, algo inviável para pequenos produtores individuais. Assim, seja porque foram convencidos pelas empresas, ou por falta de condições de sustentar uma produção diferente a maioria dos produtores acaba direta ou indiretamente, via arrendamento, se inserindo na monocultura da soja geneticamente modificada.

Outra característica da produção agrícola no município é o uso intensivo de técnicas de irrigação, que também contribuem para a ampliação da área plantada e do aumento da produtividade sem a correspondente elevação no número de empregos rurais. Entretanto, esse recurso é utilizado principalmente por grandes e médios proprietários rurais, uma vez que o alto custo de instalação e manutenção dos equipamentos os torna inacessíveis aos agricultores menos capitalizados como é o caso dos agricultores familiares e assentados.

Em Cruz Alta se desenvolvem diferentes atividades produtivas vinculadas as cadeias produtivas do trigo, milho e principalmente da soja. Isso porque no município há a produção agrícola propriamente dita, uma significativa estrutura de armazenagem e comercialização, e um sistema de transporte que no âmbito local utiliza basicamente caminhões (das propriedades até os armazéns no entorno da área urbana) e a ferrovia para levar os produtos até o porto de Rio Grande, de onde são exportados. A maior parte das cargas transportadas pelos trens da ferrovia é de insumos agrícolas e grãos da região que se destinam principalmente para exportação. Uma pequena parte da produção local é absorvida pela agroindústria de soja que tem como subprodutos o óleo e a torta de soja. Nessa cadeia também se inclui uma gama de serviços entre os quais:

- assistência técnica, tanto para a produção agrícola que é composta basicamente por agrônomos e técnicos agrícolas quanto mecânicos e operadores de máquinas agrícolas e sistemas de irrigação;
- revendas de máquinas e implementos agrícolas;

- revendas de insumos químicos como fertilizantes, herbicidas, fungicidas, entre outros produtos que compõem o pacote tecnológico utilizado nas lavouras;
- empresas de prestação de serviços burocráticos como: contabilidade, assistência jurídica e escritórios especializados em comércio exterior devido a maior parte da produção de grão ser destinada a exportação;
- sistema de crédito rural, operado pela rede bancária, pública e privada.

Este conjunto de elementos do agronegócio marcam a paisagem³⁸ de Cruz Alta. Na área rural o que chama atenção é a padronização da paisagem, uma vez que tanto em grandes quanto em pequenas propriedades predomina a monocultura da soja, mas o milho também é bastante produzido no município. E na entressafra desses produtos há uma significativa produção de trigo. Independente do produto semeado nos campos, o que impressiona na paisagem é a padronização. Um padrão marcado por grandes lavouras, elevada densidade técnica e pouca ou nenhuma densidade demográfica, como ilustram as Fotos 1 e 2. No perímetro urbano, são as grandes estruturas de armazenagem e agroindústrias que marcam a paisagem dos arredores da cidade, como mostra a seqüência de fotografias de 3 a 6

³⁸ Paisagem é uma categoria de análise geográfica, definida por SANTOS (1996:61) como “o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas, também de cores, movimentos, odores, sons, etc.”

Foto 1: O “mar” de soja



Foto de lavoura de soja em Cruz Alta, publicada na revista Plantio Direto, edição 107, set/out 2008. Disponível em www.plantiodireto.com.br/img2/benhur107_1.jpg.

Foto 2: Paisagem rural padronizada – lavouras a perder de vista.



Foto Rosana Soares - 2009.

Foto 3: As estruturas de armazenagem nas principais rodovias do perímetro urbano, parecem avisar a quem chega que “Cruz Alta é um território do agronegócio”.



Foto: Christiane Campos – 2008 – ao fundo o enorme armazém do grupo Bianchini.

Foto 4: A grandiosidade das estruturas de armazenagem agronegócio contrastam com a precariedade das condições de urbanização da periferia de Cruz Alta.



Foto: Christiane Campos – 2008 – ao fundo estruturas da Cesa – Companhia estadual de armazenagem.

Foto 5: O global no local – a multinacional Bunge Alimentos tem um entreposto de recebimento e beneficiamento de grãos em Cruz Alta.



Foto: Christiane Campos - 2008

Foto 6: O poder dos grupos regionais – em Cruz Alta há grupos de atuação regional que cresceram com serviços de armazenagem, comercialização e exportação de grãos.



Foto: Rosana Soares – 2009 – em destaque estrutura de armazenagem do grupo Marasca.

Outra estrutura controlada pelo agronegócio que marca a paisagem de Cruz Alta é a ferrovia, que transporta continuamente grãos e/ou insumos para a produção destes.

Foto 7: Os trilhos são rugosidades na paisagem, herança de outro contexto temporal que marcam a paisagem de Cruz Alta e foram apropriados pelo agronegócio.



Foto: Christiane Campos, 2008. Em destaque ferrovia que era federal e foi privatizada no final da década de 1990 passando a ser controlada pela ALL – America Latina Logística.

E além dos elementos materiais que caracterizam o domínio territorial do agronegócio em Cruz Alta, há um conjunto de elementos simbólicos que “plantam” no imaginário social a noção de que tudo na cidade gira em torno deste setor. Como exemplos pode-se citar: as propagandas de alguns cursos da universidade local – Unicruz - como agronomia, veterinária e administração rural que utilizam imagens de atividades da agropecuária empresarial, voltada para monocultura, sem nenhuma referência a agricultura familiar, como se o exercício profissional nas áreas rurais implicasse necessariamente em trabalho com o agronegócio.

A mídia local, tanto jornais quanto rádios, cotidianamente destacam os problemas e as boas notícias para os capitalistas do agronegócio como se fossem boas e más notícias para o conjunto da população. Na câmara de vereadores há sempre políticos representando interesses do setor que transformam o parlamento local em mais um espaço de articulação política. O principal evento municipal é a Fenatrigo, feira que surgiu na época em que o trigo era o principal produto agrícola local. Durante os dias

dessa feira além dos negócios agrícolas e difusão de tecnologias entre os empresários dos vários ramos do agronegócio, são realizados shows e outras atividades culturais que envolvem a população pobre da cidade, semeando uma falsa idéia de que no mundo do agronegócio tem lugar para todos, ricos e pobres.

Apesar da amplitude de atividades é difícil mensurar o real peso do agronegócio no município porque as estatísticas econômicas são elaboradas levando em conta a clássica setorialização da economia em setor primário (agropecuária), secundário (indústria) e terciário (serviços). Mas as cadeias do agronegócio integram esses três setores e não apenas a produção agrícola. Seria fundamental que no levantamento de dados do setor industrial e principalmente de serviços se evidenciasse a vinculação com o agronegócio, para se ter uma base do quanto às atividades que engloba contribuem para a economia local.

5.7. Pobreza e exclusão social em Cruz Alta.

Enquanto a soja toma conta dos campos um espectro da pobreza, literalmente ronda a cidade, formando periferias cada vez maiores. De acordo com o censo populacional de 2000, realizado pelo IBGE, havia no município 19.554 domicílios e na maioria deles o responsável tinha renda inferior a cinco salários mínimos. Em 4.124 domicílios a renda do responsável era de até um salário mínimo, e em 1002 domicílios o responsável não tinha renda. Esses dados demonstram que é grande o número de famílias pobres em Cruz Alta. Na paisagem da cidade a pobreza e a exclusão se evidenciam pela precariedade das condições de habitação e pela carência de infraestrutura urbana em vários bairros, como se pode ver nas fotos 8 e 9.

Foto 8: Bairro Cohab em Cruz Alta – um dos endereços das pessoas que vivem em condições de pobreza e exclusão social no município.



Foto : Christiane Campos - 2008

Foto 9: Bairro Progresso: o nome parece até uma perversa ironia.



Foto: Christiane Campos – 2008

Os números do programa Bolsa Família no município também são um importante indicador da exclusão social que afeta milhares de famílias em Cruz Alta, como mostra a tabela 22.

Tabela 22: Quantidade e Características das famílias vinculadas ao Programa Bolsa Família em Cruz Alta

Dados de Cruz Alta	Números Absolutos
População 2008 (com base em estimativa do IBGE)	64.762 pessoas
Estimativa de pobres – perfil Bolsa Família* (com base na PNAD-IBGE de 2006)	3.241 famílias
Estimativa de pobres – perfil Cadastro Único** (com base na PNAD- IBGE de 2006)	6.463 famílias
Total de famílias cadastradas – Perfil Bolsa Família (em 31-03-09)	3.673 famílias
Total de famílias cadastradas – Perfil Cadastro Único (em 31-03-09)	3.977 famílias
Total de Famílias Beneficiárias do BF (04/09)	2.971 famílias

* Perfil Bolsa Família – são famílias com renda familiar per capita de até R\$ 137,00 (a partir de maio/09).

** Perfil Cadastro Único – são famílias com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo (R\$ 232,50 em maio/2009).

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (Secretaria Nacional de Renda e Cidadania). Disponível em www.mds.gov.br

Considerando-se que no município há 3.673 famílias cadastradas com o perfil Bolsa Família, e que em média as famílias cadastradas no perfil BF têm quatro pessoas, tem-se um total de 14.692 pessoas inscritas para receber o benefício, o que corresponde a 22,6% da população total em 2008. Se levarmos em conta as famílias efetivamente beneficiárias com o programa seriam 11.884 pessoas, que correspondem a 18,35% da população municipal. Lembrando que se incluem no perfil Bolsa Família as famílias com renda per capita mensal de pouco mais de ¼ do salário mínimo, mais exatamente R\$137,00 a partir de maio de 2009.

Apesar de haver tanta gente pobre em um município com elevada concentração fundiária a reforma agrária não aparece nem nos discursos de sindicalistas e políticos de

esquerda nem nas proposições de combate à pobreza implementadas pelo poder público. De acordo com o Secretário Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural³⁹, Bertoldo Fagundes, a reforma agrária não é uma demanda no município, porque a maior parte da população pobre está na área urbana, mas quer melhorar de vida na cidade. E a população pobre rural carece, na visão dele, é de acesso a mercado para seus produtos e mais investimentos para melhorar as condições de vida e produção. Por isso a principal realização do município no âmbito do desenvolvimento rural foi a construção de espaços de comercialização para agricultores familiares, incluindo assentados: um galpão da agricultura familiar na maior feira do agronegócio do município – a Fenatrigo, e um espaço de economia solidária, onde semanalmente são realizadas feiras em que produtores vendem diretamente seus produtos aos consumidores.

Essa tese de que a reforma agrária não é uma demanda da população pobre do município também foi reforçada por Ieda Maria Pires, coordenadora do Núcleo de Políticas Setoriais - Juventude, Mulheres, Igualdade Racial e Livre Orientação Sexual da prefeitura de Cruz Alta. Na opinião dela a maior parte das mulheres pobres do município quer encontrar alternativas de emprego e renda na cidade porque apesar de serem de famílias que vieram do campo elas são a segunda ou terceira geração e não tem mais identidade rural. Entretanto, admite que a falta de empregos urbanos tem levado muitas mulheres pobres a buscar o emprego rural que é temporário e precário.

E, contrariando essa tese dos secretários, no trabalho de campo no município nos deparamos com um acampamento de famílias sem terras, no entorno da cidade (foto 10), organizado pelo Movimento Terra, Educação e Moradia, que é restrito à Cruz Alta. De acordo com Ari Silveira, um dos acampados, esse acampamento iniciou em 2005 com 160 famílias, mas em meados de 2008 estava com apenas 39 famílias. A grande desistência segundo ele é devido à demora do Incra – órgão federal responsável pela reforma agrária – em fazer o assentamento.

³⁹ As entrevistas com os secretários municipais foram concedidas diretamente à pesquisadora em fevereiro de 2008. A entrevista com a coordenadora do núcleo de políticas para mulheres foi concedida em junho de 2008.

Foto 10: Uma mancha de pobreza ao lado de um grande símbolo de riqueza do agronegócio.

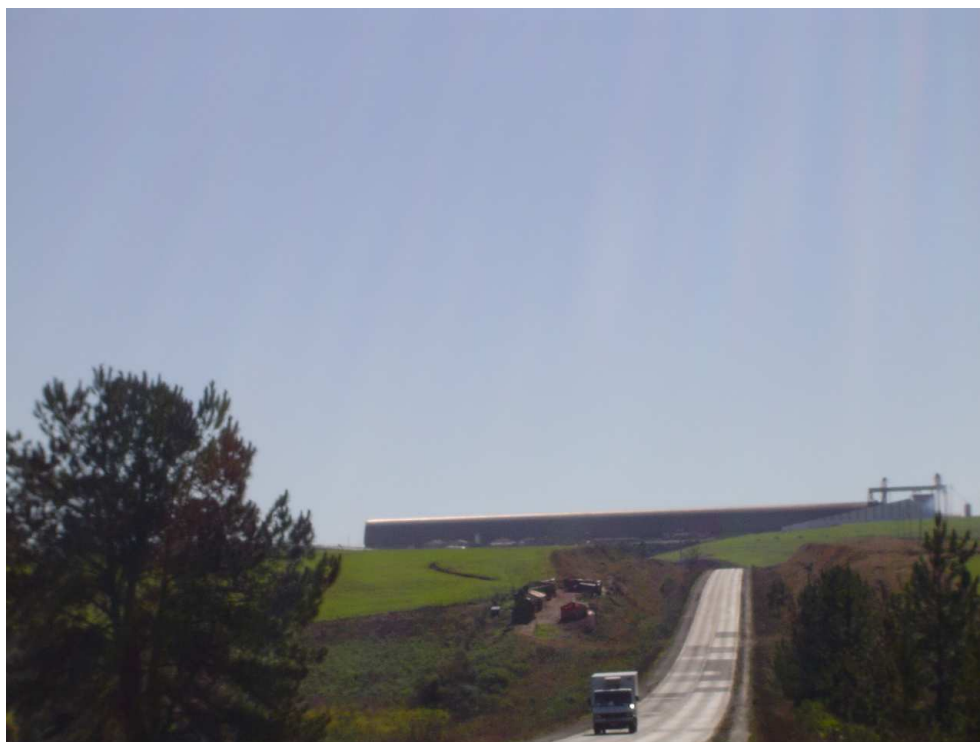


Foto: Christiane Campos (julho/2008) – acampamento de sem terras a esquerda da fotografia contrasta com a grandiosidade da estrutura de armazenagem do agronegócio na entrada de Cruz Alta.

Foto 11: Sem Terra de um movimento municipal que acredita na reforma agrária sem necessidade de ocupação de terra.

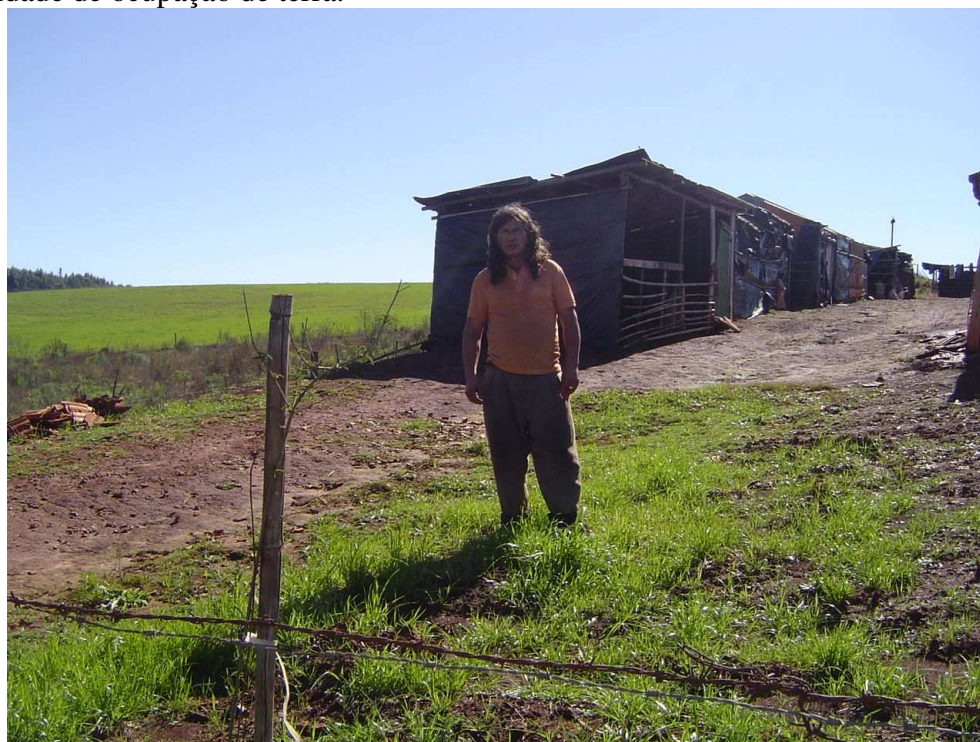


Foto: Christiane Campos – 2008

No dia em que visitamos o acampamento só havia o senhor Ari (foto 11) e seu filho, uma criança especial. Segundo ele ali as famílias se cadastram, fazem o barraco de lona, mas não precisam morar no acampamento, apenas comparecem nas reuniões semanais e outras atividades convocadas pela coordenação. Conforme nos informou este Movimento municipal se diferencia do Movimento Sem Terra – MST porque “é pacífico, não faz invasões, faz a luta pela terra dentro da lei”, acreditam que assim, sem conflito, é mais fácil conseguir o assentamento. Mas admitiu que em Cruz Alta está difícil conseguirem o assentamento, tanto que a maioria das famílias desiste da luta.

Uma breve análise da história dos assentamentos no Brasil revela que esse movimento de Cruz Alta tem uma leitura equivocada do processo de conquista da terra, uma vez que a maioria dos assentamentos ocorreu em decorrência de um conflito. Entre os estudos que comprovam a importância da pressão dos trabalhadores para o avanço da reforma agrária está uma pesquisa realizada pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ entre 2000 e 2001 envolvendo 92 projetos de assentamentos, em 39 municípios de seis regiões do país. Nesse trabalho se constatou que 96% dos assentamentos pesquisados nasceram de alguma disputa pela propriedade da terra entre proprietários e ocupantes; em 82 áreas (89% do total pesquisado) o pedido de desapropriação foi feito por iniciativa dos trabalhadores e de seus movimentos. Somente em 10% dos casos pesquisados a iniciativa de desapropriar a terra partiu do Incra e em apenas 3% deles não houve conflitos (Cintrão et al, 2004: 307)

Entretanto, em Cruz Alta também há ilhas de riqueza em meio a esse mar de pobres. O censo do IBGE de 2000 revelou que em 305 domicílios (1,6% do total) a renda do responsável era superior a 30 salários mínimos. Ou seja, a quantidade dos domicílios cujo responsável tinha renda nesse patamar era três vezes menor do que o número de domicílios em que o responsável não tinha nenhuma renda, que totalizavam 1002 domicílios, como dissemos no início deste item.

No que tange à condição de vida da maioria das mulheres em Cruz Alta todos os secretários entrevistados concordam que é marcada pela exclusão. De acordo com a secretária de Desenvolvimento Social do município na época do levantamento de dados empíricos - Natália Ivone Steimbrenner - uma pesquisa feita por sua equipe de trabalho ao assumir a secretaria em 2004, constatou que cerca de 60% da população do município tinha renda familiar de até dois salários mínimos, e que a pobreza em Cruz

Alta afeta principalmente as mulheres. Tanto que a prostituição feminina, inclusive infanto-juvenil, é grande no município⁴⁰.

Esse conjunto de informações sobre Cruz Alta não deixa dúvidas de que no município se encontram territorializados os dois processos que são objeto de investigação nesta pesquisa: A riqueza do Agronegócio e a Pobreza Feminina. Por isso, para saber se o agronegócio contribui ou não para a pobreza e exclusão feminina no município realizamos uma pesquisa quantitativa e outra qualitativa em Cruz Alta.

5.8. Procedimentos metodológicos utilizados no estudo de caso

O principal procedimento metodológico utilizado no estudo de caso em Cruz Alta foi a pesquisa quantitativa, realizada com o objetivo de identificar o perfil do emprego gerado pelo agronegócio no município. Um outro procedimento utilizado, em caráter complementar, foi a pesquisa qualitativa por meio de entrevistas.

A pesquisa quantitativa consistiu em aplicar questionários com perguntas abertas e fechadas. O público alvo dessa etapa da pesquisa consistiu de empregadores (pessoas físicas e jurídicas) dos diferentes ramos de atividade do agronegócio no município, visando abranger principalmente os vários elos da cadeia produtiva da soja.

Importante registrar que foram envolvidos nessa pesquisa empregadores/as diretamente vinculados ao agronegócio. Alguns estabelecimentos que tem vínculos indiretos com os processos produtivos, como é o caso dos bancos, não foram objeto de pesquisa porque não atuam exclusivamente com o agronegócio e as informações referentes aos clientes locais dependiam de autorizações das matrizes nacionais e até do governo federal.

Inicialmente a pretensão foi abranger todos os empregadores da área urbana. Entretanto, os primeiros levantamentos de campo demonstraram a necessidade de estabelecer uma amostra, uma vez que em vários estabelecimentos, especialmente na área comercial e de prestação de serviços técnicos, as pessoas que trabalhavam eram os proprietários e familiares sem vínculo empregatício formal. Assim, se limitou a

⁴⁰ Relatório do Ministério da Justiça sobre prostituição infantil, divulgado em fevereiro de 2005, revela que a exploração sexual infantil é acentuada em 16,88% dos municípios brasileiros (937 no total). Do Rio Grande do Sul são citados 49 municípios. Cruz Alta está entre eles, assim como outros municípios em que o agronegócio tem grande peso econômico, como Tupanciretã, Carazinho, Santo Ângelo, Panambi, Ijuí e Passo Fundo.

aplicação de questionários nas empresas em que havia dez ou mais pessoas trabalhando, a maior parte assalariada.

Na área rural a meta inicial de entrevistar 20 proprietários/as rurais também teve que ser revista, uma vez que estes têm muita resistência em participar de pesquisas, principalmente nas áreas de ciências humanas, que em geral têm uma perspectiva crítica. Em entrevista concedida na primeira fase do trabalho de levantamento de dados da realidade local o presidente do sindicato patronal alertou que a maioria dos/as proprietários/as rurais não se dispõem a responder questionário de pesquisa e nem autorizam funcionários a respondê-lo. Em função dessa situação foi possível obter apenas uma representação de empregadores do perfil “proprietários/as rurais”. Entretanto, a pesquisa incluiu a única empresa de contratação de trabalhadores/as rurais do município que é a maior empregadora em atividades agrícolas no âmbito local, o que possibilitou incluir esse tipo de atividade no levantamento de dados necessários para traçar o perfil do emprego gerado pelo agronegócio Cruz Alta.

Convém ressaltar que o objetivo da pesquisa quantitativa foi traçar o perfil do emprego e não verificar a quantidade de empregos gerados pelo agronegócio no município. Nesse sentido, a limitação da amostra não implica em prejuízos ao que se pretendia. Mesmo assim, se procurou estabelecer uma amostra grande para os parâmetros de Cruz Alta, abrangendo entre 60 e 100% dos empregadores de diferentes ramos do agronegócio com sedes de empresas presentes no perímetro urbano municipal e uma representação simbólica de empregadores proprietários rurais.

No total foram aplicados questionários a 31 empregadores que juntos geravam no período do levantamento de dados 3.099 empregos, sendo 97% formais (3.019 em números absolutos de ocupações formais). Conforme dados do Ministério do Trabalho⁴¹ em Cruz Alta foram gerados 10.797 empregos formais no ano de 2008. Portanto, a pesquisa quantitativa abrangeu empregadores responsáveis por 28% dos empregos gerados no município no ano pesquisado. Os empregadores entrevistados foram:

- Empresas de comercialização de máquinas/implementos e produtos agrícolas – nove questionários, abrangendo 60% dos estabelecimentos deste tipo no município;
- Empresas de produção/armazenamento e comercialização de grãos (incluindo sementes) – cinco questionários; Foram entrevistados 60% dos empregadores que geram mais de 10 empregos.

⁴¹ Os dados de empregos formais do Ministério do Trabalho do Brasil podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico: www.mte.gov.br/pdet/consultas/isper

- Empresas de armazenamento/comercialização e indústria de grãos – 10 questionários atingindo 80% dos empregadores;
- Empresas de Transporte Ferroviário – um questionário, atingindo 100% dos empregadores uma vez que só uma empresa deste tipo em Cruz Alta;
- Empresa de contratação de trabalhadores rurais – um questionário, atingindo 100% dos empregadores, pois só há uma empresa desse tipo no município.
- Proprietários/as rurais – cinco questionários (sendo dois homens e três mulheres) – uma representação simbólica desse tipo de empregadores.

A pesquisa quantitativa foi realizada nos meses de maio e junho de 2008. A partir das respostas dos questionários foi montado um banco de dados, feito no programa SPSS, que possibilitou obter um amplo conjunto de informações.

A pesquisa qualitativa foi realizada no mesmo período e consistiu em entrevistas com 14 mulheres, sendo: três mulheres proprietárias rurais, representando a face feminina da riqueza do agronegócio, quatro mulheres agricultoras que vivem em um assentamento de reforma agrária e participam do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, e sete mulheres moradoras das periferias de Cruz Alta, representando a face feminina da pobreza no município.

As mulheres pobres foram selecionadas aleatoriamente entre as beneficiárias do Programa Bolsa Família ou cadastradas para receberem o benefício⁴². As mulheres proprietárias rurais foram selecionadas aleatoriamente a partir de uma lista de indicações do sindicato patronal rural. E as mulheres assentadas a partir de indicação de lideranças do MMC.

As entrevistas com as mulheres tiveram como objetivos: compreender a percepção delas sobre a condição feminina no município, particularmente no mundo do agronegócio; constatar se e como se sentem excluídas; entender como analisam o papel do agronegócio em Cruz Alta e os diferentes impactos que gera; verificar a opinião delas sobre Programa Bolsa Família, e ouvir a opinião delas sobre o que deve ser feito para reduzir a pobreza e a desigualdade no município, particularmente para as mulheres. No próximo capítulo discutiremos os resultados das pesquisas, começando pela quantitativa.

⁴² Como a Secretaria de Desenvolvimento Social, responsável pelo Bolsa Família em Cruz Alta, não forneceu a relação das pessoas beneficiária. O contato com algumas mulheres foi feito pela pesquisadora na porta da secretaria, e depois as beneficiárias indicaram outras mulheres que recebiam o benefício ou se cadastraram para receber. A Secretaria de Desenvolvimento Social pouco colaborou com esta pesquisa, o que impossibilitou por exemplo traçar um perfil das beneficiárias do programa Bolsa Família no município, como era a meta inicial. A justificativa é que o MDS não autorizava.

Capítulo VI

Perfil do Emprego gerado pelo agronegócio em Cruz Alta

Considerando-se todos os espaços do agronegócio pesquisados, incluindo atividades dentro e fora da porteira, a quantidade de empregos gerados era 3.099 no período do levantamento de dados empíricos. Deste total dos postos de trabalho, 2.403 são ocupados por homens e 694 por mulheres, evidenciando a assimetria de gênero na distribuição dos postos de trabalho. Os empregos estão divididos quanto à situação trabalhista: formal e informal, e quanto ao contrato de trabalho: fixo e temporário.

a) Quanto à situação trabalhista

No Brasil, o IBGE diferencia o setor formal do informal pela organização da produção e não pela ilegalidade. O setor formal da economia é então o *lócus* de acumulação de capital e de grandes inovações de caráter tecnológico, onde se tem a figura do trabalhador padrão: o assalariado com carteira assinada e proteção social.

Já no setor informal há dois tipos de trabalhadores: os autônomos e os assalariados, mas neste caso sem vínculos empregatícios, de modo que não há garantias dos direitos trabalhistas e previdenciários. Nas atividades informais estão ocupados tanto trabalhadores com habilidades e qualificação, quanto trabalhadores desqualificados com renda muito baixa para o padrão social mínimo de vida.

A pesquisa quantitativa verificou que na cadeia produtiva do agronegócio em Cruz Alta predomina o emprego formal, conforme demonstram os dados da tabela 23.

Tabela 23 – Perfil do emprego quanto à situação trabalhista

Características do emprego	Números absolutos	% do emprego total
Formal	3.019	97
Informal	80	3
Total	3.099	100

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa quantitativa realizada no primeiro semestre de 2008.

Como se pode observar na tabela, o percentual de trabalhadores/as informais envolvidos nas atividades do agronegócio em Cruz Alta é muito pequena, o equivalente a 3% de um total de 3.099. A maior parte dos trabalhadores/as com esse perfil de informal está concentrada na ocupação denominada “serviços gerais” no setor de armazenamento de grãos, que consiste basicamente na carga e descarga de produtos. Os trabalhadores/as formais estão dispersos em todos os demais ramos da cadeia produtiva do agronegócio no município.

No que tange à questão de gênero, não há diferenças significativas quanto à situação trabalhista, uma vez que tanto empregos masculinos quanto femininos são predominantemente formais, como se pode ver na tabela 24.

Tabela 24– Perfil do emprego quanto à situação trabalhista por gênero

Gênero	Emprego formal	Emprego informal	Total
Masculino (absoluto)	2.326	79	2.403
Masculino (%)	77	99	-
Feminino (absoluto)	693	1	694
Feminino (%)	23	1	-

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa quantitativa realizada no primeiro semestre de 2008.

Analisando os dados desta tabela, salta aos olhos a enorme desigualdade de gênero na distribuição dos postos de trabalho. Considerando-se os empregos formais, as mulheres ocupam apenas 23% das vagas, ao passo que para os homens este percentual é de 77%. No emprego informal quase a totalidade das vagas (99%) é ocupada por homens, sendo isto justificado, conforme os empregadores, pelo fato de que estas vagas estão concentradas na área de armazenagem de grãos (função de serviços gerais). Mesmo que parte das atividades de serviços gerais seja mecanizada, os empregadores consideram que este é um “serviço pesado”, por isso deve ser ocupado por homens.

Em decorrência dessa exclusão das mulheres dessa função de serviços gerais de armazenagem, onde se concentra a maior parte do emprego informal, a maioria das trabalhadoras (99,8%), vinculadas às empresas e propriedades rurais pesquisadas, tem contrato formal de trabalho e, por conseguinte, garantias trabalhistas e previdenciárias.

b) Quanto ao contrato de trabalho

Há duas formas de contrato de trabalho previstas na legislação brasileira: o emprego fixo, quando não há prazo determinado para a vigência do vínculo empregatício. E o emprego temporário, quando se estabelece um período de tempo determinado para a relação trabalhista.

Uma das características mais evidentes da precarização do mundo do trabalho promovida pelo neoliberalismo no Brasil é a volatilidade dos postos de trabalho, por meio da ampliação de vagas temporárias em detrimento da redução de empregos fixos. De modo que uma grande parcela dos trabalhadores/as está em constante situação de vulnerabilidade por não ter garantia de emprego e renda. No mundo do agronegócio a realidade não é diferente. Como demonstra a tabela 25, a maioria dos empregos gerados nos locais pesquisados é temporário.

Tabela 25 – Perfil do emprego quanto ao contrato de trabalho

Características do emprego	Números absolutos	% do emprego total
Fixo	1.058	34
Temporário	2.041	66
Total	3.099	100

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa quantitativa realizada no primeiro semestre de 2008.

Os empregos temporários, que totalizam 66% das vagas, estão presentes nos vários ramos do agronegócio, mas se concentram, principalmente, nas atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, especialmente no cultivo de sementes de milho. Outra característica do trabalho temporário no município é o fato de ser mediado por um processo de terceirização que é monopolizado por uma empresa. Das 2.041 vagas temporárias, 1500 correspondiam aos postos de trabalho gerados por esta empresa especializada em contratação de força de trabalho rural volante.

Tanto nas atividades urbanas quanto nas rurais, estes trabalhadores temporários têm como características básicas: baixa escolaridade, residência na periferia de Cruz Alta, baixa remuneração, e, como não têm uma profissão, se dispõem a trabalhar em qualquer ramo de atividade. Essas características são perceptíveis na maioria dos trabalhadores temporários, tanto masculinos quanto femininos.

Na maior parte dos locais pesquisados, o contrato temporário de trabalho dura em média três meses. O período de contratação na área rural varia conforme o tipo de

produto cultivado, a remuneração é previamente estabelecida por convenção coletiva, entre os sindicatos patronal e trabalhista rural, que fixa uma espécie de salário mínimo municipal para trabalhadores rurais, em maio de 2008 esse valor era de R\$ 486,00. Na área urbana os serviços temporários em geral aumentam entre fevereiro e abril - período de colheita da soja - quando cresce a demanda por força de trabalho nos armazéns.

O emprego fixo absorve menos trabalhadores/as, a maior parte concentrada em área urbana e disperso nos diferentes ramos da cadeia produtiva do agronegócio, envolvendo tanto trabalhadores de baixa escolaridade quanto profissionais de nível superior. Neste sentido, há uma grande variabilidade de remuneração que, segundo os empregadores, está relacionada com a função. Entretanto, como se verá posteriormente, há uma evidente desigualdade de gênero na medida em que os postos fixos de melhor remuneração são ocupados em sua grande maioria por homens. E como se pode perceber na tabela 26 há uma grande assimetria de gênero, desfavorável às mulheres, também na distribuição dos postos de trabalho.

Tabela 26– Perfil do emprego quanto ao contrato de trabalho por gênero

Gênero	Emprego fixo	Emprego temporário	Total
Masculino (absoluto)	871	1534	2405
Masculino (%)	82	75	-
Feminino (absoluto)	187	507	694
Feminino (%)	18	25	-

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa quantitativa realizada no primeiro semestre de 2008.

Conforme demonstram esses dados, as mulheres são minoria nos empregos fixos, ocupando apenas 18% das vagas, enquanto os homens são contratados para 82% destes postos de trabalho. E a desvantagem feminina se mantém nos empregos temporários, pois enquanto elas ocupam 25% das vagas, os homens preenchem 75% delas.

Analisando especificamente a condição feminina quanto ao contrato de trabalho, percebe-se que há predominância do emprego temporário (73%), que, como se disse anteriormente, está concentrado nas atividades rurais e o vínculo empregatício é com uma empresa terceirizada e não com o proprietário da fazenda. Os empregos fixos femininos, que correspondem a 27% das vagas ocupadas por mulheres, são, em quase sua totalidade, urbanos, concentrando-se em atividades comerciais e administrativas.

Tanto nos empregos fixos como temporários, as mulheres se concentram em funções sem poder de tomada de decisão. No emprego temporário não há mulheres em funções de comando e no emprego fixo é bastante limitada sua participação em postos de gerência ou diretoria.

6.1. A condição feminina no mundo do trabalho do agronegócio

A partir do critério da quantidade de empregos gerados, dividiu-se os empregadores pesquisados em quatro grupos. O objetivo dessa classificação é visualizar se os postos de trabalhos ocupados por mulheres estão difusos ou concentrados em grandes, médios ou pequenos empregadores.

O grupo 1 é constituído por empregadores que geram entre 1 e 29 empregos, totalizando 14 dos 31 empregadores pesquisados. Este grupo é responsável pela geração de 171 postos de trabalho, sendo 36 deles ocupados por mulheres. Ou seja, em média 21% das vagas oferecidas nesse grupo de empregadores são preenchidas por mulheres. Lembrando que este percentual é uma média, pois fazem parte deste grupo empregadores que preenchem mais de 30% das vagas com mulheres. Enquanto outros não contratam nenhuma. A justificativa dos que não empregam ou empregam poucas mulheres é de que o tipo de trabalho que geram não tem perfil feminino, revelando a predominância da tradicional divisão sexual do trabalho, em que homens e mulheres não ocupam espaços e funções semelhantes.

O grupo 2 é composto por nove empregadores que geram entre 30 e 50 empregos. No total, este grupo cria 346 postos de trabalho, sendo 36 preenchidos por mulheres. O percentual de força de trabalho feminina nas empresas deste grupo varia de 3,2% a 17,8%, o que resulta numa média de 10,4%.

O grupo 3 é formado por cinco empresas que geram entre 51 e 100 empregos, totalizando 399 postos de trabalho, sendo 64 ocupados por mulheres. Mais uma vez a média escamoteia a realidade de alguns locais. Em uma empresa 44% das vagas são preenchidas por trabalhadoras, enquanto em uma outra somente 3% das vagas são destinadas às mulheres.

O grupo 4 é constituído por três grandes empresas que geram mais de 100 empregos cada uma. Este grupo gera 2183 postos de trabalho, dos quais 558 são ocupados por mulheres. Observando separadamente os empregadores deste grupo, constata-se que em uma das empresas as mulheres preenchem 10% dos postos de

trabalho. E uma outra, elas são 12,7% das pessoas contratadas, enquanto numa terceira chegam a 29% dos funcionários. O que resulta em uma média de 17% de emprego feminino neste grupo.

O que se verifica desse agrupamento é que não há um empregador padrão para a força de trabalho feminina, uma vez que as mulheres ocupam postos de trabalho em empresas de distintos tamanhos, mas quando somadas as médias de empregos femininos dos quatro grupos obtém-se uma média de 15% de postos de trabalhos ocupados por mulheres, onde se tem dois extremos: empregadores que não contratam nenhuma mulher e outros em que quase um terço da força de trabalho contratada é feminina.

Apesar da média de emprego feminino ser pequena, em grande parte dos locais pesquisados (48%) os empregadores responderam que houve um aumento dos postos de trabalho ocupados por mulheres nos últimos dez anos. Em 42% dos locais manteve-se a mesma quantidade de emprego feminino e somente em 10% dos estabelecimentos houve redução da força de trabalho feminina. A justificativa para o aumento do número de mulheres empregadas foi a expansão dos negócios no período considerado.

6.2. O lugar feminino no agronegócio em Cruz Alta

Em Cruz Alta, a exclusão social, ainda que afete uma significativa parcela da população, é muito mais severa entre as mulheres, uma vez que elas têm mais dificuldade de acesso a postos de trabalho. Na economia do município, o agronegócio, direta ou indiretamente, é o maior responsável pela criação de vagas de trabalho. No entanto há uma grande desigualdade de gênero na ocupação das vagas. A exclusão feminina do mundo do trabalho engendra não apenas a pobreza, no sentido de escassez de rendimentos monetários, mas produz impactos em múltiplas dimensões da vida das mulheres e das crianças pelas quais elas são responsáveis diretamente. CASTELLS (1999) chama a atenção justamente para o fato de que a perda por estar excluído socialmente é muito mais do que a do rendimento.

Embora a falta de trabalho regular como fonte de renda seja, em última análise, o principal mecanismo em termos de exclusão social, as formas e os motivos pelos quais indivíduos e grupos são expostos a dificuldades/impossibilidades estruturais de prover o próprio sustento seguem trajetórias totalmente diversas, porém todas elas correm em direção à indigência. (Castells, 1999:98)

Isso significa que a perversidade desse processo não se resume apenas na privação de trabalho ou renda, mas também devido à falta de perspectivas de futuro e a preconceitos de classe, etnia, gênero, entre outros, eliminando, marginalizando ou impossibilitando a entrada nas formas de participação das várias esferas da sociedade como cidadãos.

Nos locais pesquisados constatou-se essa desigualdade de gênero na ocupação dos postos de trabalho. Sendo que em alguns estabelecimentos verificou-se a completa exclusão feminina, mas, na maioria, o que ocorre é a inclusão precária das mulheres. Em síntese, a inserção feminina nas atividades do agronegócio caracteriza-se pela ocupação de poucos postos de trabalho e exercendo funções sem importância decisória.

A exclusão ou inserção precária das mulheres nos locais pesquisados pode ser observada tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Em termos de quantidade, constatou-se que dos 3.099 postos de trabalho apenas 694 são ocupados por mulheres; sendo que destes 507 são temporários com uma duração média de três meses por ano. Portanto, 73% das mulheres empregadas pelo agronegócio estão em uma condição sócio-econômica de alta vulnerabilidade.

Como se descreveu anteriormente na metodologia, para a aplicação dos questionários desta pesquisa, o público-alvo (empregadores do agronegócio) foi dividido em sete grupos:

- 1) empresas de comercialização de máquinas, implementos e produtos agrícolas;
- 2) empresas de armazenamento, comercialização e industrialização de grãos;
- 3) empresa de transporte ferroviário;
- 4) empresas de produção e comercialização de sementes;
- 5) proprietários rurais;
- 6) proprietárias rurais
- 7) empresa de contratação de mão-de-obra rural.

A tabela 27 evidencia a quantidade de empregos femininos gerados em cada um desses grupos de empregadores.

Tabela 27: Perfil e quantidade de emprego feminino por grupos de empregadores do agronegócio em Cruz Alta

Grupos	Total de empregos do grupo	Mulheres			
		Total de Mulheres Empregadas por grupo	% de mulheres por grupo	Mulheres c/ emprego fixo no grupo	Mulheres com emprego formal no grupo
1	141	23	16,3	23	22
2	851	96	11,3	90	96
3	31	1	3,2	1	1
4	275	60	21,8	60	60
5	56	9	16	9	9
6	42	4	9,5	4	4
7	1703	501	29,4	1	501

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa quantitativa realizada no primeiro semestre de 2008.

Observa-se na tabela que em nenhum dos grupos de empregadores as mulheres ocupam um terço dos postos de trabalho. O grupo 7 é o maior empregador feminino, onde elas são quase 30% dos trabalhadores, porém oferece apenas trabalho temporário que, neste caso, tem como corolário a precarização e o perfil de mulheres contratadas é de baixa escolaridade e sem qualificação profissional. No outro extremo está o grupo 4 que preenche com mulheres cerca de 22% dos postos de trabalho, e tem como especificidade uma elevada demanda por força de trabalho qualificada. Essa característica se deve ao fato de que neste grupo está incluída uma fundação de pesquisa que emprega mulheres com escolaridade predominantemente superior e grande qualificação profissional para os parâmetros do município.

Tanto no grupo 1 quanto no 5 as mulheres correspondem a 16% do total de empregados. Esses dois grupos são compostos por pequenos e médios empregadores, que por sua vez geram poucas vagas de trabalho para ambos os sexos. Portanto, este percentual não se traduz em muitos empregos, somam apenas 32 postos de trabalho.

O grupo 2 é o segundo maior empregador e tem como principal característica a maior geração de empregos fixos entre os locais pesquisados. Nesse grupo, a exclusão feminina é percebida quando se observa a totalidade de postos de trabalho criados e a

quantidade ocupada pelas mulheres. De 851 postos as mulheres ocupam 96, correspondendo a 11,3%.

O grupo 3 é constituído por apenas uma empresa multinacional e monopólio no seu ramo de atividade – o transporte ferroviário. Porém sua grandeza financeira e sua importância estratégica para o agronegócio não se traduzem em postos de trabalho. Em Cruz Alta são gerados apenas 31 empregos dos quais somente 1 é ocupado por mulher.

A peculiaridade do grupo 6 é o fato de que os empregadores são mulheres. Contudo, isso não se reflete em igualdade de gênero na ocupação dos postos de trabalho. Enquanto empregadoras, as mulheres fazendeiras não se diferenciam dos homens fazendeiros, seguem a tradicional divisão sexual do trabalho no preenchimento das vagas de emprego. Tanto em propriedades comandadas por homens quanto por mulheres, a força de trabalho feminina se concentra em serviços de cozinha e limpeza.

Nos estabelecimentos que empregam força-de-trabalho feminina, as mulheres estão presentes da seguinte forma: a) área administrativa – em 27 locais pesquisados as mulheres exercem funções nessa área, mas a maioria trabalha como recepcionista ou secretária, sem nenhum poder de decisão na gestão do negócio; b) área de limpeza: em 17 estabelecimentos as atividades de limpeza são atribuições femininas; c) área de alimentação: em sete locais há mulheres contratadas como cozinheiras. Uma função predominante nas propriedades rurais; d) área comercial: em três empresas as mulheres trabalham como vendedoras; e) área de assistência técnica: apesar de haver um grande número de mulheres com formação superior, em cursos como agronomia, veterinária, zootecnia entre outros, em apenas três empresas há mulheres trabalhando nesta área, e f) área de serviços gerais: para os empregadores pesquisados a função denominada serviços gerais é sinônimo de trabalho rural assalariado para mão-de-obra feminina. Em três locais há mulheres contratadas para este tipo de serviço.

Apesar de negarem uma discriminação por gênero na contratação de trabalhadores, a maioria dos empregadores (64%) afirmou ter preferência por contratar homens, sob o argumento de que a maior parte dos postos de trabalho que cria exige mão-de-obra masculina por ser “serviço pesado”. Nesse caso está subentendido que consideram as funções ocupadas pelas mulheres como “trabalho leve”, inclusive o trabalho de limpeza de grandes estabelecimentos e de responsável pela cozinha em propriedades rurais.

Interessante notar que os maiores salários são pagos para funções que não podem ser caracterizadas como trabalho pesado, como é o caso de gerência, diretoria,

responsável pela área comercial e administrativa. Entretanto, dentre todos os locais pesquisados somente em duas empresas há mulheres ocupando esse tipo de função e recebendo altos salários. Em 29 estabelecimentos são os homens que ocupam essas funções, concentrando, portanto, os maiores salários.

Desse modo, se constata que a expressão “trabalho pesado” é uma justificativa para escamotear a exclusão das mulheres dos postos de trabalho gerados pelo agronegócio.

6.3. O perfil sócio-econômico da força de trabalho feminina

Nos locais pesquisados todas as mulheres trabalhadoras estão em idade ativa, possuem entre 19 e 45 anos. Na maior parte dos estabelecimentos predomina as trabalhadoras brancas. Entretanto, na empresa terceirizada que gera a maioria das vagas de trabalho do agronegócio no município, há mais pardas. Por isso a etnia parda é a predominante entre as mulheres que ocupam os postos de trabalho gerados pelos empregados pesquisados.

Em relação ao local de moradia, as trabalhadoras do agronegócio estão concentradas na área urbana, especialmente na periferia da cidade. Poucas moram nas áreas centrais e é insignificante o número de empregadas residentes na área rural.

No que tange à educação, a pesquisa constatou que se configura no mundo do agronegócio uma situação similar a que predomina no mercado de trabalho brasileiro, em que as mulheres têm um nível de escolaridade superior à dos homens. Nos locais pesquisados, 58% dos homens empregados possuem até o ensino fundamental completo. 26% dos trabalhadores têm até o ensino médio e apenas 16% têm ensino superior.

Entre as mulheres trabalhadoras a situação se inverte na medida em que quase 70% têm ensino médio (39%) ou superior (29%). Enquanto com ensino fundamental são 29% das trabalhadoras.

Entretanto, maior escolaridade não implica em qualificação profissional. Uma vez que a maioria dos locais pesquisados informou que não há mulheres qualificadas, entendendo por qualificação uma especialização na função exercida. Em apenas dois estabelecimentos, o número de mulheres qualificadas supera 20 funcionários, sendo que um desses locais é uma fundação de pesquisa e emprega 40 técnicas, considerando todas qualificadas.

A escolaridade também não se traduz em melhores remunerações, visto que embora os homens tenham menos anos de estudo recebem melhores salários. Nos locais pesquisados, a maior parte dos homens recebe entre dois e cinco salários mínimos. E a menor remuneração varia de um a dois salários mínimos. Em três estabelecimentos, a remuneração masculina varia de cinco a dez salários mínimos.

No caso das mulheres, a maioria dos estabelecimentos paga entre um e dois salários mínimos. Há inclusive duas empresas em que o salário das trabalhadoras não chega ao mínimo nacional. E em apenas uma empresa a maior parte das trabalhadoras tem remuneração que varia de cinco a dez salários mínimos.

Em síntese, o que se percebe no mercado de trabalho vinculado ao agronegócio em Cruz Alta é que a quantidade de empregos que gera é desproporcional ao poder econômico das empresas e proprietários rurais. Na medida em que são as atividades deste setor que concentram a maior parte das riquezas do município (terras, indústrias, casas comerciais, entre outras), entretanto geram poucos empregos diretos. Além disso, este mercado de trabalho se caracteriza pela precarização, na medida em que predominam os empregos temporários e com baixos salários.

E para as mulheres a situação é ainda pior. A pesquisa constatou que independente de sua escolaridade, elas têm menos acesso aos postos de trabalho por sua condição de gênero. Nos cargos de menor poder de decisão e pequena remuneração a pouca participação feminina é justificada por ser trabalho pesado. Mas a participação delas é ainda menor nos cargos de maior poder de decisão e melhores remunerações, que de modo algum requerem a força física alegada pelos empregadores.

Portanto, há uma evidente assimetria de gênero no preenchimento das vagas, que privilegia os homens, em detrimento das mulheres. E também há uma segregação ocupacional por gênero que reserva aos homens tanto os postos que exigem trabalho operacional quanto de gestão e direção, ficando as mulheres segregadas em funções burocráticas sem poder decisório ou em atividades que o senso comum define como femininas, que é o caso dos serviços de limpeza e cozinha.

Em Cruz Alta a exclusão, bem como a inclusão precária das mulheres nesse mercado de trabalho vinculado ao agronegócio é um fator determinante para a produção e a reprodução da pobreza no município. Uma vez que poucas são as mulheres empregadas no mercado do agronegócio, mas muitas são as que precisam de emprego e renda para sustentar suas famílias. E, na medida em que as atividades dos vários ramos

do agronegócio são o motor da economia local, há poucas oportunidades de trabalho fora desse circuito de atividades.

6.4. A condição feminina no território do agronegócio – percepção de algumas mulheres

Neste item analisamos os resultados da pesquisa qualitativa que teve como objetivos: compreender a percepção de algumas mulheres sobre a condição feminina neste território do agronegócio; entender se e como se sentem excluídas; como avaliam o papel do agronegócio no município e o impactos que gera; como avaliam o PBF, que beneficia principalmente as mulheres; e, por fim, o que deve ser feito para reduzir a pobreza e a desigualdade no município, particularmente para as mulheres.

Antes de retratar a percepção e opinião das mulheres sobre esses temas consideramos necessário fazer um breve relato do perfil dessas mulheres, uma vez que partimos do pressuposto de que a condição de classe (que implica no maior ou menor rendimento), de etnia e localização geográfica influenciam profundamente a visão que as pessoas têm da realidade em que vivem. Como é de praxe neste tipo de pesquisa as identidades de todas as entrevistadas serão preservadas e nos referimos a elas por números.

Perfil das Mulheres entrevistadas:

a) Moradoras da periferia urbana de Cruz Alta

- Mulher 1: tem 45 anos, é negra, tem ensino fundamental incompleto, é casada e mãe de 6 filhos (sendo 2 menores), mora na área urbana de Cruz Alta há 27 anos, antes morava na área rural de uma das localidades que posteriormente se emancipou de Cruz Alta. É beneficiária do Bolsa Família desde 2006. No período da entrevista (junho 2008) recebia um benefício no valor de R\$ 94,00. Tanto ela quanto o marido não tinha emprego fixo com carteira assinada. Ela trabalhava como faxineira ganhando R\$ 30,00 por faxina, mas era difícil conseguir mais que uma por semana. Gasta a maior parte do dinheiro do Bolsa Família em alimentação. A família mora em casa própria, uma habitação bastante precária e a mulher é a chefe da família.

- Mulher 2 – tem 22 anos, é branca, tem ensino fundamental completo, é casada e mãe de um filho. É natural do município e sempre morou na periferia urbana da cidade.

Recebe o Bolsa Família desde 2006, na época da entrevista seu benefício era de R\$ 76,00. Ela não trabalha fora de casa, alega que não consegue emprego porque pedem experiência e ela nunca trabalhou, também não consegue creche para o filho. O marido trabalha “onde aparece vaga”, sem emprego fixo, em média recebe R\$ 100,00 por semana. A família não tem casa própria, vive em imóvel cedido pelo sogro.

- Mulher 3: tem 16 anos, é branca, tem ensino fundamental completo e estava estudando o primeiro ano do ensino médio. Apesar da pouca idade é casada e tem dois filhos. Mora em Cruz Alta há 13 anos, antes vivia em Porto Alegre. Não trabalha fora de casa, declarou que quer muito um emprego fixo mas não consegue por ser de menor e sem experiência. Outro empecilho é que tem que cuidar do filho menor, pois só conseguiu vaga na creche pública do bairro para a criança maior. O marido também é estudante, tem 20 anos e trabalha “no serviço que aparecer”, em geral ele consegue algum trabalho para carregar e descarregar caminhões nos armazéns das cooperativas e empresas do agronegócio da cidade. Ela faz eventualmente alguma faxina que aparece. Mas a renda mensal dos dois não chega a um salário mínimo. Ainda não recebia o benefício do Bolsa Família. A família mora na casa da mãe do marido.

Mulher 4: tem 42 anos, é parda, tem ensino fundamental incompleto, tem dois filhos (um menor), é viúva. Está desempregada, trabalhava como doméstica, mas há um ano não consegue emprego fixo. Problemas de saúde a impedem de aceitar serviço pesado como o de trabalhadora rural temporária. Ela é chefe da família, e para garantir o sustento dela e do filho pequeno só contava com uma pensão (paga pelo Instituto nacional de previdência – INSS) no valor de R\$200,00. Mora em casa própria, uma habitação precária na periferia da cidade. Ela ainda não recebia o Bolsa Família.

Mulher 5: tem 71 anos, é negra, tem só um ano de estudo, mas adverte “sei ler e escrever”, é natural do interior de Cruz Alta, onde trabalhou como agricultora até os 36 anos de idade. É viúva, tem 10 filhos. É chefe de família, mora em casa própria, uma habitação pequena e precária na periferia da cidade, onde também moram 2 de seus filhos, ambos desempregados, e 4 netos (crianças pequenas). As únicas fontes de renda fixa da casa são a pensão de 1 salário mínimo e o benefício de R\$ 54, que ela recebe do Bolsa Família por ser responsável por três das crianças da casa, que são órfãos.

Mulher 6: tem 43 anos, é negra, possui o ensino fundamental incompleto, é separada e mãe de 3 filhos, sendo dois menores e moram com ela. Nasceu no interior do município, mas sua família migrou para a cidade há 40 anos. Antes trabalhava como doméstica, mas na época da entrevista estava desempregada, “há muito tempo”. É chefe da família e tem como fontes de renda somente o benefício do Bolsa Família (R\$ 94,00) e a pensão que o pai da filha paga de R\$ 50,00. O dinheiro da pensão usa para pagar água e luz e o do Bolsa Família para garantir alimentação, roupas, material escolar. “Não passamos fome, mas vivemos bem apertados” declara. Ela tem uma pequena horta no quintal que complementa a alimentação. Mora em casa própria, uma habitação simples na periferia da cidade.

Mulher 7: tem 53 anos, de cor parda -“não sou nem branca nem preta, uma mistura, como se diz por aqui sou brasileira” – tem ensino fundamental incompleto, é mãe de quatro filhos (sendo que dois são menores e moram com ela), perguntada sobre o estado civil responde alegre “sou solteira graças a Deus”. Já trabalhou em várias funções: babá, cozinheira, faxineira e trabalhadora rural temporária. Não é natural de Cruz Alta, mas “já moro aqui há tanto tempo, nem me lembro quantos anos”. Na época da pesquisa estava desempregada. O último trabalho foi de trabalhadora rural temporária, contratada por uma empresa terceirizada que presta serviço para fazendeiros, trabalhou em lavouras de milho. “Tive que largar aquele serviço porque a gente saía para trabalhar ainda de madrugada e só chega quando tá escurecendo. Um dia entrou ladrão no barracão que eu morava quando saí para trabalhar e meus filhos estavam sozinhos, me levaram uma tv novinha. Tenho filho pequeno, uma é guria, já imaginou se fazem mal para ela?”. Ela estava à procura de emprego na cidade. É chefe de família e para o sustento familiar suas únicas fontes de renda fixa eram o Bolsa Família, recebia um benefício de R\$ 94,00, e a pensão que o pai de um dos filhos pagava, que na ocasião da entrevista era de R\$ 120,00, o totalizava como R\$ 214,00 como rendimento mensal fixo para a família toda (mãe e duas crianças). Como não conseguia mais pagar aluguel e comprar alimentos, “estamos morando em uma peça cedida por uma igreja”. A referida “peça” é um imóvel de apenas 1 cômodo e 1 banheiro em um bairro da periferia da cidade.

- b) Mulheres do assentamento de reforma agrária no município - assentamento Seival:

- Mulher 8 – tem 58 anos, é branca, possui ensino fundamental incompleto, é viúva, não tem filhos (“não pude ter”, explica-se). Vive em Cruz Alta há 20 anos, desde que se implantou o assentamento. Ela e o marido eram filhos de pequenos agricultores mas não tinham terra, então foram acampar. Ficaram dois anos acampados na fazenda Anone no início dos anos 80 – este acampamento que ficou famoso na história do Rio Grande do Sul porque marca o início das ocupações massivas de latifúndios do MST no estado e o acirramento dos conflitos agrários⁴³. Ela participou de todo o processo de luta pela terra, que foi conduzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Mas há muitos anos ela se dedica como militante em outro movimento social o de mulheres camponesas. Administra sozinha o lote do assentamento, vive do dinheiro que obtém das lavouras, especialmente soja, e da renda semanal que obtém vendendo produtos em uma feira na cidade. Vende queijos, doces, salames, entre outros produtos coloniais. Tem um funcionário que a ajuda, que ela paga por dias trabalhados, também contrata pessoal na época do plantio e colheita da lavoura. Além disso, recebe pensão do marido. Não informou o total da renda mensal, mas garantiu que “dá para viver bem sem precisar de doação do governo”, referindo-se ao programa Bolsa Família. “Tenho orgulho de dizer que tudo que eu e meu marido conseguimos foi com luta e trabalho”.

- Mulher 9: tem 47 anos, é branca, tem ensino fundamental incompleto, é casada, tem 6 filhos sendo que “dois já são maiores e foram acampar para lutar pela terra para eles”. Sempre viveu e trabalhou no campo, saiu de sua cidade natal para acampar porque ela e o marido trabalhavam na terra dos outros. Em sua família vigora uma divisão sexual e espacial do trabalho: o marido cuida da lavoura, planta milho, feijão e principalmente soja, que ocupa mais da metade do lote de 18 hectares. Ela se dedica à criação de pequenos animais, a hortas, tira leite. Ela também comercializa produtos coloniais (banha de animal, queijo, salames, etc) na feira da cidade todos os sábados. A feira

⁴³ Roseli Nunes foi a primeira grande liderança feminina do MST no Rio Grande do Sul, ela morreu durante uma mobilização das famílias do acampamento da fazenda Anone quando, juntamente com outros três agricultores, foi violentamente atropelada por um caminhão que se jogou em cima dos sem terra que faziam um protesto em uma rodovia reivindicando a desapropriação da fazenda. Roseli ficou conhecida por declarar publicamente várias vezes: “prefiro morrer lutando do que morrer de fome”. Ela também foi a primeira mulher a dar a luz no acampamento da fazenda anone poucos dias após a ocupação, o nome da criança foi escolhido pelas famílias acampadas – Marcos Tiarajú – em homenagem ao líder da resistência indígena nas terras gaúchas Sepé Tiarajú. O filho de Rose, como ela ficou conhecida atualmente é um dos muitos jovens militantes do movimento que estuda medicina em Cuba em um convênio do MST com o governo daquele país.

garante renda de mais ou menos um salário mínimo por mês. Não sabe informar quanto a família obtém de renda com as lavouras. Recebeu o Bolsa Família por cinco anos, mas perdeu o benefício no início de 2008, pois a renda declarada pela família para acessar o Pronaf – programa nacional de agricultura familiar, era maior do que o limite máximo dos beneficiários do Bolsa Família e o governo fez o cruzamento das informações dos dois programas. “Agora poucas mulheres assentadas pegam o Bolsa Família por causa do Pronaf, só que a gente não administra o dinheiro do Pronaf, ele fica com os homens. Aquele dinheiro da bolsa me faz falta, eu comprava roupa e material escolar para as crianças”. Ela participa das atividades do movimento de mulheres camponesas.

Mulher 10 – tem 48 anos, ensino fundamental incompleto, é branca, casada, mãe de três filhos. Não foi acampada casou-se com um homem assentado que é natural do mesmo município que ela. Está no assentamento há 19 anos. Também faz feira no sábado, vendendo produtos coloniais. O marido cuida mais das lavouras e ela se dedica à produção de alimentos para o autoconsumo como mandioca e verduras, também tira leite e faz os produtos para vender na feira. É beneficiária do Bolsa Família, valor de R\$ 94,00 que considera fundamental para garantir que crianças freqüentem a aula com material e roupas boas. Participa de mobilizações e atividades de formação do Movimento de mulheres camponesas.

Mulher 11 – tem 43 anos, é branca, possui ensino fundamental incompleto, vive há 15 anos no assentamento, também não participou do processo de luta pela terra, casou-se com assentado e tem três filhos. Ela não faz feira, só fornece produtos para outras mulheres revenderem. A maior parte da renda da família vem da venda desses produtos e do leite. O rendimento familiar caiu muito desde que o marido ficou doente há alguns anos e não consegue nem trabalhar na terra nem se aposentar. Para a lavoura precisam contratar força de trabalho, “sempre pagamos alguém do assentamento para nos ajudar”. Ela é beneficiária do Bolsa Família, recebe um valor de quase R\$ 55,00 que “ajuda muito”. Diz que na prática é a chefe da família porque é o trabalho dela que garante a renda, mas como a terra está no nome do marido ele é quem recebe os créditos.

c) Mulheres proprietárias rurais

Mulher 12 – tem 44 anos, ensino superior completo, é branca, vive em Cruz Alta há 30 anos, é natural de um município vizinho, é casada e tem dois filhos. Reside na área

urbana central de Cruz Alta em casa própria. Começou a atuar no ramo do agronegócio em 2002, antes trabalhava com publicidade, mas sempre teve vínculo com a produção rural porque é filha de proprietários rurais. Tornou-se fazendeira depois que recebeu propriedades como herança do pai e juntamente com o marido comprou mais terras. Afirmou que são médios produtores (possuem até 500 hectares). Além de plantarem em terras próprias arrendam cerca de 400 hectares. Os principais produtos que cultivam são milho e particularmente soja. A agricultura é a principal fonte de renda da família que, segundo a entrevistada, aufera um rendimento líquido (renda efetivamente recebida depois de descontados custos de produção, impostos e taxas) de aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por ano. Considerando que a família é de quatro pessoas, tem-se uma renda *per capita* mensal de pouco mais de R\$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais).

Mulher 13 – tem 36 anos, ensino superior completo, casada, sem filhos, é branca. A família possui entre mil e dois mil hectares de terras e além de plantar nas terras próprias arrenda cerca de 400 hectares. Os produtos que cultiva são trigo, milho e principalmente soja. Possui terras somente em um município vizinho, mas reside na área urbana de Cruz Alta em casa própria. Atua no setor do agronegócio desde 1993 por incentivo dos pais e porque recebeu terras de herança, vem de uma família de fazendeiros. A renda familiar mensal é de aproximadamente R\$ 10.000,00 (dez mil reais) sendo a agricultura a principal fonte dos rendimentos.

Mulher 14: tem “menos de 50 anos”, é parda, possui ensino superior completo, casada, mãe de dois filhos. Entrou para o ramo do agronegócio na década de 1990 depois de se casar e vir para Cruz Alta, antes vivia em uma metrópole no sudeste do país. A família tem entre 500 e mil hectares de terras próprias e arrendam mais 700 hectares. Reside na área urbana central de Cruz Alta, mas só possui terras em outros municípios. Os principais produtos que ela e o marido produzem são soja, milho e feijão, além de pecuária de corte. Além da produção rural a família tem uma indústria e comércio de alimentos e ela cuida mais dessa parte dos negócios. A maior parte da renda familiar vem das atividades vinculadas ao agronegócio, mas não informou o rendimento familiar. Só a indústria e comércio de alimentos, cujo carro chefe é o feijão, teve um faturamento de cerca de R\$ 2.350.000,00 (dois milhões e trezentos e cinquenta mil reais) e o lucro líquido (depois de retirado todos os custos e impostos) ficou em 8% do

faturamento, o que significa um montante de aproximadamente R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Esses números dão uma dimensão que trata-se de uma representante da face feminina da riqueza no município.

A partir desses perfis percebe-se que foram entrevistadas mulheres extremamente pobres (moradoras da periferia urbana), algumas com renda per capita mensal inferior a R\$ 100, 00 (cem reais), outras mulheres ricas, proprietárias rurais, diretamente vinculadas ao agronegócio, algumas com renda per capita mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ou seja, renda 100 vezes maior que as pobres da periferia. E também mulheres com condição sócio-econômica mediana, as assentadas. Tem-se, portanto, o olhar feminino de diferentes estratos econômicos e de distintas realidades socioespaciais sobre os mesmos temas.

Na análise das entrevistas constatamos que há semelhanças de opiniões entre as mulheres de um mesmo grupo sócio-econômico, por isso em vários momentos da sistematização nos referimos a elas de modo coletivo usando as expressões: mulheres da periferia urbana, mulheres assentadas e mulheres proprietárias rurais. Nos momentos em que consideramos importante destacar a opinião individual nos referimos à mulher utilizando o número do seu perfil.

a) A condição feminina no município, particularmente no mercado de trabalho vinculado ao agronegócio.

Para as mulheres da periferia urbana é difícil a vida das mulheres pobres na cidade porque há poucos empregos. Acreditam que em outros lugares onde tem mais indústrias é mais fácil as mulheres conseguirem trabalho. As empresas do agronegócio geram poucos empregos até para os homens, mas menos ainda para as mulheres. Tanto que a maioria das pessoas pobres que conhecem são mulheres. Todas afirmaram que no município as mulheres pobres e com pouco estudo só conseguem emprego de doméstica, sem carteira assinada e com pequeno salário. E mesmo dessa forma está difícil conseguir emprego fixo de doméstica, principalmente para as mulheres mais velhas (acima de 40 anos). Como destaca a mulher 5 “nos últimos 10 anos está cada vez mais difícil arrumar emprego, porque o povo aumentou mas os empregos não”.

As assentadas concordam que o maior problema do município é o desemprego e que ele afeta principalmente as mulheres. Estão preocupadas porque vêem que apesar disso a juventude está deixando o assentamento e indo para a cidade iludida que a vida

lá é melhor, que o trabalho é mais leve que na roça. E como não acham emprego em Cruz Alta vão indo para outras cidades mais distantes. O campo vai ficando com pouca gente e a maioria velhos. A mulher 8 lembrou que um outro aspecto que dificulta muito a vida das mulheres em Cruz Alta é o machismo. “A maior parte do dinheiro vem da soja, que é um negócio tocado pelos homens, por isso há um machismo muito grande em todo lugar, no comércio, nos bancos e no próprio assentamento, as pessoas acham que uma mulher não tem condições de conduzir os negócios”.

Esse aspecto também foi destacado pelas mulheres proprietárias rurais. A mulher 12 relatou que mesmo ela sendo proprietária e ativa nos negócios, sente que “as pessoas consideram que a mulher é sempre auxiliar” do marido ou do pai ou do irmão. Segundo a mulher 14 se criou um estereótipo de que o agronegócio é masculino e aí as mulheres que rompem com isso enfrentam preconceito. Citou como exemplo a dificuldade em conseguir empréstimo em uma instituição financeira, empréstimo que foi prontamente concedido ao marido. A mulher 13 tem opinião diferente, afirma que as mulheres proprietárias ativas no agronegócio não enfrentam preconceito.

A mulher 14 também percebe a discriminação por parte de outras mulheres esposas de fazendeiros que acham estranho ter mulher que dirige os negócios junto com o marido ou sozinha, “é como se isso quebrasse uma regra social”. Tanto a mulher 12 quanto a 13 comentaram que muitas mulheres ricas, caso se separem dos maridos, correm o risco de ficar pobres, pois desconhecem os negócios e o patrimônio da família. Nesse sentido, o envolvimento das mulheres é uma segurança para elas e para os filhos.

Todas as mulheres proprietárias rurais destacaram que a pequena participação das mulheres que tem propriedades rurais ou outros empreendimentos vinculados ao agronegócio na vida sócio-econômica da cidade se deve em grande parte à falta de interesse das próprias mulheres. “Falta iniciativa das mulheres em buscar seu espaço” diz a mulher 14, “mas também tem muito marido que não deixa” lembrou a mulher 12.

Essa dificuldade de participação das mulheres também foi levantada pelas mulheres assentadas. Todas elas destacaram que no assentamento as mulheres participam muito do trabalho, mas quando o movimento de mulheres promove mobilizações, que em muitos casos é para reivindicar ou protestar sobre temas que afetam o conjunto das famílias, “poucas são as companheiras que conseguem ir”, diz a mulher 9. Na opinião de todas as assentadas a pequena participação feminina nas mobilizações é porque as mulheres não querem criar conflitos. “Para a gente sair de casa, o marido tem que assumir os cuidados com os filhos, com a casa, na maioria das

famílias também é a mulher que tira leite. Tem muito homem que não quer fazer isso, e aí a mulher não tem como sair” conta a mulher 10.

Entre as mulheres pobres urbanas o termo machismo não aparece diretamente nas falas como um obstáculo à participação das mulheres, mas pode ser lido nas entrelinhas, de narrativas como esta da mulher 6: “na minha rua todas as mulheres são sozinhas mas tem filhos. Somos nós mães que assumimos. Os homens podem arrumar emprego em qualquer lugar, mas nós temos que pensar nos filhos”. Várias das entrevistadas deste grupo apontaram que uma das dificuldades para as mulheres trabalharem é que elas têm que cuidar dos filhos. As creches públicas, que podem amenizar esse dilema entre trabalho e maternidade para as mulheres pobres, oferecem poucas vagas segundo as entrevistadas. As mulheres 2 e 3 afirmaram que já se inscreveram várias vezes mas não conseguem vaga para suas crianças na creche do bairro. “Com filho pequeno para cuidar não dá para arrumar emprego fixo. Precisaria ter mais creche na cidade, era até uma forma de dar trabalho para nós, porque são mulheres que trabalham lá”, diz a mulher 2. “De vez em quando posso deixar o neném com a sogra, mas todo dia não, aí teria que pagar para alguém cuidar, só que isso não compensa porque os salários são pequenos”, afirma a mulher 3.

Se para as que têm filhos pequenos o problema é a falta de creche, para as que têm filhos maiores é a falta de escolas em tempo integral⁴⁴. Segundo a mulher 6 “tem muita mãe que sai trabalhar e as filhas caem na prostituição, os filhos começam a usar drogas. Falta muita coisa em Cruz Alta, não só emprego”. Ela e outras três entrevistadas deste grupo demonstraram preocupação com a prostituição, tráfico de drogas e várias outras formas de violência que, segundo elas, vêm crescendo na cidade, especialmente nos locais em que vivem. Para as assentadas, uma das vantagens do assentamento é exatamente não ter esse tipo de preocupação com as crianças, esses problemas ameaçam a juventude que migra do assentamento. Nas entrevistas com as mulheres proprietárias rurais em nenhum momento a maternidade foi apontada como obstáculo à atividade econômica feminina.

b) Exclusão: as mulheres se sentem excluídas em Cruz Alta, se e como.

Todas as mulheres da periferia urbana afirmaram que as pessoas pobres são excluídas em Cruz Alta, não só as mulheres. “Aqui tem valor quem tem dinheiro”

⁴⁴ No Brasil o período diário que as crianças ficam nas escolas é de apenas 4 horas.

lamenta a mulher 4. “Aqui quem é rico é muito rico, e quem é pobre é pobre mesmo, só que tem muito mais pobre que rico” analisa a mulher 5.

Apesar de frisarem que a pobreza afeta pessoas de ambos os sexos, todas as entrevistadas apontaram que para as mulheres a situação é pior, principalmente para as que têm filhos, porque não conseguem emprego. A maioria delas reagiu com naturalidade à justificativa apresentada pelos empregadores pesquisados de que preferem contratar homens para ocupar a maior parte dos postos de trabalho por ser “serviço pesado”. A mulher 7, que até pouco tempo era trabalhadora rural discorda: “lá nas lavouras tanto os homens quanto as mulheres pegam no pesado, não tem moleza para ninguém, acho que tem muito lugar aqui na cidade que as mulheres podiam trabalhar mas não dão oportunidade. Se abrissem vaga para mulher eu pegava esse ‘serviço pesado’”.

As mulheres assentadas consideram essa justificativa dos empregadores como absurda. “Aqui no assentamento a maioria das mulheres trabalha em serviço pesado, eu mesma, que tenho marido doente, faço de tudo na roça, tiro leite e ainda cuido da casa e das crianças. Vai dizer que isso é leve?” questiona a mulher 11. A mulher 8 completa: “engraçado que na maioria dessas empresas do agronegócio que a gente vai o serviço de faxineira é de mulher, mesmo em empresa grande. Será que eles acham que limpar chão, janelas, banheiros, é coisa leve? E a maioria dos vendedores e gerentes são homens, o peso que eles pegam é dos papéis e das calculadoras para vender os produtos. Isso para mim é preconceito”.

Na opinião das assentadas ainda há muita exclusão das mulheres agricultoras em relação à titulação da terra, que em geral fica no nome dos homens, e na concessão de créditos, avaliam que precisaria ter um crédito para as mulheres⁴⁵. Os recursos são liberados para a família, mas são poucas famílias em que a mulher consegue definir junto os investimentos. Contudo, esses problemas não são específicos de Cruz Alta,

⁴⁵ O Movimento de Mulheres Camponesas como outros movimentos sociais vinculados à Via Campesina, criticam o programa governamental Pronaf Mulher, que é uma linha de crédito dentro do programa nacional de crédito da agricultura familiar (Pronaf). Em primeiro lugar criticam o próprio Pronaf que libera os créditos tendo como critério o tamanho da propriedade e a renda familiar. Defendem que se leve em conta outros critérios, e que dependendo da situação das famílias se ofereça melhores condições de pagamento. Em segundo lugar criticam o Pronaf mulher porque esse crédito só pode ser acessado por mulheres cujas famílias não atingiram o teto de recursos do Pronaf liberado para toda família, situação que é difícil ocorrer. E por fim, porque as exigências burocráticas inviabilizam a liberação dos recursos à maioria das mulheres que os solicitam. De modo que consideram que o Pronaf mulher é mais um programa de propaganda do que de inclusão feminina na agricultura.

afetam o conjunto do país, uma vez que as políticas agrícolas são de responsabilidade do governo federal.

Tanto as mulheres da periferia urbana quanto às assentadas avaliam que a população pobre, principalmente as mulheres e crianças, é excluída dos investimentos públicos no município. “Os governos se preocupam com as estradas, com os problemas das empresas, mas pouco com os do povo, precisava melhorar a saúde, ter mais escolas, ter mais creches, diminuir o preço do ônibus da cidade” reclama a mulher 4. Nessa mesma linha de preocupação as mulheres assentadas lembraram que a escola do assentamento tem poucos anos de estudo, para seguir estudando as crianças acabam indo para a cidade. Além da preocupação com a segurança, porque é muito tempo de viagem, alegam que o ensino desconsidera a realidade do campo e atrai muito cedo a juventude para o meio urbano. Acham que a falta de escolas de ensino médio no assentamento ou em uma localidade próxima é uma forma de exclusão com as famílias rurais, não especificamente com as mulheres.

A mulher 8 argumentou que a atual administração do município está mais preocupada em garantir espaços para as mulheres agricultoras, citou por exemplo a criação do espaço da economia solidária onde realizam a feira no sábado, “essa feira melhorou nossa renda, mas para acabar com a exclusão das mulheres do município ainda tem muito que ser feito”.

As proprietárias rurais consideram que a exclusão social no município existe como existe em todo o país, mas isso não se deve ao agronegócio e sim a falta de investimentos públicos em educação. Também analisam essa questão em uma perspectiva individual, acreditam que a própria pessoa tem que se esforçar para romper com a exclusão.

c) Como analisam o papel do agronegócio em Cruz Alta e os diferentes impactos que gera.

As mulheres proprietárias rurais argumentam que o agronegócio é o que movimenta a economia de Cruz Alta, “se o agronegócio vai mal, seja pela seca, seja pelos baixos preços dos produtos, toda a cidade sofre as consequências” declara a mulher 12. Nesse sentido é preocupante a enorme dependência do município de apenas um setor econômico, principalmente da produção de soja.

Duas destas mulheres que, também são empregadoras, consideram que o agronegócio contribui para a pobreza e a exclusão das mulheres porque gera poucos

empregos para elas, mas apontam que a saída é a diversificação da economia do município e a ampliação da cadeia do agronegócio com mais indústrias. A mulher 13 pensa diferente, afirmando que o agronegócio não contribui para isso, e acredita que a saída é que o governo e a prefeitura ofereçam cursos de qualificação para as mulheres pobres para elas serem incluídas onde tem demanda. O desemprego é o tema recorrente nas falas das mulheres da periferia urbana. Por isso o impacto mais negativo do agronegócio na percepção delas é que emprega pouca gente. Não apontaram impacto positivo.

As mulheres assentadas já demonstram preocupação com outros aspectos como a concentração fundiária e os impactos ambientais. Segundo estas entrevistadas, muita gente no assentamento arrenda e até vende as terras, com isso legalmente os lotes seguem divididos, mas na prática tem pessoas que controlam vários lotes e plantam soja. “O agronegócio tá dentro do assentamento, para todo lado que se olha só se vê soja, é uma monocultura, diminuiu muito as plantações de alimentos que a gente come por aqui. E é quase tudo soja transgênica, plantada com agrotóxico, do mesmo jeito que os fazendeiros fazem” relata a mulher 8.

A preocupação ambiental aparece nas falas das fazendeiras, mas somente no que se refere ao cumprimento das leis. Elas afirmam que as leis são necessárias porque é importante preservar os recursos naturais, ainda que os órgãos dessa área sejam muito burocráticos. Não associam o agronegócio com as mudanças climáticas ou com outros problemas ambientais enfrentados pelo município. Outro assunto ausente nas falas das proprietárias rurais é o da concentração fundiária.

Tanto no grupo das mulheres da periferia urbana quanto no do assentamento predomina a opinião de que a vida das mulheres pobres é mais fácil na zona rural. Como diz a mulher 3, “no campo pobre pelo menos come, e na cidade não pode produzir porque não tem terra e não tem serviço”. Das sete entrevistadas na periferia três argumentam que mesmo achando que o campo deve ser um lugar bom para se viver preferem morar na cidade para garantir estudo aos filhos, e porque é mais fácil o acesso à saúde. Uma delas afirmou que é difícil uma mulher sozinha se virar com o serviço na roça e as outras duas avaliam que não se acostuariam porque nasceram e se criaram na cidade. Quatro entrevistadas afirmaram que se tivessem oportunidades de ter um pedaço de terra, casa e os filhos tivessem escola iriam viver no campo. Um aspecto comum entre essas mulheres é que todas já viveram na área rural. Apesar dessa vontade de

viver no campo, as mulheres da periferia não apontaram a concentração fundiária como um problema no município.

Interessante notar que a opinião da maioria das entrevistadas contraria o discurso de secretários municipais de que a população pobre do município quer melhorar de vida na cidade, por isso a reforma agrária não é uma demanda dos pobres de Cruz Alta. Evidentemente que se trata de uma amostra pequena e pode não refletir a opinião da maioria, mas é algo que mereceria ser aprofundado, até porque as argumentações dos secretários também se baseiam só em percepções não em pesquisa.

d) Opinião sobre o programa Bolsa Família

Todas as entrevistadas tinham conhecimento deste programa do governo federal. Na opinião de duas mulheres proprietárias ruais esse programa não contribui para tirar as pessoas da pobreza e ainda as deixa acomodadas em sua condição de vida. Uma delas pensa que o programa até alivia, mas não contribui para que as pessoas superem a pobreza. Ambas acham que o governo deve ajudar a iniciativa privada a criar mais empregos. Apontam como exemplo a redução de impostos para contratar funcionários, que aumentaria a oferta de trabalho.

Entre as assentadas prevalece a opinião de que é um programa bom para garantir o material escolar, roupa e calçados para as crianças. Na avaliação delas é um bom complemento de renda. “É bom porque vem no nome da gente, aí não é preciso tá pedindo dinheiro para o marido. Porque eles sempre reclamam que as coisas das crianças gastam muito rápido. Se esquecem que elas estão crescendo, claro que as roupas e sapatos se perdem rápido”, explica a mulher 10. Nessa perspectiva, o Bolsa Família é entendido como uma ajuda do governo para melhorar o acesso das crianças a alguns bens de consumo, e consideram positivo que a mulher receba o dinheiro para garantir que seja usado com essa finalidade.

Para as mulheres da periferia urbana, o Bolsa Família, tem uma função de garantir um mínimo de renda fixa, uma vez que nas famílias das quais fazem parte não há nenhuma pessoa com emprego fixo, o que as deixa em situação de grande vulnerabilidade. Nesse sentido, o dinheiro do programa é a única receita certa, por isso é usado prioritariamente para suprir necessidades de alimentação. Portanto, cumpre a função de prover necessidades básicas.

As beneficiárias do grupo da periferia, que somam quatro mulheres, avaliam positivamente o programa, “só tenho que agradecer ao Lula” diz a mulher 6. Mas,

também consideram que é insuficiente para retirar as pessoas da pobreza. Nenhuma das beneficiárias entrevistadas fez algum tipo de curso que pudesse capacitá-las para alguma atividade geradora de emprego e renda.

Todas as mulheres da periferia urbana e algumas assentadas afirmaram que há desvio no programa porque muita gente recebe o dinheiro sem ser tão pobre. “Tem gente que até tem emprego certo e pega, e nós que precisamos mesmo não conseguimos pegar o benefício”, reclama a mulher 3. Elas acreditam que falta fiscalização da prefeitura. Outra queixa é sobre o tempo de espera. A mulher 7 afirmou que ficou quatro anos insistindo para receber o benefício. As mulheres 2,3 e 4 também alegaram que já tentaram receber várias vezes. “A prefeitura nem cadastra a gente, porque diz que até no cadastro já tem muita gente”. Explicam que na prefeitura tem a lista das beneficiárias (com os nomes de quem já recebe), a lista das cadastradas (que estão inscritas para receber) e a lista das que querem se cadastrar.

Pelas falas das mulheres se percebe que foi incorporado pela população o discurso da necessidade da focalização das políticas sociais, tanto que criticam o fato do programa, na visão delas, não estar atingindo os mais pobres entre os pobres. Mesmo as que consideram o Bolsa Família um mecanismo insuficiente de redução da pobreza não criticam o fato de ser uma política focalizada.

e) O que deve ser feito para reduzir a pobreza e a desigualdade, particularmente para as mulheres em Cruz Alta

As mulheres assentadas são unânimes em afirmar que a melhor alternativa para reduzir a pobreza em Cruz Alta, como em outros municípios do país, é fazer reforma agrária. “O assentamento é o melhor lugar que já vivi. Com ou sem dinheiro a gente tem comida, tem casa” explica a mulher 9. Nessa mesma direção a mulher 11 constata que “na cidade quem não tem emprego passa necessidade, principalmente se viver de aluguel. Aqui pelo menos comida tem, e a gente sempre pode contar com o apoio das companheiras”. A mulher 8 critica o governo federal, que, segundo ela, não faz reforma agrária: “O Lula fica querendo servir a dois senhores, aos ricos e aos pobres, fica com essa história que o Brasil é de todos. Mas o agronegócio tem cada vez mais terra, mais crédito, e para os pobres é só o Bolsa Família. Na prática ele agrada muito mais os ricos, porque se quisesse mesmo acabar com a pobreza ele fazia a reforma agrária”, conclui a assentada.

Para as mulheres da periferia urbana o município tinha que ter oferta de trabalho em outros setores. “Nesse negócio de soja não oferecem emprego para a gente, se tivesse firma de calçado que nem tem no Vale dos Sinos⁴⁶, aí tinha emprego para as mulheres”, avalia a mulher 1. A diversificação da economia também é sugerida por duas das mulheres proprietárias rurais. “Cruz Alta tem que atrair empresas de vários segmentos, uma economia dependente de um só setor é muito sujeita à crise, tem que diversificar” propõe a mulher 14.

A mulher 6 se mostrou mais preocupada com as necessidades imediatas, por isso acredita que o governo facilitaria a vida da população pobre se junto com o Bolsa Família as mulheres recebessem uma cesta básica, e que as pessoas beneficiárias tivessem desconto de 50% na passagem de ônibus. “Aí a gente tinha como sair e procurar trabalho, despreocupada porque a comida tava garantida”. Dessa fala se constata que o preço da passagem de ônibus é um obstáculo para as mulheres que moram nos bairros mais distantes procurarem trabalho.

Tanto as mulheres da periferia urbana quanto as assentadas também apontaram que investimentos sociais em serviços de saúde (“incluindo dentista” lembra a mulher 11) creches, escolas de turno integral e moradia popular tem que ser garantidos pelos governos para reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida das mulheres.

Isso revela que, apesar de incorporarem o discurso dominante da focalização, a precariedade da vida material alimenta a consciência dessas mulheres de modo que elas têm a percepção de que políticas públicas universais são fundamentais para a redução da pobreza. As fotos 12, 13 e 14 que mostram residências de duas mulheres moradoras da periferia urbana (bairro Progresso), beneficiárias do PBF dão uma idéia da precarização das condições de vida dessas mulheres. E, para finalizar, a foto 15, das mulheres assentada, em frente a casa de uma delas também dá uma idéia de porque elas apontam a reforma agrária como a melhor alternativa para combater a pobreza.

⁴⁶ Vale dos Sinos fica na região metropolitana da capital do Rio Grande do Sul. O vale é composto por vários municípios e tem como centro dinâmico da economia a indústria calçadista, que produz tanto para mercado brasileiro quanto para exportação.

Foto 12 – Casas e processos de urbanizações inacabados – construções envelhecem sem terminarem de serem construídas devido à precária condição de trabalho dos moradores.



Foto: Christiane Campos (2008) foto de beneficiária do Bolsa Família – Bairro Progresso.

Foto 13: A luta diária para superar a pobreza e garantir uma vida melhor aos filhos.

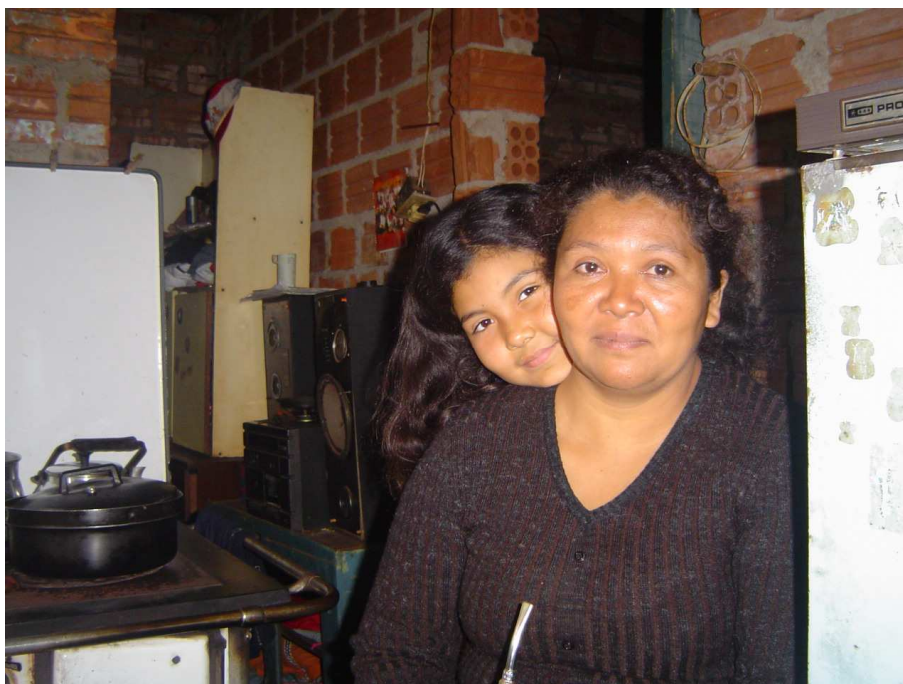


Foto: Christiane Campos (2008), divulgação autorizada pela entrevistada.

Foto 14: Casas e vidas em condição de precarização.



Foto: Christiane Campos – 2008. Casa de uma senhora idosa do Bairro Progresso, que recebe recursos do PBF por cuidar dos netos.

Foto 15: Casa e vida digna – a reforma agrária garantiu a superação da condição de pobreza.



Foto: Christiane Campos – 2008. Divulgação autorizada pelas assentadas.

Conclusões

Os quatro primeiros capítulos desta pesquisa abordaram, de forma inter-relacionada, os temas Territorialização do Agronegócio, Desigualdade de Gênero no mundo do trabalho e Produção da Pobreza, em uma perspectiva ampla, procurando identificar as características gerais desses processos no Brasil. Os dois últimos capítulos fecharam o foco de análise no município de Cruz Alta, para compreender a materialidade desses processos em um lugar, que caracterizamos como *território do agronegócio*. Portanto, nossa trajetória, do ponto de vista da forma de exposição, foi do geral para o particular, ou da escala nacional para a local, numa linguagem mais geográfica.

Nos referimos à forma, porque do ponto de vista do conteúdo não houve uma fronteira tão definida. Sempre que possível utilizamos exemplos para ilustrar como os processos analisados se desenvolveram em uma determinada localidade do território nacional. E nos capítulos em que predominou o enfoque do particular, também procuramos mostrar os aspectos em que a realidade local confirma a tendência geral e aqueles em que se diferencia.

Para finalizar a pesquisa invertemos a forma, por conseguinte a escala. Vamos recuperar os elementos mais relevantes que vieram à tona no estudo de caso e a partir deles ampliar a perspectiva de análise, procurando estabelecer os pontos de intersecção entre a realidade local e a nacional.

Caracterizamos o município de Cruz Alta – RS, onde realizamos o estudo de caso, como um “território do agronegócio”. A noção de território implica sempre uma relação de poder, mediada pelo controle do espaço. E em Cruz Alta o agronegócio tem o domínio do espaço, o que não quer dizer necessariamente a propriedade. E são os segmentos do agronegócio que basicamente constituem o que SANTOS (2004) denominou de circuito superior da economia tanto na área urbana quanto nas áreas rurais do município. No que tange à produção agrícola, por exemplo, o poder do agronegócio se manifesta :

- na padronização da paisagem agrária, com o predomínio da monocultura da soja. O agronegócio define o que deve ser produzido mesmo em algumas áreas em que a propriedade jurídica da terra é de agricultores assentados. De modo, que visualmente se diluem as diferenças entre grandes, médias e pequenas propriedades, porque do ponto de vista do uso da terra o que aparece é uma grande uniformidade;

- na padronização técnica e tecnológica das lavouras. A técnica de plantio (o plantio direto) e o tipo de sementes (transgênicas) são os mesmos em praticamente todas as lavouras de soja. Assim, fica garantindo o mercado consumidor para os segmentos do agronegócio a montante da produção agrícola, como máquinas e insumos;
- no controle das estruturas de armazenagem e redes de comercialização, garantindo lucros para os segmentos do agronegócio a jusante da produção agrícola. Isso, somado à padronização técnica e tecnológica, dificulta muito a produção de outros produtos, ou até dos mesmos produtos de forma diferente como soja orgânica, por exemplo. Pois no âmbito local não há oferta de insumos adequados e nem de estruturas para armazenar produtos que fogem do padrão ditado pelo agronegócio.

Em Cruz Alta, a maior parte das terras ocupadas com cultivos de soja e milho, os principais produtos agrícolas do município, são grandes e médias propriedades, o que significa que há uma relação bastante estreita entre latifúndio e agronegócio. Também se constatou que vários proprietários de empreendimentos de diferentes ramos do agronegócio como armazéns, revendas de máquinas e implementos, comercialização de sementes, etc., são também proprietários rurais no município ou em outros da região, o que reforça essa aliança.

Os impactos dessa harmoniosa relação entre agronegócio e latifúndio se estendem para outras dimensões da vida social. A maioria absoluta dos proprietários rurais do município tem domicílio urbano e uma grande parte deles, além de serem produtores ou arrendarem as terras, são profissionais liberais como médicos, advogados, comerciantes, proprietário de veículos de comunicação, etc., de modo que não há uma separação entre elite agrária e urbana. Os lucros com as lavouras e/ou a renda da terra constituem parte importante dos rendimentos dos ricos do município, mesmo que tenham ocupação sem relação com o agronegócio no meio urbano. E esses profissionais se utilizam do poder de influência, nas áreas em que atuam, para difundir o discurso de que o agronegócio é bom para tudo e para todos.

No que se refere ao papel do Estado, observa-se que atualmente a maioria dos empreendimentos é de iniciativa privada, mas o apoio estatal é fundamental para garantir o funcionamento de toda a engrenagem do agronegócio em Cruz Alta. Entre outras coisas, a mão do Estado é visível no financiamento de custeio e investimento agrícolas, nas obras de infra-estrutura rodoviária, nas isenções de impostos para produtos destinados à exportação (lei Kandir), na redução de impostos para compras de

veículos novos para proprietários/as rurais (isso justifica, por exemplo, o grande número de caminhonetes circulando na cidade), e na rolagem de dívidas dos proprietários rurais. A partir desses elementos pode-se afirmar que se materializa no município a ação da tríplice aliança: Agronegócio – Latifúndio – Estado.

Assim como ocorre no contexto nacional, em Cruz Alta a atuação da tríplice aliança agronegócio-latifúndio-Estado gera, por um lado, muita riqueza (como mostram os indicadores de PIB e renda per capita), e por outro lado, produz e reproduz a pobreza, por meio da concentração de terras, de rendimentos, de imóveis urbanos, bem como da exclusão ou inclusão precária no mundo do trabalho. E, a exemplo do que ocorre no conjunto do Brasil, a pobreza afeta de modo ainda mais perverso as mulheres.

Para compreender a relação entre a riqueza do agronegócio e pobreza feminina em Cruz Alta – lembrando que esta relação é o objeto de estudo desta pesquisa – o nosso estudo foi orientado pela seguinte hipótese: o agronegócio não contribui para reduzir as desigualdades de gênero nos espaços urbanos e rurais em que se territorializa, por promover a exclusão ou a inclusão de forma precária das mulheres no mundo do trabalho. Portanto, pressupomos que o agronegócio contribui para a produção da pobreza e da exclusão em seus territórios, e esses fenômenos não são apenas diferentes para homens e mulheres, são mais amplos, profundos e duradouros para o gênero feminino.

O principal procedimento metodológico do estudo de caso foi uma pesquisa quantitativa, que teve como objetivo traçar o perfil do emprego gerado pelo agronegócio no município, para verificar onde e como as mulheres se inserem no mercado de trabalho, formado pelos vários segmentos do agronegócio territorializados em Cruz Alta. O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário. Foram pesquisados 31 empregadores, incluindo pessoas físicas e jurídicas, dos vários segmentos do agronegócio no município: empresas de comercialização de máquinas/implementos e produtos agrícolas; empresas que realizam produção/armazenamento e comercialização de grãos (incluindo sementes); empresas que só realizam armazenamento/comercialização; indústria de grãos; empresa de transporte ferroviário; empresa de contratação de trabalhadores rurais; e fazendeiros/as.

Os resultados validaram a hipótese ao comprovar que o perfil predominante do emprego gerado pelo agronegócio em Cruz Alta pode ser resumido em quatro palavras: masculino, formal, temporário e precário. É masculino porque dos 3.099 postos de trabalho gerados pelos 31 empregadores pesquisados, apenas 694 (em torno de 22% do

total) são ocupados por mulheres. É formal porque 97% dos empregos tinham contrato de trabalho que garante direitos trabalhistas. É temporário porque 66% dos empregos são oferecidos por um período pré-determinado, geralmente de três meses. É precário devido ao curto período de tempo da maioria das vagas e à baixa remuneração para a maior parte das funções, especialmente no caso das mulheres.

A exclusão ou inclusão precária das mulheres pôde ser verificada pelos seguintes aspectos:

- elas ocupam menos postos de trabalho nos empregos fixos (somente 18% do total) e nos temporários (25%). A justificativa dos empregadores é que os postos de trabalho que geram são de “serviço pesado”. Entretanto, mesmo os cargos de vendedores, gerentes, entre outros que não exigem força muscular são, na sua quase totalidade, ocupados por homens; E, ironicamente, entre os postos que as mulheres conseguem vaga estão o trabalho agrícola temporário e os serviços de limpeza nas empresas, que não podem de maneira alguma ser caracterizados como “serviço leve”;
- do total de postos de trabalho preenchidos por mulheres, 73% são temporários, sendo somente 27% fixos (187 postos). Os empregos temporários femininos são basicamente para o trabalho em propriedades rurais e o vínculo empregatício é com uma empresa terceirizada e não com o proprietário da fazenda. Os empregos fixos femininos são, em quase sua totalidade, urbanos e a maioria em atividades comerciais, administrativas e de serviços de limpeza, funções pouco valorizadas na hierarquia das empresas;
- há uma segregação ocupacional por gênero, pois tanto nos empregos fixos como temporários, as mulheres se concentram em funções sem poder de tomada de decisão;
- há uma desigualdade salarial entre homens e mulheres, pois na maioria dos locais pesquisados a média salarial feminina fica abaixo da masculina apesar de, em geral, elas terem um maior nível de escolaridade.

A partir destas constatações, avaliamos que a pesquisa quantitativa cumpriu a função de visibilizar a exclusão feminina da maioria dos postos de trabalho gerados pelo agronegócio no município. E nos poucos lugares em que elas se inserem isso ocorre de forma precária, ocupando as funções menos importantes e recebendo os piores salários. Essa situação de exclusão feminina também foi constatada por CAVALCANTI et al

(2006) em municípios do nordeste em que o agronegócio da fruticultura é base da economia. ROSSINI (2002) também conclui que tem sido bastante desvantajosa para as mulheres as transformações no processo produtivo da cana em São Paulo. De modo que a territorialização e o enriquecimento do agronegócio tendem a ter como corolário o aumento da pobreza feminina nos municípios do interior do Brasil.

Em Cruz Alta o agronegócio contribui decisivamente para retroalimentar a pobreza, pois suas atividades movimentam a economia local, mas geram poucos e precários empregos, principalmente para as mulheres. Portanto, os dados de Cruz Alta e os exemplos já citados de estudos em outros locais do país, nos permitem inferir que onde se territorializa o agronegócio se intensifica a desigualdade de gênero no mundo do trabalho.

No estudo de caso também se realizou uma pesquisa qualitativa, como procedimento metodológico complementar para analisar a relação entre agronegócio e pobreza feminina. Foram entrevistadas 14 mulheres, sendo: três proprietárias rurais, representando a face feminina da riqueza do agronegócio; quatro agricultoras que vivem em um assentamento de reforma agrária e participam do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, que tem uma condição socioeconômica mediana graças a um projeto de reforma agrária em um lugar em que domina o latifúndio; e sete mulheres moradoras das periferias de Cruz Alta, representando a face feminina da pobreza no município.

O principal objetivo desta pesquisa qualitativa foi compreender a percepção de mulheres, de diferentes condições sócio-econômicas, sobre a condição feminina em um município que é território do agronegócio. E se conseguiu entrevistar representantes dos dois extremos do ponto de vista de renda: mulheres ricas (as proprietárias rurais), com renda familiar per capita mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e mulheres extremamente pobres (moradoras da periferia urbana) com renda familiar per capita mensal de menos de R\$ 100,00 (cem reais) e assentadas, que mesmo sem elevada renda financeira tem um padrão médio de qualidade de vida devido à boa condição de moradia e à produção de alimentos para autoconsumo.

Mesmo vivendo em condições sócio-econômicas tão distintas a maioria das mulheres entrevistadas avalia que a condição feminina no município, que elas concordam ser um território do agronegócio, é marcada pela exclusão. Evidentemente a percepção de como se sentem excluídas é condicionada pela realidade socioeconômica em que estão diretamente inseridas. Para as mulheres da periferia urbana a principal

forma de exclusão de que são vítimas é no mercado de trabalho, sendo condenadas ao desemprego. As assentadas se queixam da predominância masculina no acesso à terra e créditos, e as mulheres proprietárias rurais reclamam do machismo no mundo do agronegócio. O aspecto comum nesse caso é que a maioria se percebe como vítima de uma situação de desigualdade de gênero, que tem impactos sócio-econômicos negativos em suas vidas.

No que se refere a propostas de combate à pobreza a pesquisa constatou que as mulheres dos dois extremos – pobreza e riqueza – têm a mesma opinião: é necessário diversificar a economia, por meio de empreendimentos em outros setores que gerem mais empregos. Mesmo as mulheres da periferia que fazem avaliação negativa do agronegócio parecem percebê-lo como uma realidade inevitável e acham que o melhor caminho para superar a pobreza é a diversificação da economia municipal, rompendo com a dependência desse setor que emprega poucas mulheres. Apenas as mulheres assentadas apontam a reforma agrária como caminho para superar a pobreza.

Sobre o PBF, a pesquisa qualitativa demonstra que as pessoas beneficiárias avaliam positivamente o programa uma vez que na maioria das famílias não há pessoas com empregos fixos e este benefício é a única fonte de renda fixa. Entretanto, até devido à precariedade da vida material, a maior parte das beneficiárias entrevistadas tem a percepção de que este programa não cumpre a função de combater a pobreza, só alivia.

Quanto ao tema da produção pobreza, verificamos, a partir da contribuição de vários autores, que o Estado brasileiro, a exemplo de outros que seguiram fielmente o receituário neoliberal, contribui para a retroalimentação desse processo bem como da exclusão social no país. Isso porque ao dar suporte para os vários processos de acumulação capitalista viabiliza o aumento da concentração de riquezas, que é a base da desigualdade social no Brasil. E a expansão territorial do agronegócio é um dos vetores desse processo de concentração não só de renda, mas principalmente de meios de produção (terras, recursos hídricos, agroindústrias, etc). O reverso da concentração de riquezas como já se sabe é a produção da pobreza e da exclusão.

E, como forma de compensar a população mais afetada, o Estado intensifica as políticas assistenciais focalizadas, ou seja, voltadas para atender as necessidades básicas dos mais pobres entre os pobres. O contínuo crescimento do número de famílias beneficiárias do PBF demonstra que a transferência de renda é a política do governo brasileiro para os pobres. Isso pode até produzir efeitos positivos no sentido de tirar as

pessoas da miséria, mas não permite a superação da pobreza e nem reduz a concentração de riqueza.

Como as mulheres são as mais excluídas, ou seja, constituem a maior parte das pessoas que CASTEL (1998) denomina de “sobrantes” do mundo do trabalho, elas são o foco da maior política compensatória da história do Brasil – o Programa Bolsa Família. E, em Cruz Alta essa realidade não é diferente, tanto o levantamento de dados do município quanto as pesquisas quantitativa e qualitativa evidenciaram que a pobreza tem rosto de mulher. E mesmo neste cenário de elevada concentração fundiária, de poucas oportunidades de emprego urbano, a reforma agrária sequer entra na agenda de discussão dos órgãos públicos. O combate à pobreza se sustenta basicamente na transferência de renda, através do PBF.

A exclusão feminina do mercado de trabalho gerado pelo circuito superior da economia local, nesse caso o agronegócio, é um dos grandes responsáveis pela produção e reprodução da pobreza no município. Junto com o desemprego e o subemprego, vêm a insegurança alimentar, as condições precárias de moradia, de saúde e de transporte, a falta de creches, etc. De modo que a exclusão do mercado de trabalho é a base da pobreza, que engendra novas formas de exclusão, que por sua vez reproduzem a pobreza. Enfim, tem-se aí um perverso círculo vicioso de pobreza e exclusão com evidente recorte de gênero, na medida em que afeta, sobretudo, as mulheres. E todo esse processo tem um efeito multiplicador na sociedade, uma vez que é crescente o número de domicílios em que os rendimentos do trabalho feminino são a principal, quando não a única fonte de sustento. Em Cruz Alta, por exemplo, quase 40% dos domicílios são chefiados por mulheres.

Nesse sentido, concordamos com OYEN (2002) que a grande dificuldade de superação da pobreza no contexto atual é porque há um conjunto de “perpetuadores”, que a alimentam. A aliança latifúndio-agronegócio-Estado é um dos mecanismos de perpetuação da pobreza no interior brasileiro ao promover, como já se afirmou anteriormente, as condições para que se intensifique ou se mantenha a concentração de renda e de riqueza.

Outro aspecto que precisa ser levado em conta é que quando se territorializa o capital, no caso específico os capitais do agronegócio, se territorializa a relação de exploração do capital sobre o trabalho, porque essa é condição precípua do processo de acumulação capitalista. E essa relação se tornou ainda mais assimétrica com as políticas neoliberais que ampliaram os benefícios para o capital e dificultaram as condições de

reprodução da força de trabalho. Essa assimetria se materializa no território com a exclusão social e a pobreza, que também se territorializam. A expressão material da pobreza e da exclusão pode ser lida na paisagem. Os bairros sem infraestrutura e de construções inacabadas e/ou deterioradas evidenciam o crescimento da urbanização sem acesso a equipamentos urbanos. Esses fenômenos também se evidenciam pelo crescimento da prostituição e do tráfico e consumo de drogas. Portanto, ao promover a precarização do mundo do trabalho, o neoliberalismo promoveu a precarização das condições de vida, das perspectivas de futuro. E o agronegócio foi um dos processos de acumulação capitalista que mais se beneficiaram e se beneficiam das políticas neoliberais.

Entretanto, como se constatou, tanto com dados secundários quanto com as pesquisas de campo, a pobreza e a exclusão não afetam indistintamente todas as pessoas. Também não se pode dizer que esse fenômeno é apenas diferente para homens e mulheres. Como elas têm menos acesso ao mundo do trabalho, por sua condição de gênero, a pobreza tende a ser mais ampla, profunda e duradoura para o gênero feminino. De modo que, se é verdade que ninguém pode viver sem território (Haesbaert, 2004), também é verdade que o capital tende, cada vez mais, a promover desterritorializações, forçando as pessoas a se reterritorializarem em condições cada vez mais precárias.

Mas, como o espaço não foi aniquilado pelo tempo, nem a história chegou ao fim, como profetizavam os pós-modernos, a realidade atual não é imutável. Toda tendência engendra também contra-tendências, os processos de dominação ensejam resistências, e ambos se materializam no espaço, por meio da construção, desconstrução e reconstrução de territórios. Como afirmou ANDRADE (1994:220) “no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação”.

Bibliografia

ALENTEJANO, Paulo, *Uma análise geográfica dos conflitos no campo brasileiro*, in OLIVEIRA, Márcio et al (org.), **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**, Rio de Janeiro, ed. Lamparina/Faperj/Anpege, 2008.

ALMEIDA, Ângela Mendes de, Sociedade patriarcal rural, feminismo e educação no século XIX, in Setor Nacional de Gênero – MST, publicação **Construindo novas relações de gênero – desafiando relações de poder**, São Paulo, 2003.

ALVES, Vicente Lemos Eudes, *Os cerrados piauienses e sua nova lógica de reprodução capitalista*, in ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato (org.), **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**, Fortaleza, ed. Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

AMIN, Samir e VEGOPOULOS, Kostas, **A questão agrária e o capitalismo**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de, *Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local*, in SANTOS, Milton et al (org.), **Territorio: Globalização e Fragmentação**, São Paulo, ed. Hucitec – Anpur, 1994.

ARAUJO, Clara, **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**, publicação Crítica Marxista - outubro/2000 - Nº. 11.

ARRIAGADA, Camilo, **Pobreza en América Latina: nuevos escenarios y desafíos de políticas para el habitat urbano**. Série Medio Ambiente e Desarrollo n.27- Santiago/Chile, CEPAL, 2000.

ARRIAGADA, Irma, **Dimensiones de La pobreza y políticas desde una perspectiva de gênero**, Revista de la Cepal, n.85, Santiago – Chile, abril de 2005.

BARROS, Ricardo Paes de; MACHADO, Ana Flávia; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de, **A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero**, IPEA – texto para discussão 453, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0453.pdf

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane, **A estabilidade inaceitável**, IPEA - texto para discussão n. 800, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0800.pdf

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan e ULYSSEA, Gabriel (org.), *Desigualdade de renda no Brasil – uma análise da queda recente*, v. 1, IPEA, Brasília, 2006.

BRANDÃO, José Bertoldo Filho, *“Breves considerações sobre as mudanças do papel do Estado na agricultura brasileira”*, in BERNARDES, Júlia e FREIRE, Osni Filho

(organizadores), **Geografias da Soja – BR 163 – fronteiras em mutação**, Rio de Janeiro, Arquimedes edições, 2006.

CAMPOS, André Gambier, AMORIM, Ricardo L.C., GARCIA, Ronaldo Coutinho (editores), **O Estado de uma nação 2007 – A eficiência do Setor Público no Brasil –** Ipea, Brasília, 2008.

CAMPOS, Christiane e CAMPOS, Rosana Soares, **Soberania Alimentar como alternativa ao Agronegócio no Brasil**, in Scripta Nova – revista eletrônica de Geografia e Ciências Sociais – número extraordinário dedicado al IX Colóquio de Geocrítica, Publicação da Universidade de Barcelona, vol XI, n 24568, agosto de 2007.

CAMPOS, Christiane, “*As relações de gênero e o MST*”, in Setor de Gênero – MST, publicação **Construindo novas relações de gênero – desafiando relações de poder**, São Paulo, 2005.

_____, **Complexo agroindustrial, sob a forma de cooperativas, na ocupação e uso do Cerrado – o caso da Comigo em Rio Verde – Go**, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFG, Goiânia, 1999.

CAMPOS, Rosana Soares, **Das empresas e das casas para as ruas – um estudo sobre as mulheres camelôs em Porto Alegre/RS – Brasil** (pobreza e exclusão social como impacto das políticas econômicas liberais no mercado de trabalho informal), relatório de pesquisa – Programa CLACSO-CROP de Estudios sobre Pobreza. Concurso “Pobreza urbana y exclusión social en América Latina y el Caribe”. Trabalho concluído em 2007 (mimeo).

CARDOSO, Miriam Limoeiro, *Ideologia da Globalização e (des)caminhos da ciência social*, in GENTILI, Pablo (org.), **Globalização excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**, segunda edição, Petrópolis – RJ, editora Vozes – Buenos Aires, Clacso, 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Iná Elias de, **Geografia e Política**, Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2006.

CASTRO, Josué de, **Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço**, volume 1, oitava edição, São Paulo, editora Brasiliense, 1963.

CASTRO, Mary Garcia, **Feminização da pobreza em cenário neoliberal**, revista Mulher e Trabalho – FEE, v. 1, Porto Alegre, 2001 (p.89-96).

CAVALCANTI, Josefa, MOTA, Dalva e SILVA, Pedro, “*Transformações recentes nos espaços de fruticultura do nordeste do Brasil*”, in, ELIAS, Denise e PEQUEÑO, Renato (org.), **Difusão do Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**, Banco do Nordeste (editor), Fortaleza, 2006.

CINTRÃO, Rosângela, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde, PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio, “*Impactos dos assentamentos rurais na redução da pobreza e nas condições de vida das mulheres rurais*”, artigo publicado em anexo ao relatório

do Seminário internacional “**Por um Brasil Sem Desigualdades**”, Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil – Câmara dos Deputados – Brasília, 2004 (pg.304-320).

CORRÊA, Roberto Lobato, *Territorialidade e corporação - um exemplo*, in SANTOS, Milton et al (org.), **Territorio: Globalização e Fragmentação**, São Paulo, ed. Hucitec – Anpur, 1994.

CORONEL, Daniel Arruda e FILIPPI, Eduardo Ernesto, **O desenvolvimento rural nas óticas da CEPAL e do Banco Mundial**, artigo apresentado no XLV Congresso da Sober (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural), Londrina, 22 – 25/07/07.

COSTA, Joana Simões, PINHEIRO, Luana, MEDEIROS, Marcelo e QUEIROZ, Cristina, **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. IPEA - Texto para discussão n .1.137, Brasília, 2005.

COSTA, Rogério Haesbaert da, e GONÇALVES, Carlos Walter Porto, **A nova desordem mundial**, São Paulo, editora Unesp, 2006.

DELGADO, Guilherme Costa, *Capital e política agrária no Brasil – 1930-1980*, in SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson, **História Econômica do Brasil Contemporâneo**, segunda edição, São Paulo, editora Hucitec – Edusp – Imprensa oficial, 2002.

_____, **Capital financeiro e agricultura no Brasil – 1965-1985**, São Paulo, edição Icone/Unicamp, 1985.

DIEESE/NEAD, **Estatísticas do meio rural 2006** (publicação do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas – Dieese e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – Nead, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA), São Paulo, 2006.

Disponível em <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=328>

_____, **Estatísticas do meio rural 2008** – terceira edição, São Paulo, 2008.

Disponível em <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=360>

ELIAS, Denise, *Agronegócio e desigualdades socioespaciais*, in ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato (org.), **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**, Fortaleza, ed. Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo** Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1998.

ESTAY, Jaime R., *La inserción de América Latina em el actual orden internacional: crisis y alternativas*, in GAMBINA, Julio C. y ESTAY, Jaime (compiladores), **Hacia donde va el sistema mundial? Impactos y alternativas para América Latina y El Caribe**, Buenos Aires, Fund. Investigaciones Sociales y Políticas – FISyP, 2007.

FERRAZ, João Carlos, CROCCO, Marco e ELIAS, Luiz Antônio, (organizadores), **Liberalização econômica e desenvolvimento**, São Paulo, editora Futura, 2003.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira, **Mundo rural e geografia – Geografia agrária no Brasil: 1930-1990**, São Paulo, editora Unesp, 2002.

FURTADO, Celso, **Formação econômica do Brasil**, 11 edição, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971.

_____, **O mito do desenvolvimento econômico**, São Paulo, editora Paz e Terra, 1996.

_____, **Teoria e política do desenvolvimento econômico**, 10 edição, São Paulo, editora Paz e Terra, 2000.

_____, **O capitalismo global**. São Paulo, editora Paz e Terra, 1998.

GAMBINA, Julio, *Hacia donde van América Latina y El Caribe?* In GAMBINA, Julio y ESTAY, Jaime (compiladores), **Hacia donde va el sistema mundial? Impactos y alternativas para América Latina y El Caribe**, Buenos Aires, Fund. Investigaciones Sociales y Políticas – FISyP, 2007.

GIRARDI, Eduardo Paulon , **O rural e o urbano: é possível uma tipologia?** apêndice I da tese de doutorado, Presidente Prudente, 2008b.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto, “*Geografia da riqueza, fome e meio ambiente – pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais*”. In OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (organizadores), **O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social**, São Paulo, editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

GUILHOTO, Joaquim J. M., SILVEIRA, Fernando G., ICHIHARA, Silvio M., AZZONI, Carlos, R., **A importância do agronegócio familiar no Brasil**, Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 44, n.33, Brasília, julho-setembro, 2006.

GUIMARÃES, Alberto Passos, **Quatro séculos de latifúndio**, segunda edição, Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 1968.

GUTIÉRREZ, Alicia B, **Pobre’, como siempre ... – estratégias de reproducción social en la pobreza – um estudio de caso**. Ferreyra Editor, Córdoba, Argentina, 2007.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo, **Origem, magnitude e expansão territorial do agronegócio no Brasil**, texto base da conferência no III Encontro de Grupos de Pesquisa Rurais, Porto Alegre, 2007, livro no prelo.

HIRATA, Helena, **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo, editora Boitempo, 2002.

_____, “*Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho*”, in EMÍLIO, Marli, TEIXEIRA, Marilane, NOBRE, Mirian e GODINHO, Tatau (org.), **Trabalho e cidadania ativa para mulheres: desafios para as políticas públicas**, São Paulo, Publicação da Prefeitura Municipal - Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

IASI, Mauro Luis, *Ideologia ... quer uma para viver?*, in **Ensaio sobre consciência e emancipação**, São Paulo, editora Expressão Popular, 2007.

IBASE, **Repercussões do programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias** – documento síntese da pesquisa, junho/2008. Disponível em http://www.ibase.br/userimages/documento_sintese.pdf

IBGE, **Censo Agropecuário 2006**, Brasília, 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm> Acesso em novembro de 2009.

IPEA, **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**, nota técnica n.8, Brasília, agosto de 2006. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas9.pdf>

_____, **PNAD 2007 – Primeiras análises – volume 1 – Pobreza e mudança social** – Série Comunicados da presidência (22/09/08), n. 9, Brasília, 2008a.

_____, **PNAD 2007 – Primeiras Análises – volume 3 – Demografia e Gênero**. Série Comunicados da Presidência (07/10/08), n. 11, Brasília, 2008b.

IVO, Anete. *A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 90*. In.: CIMADAMORE, Alberto et all. **A pobreza do Estado – reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

JORNAL SEM TERRA, São Paulo, maio de 2004.

LAVINAS, Lena, “*Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos*”, in LAVINAS, L. e LEÓN, F. (org.) **Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho**, Cepal/OIT, série políticas sociais v. 1, Santiago, 2002.

LAVINAS, Lena e NICOLL, Marcelo, “*Pobreza, transferência de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas*”, in **Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2004 – edição especial** da publicação Parcerias Estratégicas, n. 22, junho 2006, disponível no endereço eletrônico (www.cgee.org.br/prospeccao/doc_arq/prod/registro/pdf/regdoc3073pdf)

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez (compiladora), **Trabajo y producción de la pobreza em Latinoamérica y El Caribe – estructuras, discursos y actores**, Buenos Aires, Clacso Libros (colección Clacso-Crop), 2005.

_____, “*Capital social y concepciones de la pobreza en el discurso del Banco Mundial, su funcionalidad en la “nueva cuestión social”*” en ANDRENACCI, Luciano

(org.), **Cuestión social en el Gran Buenos Aires**, Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2001.

LOURO, Guacira Lopes, **Gênero, Sexualidade e Educação – uma perspectiva pós-estruturalista**, 2ª edição, Ed. Vozes/CNTE, Petrópolis, 1997.

MANTEGA, Guido, **A economia política brasileira**, terceira edição, editora Poli/Vozes, SP/RJ, 1985.

MARINI, Rui Mauro. **Dialéctica de la dependência**. Série Popular Era, Cidade do México, 1977.

MARX, Karl, **Prefácio para a crítica da economia política**, coleção Os Economistas, Abril Cultural, São Paulo, 1982.

_____, **O Capital**, livro I, volume I, segunda edição, São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1985.

MARX, K. e ENGELS, F., **A ideologia alemã**, oitava edição, São Paulo, Ed. Hucitec, 1991.

MEDEIROS, Marcelo, **O que faz os ricos ricos – o outro lado da desigualdade brasileira**, editora Hucitec/Anpocs, São Paulo, 2005.

MELLO, Hildete Pereira de, Mulheres, “*Reestruturação produtiva e pobreza*”, in Seminário Internacional “**Políticas y programas de superación de la pobreza desde la perspectiva de la gobernabilidad democrática y el género**”, da Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL, Quito, Ecuador, 26, 27 de agosto de 2004a.

_____, exposição no Seminário internacional “**Por um Brasil Sem Desigualdades**”, Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil – Câmara dos Deputados – Relatório Final, Brasília, 2004b.

_____, **Linha de pobreza: um olhar feminino**, Economia/UFF – Texto para discussão 169, Rio de Janeiro, maio de 2005 (disponível em <http://www.uff.br/econ>).

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, **Perfil das famílias do Programa Bolsa Família no Cadastro Único – Brasil, regiões e unidades da federação**, Brasília, 2005.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul** – série Nead-Debate n.9, Brasília, 2006.

MONTERO, Lourdes, “*Introducción. La recomposición capitalista y sus diversos modos de producción de la pobreza*”. En CEDLA (2004): **Trabajo y producción de la Pobreza en América Latina**. La Paz, Bolivia. O “*Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*”, PONENCIA DE

ORIENTACIÓN CLACSO/CROP/CEDLA Seminario Internacional, 14 al 16 de abril de 2004 – Santa Cruz, Bolivia

MONTEIRO, Maria do Socorro e AGUIAR, Teresinha de Jesus, *Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e conseqüências ambientais*, in ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato (org.), **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**, Fortaleza, ed. Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

NARAYAN, D. **Bonds and Bridges: Social Capital and Poverty**. Washington DC: World Bank, 2000.(texto traduzido por Rosana Soares Campos).

NEY, Marlon Gomes e HOFFMANN, Rodolfo, **Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra**. Economia, v.4, n.1, jan/jun de 2003, Niterói/RJ. Disponível em http://www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p113_152.pdf acesso em maio de 2009.

NOBRE, Mirian e FARIA, Nalu, **Gênero e desigualdade**, cadernos Sempreviva, publicado pela SOF – Sempreviva Organização Feminista, São Paulo, 1997.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei, **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**, Campinas/SP, editora autores associados, 2004.

-----, **O trabalho duplicado**, São Paulo, editora Expressão Popular, 2006.

NUN, José. Marginalidad y Exclusión Social. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, **A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista**, in Terra Livre 01, ano 1, São Paulo, AGB, 1986.

_____, **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**, in CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.), *Novos caminhos da geografia*, São Paulo, editora contexto, 2002.

_____, **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. Revista Terra Livre, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 2, jul/dez, 2003.

_____, *Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI*, in OLIVEIRA, Ariovaldo e MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.), **O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social**, São Paulo, editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de, **Crítica à razão dualista – o ornitorrinco**, Boitempo editorial, São Paulo, 2003a.

_____, **A navegação venturosa – ensaios sobre Celso Furtado**, Boitempo editorial, São Paulo, 2003b.

OLIVEIRA, Guacira César de, “*Gênero, raça e classe: contribuições para a erradicação da pobreza*” – artigo publicado como anexo do relatório final do **Seminário Internacional “Por um Brasil Sem Desigualdades”**, Câmara dos Deputados - Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil, Brasília, 2004a.

ORTEGA, Antônio César, **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**, Uberlândia, Edufu, 2005.

OYEN, Else. **Producción de la Pobreza, un enfoque diferente para comprender a pobreza**, Centre for International Poverty Research, University of Bergen y CROP, 2002.

PETERSEN, Áurea, *Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero*, in ROSO, Adriane, MATTOS, Flora, WERBA, Graziela, e STREY, Marlene (orgs.), **Gênero por escrito – saúde, identidade e trabalho**, Edipucrs, Porto Alegre, 1999.

PINHEIRO, Luana, FONTOURA, Natália, QUERINO, Ana Carolina, BONETTI, Alinne e ROSA, Waldemir, **Retrato das desigualdades de gênero e raça**, terceira edição, uma publicação do IPEA, SPM e UNIFEM, Brasília, 2008.

PRÁ, Jussara Reis, *Pobreza, gênero e políticas públicas*, artigo publicado como anexo ao relatório final do **Seminário Internacional “Por um Brasil Sem Desigualdades”**, publicado pela Câmara dos Deputados - Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil, Brasília, 2004

PREHN, Denise R., *Divisão sexual do trabalho: isso é coisa de mulher?*, in Roso, Adriane, Mattos, Flora, Werba, Graziela, e Strey, Marlene (orgs.), **Gênero por escrito – saúde, identidade e trabalho**, Edipucrs, Porto Alegre, 1999.

POCHMANN, Márcio, **A década dos mitos**, São Paulo, editora Contexto, 2001.

_____, *Nova política de inclusão socioeconômica*, in Werthein, Jorge e Noletto, Marlowa J., **Pobreza e desigualdade no Brasil – traçando caminhos para a inclusão social**, Unesco, Brasília, 2003.

_____, exposição no painel “*Modelo Econômico, Pobreza, Gênero e Raça*”, realizado durante o **Seminário Internacional “Por um Brasil Sem Desigualdades”**, cujo relatório foi publicado pela Câmara dos Deputados - Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil, Brasília, 2004a.

_____, **Gastos sociais, distribuição de renda e cidadania**, revista econômica, v.5, n.1, p.109-113, Rio de Janeiro, fevereiro 2004b.

_____, **Desigualdade e Justiça Tributária**, palestra proferida no seminário sobre Reforma Tributária, organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Brasília, maio de 2008.

POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo (organizadores), **Atlas da exclusão social no Brasil**, segunda edição, São Paulo, editora Cortez, 2003.

QUIJANO, Aníbal e WELFFORT, Francisco. **Populismo, marginación y dependencia**. Costa Rica: Ed. Universitaria de Centro América, 1973.

RAHNEMA Majid. “Erradicating “Poverty” or the poor? 2005. www.iucn.org/themes/ceesp/. Consultado em 04/05/07. (texto traduzido por Rosana Soares Campos).

RAMBO, Anelise Graciele e FILIPPI, Eduardo Ernesto, **Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re)pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar**, in Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional – G&DR, v. 5, n.1, p.121-148, jan – abril 2009, Taubaté, SP – Brasil.

RAFFESTIN, Claude, **Por uma geografia do poder**, São Paulo, ed. Ática, 1993.

ROCHA, Sonia, **Pobreza no Brasil – Afinal, de que se trata?** 2 edição, Rio de Janeiro, editora FGV, 2005.

_____, *Pobreza e transferências de renda*, in Werthein, Jorge e Noletto, Marlowa J., **Pobreza e desigualdade no Brasil – traçando caminhos para a inclusão social**, Unesco, Brasília, 2003.

ROSSINI, Rosa Ester, **A modernidade tecnológica no campo exclui a mulher e acelera as masculinidades na agricultura**, in anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto/MG, novembro de 2002.

RUCKERT, Aldomar, **“Metamorfoses do Território – a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990”** – editora UFRGS, Porto Alegre, 2003

_____, **Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades**, texto apresentado no I seminário nacional de múltiplas territorialidades, Canoas-RS, setembro, 2004.

SALAMA, Pierre, *Novas formas da pobreza na América Latina*, in GENTILI, Pablo (org.), **Globalização excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**, segunda edição, Petrópolis – RJ, editora Vozes – Buenos Aires, Clasco, 2000.

SANTOS, Milton, *O retorno do território*, in SANTOS, Milton et al (org.), **Territorio: Globalização e Fragmentação**, São Paulo, ed. Hucitec – Anpur, 1994.

_____, **Metamorfoses do espaço habitado – fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**, quarta edição, São Paulo, ed. Hucitec, 1996.

_____, **Da política dos Estados à política das empresas**, cadernos da Escola do Legislativo de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997a.
(Disponível no endereço eletrônico <http://www.almg.gov.br/CadernosEscol/Caderno6/santos.pdf>.)

_____, **Técnica, Espaço, Tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional**, terceira edição, São Paulo, Ed. Hucitec, 1997b.

_____, **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**, décima edição, Rio de Janeiro/São Paulo, ed. Record, 2003.

SAQUET, Marco Aurélio, **Abordagens e concepções de território**, São Paulo, Ed. Expressão Popular e Programa de Pós-Graduação em Geografia/Unesp-Presidente Pudente, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio e RADOMSKY, Guilherme, **O mercado de trabalho rural gaúcho na década de 1990: as transformações recentes**, em XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Recife, 5-8/08/2001, disponível no endereço www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/sober01/s01sergi.html.

SCOTT, Joan, **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade, Porto Alegre, 1990.

SILVA, José Graciano da, **A nova dinâmica da agricultura brasileira**, segunda edição, Campinas, editora Unicamp, 1998.

SOARES, Cristiane e OLIVEIRA, Sônia, **Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento**, revista Econômica, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 5-33, junho 2004.

SOARES, Vera, palestra proferida no **Seminário Internacional “Por um Brasil Sem Desigualdades”**, cujo relatório foi publicado pela Câmara dos Deputados - Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil, Brasília, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de, *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*, in CASTRO, Iná Elias et al (org.), **Geografia – conceitos e temas**, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1995.

STREY, Marlene Neves, *Mulher e Trabalho*, in ROSO, Adriane, MATTOS, Flora, WERBA, Graziela, e STREY, Marlene (orgs.), **Gênero por escrito – saúde, identidade e trabalho**, Porto Alegre, edipucrs, 1999.

SUZUKI, Júlio César, Reflexões a cerca do agronegócio no Brasil, texto apresentado no III Encontro dos grupos de pesquisa, Porto Alegre, 2007, livro no prelo.

SZMECSÀNYYI, Tamás e RAMOS, Pedro, O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira, in SZMRECSÀNYYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson, **História Econômica do Brasil Contemporâneo**, segunda edição, São Paulo, editora Hucitec – Edusp – Imprensa oficial, 2002.

ZAMBERLAM, Jurandir, BAIOCCHI, Mario e FLORÃO, Santo Reni, **Cruz Alta: as perspectivas do desenvolvimento – um estudo sócio-econômico prospectivo**. Aprocrúz (Associação dos professores de Cruz Alta), Cruz Alta, 1989.

ANEXO I

Associados ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness

- Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ
www.abcz.org.br
- ADM do Brasil Ltda
www.admworld.com
- AGCO do Brasil
www.massey.com.br/agco
- **Agência Estado**
www.estadao.com.br/agestado
- Agrocere Nutrição Animal Ltda.
www.agrocere.com.br/na/principal.jsp
- Agropalma S.A.
www.agropalma.com.br
- Algar S.A. Empreendimentos e Participações
www.algar.com.br
- Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA
www.abia.org.br
- Associação da Indústria de Açúcar e Álcool - AIAA
- Associação Nacional de Defesa Vegetal -ANDEF
www.andef.com.br
- Banco Cooperativo Sicredi S.A. - BANSICREDI
www.sicredi.com.br/
- **Banco do Brasil S.A.**
www.bancobrasil.com.br
- Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA
www.banespa.com.br
- Banco Itaú BBA S/A
www.itaubba.com.br
- Basf S.A.
www.basf.com.br
- Bayer S.A.
www.bayer.com.br/bsa/home.nsf
- **Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F**
www.bmf.com.br
- Bunge Alimentos S.A.
www.ceval.com.br
- Bunge Fertilizantes S.A.
www.bungefertilizantes.com.br
- Caramuru Alimentos S.A.
www.caramuru.com/home.htm
- Cargill Agrícola S.A
www.cargill.com
- Ceres Consultoria S/C. Ltda.
www.cma.com.br
- CNH Latin America Ltda.
www.casece.com - Divisão Agrícola – Case CE

- COCAMAR Cooperativa Agroindustrial
www.cocamar.com.br
- Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS
www.coteminas.com.br
- Companhia Vale do Rio Doce
www.cvrd.com.br
- Coopavel Cooperativa Agroindustrial
www.coopavel.com.br
- Cooperativa Agropecuária de Araxá - CAPAL
www.capal.coop.br
- Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano - COMIGO
www.comigo.com.br
- Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé Ltda. – COOXUPÉ
www.cooxupe.com.br
- Du Pont do Brasil S.A.
www.dupont.com.br
- Evonik Degussa Brasil Ltda.
www.degussa.com.br
- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**
www.embrapa.br
- Federação das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul - Fecoagro/Fecotrigo
- FMC Química do Brasil Ltda.
www.fmcagricola.com.br
- **Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz - FEALQ**
www.fealq.org.br
- **Globo Comunicação e Participações S.A.**
redeglobo3.globo.com/home
- **Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda**
www.goodyear.com
- IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional
- John Deere Brasil S.A.
www.johndeere.com.br
- Maeda S.A. - Agroindustrial
www.maeda.com.br
- Malteria do Vale S.A.
- Máquinas Agrícolas Jacto S.A.
www.jacto.com.br
- Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A.
www.marchesan.com.br
- Monsanto do Brasil Ltda.
www.monsanto.com.br
- MRS Logística S.A.
www.mrs.com.br
- **Petróleo Brasileiro S.A.**
www.petrobras.com.br
- Pirelli Pneus S.A.
www.pirelli.com.br

- **PricewaterhouseCoopers**
www.pwcglobal.com
- Sadia S.A.
www.sadia.com.br
- Safras & Mercado
- Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas – SINDAG
www.sindag.com.br
- Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN
www.sindan.org.br
- Syngenta
www.syngenta.com.br
- Trademaq – Eventos e Publicações Ltda.
- União da Indústria de Cana-de-Açúcar - UNICA
www.unica.com.br
- União dos Produtores de Bioenergia - UDOP
www.udop.com.br
- Usina Alto Alegre S/A. - Açúcar e Alcool
www.altoalegre.com.br

(Disponível em www.abag.com.br – acesso em agosto 2009).

ANEXO II

Relação de pessoas que concederam entrevistas, fornecendo informações sobre Cruz Alta – entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2008.

- Professor Jurandir Zamberlam – ex-professor da Unicruz que teve participação ativa na organização de movimentos sociais e pequenos agricultores nas décadas de 1980 e 1990 em Cruz Alta, é profundo conhecedor da história do município inclusive tem textos e livros publicados.
- Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Sra. Natália Ivone Steimbrenner;
- Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Abastecimento, Sr. Bertoldo Daltro Vieceli Fagundes;
- Coordenadora do Núcleo de Políticas Setoriais - Juventude, Mulheres, Igualdade Racial e Livre Orientação Sexual da prefeitura de Cruz Alta, Ieda Maria Pires.
- Professora Elizabeth Dorneles – pró-reitora de ensino da Universidade de Cruz Alta – Unicruz. Fez pesquisas nas áreas de assentamentos da região.
- Professora Jana Koefender, do departamento de agronomia da Unicruz que trabalha com agricultura familiar no município.
- Professor José Luiz Tragnano, coordenador do curso de agronomia da Unicruz, considerado um dos incentivadores do agronegócio no meio acadêmico do município.
- Professor Manoel Nascimento Filho, coordenador do curso de Administração de Empresas Rurais da Unicruz.
- Alceu Fronchetti, administrador da Cotribá, uma das grandes cooperativas que atua na área de comercialização e armazenagem de soja transgênica de Cruz Alta e região. Até o final da década de 1990 era apoiador de movimentos sociais e grande crítico da agricultura capitalista, tendo escrito textos defendendo a agricultura familiar e agroecologia.
- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (que também reúne pequenos proprietários ou arrendatários que utilizam o trabalho familiar) – Agnelo Driher; Também foi fundamental a contribuição do funcionário José Felisberto Correia.
- Presidente do Sindicato Patronal Rural (que reúne os médios e grandes proprietários rurais) – João Teles.
- Clayton Costa da Silva – coordenador da agência do IBGE em Cruz Alta;
- Ari Silveira – acampado do Movimento Terra, Educação e Moradia de Cruz Alta.

ANEXO III

Instrumentos utilizados nas pesquisas quantitativa e qualitativa.

Pesquisa Qualitativa - Roteiro de Entrevista Aberto

1. Perfil da entrevistada:

Idade:

Etnia:

Escolaridade:

Estado civil:

Tem filhos: () sim () não. Se sim de que idade:

Local de moradia:

Descreva sucintamente como vive, que tipo de trabalho realiza, qual a renda familiar per capita, há quanto tempo realiza/vive nesta condição.

É beneficiária do PBF: () sim () não

Se sim, quanto recebe e há quanto tempo recebe o benefício?

É chefe da família: () sim () não. Se sim, desde quando? Como se tornou chefe da família.

2. Condição feminina em Cruz Alta:

- Como avalia a condição das mulheres em Cruz Alta?

- Você percebe que há uma exclusão social das mulheres em Cruz Alta?

- Você se sente excluída, como?

3. O agronegócio em Cruz Alta:

- Aponte os aspectos positivos e negativos do agronegócio para Cruz Alta.

- Em um lugar dominado pelo agronegócio como Cruz Alta é melhor viver no campo ou na cidade, por que? Você prefere viver na área urbana ou rural?

4. Programa Bolsa Família:

- Você conhece o programa Bolsa Família: () sim () não;

- Como avalia esse programa?

- Acredita que o PBF contribui para superar ou aliviar a pobreza? Por que?

5. Superação da pobreza:

- Na sua opinião, o que precisa ser feito em Cruz Alta para reduzir a pobreza, principalmente a pobreza feminina?

QUESTIONÁRIO PESQUISA QUANTITATIVA – parte comum aplicada a todos os empregadores e que serviu de base para a montagem do banco de dados.

Entrevistador: _____

Data: _____

Caracterização geral:

1. Nome do estabelecimento: _____

2. Área em que atua a empresa ou proprietário/a rural: _____

3. Nome e função de quem respondeu as questões:

4. Desde quando atua em Cruz Alta? _____

5. Onde é a sede da empresa?

1. () Cruz Alta

2. () outro município: _____

3. () outro estado _____

4. () outro país _____

6. Tipo de empresa:

1. () propriedade individual/familiar 2. () sociedade Ltda 3. () sociedade anônima 4. () cooperativa.

7. Se for cooperativa, a maioria dos associados são:

1. () pequenos proprietários rurais com até 200 hectares.

2. () médios proprietários com até 500 hectares

3. () grandes proprietários com mais de 500 hectares

4. () outro. Qual(is) _____

8. Se empresa individual/familiar ou sociedade limitada, quais as características do/as proprietário/as:

Nome: _____

Sexo: 1. () masculino 2 () feminino

Idade: _____ anos

Estado civil:

1. () Solteiro(a) 2. () Casado(a)

3. () União Consensual 4. () Separado(a)

5. () Divorciado(a) 6. () Viúvo(a)

Local de nascimento: _____

Tem filhos: 1. () sim 2. () não

Se sim, quantos: _____ filhos(as)

Nível de Escolaridade: (_____)

0. Não alfabetizado

1. Ensino fundamental incompleto

2. Ensino fundamental completo

3. Ensino médio incompleto

4. Ensino médio completo

5. Ensino superior

6. Pós-graduação

9. Sobre o local de moradia do/a proprietário:

1. () área rural de Cruz Alta

2. () área urbana de Cruz Alta.

Bairro: _____

3. () outra localidade. Qual?

10. A empresa investe em propagandas?

1. () Sim 2. () Não

Se sim, em veículos:

1. () locais 2. () regionais 3. () estaduais 4. () nacionais 5. () internacionais.

Se faz propagandas, utiliza que veículos?

1. () TV 2. () Rádios 3. () Jornais

4. () Internet 5. () Outro(s).

Se for outro(s), especificar qual(is):

11). Participa de eventos do agronegócio?

1. () sim 2. () não

Se sim, citar o(s) mais importante(s):

Se sim, como participa:

1. () expositor 2. () comprador 3. () vendedor 4. () patrocinador 5. () outro

Se outro, especificar qual: _____

12. É associado(a) a alguma entidade do agronegócio? 1. () sim 2. () não

Se sim, qual(is)?

Perfil do emprego que gera

13. Quantas pessoas emprega? _____

14. Quantas mulheres emprega? _____

15. Quantas pessoas emprega em relações de trabalho formal? _____

16. Dessas, quantas são mulheres? _____

17. Quantas pessoas emprega informalmente? _____

18. Dessas, quantas são mulheres? _____

19. Para quantas pessoas gera emprego fixo? _____

20. Desse total, quantas são mulheres? _____

21. Quantas pessoas contrata de forma temporária? _____

22. Dessas quantas são mulheres? _____

23. Nos últimos 10 anos, a quantidade de empregos que gera:

1. () aumentou 2. () diminuiu 3. () igual

Por que? _____

24. E a quantidade de mulheres que emprega?

1. () aumentou 2. () diminuiu 3. () é igual

Por que? _____

25. Quantos empregados são qualificados? _____

26. Desses quantas são mulheres? _____

27. Exige experiência para contratar pessoas:

1. () sim 2. () não 3. () às vezes.

Se Sim ou Às Vezes para que atividades: _____

Que período de experiência costuma exigir:

1. () seis meses 2. () um ano
3. () dois anos 4. () mais de dois anos

28. Qual a etnia (raça) predominante entre as que trabalham na propriedade?

Homens (_____) Mulheres (_____)

1. brancos/as 2. negros/as
3. pardos/as 4. não sabe

29. Qual o período do ano em que se intensifica a contratação de pessoal?

30. Que as atividades que os homens realizam na propriedade e/ou empresa?

31. Que as atividades que as mulheres realizam na propriedade e/ou empresa?

32. Como faz o pagamento aos trabalhadores na propriedade ou empresa:

1. () por dia 2. () por semana
3. () por quinzena 4. () por mês

33. Qual a forma de remuneração:

1. () pagamento fixo 2. () varia conforme a produtividade ou volume comercializado.

34. Quanto recebe por mês a maior parte das pessoas que emprega:

Homem (_____) Mulheres (_____)

1. até um salário mínimo nacional
2. de um a dois salários mínimos;
3. de dois a três salários mínimos;
4. de três a cinco salários mínimos;
5. de cinco a dez salários mínimos
6. mais de dez salários mínimos

Caso o pagamento não seja mensal, qual o valor que a maioria recebe por dia, semana ou quinzena:

Homens: _____

Mulheres: _____

35. Qual seu gasto total com mão de obra por mês ou ano (pelo menos um valor aproximado)?

36. Quanto o gasto com mão de obra representa em seu custo? _____% () mês () ano

37. Qual o menor salário que paga na propriedade ou empresa?

Para que função? _____

Essa função é desempenhada por:

1.()homens 2.() mulheres 3.() ambos

38. Qual o maior salário pago na propriedade ou empresa? _____

Para que função? _____

Essa função é desempenhada por:

1.() homens 2.() mulheres 3.() ambos

39. Qual a idade da maioria dos/as empregados/as:

Homens (_____) Mulheres (_____)

- 1.de 14 a 18 anos
2. de 18 a 25 anos
- 3.de 25 a 35 anos
4. de 35 a 45 anos
- 5.() de 45 anos a 55
- 6.() acima de 60 anos

40. Qual a escolaridade da maioria dos/as empregados/as? Homens (_____) Mulheres (_____)

1. Não alfabetizado
2. Ensino fundamental incompleto
3. Ensino fundamental completo
4. Ensino médio incompleto
5. Ensino médio completo
6. Ensino superior
7. Pós-graduação
8. Não sabe

41. Quanto tempo trabalha por dia a maioria dos/as empregados/as: Homens (_____) Mulheres (_____)

1. 6 horas 2. 8 hs 3. de 8 a 10 horas 4.mais de 10hs

42. Utiliza força de trabalho terceirizada:

1. () sim 2. () não

Se sim, para que funções? _____

43. A maioria dos terceirizados são:

1. () homens 2. () mulheres.

44. Onde residem a maioria das pessoas que emprega de modo fixo?

1. () área rural de Cruz Alta

2. () área urbana central de Cruz Alta

3. () periferia urbana de Cruz Alta

4. () outra(s) localidade(s).

Se outra, qual(is): _____

45. Onde reside a maioria das pessoas que trabalha de forma temporária na empresa ou propriedade?

1. () área rural de Cruz Alta

2. () área urbana central de Cruz Alta

3. () periferia urbana de Cruz Alta

4. () outra(s) localidade(s). _____

46. Tem preferência por empregar pessoas de que gênero? 1. () masculino 2. () feminino

Por que? _____

47. Faz algum tipo de exigência para as mulheres que emprega quanto a filhos?

1. () não engravidar durante o período que trabalhar;

2. () ter laqueadura

3. () não engravidar no primeiro ano de trabalho.

4. () Faz outra/as exigência/s. Qual(is) :

5. () não faz exigência sobre esse assunto.

Para qualquer alternativa, explique por que?

48. Como é a relação com o(s) sindicato(s) da(s) categoria(s) de trabalhador(es) que emprega?

1. () conflitante 2. () harmoniosa 3. () razoável

Para qualquer alternativa, explicar por que?:

49. Na sua avaliação, a legislação trabalhista brasileira é: 1. () boa 2. () regular 3. () ruim

Para qualquer alternativa, explique por que?

Opiniões sobre a Realidade Sócio-econômica

50. Na sua opinião, quais os impactos positivos e os impactos negativos do agronegócio para o município de Cruz Alta? (entre um e três impactos de cada tipo)

1. Positivo(s): _____

2. Negativo(s): _____

51. Você acha que os governos federal, estadual e municipal têm contribuído com o agronegócio?

1. () não 2. () sim . Se sim, cite uma contribuição do:

1. Governo Federal: _____

2. Governo Gaúcho: _____

3. da Prefeitura _____

52. Na sua opinião, os governos criam obstáculos para a expansão do agronegócio? 1. () Sim
2. () Não

Se acha que sim, indique pelo menos um (máximo 3):

53. Na sua opinião qual o maior problema atual:

1. do Brasil: _____

2. do Rio Grande do Sul:

3. do município de Cruz Alta:

54. Conhece o programa governamental bolsa família? 1. () Sim 2. () Não

Se Sim, qual a sua opinião sobre ele:

1. () contribui para tirar as pessoas da pobreza;

- 2. () alivia a miséria, mas não garante condições para as pessoas saírem da pobreza;
- 3. () é uma política assistencialista que vicia as pessoas em receber benefícios públicos;
- 4. () não contribui para tirar as pessoas da pobreza, as deixa acomodadas em sua condição de vida;

55. Atualmente fala-se muito em crise alimentar, devido a elevação no preço dos alimentos. Na sua opinião o crescimento do agronegócio:

- 1. () contribui para esta crise;
 - 2. () não tem nada a ver com essa crise.
- Para qualquer alternativa, explique por que?

56. Qual a sua opinião sobre as exigências ambientais que são feitas para a(s) atividade(s) econômica(s) que desenvolve são?

- 1. () corretas
 - 2. () exageradas
 - 3. () não sabe
- Se responder alternativa 1 ou 2, explique por que?

57. Na sua avaliação, para melhorar o agronegócio o que precisa mudar?

1. No Brasil: _____

2. No RS: _____

3. Em Cruz Alta: _____

58. Para o agronegócio em geral e para seu negócio ou esta empresa em particular a realidade hoje é melhor ou pior do que no início da década de 1990?

- 1. () melhor
- 2. () pior
- 3. () igual

Por que? _____